

## Sumário dêste número

**EDITORIAL:** Feliz Coincidência — CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 5).

**COMENTÁRIO:** O Sentido Geográfico — Prof. DELGADO DE CARVALHO (pág. 7).

**TRANSCRIÇÕES:** A Zona Pioneira do Norte-Paraná — Prof. PIERRE MONBEIG — (pág. 11). —  
Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo — Prof. PIERRE DEFFONTAINES — (pág. 18).

**RESENHA E OPINIÕES:** A indústria no Brasil em 1889 (pág. 28). — Desenvolvimento econômico e industrial do Brasil (pág. 29). — As vias e meios de comunicação do Brasil em 1889 (pág. 31). — Parnaíba: breve história de um rio (pág. 38). — Geopolítica e política geográfica (pág. 40). — Crescimento demográfico da população brasileira (pág. 42). — As feiras de burros de Sorocaba (pág. 42). — A geopolítica das nossas fronteiras (pág. 46). — O Etna em erupção (pág. 47). — Uma publicação valiosa (pág. 50). — O Tempo (pág. 51). — Uruguai (pág. 53).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Organização de uma Unidade em Geografia Matemática — KATHERYNE THOMAS WHITTEMORE (pág. 57).

**TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS SEMANAIS:** Centésima tertúlia, realizada em 6 de março de 1945 (pág. 60). — Centésima primeira tertúlia, realizada em 13 de março de 1945 (pág. 64). — Centésima segunda tertúlia, realizada em 20 de março de 1945 (pág. 72). — Centésima terceira tertúlia, realizada em 27 de março de 1945 (pág. 75).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República (pág. 83). — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 84). — Ministério da Aeronáutica (pág. 86). — Ministério da Agricultura (pág. 86). — Ministério da Educação e Saúde (pág. 88). — Ministério da Fazenda (pág. 89). — Ministério da Guerra (pág. 89). — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 90). — Ministério da Marinha (pág. 90). — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (pág. 93). — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 93). — INSTITUIÇÕES PARTICULARES — Fundação Getúlio Vargas (pág. 94). — Instituto de Colonização Nacional (pág. 95). — Instituto Nacional de Ciência Política (pág. 95). — Sociedade Brasileira de Antropologia e Ethnologia (pág. 95). — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (pág. 95). — Universidade do Ar (pág. 97). — CERTAMES — Conferência Técnica — Econômica Inter-Americana (pág. 98). — I Congresso Anual da Associação Brasileira de Metais (pág. 98). — IV Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia (pág. 99). — UNIDADES FEDERADAS — Alagoas (pág. 100). — Bahia (pág. 100). — Espírito Santo (pág. 100). — Minas Gerais (pág. 101). — Pará (pág. 103). — Paraná (pág. 104). — Pernambuco (pág. 104). — Rio de Janeiro (pág. 104). — Rio Grande do Norte (pág. 104). — Rio Grande do Sul (pág. 104). — Santa Catarina (pág. 105). — São Paulo (pág. 105). — MUNICÍPIOS — Aracaju (pág. 106). — Barra do Piraí (pág. 106). — Manaus (pág. 106). — Salvador (pág. 107). — EXTERIOR — Estados Unidos da América do Norte (pág. 107).

**BIBLIOGRAFIA:** Apontamentos bio-bibliográficos: Francisco Rádler de Aquino (pág. 108). — REGISTROS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 116). — Periódicos (pág. 122). CONTRIBUIÇÃO BIBLIOGRÁFICA ESPECIALIZADA — Bibliografia do barão do Rio Branco no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (pág. 124). — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO — Revista Marítima Brasileira — Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na Revista Marítima Brasileira (1881-1943 — VI (Letras de V a X) (pág. 128).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário dos decretos-leis publicados no mês de março de 1945 (pág. 130). — ÍNTEGRA DA LEGISLAÇÃO DE INTERESSE GEOGRÁFICO — Lei Constitucional (pág. 134). — Decretos-leis (pág. 137). — Decretos (pág. 138). — Atos diversos (pág. 139). — LEGISLAÇÃO ESTADUAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 144). — LEGISLAÇÃO MUNICIPAL — Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interesse geográfico (pág. 148). — RESOLUÇÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Ementário das Resoluções aprovadas pelo Diretório Central em 1944 (pág. 150) — Íntegra das Resoluções ns. 171 a 176 (pág. 151). — DIRETÓRIO REGIONAIS — Rio de Janeiro — Íntegra das Resoluções ns. 14 a 20 (pág. 154).



*A. J. Thomas*

# BARÃO DO RIO BRANCO

(1845-1912)

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, barão do Rio Branco, fez o seu curso de humanidades no Colégio Pedro II, onde mais tarde, em 1868, foi professor de história e geografia do Brasil.

Seguindo a sua vocação e a atividade intelectual do seu pai, o visconde do Rio Branco, ingressou na carreira consular em 1876, seguindo para a Grã-Bretanha como cônsul-geral do Brasil em Liverpool. De volta do Rio da Prata, onde estivera como secretário do seu pai, em missão especial, foi eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Desde o começo da sua vida diplomática demonstrou sua capacidade e devotamento pela carreira que abraçara. As missões que a nação lhe confiou, foram justo reconhecimento dos seus méritos.

No governo do marechal FLORIANO PEIXOTO ocupou o alto cargo de ministro plenipotenciário e foi enviado como representante do Brasil junto ao governo dos EE. UU., a fim de acompanhar a secular questão de Palmas (imprópriamente conhecida por Questão das Missões) então sujeita à arbitragem do governo de Washington. Nessa posição, escreveu, defendendo os interesses da Pátria Brasileira, a notabilíssima memória histórico-geográfica, em um volume e anexos com farta documentação cartográfica, — Boundary Question between Brazil and the Argentine Republic, do que resultou, em 5 de fevereiro de 1895, a incorporação definitiva ao Brasil de um território de 30 622 km<sup>2</sup>. Foi a sua primeira vitória.

Em 22 de novembro de 1898 o presidente PRUDENTE DE MORAIS o nomeava ministro plenipotenciário em missão especial junto ao governo suíço, para defender os direitos brasileiros na célebre questão do Amapá. Desempenhando tal encargo, escreveu vasta memória, em cinco volumes e um atlas — Questions de frontières entre le Brésil et la France, como depois a République du Brésil, em três volumes, um álbum de fac-simile e dois atlas. E a sua obra foi tal que em 1 de dezembro de 1900, 260 000 km<sup>2</sup> de terras, litígio de dois séculos, passaram definitivamente à jurisdição nacional, dilatando o solo pátrio.

O Dr. RODRIGUES ALVES, ao assumir a presidência da República, reclamou-lhe os serviços, em nome da Pátria, à frente do Ministério das Relações Exteriores a fim de solucionar a gravíssima questão do Acre, que se declarara independente. RIO BRANCO agiu desde logo e, em 17 de novembro de 1903, firmava-se o Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil, mediante compensações e acordos, entrava na posse de 200 000 km<sup>2</sup> — o riquíssimo Território do Acre.

Na pasta do Exterior, que ocupou ininterruptamente de 1902 até a sua morte em 1912, RIO BRANCO continuou desenvolvendo o máximo da sua atividade pelo engrandecimento da Pátria. Como ministro do Exterior, conseguiu brilhantes vitórias diplomáticas, dentre as quais se salienta a assinatura, com a Argentina, do acordo complementar sobre as ilhas do Alto Uruguai, feliz remate à delicada questão de Palmas.

Estas vitórias sucessivas levantaram ao mais alto grau o prestígio do barão do RIO BRANCO. Em 1907 foi eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cargo esse perpetuado em 1909.

Autor de notáveis trabalhos históricos — Esquisse de l'Histoire du Brésil, Efemérides Brasileiras, Elisée Reclus, etc., deixou, também, contida nas páginas e nos mapas das suas Memórias, considerável documentação corográfica das regiões contestadas, contribuição preciosa para a geografia nacional.

Para a exemplificação objetiva do extraordinário trabalho de RIO BRANCO, basta lembrar que a configuração atual do Brasil, a extensão das suas fronteiras e a sua imensa superfície é obra sua. Com efeito, dos 16 340 km de fronteiras brasileiras, 14 002 km foram por ele fixados. Quanto ao âmbito territorial do Brasil, os territórios do Acre (191 000 km<sup>2</sup>), do Amapá (255 000 km<sup>2</sup>) e de Palmas (30 622 km<sup>2</sup>), integrados definitivamente, perfazem 476 622 dos 8 511 189 km<sup>2</sup> da sua área total.

Este grande brasileiro, figura indispensável para o estudo da evolução das nossas fronteiras e do nosso território, deixou seu nome ligado para sempre à diplomacia, à história e à geografia do Brasil.

LÚCIO DE CASTRO SOARES

# Boletim Geográfico

Ano III.

ABRIL, 1945

N.º 25

## Editorial

### Feliz Coincidência

*Em abril de 1943, saía a público o número inaugural deste Boletim, inicialmente intitulado Boletim do Conselho Nacional de Geografia; apresentando-o, o preclaro presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, embaixador José Carlos de Macedo Soares, vaticinava-lhe um “êxito plenamente assegurado pela utilidade que indiscutivelmente oferece”.*

*Em abril de 1944, no editorial “Um ano de Divulgação Geográfica”, fazia eu, na qualidade de diretor do Boletim, a um tempo, uma explicação e uma advertência: a explicação das transformações havidas na publicação, quanto ao título e quanto ao conteúdo, atendendo-se a um aperfeiçoamento de substância e de ritmo, que se adotou, em obediência ao propósito — verdadeiro princípio — de utilidade com tanta firmeza anunciado e proclamado pela autoridade máxima da instituição, no número inaugural; a advertência de que deve constituir motivo de vigilância e de cuidados, ao invés de regozijos e festas, o aniversário duma publicação, no início de sua existência, naturalmente vacilante e sujeita a vicissitudes perigosas, pelo imprevisível das ocorrências e pela inconsistência de estreante.*

*Em abril de 1945, que marca o segundo aniversário deste Boletim, nada havia a dizer, com motivo na data em si mesma, se não ocorresse uma coincidência venturosa e alvissareira: a passagem do centenário do nascimento do barão do Rio Branco, figura ímpar da Geografia nacional.*

*O Ministério das Relações Exteriores, com tanta propriedade e justiça cognominado “A casa de Rio Branco”, organizou, em nome do Governo da União, um vasto, substancioso, expressivo e fecundo programa de comemorações do centenário, que vem sendo executado com alma, não só devido ao entusiasmo patriótico dos seus dirigentes como devido à ressonância cívica que, em todos os recantos do país, vem provocando adesões e solidariedades as mais espontâneas e vibrantes, de todos os setores de opinião.*

*Nessas condições, o aplauso, a solidariedade, a manifestação deste Boletim representam uma gôta d'água no imenso oceano de vibração, que hoje — para glória do Brasil — empolga tôdas as camadas pensantes do país, na comemoração do centenário do aparecimento dum filho tão grande que engrandeceu a própria Pátria.*

*Não cogita, pois, êste comentário de dar ressonância a aclamações, nem de altear uma voz — que, embora sincera quanto possa ser e lançada com a intensidade maior que possa ter, seria, sempre e felizmente, apenas um acorde do grande côro de glorificação nacional.*

*Não, o que objetiva o editorial é ressaltar a ventura da coincidência, e dela tirar o devido proveito, pois, mirando e admirando a obra gigantesca do Barão, o Boletim terá nela uma estrêla a guiar-lhe os passos, iluminando-os na estrada certa e gloriosa do serviço ao Brasil.*

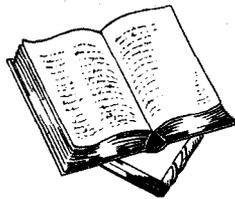
*Porque a grande virtude do barão do Rio Branco, seguramente a qualidade que mais lhe valeu na vigorosa atuação diplomática, sem dúvida o predicado que mais assegurou as vitórias formidáveis do Brasil nas delicadas e complexas questões de fronteiras, foi a sua inabalável fé na Geografia: com ela formou as suas convicções, com ela moldou convicções alheias, com ela venceu os obstáculos, com ela deu ganho de causa ao Brasil, engrandecendo-o territorial e culturalmente.*

*É o patrono por excelência de quantos se ocupam da Geografia do Brasil.*

*Cultuemos a sua memória, perpétuamente para haurirmos dela fé, estímulos e convicções, que nos iluminem e conduzam no serviço da Pátria comum.*

**CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO**

Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia



## O Sentido Geográfico

DELGADO DE CARVALHO

Prof. da Faculdade Nacional de Filosofia  
e membro do Diretório Central do C.N.G.

Desde a infância, confesso que tenho uma admiração profunda pelos mágicos prestidigitadores que de uma simples cartola conseguem tirar flores, ovos, cobaias e outros objetos de uso. Alguns fazem desaparecer objetos, abalando a confiança dos respectivos proprietários; outros, em chapéus alheios, resolvem quebrar ovos e fazer omeletes. O que mais me impressiona é a quantidade e o volume das coisas que vão aparecendo de um recipiente relativamente tão pequeno.

Mais tarde na vida, porém, encontrei mágicos dêste gênero que fazem aparecer uma porção de coisas, de idéias principalmente, de um receptáculo julgado inadequado, à primeira vista. A admiração de minha infância lhes é por isso, ainda hoje, garantida. Tenho visto canários verdadeiros voarem de caixas aparentemente vazias. Devo acrescentar que mágicas dêste teor me têm sido proporcionadas principalmente por grandes mestres da geografia.

Foi assim que ouvi dizer ser a geografia a descrição da Terra, do *habitat* do homem; depois me foi dito que a geografia era uma ciência de relações, principalmente entre a Natureza e o Homem; mais tarde, me ensinaram que a geografia é essencialmente uma ciência de distribuição de fenômenos sobre a superfície da Terra. Eu não falo dos que me quiseram fazer acreditar que geografia é apenas conhecimento dos lugares e que um bom geógrafo é um bom memorizador de nomes próprios. Em todo caso, muito mais de vinte minutos gastaria eu aqui, se quisesse lembrar tudo quanto ouvi, li e aprendi a respeito do campo verdadeiro da geografia.

O que mais me tem espantado, entretanto, nesta mágica tôda é que sou obrigado a admitir que todos eles tinham razão ou em parte razão: todos eles faziam aparecer cartas, flores, ratos brancos, serpentinhas e coelhos da cartola geográfica.

Eu estava sinceramente hesitando em qualificar êste espanto meu, esta admissão de todos os pontos de vista bem apresentados pelos mestres; não sabia se devia atribuir esta minha atitude de aceitação à ingenuidade, à boa fé ou à simples incompetência, quando encontrei, num alentado volume de cerca de 500 páginas, escrito o ano atrasado por um geógrafo americano Richard Hartshorne, sob o título sugestivo *A Natureza da Geografia*, a seguinte frase que acho indispensável comunicar a meus colegas: "Não existe conjunto algum de regras capazes de determinar quais os fenômenos, em geral, que são de significação geográfica". E para não nos alarmar com semelhante conclusão de tão exaustivo inquérito entre autores americanos, alemães, franceses, escandinavos e japoneses, o autor acrescenta "Isto é uma questão que só pode ser determinada, em casos particulares, levando em conta a importância direta dos fenômenos em relação à diferenciação topográfica ou a sua importância indireta por meio das relações de causalidade com outros fenômenos".

---

\* N.R. — Palestra realizada pelo Prof. Delgado de Carvalho no Curso de Geografia Geral e do Brasil da Universidade do Ar. irradiada pela PRA-2.

Esta explicação concisa talvez, mas que me parece aceitável, é que para um fenômeno merecer o qualificativo de geográfico é necessário que o fator *posição* ou *situação* o venha diferenciar.

Este critério me parece eminentemente aceitável; é de utilidade prática para o professor de geografia: não se trata aí de metafísica, mas de aplicação, de realização concreta das três características que viemos examinando em palestras anteriores: a nomenclatura, a descrição e a explicação. Podemos designar, descrever e explicar muitos fenômenos, nem por isso serão geográficos; só virão a sê-lo se o fator posição os venha diferenciar.

Mas este ponto de vista geográfico tem mais uma vantagem, a meu ver, capital: estabelece as estreitas relações que, com as demais ciências sociais tem a geografia e a interdependência dos fenômenos a estudar.

Ora, nomenclatura, descrição e explicação, não vêm a ser exatamente também os objetivos característicos da História, porém, em vez de ser em relação à posição no espaço é em relação ao período no tempo?

Como nos achamos, por conseguinte, intimamente relacionados, no campo das ciências sociais, com os nossos colegas da História!

Já em 1883, nas suas *Aufgaben und Methoden der Heutigen Geographie* o mestre Richthofen já constatara que muitos têm a ilusão de colher no campo geográfico o que lá não semearam, nem plantaram. O mesmo se dá com a História: todo mundo julga que é disciplina fácil e todos, em geografia como em história, se acham em casa, à vontade. A matéria é tão simples! De fato é simples para os que nem suspeitam da sua complexidade.

De fato a estes espíritos simplistas devemos uma tumultuária acumulação de fatos mal digeridos e servidos sob o nome de geografia moderna. O perigo maior que oferece este tipo de estudo geográfico, foi descrito em 1934 por Isaiah Bowman do seguinte modo: "São os horribéis exemplos de pensamento confuso em geografia que afetam principalmente o lado humano do assunto, por meio de tentativas precipitadas de formular e aplicar novas filosofias sociais e que levaram muitos professores de ciências sociais a citar uns tantos fatos geográficos fazendo generalizações apressadas e fáceis, com escandalosa inexatidão e superficialidade".

Durante muito tempo, ainda hoje mesmo, estamos entre dois grupos irreductíveis: os tradicionalistas da mnemotécnica que só acreditam na geografia fatural, nos nomes próprios decorados e tratam tudo mais de conversa fiada... e são numerosos entre nós! e, de outro lado, a ala chamada adiantada, que reduz tudo a princípios, a leis geográficas inventadas, desdenhando por demais a nomenclatura, e que em todo fenômeno social só enxerga uma resposta ao meio, num determinismo absoluto. São os dois extremos.

Fico, por vêzes, entre estes dois como o viajante que num compartimento de estrada de ferro viajava com duas senhoras, intransigentes e imperativas. Uma queria a janela aberta, porque morria abafada e outra exigia a janela fechada para não apanhar um resfriado mortal. Depois de longas e violentas discussões, o viajante perdendo a paciência, colocou-se perto da janela que, primeiro, abriu para matar logo uma delas, e depois fechou para matar a outra, e ficar em paz o resto da viagem.

Se pudéssemos fazer outro tanto para refrescar e abafar os exageros em geografia como seria bom têmos uma janela à disposição. Isso porém, é um lento trabalho de convicção e persuasão.

Em realidade, o que precisamos, em geografia, é combater os extremos.

Devemos fazer o seguinte raciocínio, em substância: A geografia é um ramo de conhecimentos, digamos mesmo uma ciência (?) que tem um valor educativo na formação do indivíduo. Ela nos interessa sobretudo sob o ponto de vista humano. É pois uma ciência social e, por isso, não é totalmente independente das demais ciências sociais; mais ainda, deve colaborar com as ciências sociais; deve contribuir para elas. Ora, qual é esta contribuição?

Há cerca de três meses, um geógrafo norte-americano, Preston James, grande amigo do Brasil e dêle profundo conhecedor, publicou um interessante artigo que, a meu ver, coloca sóbriamente as coisas no seu devido lugar. Ele des-

creve o que deve ser, na sua opinião, a contribuição da geografia nos estudos sociais. Passo, pois, a fazer uma rápida análise do que disse num número da revista *Social Education* (vol. V n.º 5).

Temos, até aqui, demasiadamente desprezado o valor da posição como fator nas coisas humanas. Em compensação, os alemães têm prestado a este mesmo fator posição geográfica, uma atenção muito especial, fazendo-a base da sua estratégia.

A geografia tem por fim, exatamente, na educação, dar o sentido de posição, "consciência da posição" diz o autor, para fatos isolados, mas em relação às coisas físicas e sociais que diferenciam as regiões da Terra. O mesmo faz a história, como já vimos, em relação ao tempo.

Mas este *sentido geográfico de posição* é dado de dois modos principalmente: O primeiro, mais longo, mais geral, consiste em colocar o estudante em condições de localizar o fato ou o fenômeno no quadro natural completo. É ao mesmo tempo a situação, a topografia do ambiente, as feições climáticas, a posição em relação à ocupação humana, a divisão política, as linhas de circulação e comunicações. Em suma, é um complexo, e o fato só tem valor geográfico quando nêle integrado.

O segundo modo consiste em preparar o estudante a compreender a sua posição individual, relativa a um ambiente mais próximo, dando-lhe o sentido de direção, do quadro geográfico imediato visível e próximo invisível, além do horizonte. É o dom de orientação e de pensar geograficamente. Torna a viagem e a excursão cheias de significação e de ensinamentos. É uma das mais preciosas funções da educação.

Com semelhantes propósitos tão preciosos e claros, como estamos longe da geografia-ilustração do espirito, da geografia ornamento da cultura e de outros propósitos metafísicos na educação do individuo.

Outra função do ensino geográfico, segundo Preston James, é de familiarizar o estudante com o manuseio dos mapas.

É extraordinário o número de adultos que julgam estar lendo um mapa, carta topográfica ou atlas e entretanto, não estão percebendo o significado real de grande parte de seu conteúdo. É o que o autor chama de "alfabetismo do mapa", inadmissível numa democracia culta. O mapa, sendo uma forma de simbolismo, precisa ser interpretado e ao mestre de geografia cabe a função de educar o estudante, capacitando-o a tirar do mapa tudo quando nêle se acha contido.

Cita James o exemplo de um adulto que dissera que os norte-americanos deveriam aprender espanhol pois, geograficamente, o México estava em relação aos Estados Unidos na mesma posição que o Canadá. Evidentemente, o mapa estava mal interpretado, mal integrado em seus aspectos diversos, o adulto estava adulterando a realidade. Uma outra feição característica do ensino geográfico é o estudo da relação do Homem e da Natureza. É um perigo transferirmos os ensinamentos das ciências naturais para o campo das ciências sociais: leva a multiplicar as falsas analogias. Em ciências sociais não existem princípios gerais de causa e efeito, (conhecidos pelos menos). A realidade é de tal complexidade e variabilidade que os casos são em redutível número e não permitem leis ou generalizações de princípios com exemplos específicos. A regra, é a exceção: quando generalizamos, desacreditamos o método e a própria ciência. "Reações ao meio físico" foi uma fórmula interessante, mas revela um determinismo inadmissível.

A contribuição da geografia, neste setor, pensa James, será apenas de permitir uma apreciação do fator posição em relação a fatos ou fenômenos sociais. A geografia se presta a estabelecer contactos, correlações: coordena e colabora mas não obedece a princípios oriundos de outras ciências sociais.

"Uma região, diz o autor, não pode ser descrita como favorável ou desfavorável ao estabelecimento humano enquanto não se tiver tornado tal pela ocupação de um grupo específico". É resultado do momento histórico e do estágio cultural. A falta de meios de aquecimento apropriados teria sido a razão da não ocupação da Europa Central pelos gregos ou romanos. Tal seja o aparelhamento cultural de um grupo, amanhã talvez seja ocupado e povoado o Spitzberg ou o centro do Saara! Quantas coisas não foram tornadas possíveis, em

geografia humana, pela revolução industrial! A cada estágio novo de civilização podemos esperar uma modificação profunda na significação do fator situação, isto é, no fator posição geográfica.

Em páginas de admirável sentido geográfico, já traçou Everardo Backheuser as diretrizes geo-políticas da evolução do nosso continente.

Prova isso tudo, quanto o estudo da posição relativa deve constituir um incentivo para aprofundar os estudos dos meios físicos que condicionam a distribuição dos seres sobre a superfície da Terra.

O norte-americano conclui mostrando quanto devem estar alertas o espírito do geógrafo-estudante e sua capacidade de observar, de apreciar paisagens, de notar os significados das coisas no horizonte. Em suma, precisa tornar-se um *viajante inteligente*.

Um viajante deste quilate, penso eu, é dos que estariam prontos a abrir e fechar janelas de seu compartimento, não talvez para eliminar senhoras exigentes e recalcitrantes, mas para distraí-las de seus males supostos e mostrar-lhes paisagens, explicá-las e desviá-las da geografia de nomes de lugares, das secas enumerações e também das grandes elaborações cerebrais da geografia-filosófica, tendenciosa e vazia.

Mas que podemos fazer prezados colegas? De todos os lados, ouvimos toques de corneta, sons desafinados dos que pretendem guiar a geografia, em vez de ser guiados por ela. É música diabólica; e nós, nos achamos como aqueles sentenciados que, ouvindo no pátio da penitenciária o *jazz-band* organizado para sua distração, protestaram junto ao diretor do estabelecimento, lembrando que o *jazz* não tinha sido incluído na sentença a cumprir... Eu também protesto, mas meu *jazz-band* está terminado, e outro, mais eficiente, talvez esteja à espera de meus pacientes ouvintes. Boa noite!

## A Zona Pioneira do Norte-Paraná

*Geografia* — Associação dos Geógrafos  
Brasileiros — S. Paulo — n.º 3 — ano 1  
— 1935 — págs. 221 a 236.

PIERRE MONBEIG  
Prof. de Geografia da Universidade  
de São Paulo

A tentativa de classificação e de delimitação das regiões naturais do Estado de São Paulo, apresentada pelo Prof. Deffontaines no último número de *Geografia*<sup>1</sup> é, na verdade, um convite para o trabalho.

Estamos de posse de um quadro geral que se trata de aperfeiçoar e dentro do qual se devem inscrever estudos precisos. A Associação dos Geógrafos Brasileiros deu início a uma tarefa que deve levar a cabo; desejaría — neste artigo — ocupar-me mais particularmente de uma região que — se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná — não deixa de ser de fato uma região de economia paulista. Em nota e na conclusão de seu artigo, Deffontaines assinalou o interesse da tentativa de colonização efetuada pela Companhia Terras Norte do Paraná e do avanço pioneiro que acompanha os progressos da via férrea São Paulo-Paraná. Depois dos estudos da American Geographical Society<sup>2</sup> sobre as zonas pioneiras australiana, canadense, mandchuriana e outras, resta estudar a faixa pioneira brasileira. É pois um início de estudo neste sentido que se vai tentar aqui, não somente descrevendo esta própria faixa, como procurando também o que o conhecimento desta pode trazer para o esclarecimento de problemas, muitas vezes, remotíssimos, no tempo e no espaço.

A região, atualmente em via de derrubada, do norte do Paraná corresponde ao prolongamento do grande arco de círculo dos arenitos de Botucatu que, em território paulista, formam um solo particularmente fértil pela decomposição superficial dos diabases da terra roxa; os afluentes do rio Paranapanema entre o rio Tibaji e o rio Pirapó isolam longas ondulações cuja altitude se eleva sensivelmente para o lado do oeste: Santa Mariana acha-se a 460 metros de altitude, Cornélio Procópio a 680, Rolândia a 765 e Araçongas a 810; como se vê, a elevação é sensível e se traduz na vegetação pelo aparecimento progressivo da araucária, espalhada aqui e acolá e rara até Rolândia, entretanto mais densa em Araçongas. Seria interessante determinar com exatidão a transformação da vegetação com dados climatéricos; infelizmente não há senão quatro anos de observações e tôdas efetuadas em Londrina. A média anual das precipitações foi, neste período, de 1 517 milímetros com um máximo de 1 599 milímetros em 1931; para o correr do ano os gráficos indicam um período de seca que vai de abril a agosto mas que não é uniforme: cada ano, depois de uma diminuição rápida de março a abril, nota-se um aumento de precipitações em maio (em 1933 e 1934 particularmente); as indicações do termômetro completam o caráter do clima dividindo-o em duas estações distintas. As baixadas estão sujeitas a geadas mais freqüentes e mais fortes que no Estado de São Paulo. Assim se desenha o quadro no qual o homem dá batalha à floresta.

Desde 1929, a Companhia Terras Norte do Paraná empreendeu a divisão em lotes de uma parte de seu patrimônio, a oeste da nova cidade de Londrina, a 24 quilômetros a oeste de Jataí (sobre o rio Tibaji); a venda destes lotes começou antes da chegada da via férrea. Sobre que massa humana iam

<sup>1</sup> Pierre Deffontaines: Regiões e paisagens do Estado de São Paulo — *Geografia* — Ano I, n.º 2, págs. 117 a 169.

<sup>2</sup> Isalah Bowman: Pioneer Fringe — Cooperative Studies Pioneer Settlement. Special Publication n.º 13 ch 14 da American Geographical Society.

apoiar-se os recém-chegados? Qual a base que ia achar o novo povoamento? Não há dúvida que já havia um povoamento, e como consequência caminhos e culturas; mas pode-se imaginar em que estado primitivo! Se, de um lado, a colônia Jataí figura no mapa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, daí em diante, para oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante e uma cultura que se limita ao milho. Quanto aos caminhos, não são senão picadas que trepam pelas encostas e descem por elas bruscamente com a única preocupação de chegar o mais rapidamente possível ao ponto de aguada onde se acha o arranchamento: as montarias são capazes de esforços formidáveis e suportavam tal estado de coisas; não deveríamos falar no passado, pois a uns cem quilômetros a montante de Jataí, sobre as margens do Tibaji, este estado de coisas ainda subsiste. Tem-se, a tentação, às vezes, de considerar este esforço rudimentar do caboclo como um esboço longínquo da verdadeira colonização, porém bem longínquo para falar a verdade; particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. A colonização moderna teve que criar tudo.

Este problema das origens de um povoamento é particularmente atraente para quem está habituado a observar civilizações rurais evoluídas, cujos segredos não se acham diretamente inscritos no solo, mas muitas vezes mergulhados nos tombos dos arquivos. O povoamento do norte do Paraná, ainda em via de gestação, compõe-se de dois elementos distintos porém inseparáveis: de um lado centros urbanos, de outro, habitações geralmente espalhadas dos colonos propriamente ditos. O desenvolvimento rápido das aglomerações é a prova mais imediata e mais tangível do sucesso do empreendimento: no mês de maio de 1935 o número de lotes urbanos vendidos desde 1930 elevava-se a 1 147, cada qual com área de 500 a 750 metros quadrados. A verdadeira capital atual é Londrina, fundada em 1931, a 24 quilômetros além de Jataí. Esta última vila, desde 1931 até 1935 era a última estação servida pelo caminho de ferro; uma boa estrada e um serviço regular de "jardineiras" garantia a ligação entre estes dois centros. O primeiro trabalho de derrubada em Londrina teve lugar em agosto de 1929 e a estrada de rodagem aí chegava em janeiro de 1930. As duas primeiras casas foram os escritórios da companhia de colonização e um hotel, como aliás se deu nas outras cidades da região. O número de construções que era de 400 no fim de 1933 é hoje superior a 600; a população é superior a 3 000 almas. Em Nova Dantzig e em Rolândia o número de casas é, respectivamente, de 90 e 60 (note-se que Rolândia data do mês de agosto de 1934 tendo lá chegado a estrada de rodagem em abril). Enfim, desde os últimos dias de abril de 1935, a futura cidade de Arapongas conta um habitante — um francês. Para cada uma destas pequenas cidades está estabelecido um plano exato de urbanismo, que já se nota em aplicação em Londrina. É claro que não se deve esperar achar aí os últimos confortos; as ruas são cuidadosamente traçadas; nas grandes chuvas, porém, a lama avermelhada as cobre; as casas são de construção extravagante, entretanto a higiene é perfeita: o problema do abastecimento de água potável foi resolvido sem grandes dificuldades, a encosta sobre a qual está construída a cidade facilita o escoamento das chuvas e evita a estagnação das águas com seus conseqüentes perigos. A declividade do terreno e a umidade trazem como consequência a construção sobre estacas da maioria das habitações; umas sessenta construções em tijolos escapam à necessidade das estacas; e dão a Londrina um aspecto de cidadezinha bem estabelecida e com futuro garantido. Em uma região de derrubadas as aglomerações são, antes de mais nada, centros de abastecimento local e focos da pequena indústria indispensável aos trabalhos da lavoura, mas deve-se acrescentar que em Londrina — devido à aproximação da mata — há uma indústria de madeira: umas dez serrarias estão em plena atividade. Existe também uma outra em Nova Dantzig. Em Rolândia e Nova Dantzig a floresta está ainda muito próxima das habitações: a paisagem que se descortina aí lembra uma aldeia de lenhadores da Europa. Mas o fato é que a função essencial destes centros é de ser o mercado de abastecimento e de exportação para o grande número de pequenos lavradores invisíveis pelo fato de estarem espalhados dentro da mata.

Fora Londrina, são raras as aglomerações, a não ser Nova Dantzig e Rolândia: o mesmo modo de ataque da mata por lotes cuidadosamente marcados, traz como consequência a dispersão dos homens. Às vezes, ao circular pelos lo-

tes, acha-se um grupo de cinco ou seis casas; talvez seja pelo lado étnico que se deva procurar explicação destas raras aldeolas alemães e principalmente japonesas. A maioria, porém, das duas a três mil famílias de colonos vive isolada, cada uma no seu lote. Ao tomar posse de seu quinhão, o recém-chegado começa por construir um abrigo rudimentar — um rancho — feito de bambus e de cana de milho instalado à margem de um riachô, não tanto pela necessidade do abastecimento de água para a família, pois é praxe proceder-se logo ao estabelecimento de um poço, como principalmente para poder abeberar o pequeno rebanho de animais domésticos: porcos, burros e às vezes bovinos. Depois desta primeira instalação começa o trabalho definitivo: construção da futura casa de morada, a meia encosta desta vez, e enfim a derrubada. Quase tôdas as casas são feitas de troncos de palmitos cortados pelo meio, no sentido longitudinal, e o telhado é constituído por pequenas tabuinhas de madeira dispostas como telhas. O chão interno preparado de modo grosseiro é de terra socada; duas ou três janelas providas de taipas de madeira garantem a aeração das peças separadas por tabiques de troncos de palmitos que não chegam até o teto. Perto da casa de morada são construídos os ranchos necessários ao serviço da lavoura: a “manjuira” onde secam os grãos de café e as espigas de milho, o galinheiro e o inevitável chiqueiro para criação de porcos. Às vezes, uma morada construída por imigrantes alemães mostra um acabamento melhor: paredes de tábuas serradas e reunidas com cuidado, soalho de tábuas, janelas maiores, e como supremo luxo uma adega de alvenaria de pedra — motivo de um justo orgulho neste pequeno domínio onde tudo é de madeira desde a boca do poço até o lavador de roupa.

Enquanto se processa a construção da casa de morada, começa a derrubada cuja técnica já foi meticulosamente descrita por Deffontaines; não há pois necessidade de repeti-la; os processos, aliás, variam pouco. No norte do Paraná, como em outros lugares, a derrubada é raramente feita pelos próprios colonos. O mais comum é entregar este serviço a trabalhadores especialistas, na maioria caboclos da região ou então a turmas de *baianos* que costumam empreitar este gênero de serviço. Às vezes são lenhadores dos países bálticos que se encarregam deste trabalho. Outras vezes — mas isto raramente — dois ou três colonos vizinhos se reúnem e fazem um “mutirão”. No meio dos troncos, apenas derrubados, o colono começa a semear o milho ou, nas colônias japonesas, o arroz. Com o feijão, que dá duas colheitas por ano, acha-se assim garantida a subsistência da família por um ano, com ligeiro complemento tirado do pequeno capital inicial indispensável. Do segundo ano em diante o colono pode tirar algum lucro do seu algodão ao qual virá juntar-se o café no fim de mais dois anos. Estes dois produtos garantem, com a venda de porcos, o dinheiro necessário para o pagamento final do lote, para a compra de roupas e das ferramentas indispensáveis. Mas ao mesmo tempo que a produção cresce, ela tende a variar. Quando se fala de zona “pioneira”, deve ter-se em vista que a zona é de policultura: traço distintivo da colonização atual da do último século ou dos princípios do século XX. É provável que o caráter tropical atenuado do clima e da vegetação é causa quase certa do fato; a isso se deve acrescentar com mais probabilidade a mistura étnica do contingente de imigrantes: a difusão pelos japoneses do arroz de espigão e de certas técnicas asiáticas fornece uma prova nítida da opinião emitida. Do mesmo modo, os colonos alemães, que quase todos entretanto já fizeram um estágio no Brasil, plantam absolutamente tudo que costumavam plantar na sua terra, espantados da excelência dos resultados obtidos: o trigo ou o centeio por exemplo. Entretanto alguns deles dizem que estas plantações são feitas como uma espécie de “divertimento agrícola”. O desenvolvimento da criação, acompanhada da cultura da alfafa com seis cortes por ano, as plantações de mamona são característicos das colônias alemães. Mais curiosa ainda é a tendência para a cultura de hortaliças a que os japoneses do norte do Paraná costumam se dedicar como seus compatriotas estabelecidos nos arrabaldes de São Paulo; ao lado das figueiras brancas, cujos troncos atravancam ainda o terreno crescem pés de alho, de ervilhas, tomates, pimentões e batata-doce que vão ser vendidos em Londrina. Entretanto ainda muito mais do que às tradições culturais trazidas por cada raça é a pequena propriedade que se deve atribuir a policultura: de fato, tôda a zona da Companhia Inglesa é território de pequenas propriedades. Não se contam senão duas fazendas de 200 alqueires e a grande maioria das explo-

rações agrícolas tem uma área variando de 5 a 25 alqueires; parece pois possível atribuir-se ao tipo médio uns doze alqueires. Detalhes no modo de venda dos lotes urbanos ou rurais mostram o desejo bem nítido da Companhia em criar um foco de pequenos proprietários agrícolas.<sup>3</sup> A tendência à policultura e à pequena propriedade se nota nos outros centros da zona "pioneira" paulista como o observava Deffontaines em relação à Araraquarense e à região de Marília. Estes focos modernos achando-se situados na faixa de terras brancas, arenosas ou em terras de massapé ou nas partes onde a terra roxa tem uma espessura relativamente pequena, a relação entre a pequena propriedade e as características do solo parece evidente. É ainda necessário não esquecer que se trata de uma organização nova da colonização com um financiamento de tipo novo: o grande empreendimento de tipo capitalista; e sendo assim, não se acha ele levado pela sua estrutura, pelas suas múltiplas ligações, pela soma de seus interesses a favorecer o retalhamento do solo entre um grande número de possuidores? As terras do norte do Paraná se contam entre as melhores e nada parece particularmente contra-indicado nas condições físicas para a formação de grandes fazendas de café (os cafezais atuais têm bom rendimento e as altitudes apropriadas não faltam) ou para vastas plantações de algodão. Constata-se, por outro lado que o mesmo grupo financeiro da Paraná-Plantation Limited ao qual pertence a Companhia de Terras do Norte do Paraná já efetuou em outros lugares vendas de terra de acordo com o mesmo tipo em solos diferentes. Assim pois, a pequena propriedade "pioneira" não dependeria ela da forma moderna de colonização tanto quanto da constituição biológica dos terrenos?<sup>4</sup> O exemplo vizinho da colonização de Cornélio Procópio — onde se nota a preocupação de constituir um centro do tipo tradicional paulista da fazenda, apenas modernizado por uma especulação acessória de vendas de lotes de terras principalmente urbanos — parece-nos um argumento a mais para que se façam estudos neste sentido. Entre estes dois pontos tão vizinhos de Londrina e de Cornélio Procópio, não somente é necessário notar uma diferença no modo de regime de terras como ainda um contraste total de paisagem rural, pois, de fato, é uma paisagem rural que se está constituindo no norte do Paraná. O viajante, vindo de Ourinhos, ao chegar à estação de Cornélio Procópio, depois que seu trem galgou uma grande subida, descortina uma paisagem extensa: ao redor das casas ainda espalhadas de Cornélio Procópio o café domina ainda; os cafezais mais velhos têm cinco a seis anos de existência e dão mostra de farta colheita; entre os carreirões, o milho e o algodão fornecem o aspecto clássico do cafezal paulista. Ao pé da aglomeração, porém, se estende ainda a mata, e até nove ou dez horas da manhã, uma renda de neblina assinala os riachos que a atravessam. As partes altas foram derrubadas antes de mais nada para evitar as geadas nas partes mais baixas; a conquista da terra à custa do mato efetuou-se contornando o centro de povoamento, isto é, em torno da estação.

Entre Londrina e Arapongas nada de semelhante: acircular em automóvel sobre a estrada de rodagem que liga as diversas aglomerações, tem-se a impressão que a mata ficou quase inviolada e o carro passa entre as duas paredes de árvores da floresta. Para lobrigar a terra já derrubada, é preciso tomar um caminho perpendicular à estrada descendo para a água à margem da qual se acha a casa do colono: a tática é pois inversa da seguida em Cornélio Procópio na região cafeeira; a cultura sobe da baixada para a parte alta do lote. Pode-se, quase pela certa, distinguir as parcelas mais antigas atacadas pelo machado e pelo fogo: são aquelas onde a cultura vai beirando a estrada.

E podemos agora imaginar como se vai organizar lentamente a estrutura agrária do país: cada parcela encosta pela parte alta na estrada, pela parte baixa no rio; os planos racionais, que recortam o território em lotes a venda, permitem perceber o desenho das parcelas mais longas do que largas, em declive mais ou menos forte, mas sempre em declive, descrevendo uma auréola

<sup>3</sup> A frente dos lotes urbanos é calculada de modo que baste para a construção de um prédio; mas é praticamente indivisível. Previu-se também, à volta de cada cidade, uma zona de floresta que se deve conservar intacta para evitar possíveis especulações.

<sup>4</sup> Seria interessante procurar as relações eventualmente existentes entre a tendência à pequena propriedade e as variações do preço do café.

em torno de cada cabeceira de rio, de maneira a permitir a todos o acesso à água; êste sistema, aliás, obriga a fachada sôbre o rio a ser mais estreita do que a fachada sôbre a estrada.

Êste desenho é o mesmo que se encontra na planície aluvial de Santos para as plantações de bananeiras. Eis pois uma organização que está bem longe da magnífica simplicidade dêstes lotes quadrados ou retangulares perfeitos da planície canadense ou americana; podemos verificar imediatamente a utilização do relêvo por um empreendimento de colonização bem concebido. Não é sômente a necessidade de acesso à água que dá origem à disposição das parcelas; não são tão pouco, como na Europa, as condições do emprêgo de certos arados ou a sobrevivência de regimes agrários desaparecidos ou influências étnicas; esta disposição de lotes teve por fim dar maior valor a cada um dêles pelo fato de ter saída sôbre a estrada. O mapa mostra, de fato, que poucas explorações agrícolas se acham afastadas a mais de três quilômetros de uma grande estrada de rodagem; além disso dispõem de caminhos para ter acesso a esta estrada. A estrada de rodagem, pois, mais do que a água, decide da constituição da estrutura agrária.

Ê é evidente que encontramos de novo aqui o problema comum a todos os países tropicais — o problema das vias de comunicação — problema complexo pois é inseparável das condições de povoamento e de economia mas também das condições técnicas. Ê preciso, principalmente, levar em conta a violência das chuvas que bem depressa carregam uma estrada traçada em declive um tanto forte; é preciso também lembrar que as passagens no fundo dos vales podem facilmente ficar obstruídas; acresce que no norte do Paraná o solo de terra roxa se torna rapidamente um imenso lamaçal.

Tôdas estas considerações determinaram a localização sistemática das estradas, (destinadas a um tráfego apreciável e nas quais a regularidade é de necessidade primordial) nas partes mais altas: a estrada segue, quanto possível, o espigão: com ligeiras exceções, os duzentos quilômetros de estradas de rodagem construídas pela Companhia Terras do Norte do Paraná são estradas de espigão. A posição e a direção retilínea destas estradas apresentam uma curiosa analogia com as estradas construídas na Gália pelos colonizadores romanos. O sistema rodoviário determina assim a disposição dos lotes que se articulam de lado a lado da nova estrada como sôbre um eixo. Há neste sistema, além disso, um processo cômodo para delinear no terreno a pequena propriedade. Em campos bem diferentes e cultivados há longos séculos, nas planícies da França ou da Inglaterra, encontra-se de novo esta mesma disposição das parcelas da pequena propriedade, mais longas do que largas, tôdas paralelas e muitas vêzes dependentes das estradas; aqui como lá — guardadas as proporções entre a escala da Europa superlotada e a da floresta brasileira — pode-se observar "a menos imperfeita das soluções que pode ser dada a um problema susceptível de apresentar-se em tôdas as sociedades agrícolas e em tôdas as épocas: isto é, a partilha de uma terra em pequenos quinhões de valor igual".\* Está assim pois explicado um dos elementos essenciais da paisagem geográfica: a disposição das parcelas cultivadas.

As malhas apertadas da rêde de estradas e caminhos através dos lotes do norte do Paraná garantem as relações regulares entre os colonos e as aglomerações urbanas em vias de se constituírem. Mas saindo-se das terras da Companhia, acabam-se as estradas utilizáveis para a circulação automobilística. Para o lado do oeste, a mata permanece ainda inviolada e para leste, apesar dos progressos do povoamento, as ccisas se acham quase no mesmo estado. Entregou-se uma estrada à circulação, entre Jataí e São Jerônimo, em 1935, mas vai ela margeando o rio Tibaji e é pouco praticável. Queira a gente transportar-se, depois de alguns dias de chuva, para Santa Mariana, e o motorista contratado negar-se-á peremptoriamente; mesmo com bom tempo, os caminhos são de tráfego precário. Únicamente a linha férrea da Companhia São Paulo-Paraná liga Londrina a Ourinhos, ponto avançado da economia paulista. A faixa "pioneira" não pôde estabelecer-se senão com a penetração da linha férrea; pois raros foram os colonos corajosos que se abalçaram a fazer

\* Bron: *Essai sur la formation du paysage rural français*, page 45. Tours 1934. 162 pages.

derrubadas e queimadas na mata virgem, quando a ligação com o mundo exterior não era possível senão por meio de raras picadas. Foi em 1929 que a empresa colonizadora britânica — deixando de lado um primeiro projeto de estabelecimento de um ramal da Sorocabana que, partindo de Presidente Prudente teria alcançado Londrina — resolveu explorar de novo uma linha já existente que ia de Ourinhos a Cambará e servia algumas grandes fazendas recemtiíssimas; a São Paulo-Paraná progrediu rapidamente a julgar pelos dados seguintes: a linha férrea chegou a

Ingá — quilômetro 57, em abril de 1930  
 a Bandeirantes — quilômetros 82, em julho de 1930  
 a Cornélio Procópio — quilômetro 124, em dezembro de 1930  
 a Jataí — quilômetro 184, em maio de 1932.

Os trabalhos de construção de uma ponte sobre o Tibaji retardaram um pouco este surto, mas os trens já servem a Londrina desde julho de 1935 e espera-se chegar a esta cidade para o Natal (236 quilômetros) e continuar em seguida para Arapongas e em prazo mais dilatado até às fronteiras do Paraguai no rio Paraná. Ao mesmo tempo ligar-se-á a linha a Curitiba e ao pórtio de Paranaguá. A medida que a linha avançava os homens seguiam os trilhos, passando dos ranchos dos trabalhadores da linha para vagons velhos sem rodas estabelecidos sobre pilastras de tijolos e por fim aos arranchamentos das cidades nascentes: Bandeirantes, Cornélio Procópio por exemplo. Algumas pequenas colônias japonesas estabeleciam-se afastadas da estrada de ferro.

Apesar da suspensão do tráfego por três meses em 1932, durante a revolução, o número de viajantes foi o seguinte: 68 086 em 1931; 50 958 em 1932; 99 401 em 1933 e 111 707 em 1934. O tráfego de mercadorias progredia no mesmo ritmo; sua discriminação em diversos elementos permite distinguir a orientação da produção na zona "pioneira".

PRODUTOS (EM TONELADAS)	A N O S			
	1931	1932	1933	1934
Arroz .....	732	632	929	733
Trigo .....	820	582	945	1 352
Açúcar .....	755	558	664	983
Algodão .....	5	10	270	1 798
Milho .....	9 593	6 634	15 439	14 548
Café .....	1 946	1 543	3 480	6 899
Feijão .....	2 039	1 371	1 365	3 236
Madeira .....	422	867	6 903	10 745
Porcos .....	940	3 498	8 590	15 435

A parte preponderante do café nos primeiros anos é devida à existência de plantações, situadas entre Ourinhos e Cambará, já capazes de produzir quando a linha férrea foi aberta ao tráfego; a diferença entre os anos 1933 e 1934 é devida ao aparecimento no mercado das colheitas dos cafezais novos de Santa Mariana e — em menor quantidade — de Londrina; a febre de algodão que reina em São Paulo teve sua repercussão no norte do Paraná e, aliás, com certo sucesso, pois as fibras de Londrina foram objeto de cotações interessantes na Bolsa de Mercadorias de São Paulo; enfim o aumento das derrubadas e os progressos da indústria da madeira se traduzem pelo aumento de tonelagem da madeira transportada; enquanto que de Ourinhos para Londrina a intensificação do povoamento é marcado no tráfego ferroviário por uma maior tonelagem de trigo.

Estes dados estatísticos mostram a parte que a estrada de ferro tomou nos progressos da economia da zona do norte do Paraná. Mas limitar a ação da estrada de ferro à esfera econômica, situá-la — por assim dizer — como posterior ao povoamento, faria negligenciar um dos aspectos clássicos do trilho como

agente de povoamento. *Railways as Pioneers* escreve Isaiah Bowman no seu belo livro sobre a faixa "pioneira"; e ele indicou sucintamente a importância do raio de ação da via-férrea. É um outro exemplo desta importância que é despertado pelo estudo da localização das cidades criadas pela Companhia Terras do Norte do Paraná. De fato, para cada uma destas cidades artificiais, a escolha da situação exata pôde — por certo — ser determinada por condições exclusivamente locais e intimamente ligadas ao meio natural: em Londrina, por exemplo, um declive de inclinação média exposto ao norte, a facilidade do abastecimento em água. Mas o mapa ensina — e o inquérito confirma — alguma cousa mais. Qualquer que seja a cidade, esta se acha à margem da estrada de rodagem e da estrada de ferro, e em relação a estas, de um lado sempre o mesmo — o norte — por causa das vantagens de exposição assinaladas mais acima. A relação entre as aglomerações e as vias de comunicação é estreita, nada há nisto de surpreendente. Mas muitas outras localizações reúnem as mesmas vantagens de situação; porque, então, esta escolha e não qualquer outra e principalmente porque esta regularidade das distâncias entre as estações e por conseguinte entre as cidades? 13 quilômetros de Londrina a Nova Dantzig, 12 de Nova Dantzig a Rolândia, enfim 15 quilômetros até Arapongas: esta constância é pensada, é o resultado de um plano maduramente concebido. Entre cada estação, colono algum se achará a mais de 5 ou 7 quilômetros de distância, facilíma a ser percorrida a pé e ainda mais a cavalo: o meio mais comum de locomoção. O isolamento econômico e a solidão são, dêste modo, muito atenuados. Em muitos lugares da Europa, tratar-se-ia de suprimir estações tão vizinhas. O raio de ação destas estações determinou a localização dos centros de povoamento urbano; está bem entendido que não se pôe neste epíteto idéia alguma de massa de habitantes, mas simplesmente a idéia da função comercial e também social (médicos e farmacêuticos não tardam a instalar-se nas cidades da zona pioneira).

O papel representado pela estrada no delineamento dos lotes nos quais residem os colonos, a estação o exerceu para a localização das aglomerações. Dêste modo notamos a mesma vontade de organização na criação da pequena propriedade. Não há que admirar na colonização do norte do Paraná uma concepção nova dos colonizadores. Estes não utilizaram senão o que uma experiência secular ensinou aos paulistas. E por isso mesmo, não se deve ficar surpreendido de achar de novo em Londrina o que se pode observar em outros pontos da faixa pioneira paulista. Muito empirismo aplicado em grande escala e aplicado racionalmente, eis o que caracteriza a colonização do norte do Paraná e a torna interessante: é uma colonização "planificada" para usar-se um termo em voga. É também uma colonização — não mais de francos atiradores ou de associação familiar — mas do tipo de economia capitalista moderna.

# Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo

*Annales de Géographie* ns. 253 et 254 —  
XLV.e année — 15 jan. et 15 mars 1936

PIERRE DEFFONTAINES  
Da Universidade de São Paulo

## PRIMEIRO ESBOÇO DE DIVISÃO REGIONAL

### II

#### A depressão periférica permiana

A zona dos terrenos cristalinos sucedem a oeste as das rochas sedimentares que estreitam no Estado de São Paulo pela série permiana.\*

Ela é formada por rochas variadas, chistos argilosos, arenitos brancos cálcicos e sobretudo filitos ou depósitos que parecem de origem glaciária, às vezes em blocos erráticos estriados. Todos estes terrenos são em geral muito tenros, salvo algumas intrusões de diabase que os atravessam e que determinaram cômoros ligeiramente salientes; a sua decomposição, misturada à areia permiana, dá um solo vermelho denominado *sangue de tatu*. Estas camadas permianas são dispostas ao longo de um crescente entre as zonas das serras cristalinas, de cristas mamilosas, a leste, e a zona de serras tabulares do trias a oeste; elas se estendem desde Casa Branca à fronteira do Paraná, constituindo uma espécie de larga depressão periférica, quase sem relêvo, vasta campina onde os rios correm desenhando numerosos meandros divagantes, em vales de fundo quase chato e muito largos; é na entrada do permiano, ao sair das gargantas graníticas, que começa em geral a navegação fluvial, por exemplo no Tietê, a partir do salto de Itu. O clima é mais extremado e continental por efeito da disposição em depressão fechada e também por causa do solo, em geral arenoso, que se esfria e aquece mais facilmente. Batizou-se muitas vezes esta região de *terra fria*. Por isso as geadas se dão cada ano no inverno, mesmo no norte, em direção a Cascavel, tornando aleatórias as plantações de café; pelo contrário os calores estivais são extremos; registrou-se em Tatuí o máximo de todo o Estado: 42°. As precipitações são mais raras, em geral menos de um metro, e caem no verão quase unicamente sob a forma de chuvas torrenciais; no solo friável, estes aguaceiros bruscos cavam numerosos pequenos aparelhos torrenciais de paredes abruptas e que facilmente desmoronam, chamados *boçorocas* ou *moçorocas*.

Tais condições de solo e clima não são nada favoráveis à floresta; estas terras em grande parte, eram campos naturais, mais ou menos invadidos por uma vegetação arbustiva baixa e xerófila, dando os cerrados.†

Trata-se, por destinação natural, de uma zona de pastos onde o gado vagava outrora em liberdade através de propriedades sem limite certo, os *campos gerais*; isto impunha a prática de marcar o gado; era-se por isso mais proprietário de uma marca que dum domínio. Muitas terras ficaram por muito tempo devolutas, a tomada de posse foi menos intensa que em outros lugares.

A falta de florestas e de relêvo fez desta zona uma terra de eleição para a circulação: ao norte abria-se o caminho de Minas por Moji Mirim, contornando o obstáculo de Mantiqueira e das serras cristalinas; a oeste se alongava o caminho para o Paraná pelos grandes campos de Itapetininga.

\* O B.G. n.º 24, ano II, referente ao mês de março de 1945, publicou a 1.ª parte deste trabalho.

† Os terrenos devonianos não são representados senão no extremo sudoeste na fronteira do Paraná.

‡ Moji Mirim se chamou outrora Moji dos Campos por causa da paisagem que a circundava e que se opunha à paisagem florestal imediatamente a leste sobre as serras graníticas.

### A zona permiana do norte

Nesta zona monótona existem contudo, inscritas pela natureza ou pelo homem, algumas variedades. Na parte setentrional de Palmeiras a Moji Mirim, a série permiana compõe-se na sua maior parte de areia branca, infértil, coberta de um cerrado ruím, povoado de barbatimão, árvore, utilizada no curtimento de couros; a única exploração é a do gado, em grandes domínios, com 500 alqueires em média de área.<sup>7</sup> As fazendas desta região diferem singularmente das das serras cristalinas que lhe são contíguas a leste e onde reina a pequena exploração cafeeira de menos de 30 alqueires; o preço da terra, de 100 a 200 mil réis o alqueire na zona permiana, é de um conto na zona cristalina; trata-se de um dos lugares onde as oposições de região e de paisagem são mais marcadas; esta oposição se nota também com relação aos meios de transporte; a zona campineira utiliza a circulação em carros de boi, enquanto nas serras de café a circulação se fazia no lombo de burros por tropas. Naturalmente as cidades se instalaram nas linhas de demarcação entre as duas paisagens: Moji Mirim, Cascavel, Casa Branca. Passava por aí a velha estrada que servia de transporte ao gado que descia de Minas para ser engordado nesta zona de erva; as fazendas são sobretudo invernadas, isto é, estações de engorda para os rebanhos que chegam das zonas pioneiras do norte e do oeste; o caminho de Franca, chamado *estrada francana*, é ainda um dos mais importantes caminhos de boiadas.

Naturalmente a população, por efeito da exploração extensiva de gado, é muito pouco densa (10 habitantes por quilômetro quadrado no município de Moji Guaçu). Em nossos dias, é verdade, assiste-se a uma evolução: ao inverso da zona de serras cristalinas muito povoada, mas em vias de despovoamento, a zona permiana, pouco habitada, se povoa rapidamente. A terra convém bastante a certas culturas alimentares: mandioca, milho; o algodão se adapta também a êstes solos leves e mais ainda as laranjas e abacaxis, produções estas que convêm à pequena propriedade. De alguns anos a esta parte, os operários agrícolas da zona cristalina vizinha, onde o café está em decadência, compram lotes baratos à volta de Moji Mirim, de Conchal ou de Araras. As culturas tomam o lugar dos pastos, vêem-se construir novas casas, o preço da terra dobrou; a região campineira, antigamente só pastoril, conquista uma função e uma paisagem agrícolas.<sup>8</sup>

### A zona permiana ao redor de Campinas

A parte central do grande crescente das terras arenosas se estende de Araras e Moji Mirim ao norte, até Sorocaba a Tatui ao sul; a série permiana atinge aí sua maior largura, 120 quilômetros do salto de Itu a Piracicaba: atinge aí também seu maior valor; os solos são melhores, as numerosas manchas de diabases dão excelentes terras roxas, e o permiano apresenta aqui um fácies cálcico fértil. Importantes rios confluem para aí; o Tietê, Capivari, Piracicaba, Sorocaba, Juqueri, abrindo largos vales ladeados por belos terraços aluviais escalonados que vão bruscamente se apertar a oeste, depois da entrada na *cuesta* de arenitos.

No centro da região se acha Campinas, cidade marginal como as demais aglomerações da zona permiana, situada no ponto em que a estrada que vem de São Paulo penetra na região sedimentar, depois da travessia das serras cristalinas, de leste. E por esta cidade que se iniciou todo o povoamento e a exploração das regiões do oeste; foi a mais antiga "bôca de sertão".

As culturas são aí antigas; em primeiro lugar o algodão, outrora algodão arborecente, hoje algodão anual, selecionado, de fibras cada vez mais compridas. Importantes usinas são ligadas a esta produção, especialmente em Sorocaba (grande indústria têxtil de Votorantim). Ao norte da zona, o açúcar domina; foi e ainda é a principal região açucareira — e note-se que até 1850

<sup>7</sup> A firma Armour possui uma propriedade de 3 000 alqueires, a Nestlé construiu em Araras uma usina de leite condensado.

<sup>8</sup> No município de Moji Mirim contam-se já 2 500 000 de abacaxizeiros repartidos em pequenos domínios recentes.

a cana ocupou o primeiro lugar na produção do Estado, então província; hoje as maiores usinas de açúcar estão aí localizadas: usina Ester em Cosmópolis, Sucreries Brésiliennes em Piracicaba, Pôrto Feliz, Vila Rafard, Santa Bárbara. A cultura do fumo também teve aí no passado algum desenvolvimento, e ainda é ativa ao redor do Tietê; da mesma forma as plantações de abacaxis são abundantes no distrito de Boituva (4 500 000 pés); as laranjeiras progridem nos municípios de Vila Americana e Campinas. É portanto uma zona de antiga policultura onde os cereais estão muito disseminados. O Instituto Agrônômico de Campinas e a Escola Agrícola de Piracicaba indicam por sua presença o valor agrícola destas regiões.

Esta policultura, rara outrora no Estado de São Paulo, está em relação com um povoamento bastante denso e uma propriedade bastante retalhada; a densidade se mantém entre 40 e 60 habitantes por quilômetro quadrado. Os escravos representaram aí um certo papel, sobretudo em Campinas; mas a colonização branca do século XIX renovou totalmente o fundo da população. É uma das únicas zonas onde se tentaram colonizações oficiais e onde elas tiveram sucesso: Nova Odessa, Campos Sales, Vila Americana.

As cidades são quase tão numerosas quanto ao norte e quase tão antigas, tendo conservado muitas vezes um certo cunho colonial, com suas velhas moradias de beiral saliente, suas ruas estreitas e às vêzes sinuosas: Itu, Piracicaba e sobretudo Campinas que pôde disputar, num dado momento, com São Paulo, o primeiro lugar no Estado.

### A zona permiana a oeste de Sorocaba

Esta zona permiana central está separada da zona ocidental por um pequeno maciço que rompe em *horst* os terrenos arenosos e deixa aparecer rochas eruptivas nefelínicas muito duras; é o maciço de Ipanema, onde se começa a explorar a apatita.

Todo o oeste permiano é ocupado por grandes campos pobres, de barba-de-bode, zona de erva e não de arbustos como na parte norte, campos limpos e não cerrados. Foi aí por excelência o domínio de criação. Por muito tempo os terrenos se conservaram sem delimitação de propriedade, campos gerais ou *reiúnos*, prolongando-se no Paraná. Estes terrenos descobertos serviam de pasto, mas sobretudo de invernadas, isto é, campos de repouso para o gado vindo de fora. O tráfico não era composto de bovinos, como no norte, mas sobretudo de burros; estes animais vinham do Sul, dos territórios chamados das Missões (Rio Grande do Sul, Uruguai e mesmo Corrientes na Argentina); os burros chegavam em tropas de muitos milhares de cabeças, eram deixadas a engordar durante alguns meses nas invernadas à volta de Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí Pilar...; vendiam-se depois nas grandes feiras de Sorocaba; as vendas anuais ultrapassavam 50 000 cabeças. Estes burros, vindos das zonas meridionais mais ricas em ervas, serviam para fornecer animais de carga para as zonas de plantação e de minas do norte, mais tropicais e menos favoráveis à pecuária; viam-se nestas feiras compradores de Minas, Rio e mesmo da Bahia. A aglomeração de Sorocaba, situada como sempre na orla dos campos e da região das serras cristalinas era a capital marginal de toda esta região de criação; ela concentrava, além do negócio de gado, uma indústria especializada: fabricação de selas, estribos, correias; cidade de feiras para onde afluiam os alquiladores, era também cidade de luxo e prazer, retendo por suas joalherias e casas de deboche uma parte do dinheiro ganho pelos *muladores*. Os outros centros não eram senão pousos, isto é, estações de parada no caminho dos muelles, *estrada real*, como se chamava esta artéria essencial na economia do Brasil; eram povoados de ranchos, espécie de hospedarias de descanso; Itapetininga, Capão Bonito, Itararé...

Toda esta atividade pastoril diminuiu bem nos nossos dias: as feiras de Sorocaba quase desapareceram, as tropas não chegam mais senão em número muito reduzido. As províncias meridionais substituíram a antiga exploração extensiva da pecuária por um aumento de cereais e as regiões do norte se puseram a produzir o gado de que necessitavam; o caráter complementar do Norte e do Sul brasileiros por isso se atenuou. As invernadas de burros foram

transformadas em pastos para bovinos, cavalos e porcos; Itaporanga tem um rebanho suíno muito importante. Assiste-se também a um aumento da função agrícola. A cultura do algodão que se tinha iniciado na região central, em direção a Tatuí, progrediu para oeste, na direção de Avaré e Faxina.<sup>9</sup>

Estas culturas mantêm a indústria algodoeira de Sorocaba; há outras tece-lagens em Itapetininga e Faxina. O fumo também é um antiga produção em vias de desenvolvimento particularmente à volta de São Miguel Arcanjo e Itapetininga. Apesar destes novos horizontes agrícolas, esta zona se conserva ainda muito pouco povoada; atravessam-se imensos campos sem habitações; a densidade não se eleva nunca acima de 10 habitantes por quilômetro quadrado.

### A zona dos arenitos e das diabases

É a oeste e ao norte do grande crescente de areia permiana que se acham hoje as regiões mais prósperas e mais densamente povoadas do Estado de São Paulo; lá começaram os terrenos triássicos e cretáceos, em grande parte compostos de arenitos. Há em primeiro lugar uma larga formação de arenito vermelho, chamado arenito de Pirambóia, na base, e arenito de Botucatu no alto; são arenitos de grãos finos dum calibre uniforme de formação continental, resultantes dum antigo clima desértico. Estes arenitos mergulham ligeiramente para oeste e deixam aparecer uma outra formação de arenitos mais recentes: arenitos cinzentos, cálcicos, chamados de Bauru e classificados no cretáceo; são menos friáveis que os precedentes e formam na sua frente ocidental uma ligeira *cuesta*, muito retalhada. Mais longe para oeste, aproximando-se do rio Paraná, as camadas se revezam e os arenitos triássicos de Botucatu reaparecem; eles se espalham aliás largamente para fora das fronteiras ocidentais do Estado, e compõem em boa parte o planalto do Triângulo Mineiro, os campos do sul de Mato Grosso (*Vacaria*) e as florestas do norte do Paraná.

É sem dúvida uma formação muito importante; o que lhe empresta um valor todo especial, é a presença nas suas camadas de formações diabásicas, dispostas em *traps* e *dykes* eruptivos; ou estendidas em lençóis internos; a atividade eruptiva parece ter sido considerável no triássico e mostra toda sua potência na zona dos arenitos vermelhos; ela deixou também seus indícios, já o vimos, nas camadas permianas e mesmo nos terrenos cristalinos; é pelo contrário inexistente na época do cretáceo de Bauru que assim se acha privado destes ricos depósitos vulcânicos.

Estas diabases dão superficialmente uma terra de decomposição de côr vermelha violácea, e a célebre *terra roxa*, duma fertilidade maravilhosa por causa do seu alto teor de fósforo. Sua presença ou ausência transforma a paisagem; as zonas puramente de arenitos dão campos ou cerrados de solo arenoso, os afloramentos de terra roxa que não são mais aqui simples manchas como na zona permiana, mas constituem verdadeiros lençóis, trazem suntuosas florestas, freqüentemente mais ricas ainda que as da serra do Mar, como por exemplo a floresta de palmitos do norte do Paraná, cheias de jequitibás e de probas gigantes. Assim a paisagem acha-se entremeada de campos e de matas em relação direta com a constituição dos solos.

A presença ou ausência das diabases determina igualmente o relêvo; o rebordo do arenito, acima da série permiana, aparece em saliência quando é recoberto de bancos basálticos e forma assim uma *cuesta* descontínua, decomposta em pequenos maciços monoclinaes de escarpas abruptas para leste e declive suave e estrutural para oeste. Vêm-se aparecer acima das areias permianas montanhas bastante elevadas: serra da Fartura, ao sul de Piraju, serra do Palmital, a noroeste de Itapetininga, e sobretudo serras de Botucatu e São Pedro, encerrando o Tietê. Ao norte de Casa Branca, o trias está diretamente acima dos terrenos cristalinos, por efeito da ausência da série permiana.

Tôda esta zona de arenitos tem um aspecto tabular, com camadas quase horizontais, totalmente diverso da topografia remotamente dobrada da zona

<sup>9</sup> Em 1934 a safra de algodão foi tal que a Estrada de Ferro Sorocabana ficou literalmente atravancada.

cristalina de leste; as chapadas tabulares são a forma clássica das montanhas. Os rios atravessam estes largos platôs seguindo os declives conseqüentes, rios jovens, interrompidos por quedas numerosas devidas aos afloramentos de diabases resistentes (no Tietê, saltos do Avanhandava e Itapura).

O clima é caracterizado por calores e chuvas de verão que convêm muito bem ao café. É preciso contudo notar um abaixamento da temperatura para o sul onde as geadas são mais para temer e a vegetação mais tardia, ficando as plantações de café mais expostas.

A colonização não atingiu esta zona senão recentemente: Ribeirão Preto data de 1856, Botucatu aparece em 1855, Jaboticabal em 1867, São Manuel em 1885, Bauru em 1896, Agudos em 1898.

### As grandes fazendas de café

As diferenças nas paisagens humanas destas regiões provêm do grau de antiguidade dos desbravamentos; é preciso distinguir a zona de exploração mais antiga, anterior a 1900 e a zona atualmente pioneira. Na parte da colonização menos recente, as regiões onde domina a terra roxa, são por excelência regiões de café, estreitamente associadas à grande propriedade; era outrora a zona das mais belas florestas. A custa de vastas derrubadas a árvore cede lugar à cultura intensiva do café, não completamente contudo, e os cafézais estão longe de formar uma paisagem contínua. Os fazendeiros não puseram em exploração toda sua propriedade; manchas mais ou menos vastas de floresta virgem espalham-se pela região e entre elas estendem-se porções de campos ou cerrados utilizados como pastos; em geral, estes cantos de exploração mais extensiva, onde reina somente o gado, correspondem às manchas de terra branca, que separam os solos de terra roxa.

A fortuna destas regiões foi brusca e as fazendas constituíram uma vasta rede de grandes domínios cobrindo toda a região; mais de 70% das propriedades ultrapassam de dois elementos: a sede da fazenda concentra a habitação, muitas vezes suntuosa, do fazendeiro, os escritórios de administração e as construções que servem para a seca e preparo do café; as colônias abrigam a população dos assalariados, em vilas operárias rurais, que alinham em filas monótonas casas de tijolo todas iguais; as famílias de colonos eram outrora quase unicamente de origem italiana, hoje são de proveniência muito variada; não existem verdadeiras aldeias, porque não há pequenos proprietários.

Em compensação cidades bastante numerosas, muitas vezes fundadas pelos próprios fazendeiros por meio do sistema de patrimônios, isto é, pela doação dum terreno a ser loteado à volta de uma igreja que serve de centro de atração. Estas aglomerações não são todas idênticas, casas térreas, construídas sobre porões, ruas que se cortam em ângulo reto, praças centrais. Estas cidades múltiplas são em geral pequenas e servem unicamente de centro para o abastecimento local; não se ocupam nunca do escoamento e do comércio do principal produto, o café, que é exportado diretamente aos negociantes de Santos. Podem-se distinguir do norte para o sul três zonas de terra roxa e de cafézais: ao norte, a de Ribeirão Preto, prolongando-se até Araraquara e São Carlos; é esta a mais rica: o município de Ribeirão Preto conta 29 000 000 de pés de café, Sertãozinho, 14 000 000, Cravinhos, 12 000 000, Piraçununga, 6 000 000. É aí que se encontram as cidades mais importantes e a densidade da população mantém-se entre 45 e 60 habitantes por quilômetro quadrado. Ao centro encontra-se a região de Bariri, Jaú e São Manuel ligada à *cuesta* de arenito e basalto. Ao sul, a de Ourinhos, Avaré e Cerqueira César, estendendo-se até o Paraná.

### A crise da fazenda de café

Estas regiões, que foram abertas há meio século e cuja prosperidade é recente, estão contudo atualmente em crise. É o próprio regime da grande fazenda de café que está em causa; apesar da fertilidade da terra roxa, a exploração intensiva baixou o rendimento dos cafézais. No começo da exploração, permitiam-se, em benefício dos colonos, culturas intercalares de plantas alimentícias;

os trabalhadores encontravam nestas culturas um importante suplemento ao seu salário; para salvar o café, teve-se que abandonar tal sistema. Apesar disto os cafêzais, menos robustos por efeito da fertilidade diminuída da terra e também por causa dos métodos muitas vezes bárbaros de colheita, continuaram mais expostos às pragas; então apareceu a *broca*, em 1924, que por pouco seria mais para o café do que a epidemia de *filoxera* para a vinha. Os processos preconizados de combate eram ou muito dispendiosos ou ineficazes; não afetavam a causa profunda do mal, o esgotamento da terra; foi preciso adubá-la, transformação capital do antigo sistema agrário que degradava a terra sem consideração; os fazendeiros foram levados a aumentor o seu gado para disporem de esterco e para isto estenderam-se os pastos. Infelizmente não era só a terra que se esgotava, mas a mão de obra que abandonava as antigas fazendas em procura das zonas mais novas de rendimento maior e onde se permitiam as culturas intercalares. O despovoamento das colônias é geral; assim o município de São Carlos, que contava em 1930, 70 000 habitantes, não conta hoje senão 64 000.

Para reter a mão de obra, o grande proprietário precisa adotar novas formas de exploração; a meação, outrora abandonada, recomeça e se orienta para uma produção nova, o algodão, que toma o lugar dos cafêzais esgotados. A safra algodoeira foi em 1934 nitidamente beneficiária, e os pedidos de terras para algodão, cedidas em meação por três anos, se multiplicaram; em 1932 é o município de Agudos que vem na frente quanto às superfícies plantadas de algodão (4 400 alqueires), seguem-se-lhe de perto os municípios vizinhos de Santa Bárbara do Rio Pardo e Cerqueira César. Por toda parte arrancam-se os cafeeiros; assim a grande fazenda de Santa Veridiana, em Palmeiras, passou de 600 000 pés para 40 000 apenas. As vezes a transformação foi levada ainda mais longe: alguns grandes proprietários se viam obrigados a retalhar seus domínios; mas que fazer então das plantações de café e de todas as construções e aparelhos destinados ao preparo do produto, terreiros, máquinas de beneficiamento, etc., que representavam uma importante inversão de fundos? Como nos países onde foram aplicadas leis agrárias a divisão em parcelas teve de ser acompanhada da constituição de cooperativas que assumem a gestão de todo o material; por este meio, a antiga riqueza do país, o café, poderá sem dúvida ser mantida apesar da transformação do regime de propriedade. O povoamento começa a se transformar; os adquirentes de lotes recebem uma casa de antiga colônia, mas logo procuram construir sua moradia no próprio lote e a dispersão do *habitat* vai sem dúvida acompanhar a transformação da propriedade.

Aqui como alhures a crise atual mostrou-se hostil ao tipo de agricultura capitalista baseada na produção para a exportação maciça e no crédito bancário; ela deve favorecer, ao que parece, a uma nova agricultura do campesinato, baseada na economia individual e na propriedade familiar.

### Os cafêzais de Ourinhos

Todas as regiões de grandes fazendas não foram igualmente atingidas; as do sul, à volta de Cerqueira César e Ourinhos, as mais recentemente abertas, não sentem ainda o esgotamento das terras; os rendimentos do café são ainda muito elevados e as colônias não se despovoam. Contudo a produção está aqui exposta a um perigo particular; a latitude mais meridional determina temperaturas mais baixas, as geadas são freqüentes. As colheitas não se fazem mais, como na zona de Ribeirão Preto, de fins de maio a fins de agosto, em plena época seca; elas são mais tardias, em outubro e novembro, correspondendo ao início da estação das chuvas; assim a secagem ao sol no terreiro se torna mais aleatória; foi preciso construir secadoras artificiais, verdadeiras usinas muito custosas, que em geral não pertencem a uma só fazenda, mas a um grupo delas. Constrõem-se geralmente estas secadoras na pequena cidade vizinha, onde se concentra assim uma parte do preparo do café; a fazenda muda de fisionomia, possui muito menos anexos, e é a cidade que se aproveita disto. Aliás o café destas regiões, muito abundante em quantidade, é contudo de qualidade inferior: encontramos-nos no limite meridional da zona cafeeira.

### A zona de pastos de Barretos

No lado oposto, na parte setentrional da zona de arenitos com diábese à volta de Barretos, Orlândia, Franca, mas margens do rio Grande que confronta com Minas, o café é substituído por magníficos pastos para o gado. Aqui não é mais a temperatura que é insuficiente, mas as chuvas: estamos na região mais seca do Estado, com precipitações inferiores a 800 milímetros; também é aqui o domínio dos campos, sobretudo o capim gordura, gramínea muito alimentícia. Desenvolveu-se aí o mais importante domínio de engorda de todo o Brasil; o gado é trazido de regiões longínquas do centro brasileiro: Triângulo Mineiro, sul de Goiás e mesmo Mato Grosso, gado magro, única forma de exploração destas regiões sem comunicações. Numerosas pistas de gado se reúnem à volta de Barretos notadamente a que vem de Santana do Paranaíba. Os animais demoram-se nas invernadas de Barretos e adquirem qualidade e peso; eles são encerrados em propriedades imensas, cercadas de arame, o que permite dispensar as marcas a ferro e aumentar assim o valor do couro. Os pastos são cuidados e queimados cada inverno para destruir os parasitas, principalmente os carrapatos, que se alojam na pele e danificam também os couros.

Como na região de Sorocaba, as fazendas constituem invernadas, mas aqui unicamente destinadas aos bovinos. Em tais propriedades, as construções são muito reduzidas: uma casa de moradia com um único anexo, o *curral*, cercado de troncos de árvores empilhados onde o gado é concentrado para ser visitado e escolhido; o pessoal é insignificante e a densidade da população pouco elevada, 8 habitantes por quilômetro quadrado, nos municípios de Barretos e Orlândia.

A qualidade do gado está em vias de melhoramento sensível; hoje triunfa uma nova raça, importada da Ásia, o zebu, que se tornou quase exclusivo em Minas. As boiadas demoravam-se outrora muito tempo nas invernadas, de 8 a 12 meses, porque chegavam em mau estado das regiões centrais de onde provinham; atualmente a demora está reduzida de 4 a 6 meses por efeito do melhoramento progressivo dos pastos de Minas, que servem de primeira invernada antes da engorda final ao redor de Barretos. Já as boiadas chegam perfeitamente no ponto e podem ser abatidas sem engorda prévia.

Barretos é uma cidade de gado; grandes matadouros foram aí construídos, acompanhados hoje de vastos frigoríficos, notadamente os da Blue Star Line e da Armour; o clima luminoso e particularmente seco facilitava a confecção do charque; hoje as charqueadas quase não existem mais, foram substituídas pelas usinas de extrato de carne e de *corned beef*.

É possível que a região perca progressivamente sua função pecuária; o gado recua diante da exploração agrícola, refugiando-se nas regiões mais isoladas do interior; Barretos, bem servida pelas estradas de ferro, tende povoar-se e substituir seus campos por culturas; já a cana de açúcar ocupa vastas áreas e permitiu a instalação da importante usina açucareira de Igarapava nas margens do rio Grande; as fazendas mistas que se dedicam simultaneamente à cultura e à pecuária, tornam-se a forma dominante da exploração rural.

### A pequena cultura na Araraquarense

Mais para o sul, em plena zona cafeeira, encontram-se regiões que constituem exceções ao regime da monocultura de café e da grande propriedade. Existem alguns cantos de policultura e de pequenas explorações, são os pontos onde os bancos de basalto com sua cobertura de terra roxa fazem falta. O solo não é mais composto senão de terra branca arenosa, resultante da desagregação dos arenitos. Tal é o caso da região que é chamada *Araraquarense* e que separa a zona de café de Ribeirão Preto da de Jaú, estendendo-se de Araraquara para noroeste ao longo da Estrada de Ferro Araraquarense. A densidade da população já é aí bastante elevada, apesar da data recente da colonização;<sup>10</sup> as cidades são numerosas; Itajobi, Catanduva, Itápolis, Rio Preto, que é cabeça de linha e abre-se para o sertão (média de 15 a 20 habitantes por quilômetro quadrado).

<sup>10</sup> O município de Itajobi é de 1918.

### A franja pioneira

Mas aqui aproximamo-nos já da zona de exploração mais recente, aquela que constitui a franja pioneira do Estado de São Paulo. Esta franja progride rapidamente através da grande zona do oeste ainda inexplorada e que constitui o sertão. Em 1910 estas regiões eram ainda assinaladas nas cartas com esta indicação geral: *Terras desconhecidas habitadas por índios*. Era lá que vivia a tribo famosa e temida dos Coroados, cuja crueldade impediu por muito tempo a penetração; a colonização começou pelo extermínio geral destes indígenas.

O solo destas regiões é em geral formado pela decomposição dos arenitos superiores, chamados de Bauru, a terra roxa é rara e somente se encontra nos limites ocidentais e meridionais. Contudo as terras são férteis, menos por causa dos elementos minerais que por efeito da maciça cobertura de florestas virgens que depositaram nelas um espesso húmus vegetal preto, o *massapé*. A indicação da maior ou menor riqueza da terra é dada por árvores padrões, isto é, provas de fertilidade; são por excelência, a *Jangada-brava* e o *pau-d'alho*. Não se percebem ainda variedades regionais nesta vasta zona que ocupa mais ou menos 1/3 do Estado; o povoamento se constituiu ao longo das linhas férreas de penetração e as únicas divisões que se podem indicar são as das linhas ferroviárias: Alta Sorocabana ao sul, com seu anexo da São Paulo-Paraná; Alta Paulista e Noroeste ao centro: com o ramal de Marília; a Araraquarense ao norte.

A ocupação destas terras ainda não colonizadas começou pela apropriação de imensos domínios de limites incertos de origem mais ou menos legal; apropriações especulativas com o fim de revenda e retalhamento; mais ou menos toda a região se acha assim ocupada sob a forma de terras de reserva que esperam a alta; bem raras são as terras devolutas, ainda do domínio público; diversas leis vieram legalizar estas primeiras posses, em geral, puramente teóricas; atrás chegam os verdadeiros colonos que precisam de títulos de propriedade válidos e os adquirem dos pioneiros da apropriação, cujo serviço foi o de traçar as primeiras demarcações.

### Derrubadas para o plantio do café

O primeiro ato de instalação é a derrubada, começando-se por roçar e limpar o mato, e abatendo-se em seguida as árvores; as maiores são aliás muitas vezes respeitadas por causa da dificuldade que representa seu corte. As árvores são cortadas na altura do homem, o que é mais fácil, e o exército de troncos meio podres embaraça por muito tempo o terreno. As derrubadas se fazem no começo da estação seca de inverno, os paus cortados são deixados a secar por alguns meses e depois, antes das chuvas, procede-se à queimada; a vegetação subarborescente constitui um primeiro combustível que permite a carbonização dos grossos troncos que sobraram na seleção das melhores essências que são vendidas às serrarias. A queimada é uma operação complicada; muito forte, ela queima o solo e o torna improdutivo por muitos anos; muito fraca ela deixa o terreno embaraçado de paus e impossível de ser cultivado. Em geral o colono apela para empreiteiros que possuem turmas especializadas, outrora compostas sobretudo de operários temporários vindos do Norte do país, os baianos. Logo depois da derrubada semeia-se e se planta; a cultura pioneira por excelência é o milho, cujo grão não é em geral colhido, mas abandonado na planta aos porcos semi-selvagens que se vendem meio engordados às fazendas já constituídas mais para trás, onde se termina a engorda. A criação do porco é a verdadeira exploração da franja pioneira, o porco segue a mata. Depois de um ou dois anos desta economia de desbravamento, instalam-se as plantações de café; os mais belos cafeeiros são aqueles que sucedem imediatamente à floresta virgem; segundo uma expressão corrente, o café precisa do *bafo do sertão*; é lá que ele dá seu melhor rendimento; pode-se mesmo dizer que hoje o café só rende na zona pioneira.<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Mesmo nos desbravamentos de restos de mata das velhas fazendas, respeitadas no passado, o café é menos produtivo; é que ele exige o meio biológico da grande floresta.

Aí êle não teme o ataque da broca, aceita sem diminuição de safra as culturas intercalares; é por isso que os principais centros de produção cafeeira se deslocam incessantemente para oeste, a vaga cafeeira se dirige para Mato Grosso.

Isso explica porque a fazenda do sertão obtém facilmente mão de obra: o colono está aí, dum lado, assegurado pelas safras de café, sempre abundantes e doutro, aproveita-se de toda esta pequena cultura parasitária que pode impunemente se instalar entre os carreirões de café; seu salário ultrapassa às vezes o dôbro do do interior; as casas das colônias são mais novas e mais sadias. Assiste-se assim a um deslocamento constante do proletário rural para a zona pioneira; as cidades de bôca do sertão como Mirassol, Marília ou Londrina se povoam com uma velocidade extraordinária; em dois anos Londrina passou de 0 a 4 000 habitantes. Um tal *rush* se faz à custa das zonas velhas que se despovoam lentamente; toda fazenda de café que não é mais pioneira está ameaçada de despovoamento. A franja pioneira constitui rapidamente um relêvo demográfico. e não uma zona de franco atiradores isolados.

### A pequena fazenda pioneira

Até a crise de 1929, era a grande fazenda de café que avançava à frente da exploração humana; hoje a vanguarda da colonização é cada vez mais deixada aos lavradores modestos; não são mais fazendas de muitas centenas de alqueires, mas sítios de algumas dezenas somente que desbravam a mata virgem. Quanto mais se avança para oeste, menos abundante é a terra roxa; sem dúvida o húmus da floresta a substitui, mas o solo se esgota muito mais rapidamente e os altos rendimentos são efêmeros. Os arenitos de Bauru, que formam o subsolo são excessivamente calcáreos para uma planta tão calcifuga como o café; além disto, depois da crise, as novas plantações de café estão proibidas no Estado de São Paulo, (elas não estão, é verdade, no Paraná onde acabam de ser formados imensos cafézais no noreste do Estado); é portanto por outras culturas que progride a exploração; assim o arroz, sustentados pela chegada de numerosos imigrantes japoneses; colonos alemães, expulsos da Alemanha hitlerista, introduziram o trigo e mesmo o centeio; o feijão dá também rendimentos fabulosos.

Assim a economia pioneira dá lugar a um novo tipo de povoamento por pequenas explorações isoladas onde não se vêem mais essas vilas operárias rurais que são as colônias. Este modo de colonização, que se desenvolve cada vez mais no *front* pioneiro do Estado de São Paulo, aproxima-se das formas de estabelecimento praticadas nos Estados do sul: Paraná e Santa Catarina, que conhecem as explorações por pequenos colonos livres e não pela grande propriedade com proletariado rural. Hoje não se abandonam mais as fazendas do interior para ser operário — colono no sertão mas para se estabelecer como pequeno proprietário com policultura. Estas pequenas e médias explorações adquirem em geral seu lote de companhias ou proprietários que lotearam seus domínios, e é um novo ofício muito lucrativo nestas regiões, o de agrimensor.<sup>12</sup> A marcha brusca desta pequena exploração para o oeste introduz uma população que rapidamente se adensa; Marília, jovem centro desta nova forma de povoamento está em vias de ultrapassar em densidade as zonas mais antigas de grandes fazendas de café. É interessante notar esta tendência da frente pioneira de ultrapassar em densidade as zonas do interior.

### As novas regiões inexploradas — o sertão

É provável que cedo apareçam nestas vastas regiões novas divisões regionais correspondentes às paisagens particulares que os colonos acabarão por elaborar. Hoje mesmo, já não é mais a uniformidade que domina completamente; notemos em primeiro lugar que as únicas regiões explotadas são as longas

<sup>12</sup> A Companhia de Terras Norte do Paraná está loteando assim por etapas progressivas, relacionadas com o avanço de sua estrada de ferro, os 35 000 quilômetros quadrados, de sua concessão. Seus lotes são em média de 20 a 30 alqueires.

arestas das linhas divisórias das águas, os espigões que as estradas de ferro de penetração acompanham os vales paralelos, rio do Peixe, Aguapei, Tietê, conservam-se ainda mais ou menos completamente anecúmenos.

Além disso, nem todo o sertão é ocupado pela mata nativa, há também grandes campos naturais, notadamente os campos novos do Paranapanema, atravessados pela Sorocabana: a exploração pioneira nestas regiões será, parece, uma exploração pastoril: será sem dúvida assim também no extremo noroeste do Estado, ao redor do rio Grande, adiante de Monte Aprazível. Em toda esta zona do sertão o homem enfrenta ainda inimigos temerosos: o meio biológico não lhe é sempre favorável: conhece-se a mortalidade elevada produzida durante muito tempo na Noroeste por uma mosca especial, a mosca de Bauru, hoje em vias de desaparecimento! É preciso notar também uma rápida e recente extensão das zonas de malária; as margens do Paranapanema, outrora *habitat* saudável das reduções jesuíticas, estão hoje infestadas pelo impudismo e conservam-se por isso sem colonização.

Contudo já o povoamento do Estado de São Paulo transborda ao seu redor; no norte do Paraná é uma economia paulista de cafézais que se desenvolve ao longo do ramal que parte de Ourinhos em direção ao Iguazu e que já ultrapassa Londrina; no sul de Mato Grosso, o prolongamento da Noroeste estendendo-se até às margens do Paraguai, em Pôrto Esperança, perto de Corumbá, faz estas regiões entrarem na órbita de São Paulo; a exploração pecuária extensiva dará aí lugar, sem dúvida, a uma exploração pelo café, mais em conformidade com a abundância da terra roxa. Talvez uma evolução análoga se desenrolará no Triângulo Mineiro; já a pecuária cede terreno em benefício dos arrozais e do algodão. Os rápidos processos econômicos do Estado de São Paulo darão certamente origem a novas regiões naturais; assiste-se assim a um lento e progressivo nascimento de variedades regionais.

## Resenha e Opiniões

### A indústria no Brasil em 1889 \*

A indústria manufatureira ainda está pouco desenvolvida, apesar dos progressos efetuados nos últimos quarenta anos e dos esforços feitos pelo governo para encorajá-la. A maior parte das indústrias existentes e os produtos de certas usinas ou manufaturas puderam ser comparados sem desvantagens, nas exposições universais, aos produtos da Europa; mas as fábricas estão longe de bastar ao consumo do país que emprega muitos produtos manufaturados do estrangeiro. Entretanto, as pequenas indústrias, necessárias à vida cotidiana, são largamente praticadas em tôdas as cidades. As indústrias agrícolas são as mais difundidas: numerosas fábricas de tapioca, 40 usinas centrais para a fabricação e a refinação do açúcar (provincias de Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), 200 fábricas de vinho indígena (uma escola de viticultura que tem, pelo seu programa, um caráter científico, foi inaugurada em Campinas, em 1.º de janeiro de 1889), fábricas de aguardente, de cerveja, de mate, de óleos vegetais, de queijos (Minas Gerais, etc.), fábricas de charutos e cigarros (São Félix, na Bahia, São Domingos, perto do Rio de Janeiro, etc.), fábricas de doces (Campos, no Rio de Janeiro, etc.), preparação de carnes e de peixes secos; fábricas de couros, de marroquins, de calçados, de luvas (muito estimadas no país e confeccionadas sobretudo no Rio), de chapéus de feltro, de seda e de palha, de rêdes. A indústria de móveis de luxo tomou um notável desenvolvimento, sobretudo no Rio. Fazem-se aí magníficos móveis de madeira maciça ricamente esculpida. — A única usina de ferro pertencente ao Estado e a mais antiga do Brasil é a de Ipanema (provincia de São Paulo); ela só possui todavia um alto forno, de carvão de madeira, que produziu 560 000 quilogramas de gusa

em 1886; no Rio, em São Paulo e em algumas provincias, há fundições; as forjas e as fundições de Ponta d'Areia, em frente do Rio, foram criadas por Irineu de Sousa, visconde de Mauá. Minas Gerais possui grande número de fornos catalães para a fabricação de ferro. Há no Rio estaleiros de construção naval; em Estrêla, uma fábrica de pólvora. — Fazem-se tijolos em muitas localidades. Fabricam-se velas e sabão no Rio de Janeiro, em Pelotas e em muitas outras localidades, velas de cêra de carnaúba no Ceará; o couro é trabalhado no Sul. Na provincia do Rio Grande do Sul estabeleceu-se um lanifício para utilizar as lãs da região; no Paraná fabricam-se, como na República Argentina, coberturas de lã chamadas ponchos. Há estabelecimentos de fiação e tecelagem de algodão na provincia do Rio de Janeiro, em Majé, em Macacos, em Petrópolis, na da Bahia, em Salvador, em Valença, em Cachoeira, nas de Pernambuco, de São Paulo, de Minas Gerais, etc. Contavam-se, em 1888, 90 fábricas de tecidos de algodão, de lã, e de seda no império, das quais 20 em Minas, 15 no Rio de Janeiro, 12 em São Paulo e 43 nas outras provincias. É sobretudo na provincia de São Paulo que estão hoje em dia as manufaturas mais importantes do Brasil, particularmente as fiações de algodão e as fundições (em Campinas). Depois de São Paulo, vem em primeiro lugar Rio de Janeiro e suas redondezas (Campos, Nova Friburgo, Petrópolis), e em seguida em Pernambuco e na Bahia é que a atividade industrial se desenvolveu. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827, graças à iniciativa de Pinto d'Almeida, quase sempre consultada pelo governo sobre questões industriais, possui uma rica biblioteca, uma coleção de máquinas e modelos, publica uma revista e mantém uma escola industrial noturna.

\* N. R. — O presente trabalho foi extraído do livro *Le Brésil* de L. Levasseur e Rio Branco, editado em 1889, em Paris e traduzido para o vernáculo pelo professor Orlando Valverde, secretário assistente do Conselho Nacional de Geografia.

E. Levasseur, e  
Barão do Rio Branco.

## Desenvolvimento econômico e industrial do Brasil

O Sr. Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em entrevista concedida à imprensa, forneceu informações sobre o desenvolvimento econômico e industrial do Brasil.

Disse de início o Sr. Marcondes Filho que:

— “Até 1930 o Brasil foi um país predominantemente agrícola e monocultor mas, de 1931 em diante, começou a libertar-se das limitações agropecuárias iniciando um vasto programa de industrialização.

Para compreender-se perfeitamente o desenvolvimento econômico do Brasil precisamos recordar as proféticas palavras pronunciadas pelo Presidente Getúlio Vargas, na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, em 23 de fevereiro de 1931. Eis o rumo indicado pelo Presidente Vargas naquele dia: “O problema máximo, pode-se dizer básico de nossa economia, é o siderúrgico. Para o Brasil a idade do ferro marcará um período de sua opulência econômica. No amplo emprégo desse metal, sobre todos preciosos, se expressa a equação de nosso progresso. Entrava-o a nossa língua de transporte e a falta de aparelhamento indispensável à exploração da riqueza mineral que possuímos imobilizada”.

Depois de recordar essas palavras do Presidente Vargas, o ministro Marcondes Filho observou que esse rumo foi seguido fielmente e explicou:

— “São passados 14 anos e ainda não somos um país altamente industrializado, porém a nossa produção está quase invertida. Há trinta anos esta produção distribuía-se entre 30% de produtos industriais e 70% de produtos agro-pecuários. Agora, apresenta 60% de produtos industriais, e 40% de produtos agro-pecuários, graças ao programa do Presidente Vargas, iniciado em 1931. Em 1937, o valor da produção industrial atingiu 8 bilhões de cruzeiros, em 1940 chegou a 12 bilhões e em 1943 ultrapassou de 27 bilhões”.

Referindo-se à dificuldade de distinguir bem entre a indústria básica e a indústria pesada, o Sr. Marcondes Filho preferiu indicar que a industrialização do Brasil se apóia no desenvol-

vimento da siderurgia, carvão, cimento, eletricidade e madeira. Em seguida resumiu a situação de cada uma dessas indústrias, mostrando o crescimento da respectiva produção. Em 1940, a produção do ferro gusa atingiu 183 670 toneladas, no valor de 69 004 000 cruzeiros; em 1943, foi a 247 680 toneladas, no valor de ..... 173 126 000 cruzeiros; de janeiro a junho de 1944 foi de 129 460 toneladas no valor de 97 563 000 cruzeiros. O ferro laminado em 1940, atingiu 135 293 toneladas, no valor de 157 942 000 cruzeiros; em 1943, foi a 155 058 toneladas, no valor de 386 413 000 cruzeiros; de janeiro a junho de 1944 atingia 78 893 toneladas, no valor de 205 903 000 cruzeiros. O aço, em 1940, atingiu 141 076 toneladas, no valor de 113 174 000 cruzeiros; em 1943, 184 325 toneladas, no valor de 288 518 000 cruzeiros, e de janeiro a junho de 1944 atingia 99 880 toneladas, no valor de 170 837 000 cruzeiros. O carvão, em 1940, atingiu 1 336 301 toneladas, no valor de .... 72 473 000 cruzeiros; em 1943, alcançava 2 034 311 toneladas, no valor de 157 351 000 cruzeiros. O cimento, de 13 382 toneladas, em 1926, subiu a 747 409 toneladas, em 1943, no valor de 267 485 016 cruzeiros; e de janeiro a junho de 1944, atingia 399 093 toneladas, no valor de 138 010 291 cruzeiros. As 3 novas fábricas que estão sendo construídas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul elevarão muito mais a perspectiva da produção do cimento. Passando a falar da eletricidade, o ministro Marcondes Filho citou novamente as palavras do Presidente Vargas proferidas em 1939, durante a instalação da Conferência Nacional de Economia e Administração sobre a riqueza da força hidráulica do Brasil: “Para o país que importa combustíveis este potencial hidráulico tem a mais alta significação, sobretudo pela sua distribuição através de cerca de 900 municípios, o que permitirá proporcionar a quase todo o país os benefícios da energia elétrica”. Comentando essas palavras o ministro Marcondes Filho explicou: “A potência instalada corresponde a 1 295 614 kwh., mas poderia ser rapidamente elevada de mais de 500 mil *kilowatts*, se conseguíssemos agora a maquinaria exigida por nossa expansão industrial. Para o após guerra o programa governamental de eletrificação do Brasil abrange 4 grandes planos de aproveitamento da energia hidráulica do rio São Francisco, entre os Estados da Bahia e

Alagoas; os rios Pardo e Antas, no Estado do Rio Grande do Sul; a nova usina da cachoeira do Avanhandava, no Estado de São Paulo e a usina de Macabu no Estado do Rio de Janeiro. Esses são os empreendimentos que não podem ser detalhados numa entrevista, mas servem para mostrar toda evolução processada de 1930 até 1944, num país que se ufanava em ser essencialmente agrícola" — comentou com humor o ministro Marcondes Filho recordando um *slogan* outrora muito usado por escritores quando insistiam que a base da vida do Brasil era a monocultura. Sobre madeiras disse que embora não fiquem tecnicamente bem incluídas na indústria pesada, sua importância econômica merece destaque principalmente tendo-se em vista a celulose e as novas aplicações industriais de matérias plásticas e o seu emprego, sobretudo, na aviação. "Mantemos no Paraná em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, 2 220 serrarias, cuja exportação em 1940 atingiu 291 120 toneladas no valor de 84 806 000 cruzeiros; em 1943, foi a 320 611 toneladas no valor de 276 576 000 cruzeiros e de janeiro a junho de 1944, atingia 288 280 toneladas no valor de ..... 240 969 000 cruzeiros. O comércio exterior, apesar da guerra, cresceu sempre: em 1940, a exportação elevou-se a 4 961 000 000 de cruzeiros e a importação a 4 964 000 000 de cruzeiros; em 1943 a exportação atingiu a ..... 8 728 000 000 de cruzeiros e a importação a 6 073 000 000 de cruzeiros; em 1944, de janeiro a junho e exportação alcançou 4 999 000 000 de cruzeiros e a importação 3 561 000 000 de cruzeiros. O comércio com Portugal em 1943 atingiu na exportação a 12 436 000 cruzeiros e na importação 90 460 000 cruzeiros; de janeiro a junho de 1944 a exportação elevou-se a 22 159 000 cruzeiros enquanto a importação atingia 111 747 000 cruzeiros. Sobre a cooperação com os Estados Unidos, o ministro Marcondes Filho declarou: "Evidentemente foi muito significativo o auxílio recebido dos Estados Unidos pelo Brasil. Dentro da política da boa vizinhança, que inclui o programa da ajuda mútua do intercâmbio econômico, as duas maiores Repúblicas do continente desenvolveram em alto grau suas relações comerciais resultando uma série de vantagens para o meu país. Basta verificar que para o Brasil foram embarcadas mais de 63% das

remessas feitas, pelo sistema *lendlease*, para a América Latina. Convém destacar as importações de matérias primas indispensáveis à manutenção do esforço de guerra contra o inimigo comum e, também, notar a construção das bases aéreas, vasta rede de campos para aviação militar e comercial, as quais após a guerra facilitarão a nossa expansão aeronáutica. A colaboração Brasil-Estados Unidos constitui um grande êxito da política internacional dos Presidentes Vargas e Roosevelt e serve de modelo para todos os outros países. Poderia assinalar também, as conferências de Bretton Woods e Rye, das quais advirão imensas vantagens para o Brasil e os Estados Unidos, quer do ponto de vista econômico-financeiro, quer do técnico-industrial, sendo de esperar-se maior expansão dos nossos produtos para os demais mercados com que já negociamos e com os quais havemos de negociar no mundo de após-guerra. Sobre os planos para 1945, o ministro Marcondes Filho recordou suas próprias palavras pronunciadas em São Paulo, na instalação do Congresso Brasileiro de Indústria, em dezembro último, ao qual falou que o governo continuava empenhado na elevação do padrão de vida de cada cidadão ao nível compatível com a dignidade humana, no aparelhamento do país, na harmonização entre classes e na coordenação dos fatores da produção, como organização econômica, tendo em vista não só o progresso social e a defesa nacional, mas, também, a colaboração econômica continental e mundial. "E quando falo em colaboração econômica — concluiu o ministro Marcondes Filho — tenho também o pensamento voltado para a Grã-Bretanha, nossa amiga e aliada nesta guerra. Os brasileiros são leais às suas tradições e não esquecem o antigo e intenso intercâmbio comercial com os britânicos cujos produtos sempre gozaram de alto conceito no país. A melhoria das condições do tráfego transatlântico restabelecerá e, certamente, dará novo vigor ao tradicional movimento comercial entre o Brasil e o Reino Unido, fortalecendo-se, ainda mais, através dessa cooperação econômica, os velhos laços de amizade que unem os dois grandes povos".

## As vias e meios de comunicação do Brasil em 1889

§ 1. *Navegação nos cursos d'água*  
— A bacia do Amazonas da qual o Brasil possui mais de 4/5, as bacias do São Francisco e dos rios costeiros, as bacias superiores do Paraguai e do Paraná fornecem ao Brasil um conjunto de vias navegáveis que são avaliadas em 54 000 quilômetros.

Na bacia amazônica, a navegação a vapor que começou entre Manaus e Belém em 1853, graças a um monopólio e a uma subvenção, tem uma superfície de 10 000 quilômetros. Ela sobe o rio até Tabatinga, pôrto situado na fronteira do Peru, a perto de 3 000 quilômetros da embocadura. Um barco a vapor leva em média 10 a 11 dias para subir e descer; a vela e a remo seriam precisos 96 a 195 dias subindo e 47 a 67 descendo. Belém, o grande empório do Amazonas, é o ponto de partida desta navegação, cujas etapas principais são: Santarém, Óbidos, Itacoatiara, Manaus (no rio Negro), Coari, Tefé. A cidade de Manaus está ligada, desde 1874, por um serviço direto e subvencionado de vapores com Liverpool, desde 1882 com New York e desde 1884 com o Rio de Janeiro. Ela fez, segundo a estatística oficial para 1881-1882, um comércio (importações e exportações reunidas) de 11 766 000 francos. Em 1885, a companhia Red Cross Line fazia em 28 dias o trajeto de Manaus a Liverpool. A fim de desenvolver o seu comércio exterior, a província do Amazonas estabeleceu uma redução de 3% sobre os direitos de exportações diretas para o estrangeiro. A navegação sobe o Madeira até as cachoeiras de Santo Antônio, que uma estrada de ferro (projetada, depois adiada) deve ajudar a franquear; acima dessas quedas, a navegação sobe ainda 1 800 quilômetros até Mato Grosso: é o caminho mais seguido para ganhar o Mato Grosso ocidental e a Bolívia oriental; êle mede de Mato Grosso a Belém 4 610 quilômetros e a viagem dura 140 dias, dos quais uma dúzia para descer o Madeira. O rio Javari e o Juruá são servidos por vapores subvencionados, o segundo até o lago Macari. O Purus o é até a catarata do Hyutanaham a 2 300 quilômetros, e até o rio Acre. O rio Negro o é num percurso de 792 quilômetros até Santa Isabel. O Tocantins e o Araguaia (navegação subvencionada pelo Estado) o são entre Itacaiú e Santa Maria (a navegação entre Santa

Maria e Travessão dos Patos se faz em barcas) e entre Travessão dos Patos (177 quilômetros a montante de Cametá e 130 de Baião) e Belém do Pará. Desde 7 de setembro de 1867, o rio das Amazonas até a fronteira peruana, o Tocantins até Cametá, o Tapajós até Santarém, o rio Negro até Manaus, o Madeira até Borba foram, assim como o São Francisco até Penedo, abertos às marinhas mercantes de tôdas as nações. O movimento ainda não é considerável, porque nessas regiões falta a população para explorar as riquezas naturais e para comprar os produtos estrangeiros. Entretanto, êle aumentou rapidamente desde uns 20 anos atrás. Já em 1879, as companhias subvencionadas do baixo Amazonas transportavam 13 976 viajantes e 20 770 toneladas (13 974 para a importação e 6 796 para a exportação).

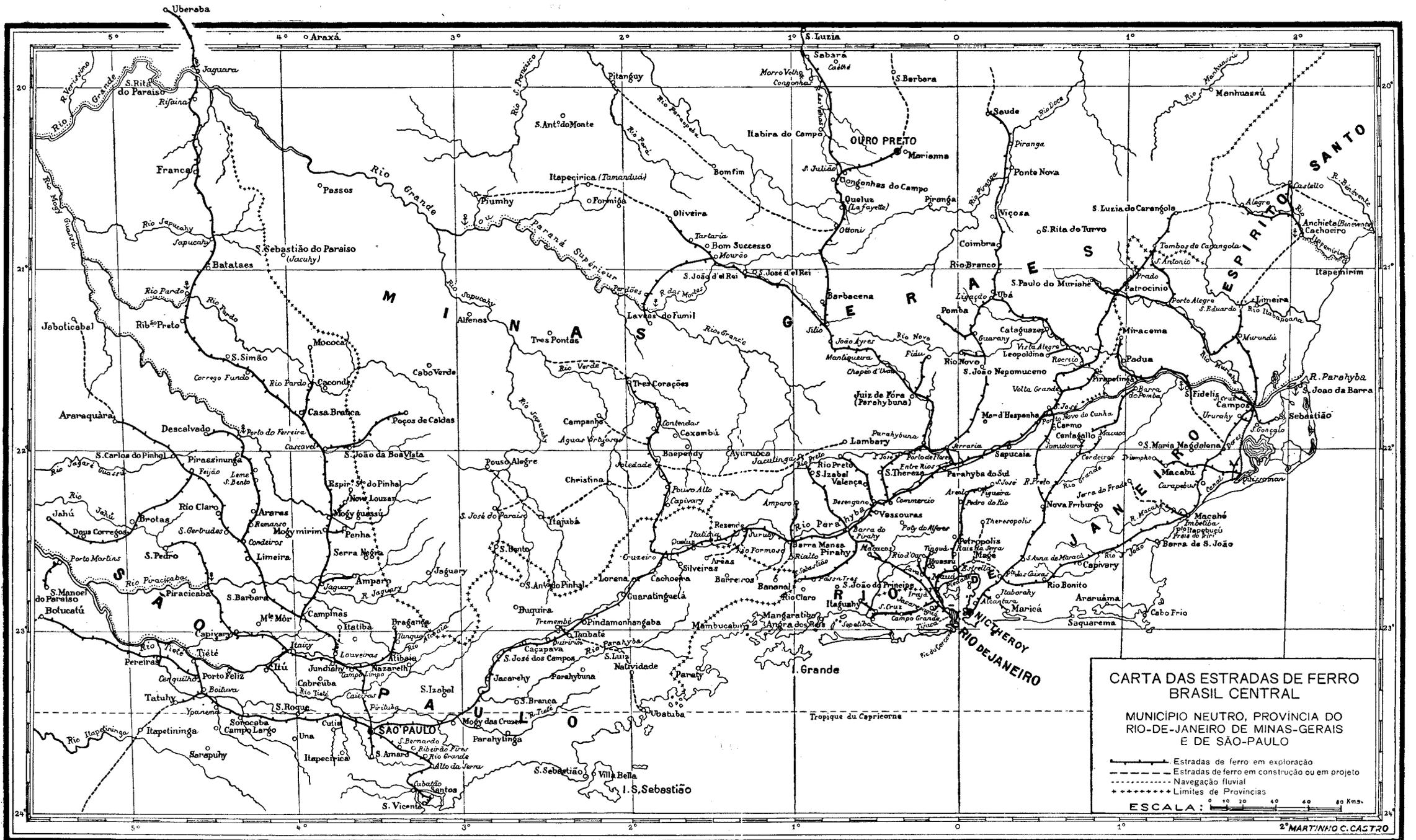
No Paraguai e seus afluentes, o São Lourenço e o Cuiabá, a navegação sobe de Montevidéu a Cuiabá numa extensão de 4 500 quilômetros. Êste é ainda hoje o caminho mais fácil para se chegar ao sudeste de Mato Grosso; mas tem o inconveniente de passar pelo território de dois Estados, a República Argentina e o Paraguai. Foi pelo Tratado de Assunção, de 12 de fevereiro de 1858, negociado pelo conselheiro Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, que o Brasil pôde obter do govêrno do Paraguai a abertura dêste rio à navegação. São precisos 30 a 40 dias para ir por esta via do Rio de Janeiro a Cuiabá. Um serviço mensal da Companhia Nacional de Navegação a Vapor, subvencionada pelo Estado, tem lugar entre Montevidéu e Corumbá, com grandes navios; entre Corumbá e Cuiabá, com pequenos navios. Em 1885-86, esta Companhia transportou 3 176 passageiros e 97 000 toneladas. As estradas de ferro que, de São Paulo avançam rapidamente para oeste, fornecerão vias de comunicação mais seguras e mais rápidas. — Vários outros rios têm serviços a vapor: o Pindaré, o Mearim, o Itapicuru, que desembocam perto de São Luís, o Parnaíba, cujo leito foi desembarçado de diversos obstáculos, o Paraíba do Norte, o São Francisco, cuja linha de navegação, já melhorada pela canalização de diversas quedas (cachoeira de Sobradinho, etc.), seria muito bela se não fosse interrompida, perto do limite de Alagoas, por cachoeiras das quais a principal é a de Paulo Afonso; o Paraguaçu, que desemboca na baía de Todos os Santos, o Jequitinhonha, o Itapemirim, o

Mucuri, o Ribeira do Iguape, os lagos Mangaba, dos Patos e Mirim, os rios Jacuí e Pardo, e o rio Uruguai. A livre navegação nesse último rio foi obtida pelo Brasil em 1852, depois da guerra contra o ditador Rosas. — A província de São Paulo se dedicou ao desenvolvimento dos seus meios de comunicação prolongando as suas vias férreas pela navegação fluvial a vapor, construindo barcos de um tipo adaptado aos seus cursos d'água. Existem serviços regulares no Piracicaba e no Tietê, da cidade de Piracicaba até além de Lençóis (400 quilômetros), no rio Grande (ponto em que a Estrada de Ferro Mojiana atravessa o rio) na confluência do Sapucaí Mirim, ponto onde começa a navegação reservada à Companhia Paulista, no Moji Guaçu e no Pardo (305 quilômetros) onde o serviço é feito pela Companhia Paulista, e no Parapanema. O sal destinado a Goiás e a Mato Grosso é uma das principais mercadorias transportadas por essas novas estradas.

§ 2. *Estradas de terra* — As estradas propriamente ditas faltam no Brasil. Há entretanto algumas belas estradas na província do Rio de Janeiro (a União e Indústria, construída por Ferreira Laje, que conduz de Petrópolis a Entre Rios, etc.); há outras também que são mais ou menos mantidas na província de São Paulo; há uma grande via ligando Cuiabá a Goiás, e Goiás a Ouro Preto. Mas a maior parte das localidades do império só se comunicam por caminhos que são apenas franqueados por carros de bois ou mesmo estradas de mulas, muitas vezes impraticáveis durante a estação das chuvas. As estradas não prestam sempre serviços proporcionais às despesas que custam num país coberto de matas, acidentado, em que as distâncias são consideráveis e onde a população é esparsa.

§ 3. *Estradas de ferro* — Entretanto, quanto mais consideráveis eram as distâncias, mais necessário era ligar o interior aos portos de mar por comunicações fáceis a fim de favorecer a exploração das riquezas naturais. Foi para a construção das estradas de ferro que se dirigiu, com razão, desde 1874, o principal esforço dos brasileiros: assim, apesar das grandes despesas de construção a que obrigava um solo muito acidentado na região costeira, o Brasil é o Estado da América do Sul que possuía em 1888 maior quilometragem de vias férreas. Um privilégio

tinha sido concedido desde 1839 para a construção de uma estrada de ferro do Rio de Janeiro a Pirai; mas nada se fez então; as perturbações políticas entravavam o progresso e afastavam os capitais estrangeiros. Foi em 1854 que se inaugurou o primeiro trecho de estrada de ferro do Brasil, o de Mauá graças à atividade de Irineu de Sousa, que se tornou visconde de Mauá, que foi o promotor de várias empresas úteis no seu país. Em 1855, uma companhia empreendeu de novo o caminho de Pirai e abriu a sua primeira secção (de Rio de Janeiro a Belém, 61, 6 quilômetros) três anos depois; porém ela foi interrompida pelas dificuldades da travessia da serra do Mar; o Estado encampou a linha e prosseguiu ativamente os trabalhos. Esta rede foi designada desde então pelo nome de Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1867, o Brasil ainda possuía somente 601 quilômetros de estradas de ferro em exploração; no fim de 1870, havia 997 quilômetros; no fim de 1880 3 521 quilômetros; no fim de 1887, 8 486; no fim de 1888, 9 200 quilômetros em exploração, 9 900 em construção ou em estudos: total 19 100 quilômetros. — A estrada de ferro D. Pedro II é a grande Central Brasileira. Ela se dirige da capital para o vale do Paraíba do Sul (províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo) e para o do São Francisco (província de Minas Gerais). A linha principal dessa estrada tinha, em 1867, um comprimento de 197 quilômetros até Entre Rios que ela atinge com auxílio de 16 túneis, enormes muralhas e longos terraceamentos, depois de ter flanqueado a serra do Mar a 427 metros de altitude e tornado a descer para as margens do Paraíba do Sul que é atravessado várias vezes. Os trabalhos mais importantes foram feitos sob a direção do Sr. Cristiano Otoni, hoje senador, e de Ferreira Laje (Mariano Procópio). Em dezembro de 1887, a linha principal atingia a estação de Itabora do Campo, a 523 quilômetros da capital, depois de ter passado vários cursos d'água e ter subido a serra da Mantiqueira por meio de rampas rápidas e numerosas curvas até a altitude de 1 115 metros, depois descendo o vale de Barbacena e elevando-se através de uma região muito acidentada até 1 179 metros, ponto culminante da linha. O trabalho (maio de 1888) prosseguia para Sabará (59 quilômetros ao norte de Itabora do Campo) para continuar em seguida até o ponto em que o rio das Velhas é ou pode tor-



nar-se navegável; daí esta estrada de ferro será prolongada até Goiás, pelo vale do Paracatu. Na linha central de D. Pedro (de Entre Rios ao rio das Velhas) um ramal de 42,5 quilômetros conduz de São Julião a Ouro Preto. Duas estradas de ferro provinciais se ligam à D. Pedro II; são a Oeste de Minas (322 quilômetros em exploração) indo de Sítio até Oliveira por São José del Rei e a estrada de ferro de Juiz de Fora a Piau (55 quilômetros em exploração); a linha de Oliveira vai ser prolongada até o São Francisco superior, com ramais para Itapeçerica (Tamanduá) e para Pitangui. A linha de oeste da D. Pedro, subindo o Parai-

ba do Sul (57 quilômetros), começa em Barra do Pirai e se liga em Cachoeira às estradas de ferro da Província de São Paulo. A linha do este desce o vale até Pôrto Novo do Cunha (65 quilômetros). A estrada de D. Pedro II é de bitola larga (1,69 metros) e de uma linha só; entretanto, a partir de Lafaiete (linha do rio das Velhas) foi, por economia, adotada a bitola estreita: o que exige uma ruptura de carga (725 quilômetros em bitola larga e 61 em bitola estreita, a 31 de dezembro de 1887).

Eis alguns resultados do tráfego dessa estrada de ferro:

ANOS	Estrada de Ferro D. Pedro II (extensão explorada)	Viajantes	Mercadorias (toneladas)	Animais	PRODUTO BRUTO		Produto líquido total
					Produto bruto total	Produto bruto quilométrico	
1860.....	61	235 762	55 053	—	920	14,9	309
1870.....	221	791 426	151 458	28 584	4 449	20,0	2 573
1880.....	633	2 569 143	328 053	46 376	11 250	17,7	5 994
1886.....	745	3 734 874	420 048	87 719	11 568	—	5 800
1887.....	765	4 565 830	393 951	139 998	10 264	—	3 717

A receita por quilômetro proveniente dos passageiros não aumentou com a extensão da rede, porque à medida que a linha penetrou para o norte, ela encontrou regiões menos povoadas e porque, na parte montanhosa até Lafaiete, a região é muito pouco cultivada; foi isto que determinou o governo a diminuir a bitola além deste último ponto. Também a receita das mercadorias, que representa 4/5 do total, é mais considerável nas primeiras secções que servem a região do café do que nas últimas. Depois do café, o gado, o queijo, o açúcar, a aguardente, o milho, a banha, o fumo são os principais produtos transportados; eles se destinam em geral ao Rio de Janeiro. Ouro Preto e as secções além de Sabará, onde a terra é mais fértil, darão certamente resultados melhores que os da secção montanhosa. A relação entre as despesas e a receita bruta foi em 1885 de 51,7%; era um pouco mais elevada na França (53%) e sensivelmente mais nos Estados Unidos (58%). O produto líquido representa

6% do capital empregado, proporção notavelmente superior à média do dividendo nos Estados Unidos.

Na rede de D. Pedro II estão reunidas várias estradas de ferro. Indicamos as que se ligam à linha central superior (de Entre Rios para o norte), na província de Minas. Outros ramais e outras estradas de ferro se ligam à parte inferior ou meridional da linha central (do Rio de Janeiro a Entre Rios) e das duas linhas laterais, do oeste (para Cachoeira) e do leste (Pôrto Novo do Cunha). O ramal de Santa Cruz parte da estação de Sapopemba e já ultrapassa Santa Cruz (35 quilômetros); um outro vai de Belém a Macacos (8 quilômetros), um terceiro de Santana a Passa Três por Pirai (39 quilômetros). Da linha do oeste se destacam, para o sul, as estradas de ferro de Barra Mansa a Bananal, de Resende a Areias, e para o norte a de Cruzeiro a Três Corações (Minas), designada pelo nome de Estrada de Ferro do Rio Verde (170 quilômetros); um ramal está em construção até Campanha. Uma linha em construção desde Soledade, estação da Estrada

de Ferro do Rio Verde, deve chegar até Pouso Alegre, passando por Cristina e Itajubá, e lançará um ramal para São José do Paraíso. Da linha central de D. Pedro partem, para o norte, as estradas de ferro de Barrá do Pirai a Santa Isabel do Rio Preto (Rio de Janeiro); de Desengano a Rio Preto por Valença; de Comércio a Pôrto das Flores por Santa Teresa (Estrada de Ferro do Rio das Flores), e, para o sul, o pequeno ramal de Vassouras. As estações de Serraria, na linha central superior, e de Pôrto Novo do Cunha, término da linha do leste, vem ligar-se o sistema mais complicado da Companhia Leopoldina. Uma linha desta companhia parte de Serraria, com dois ramais para Rio Novo e Pomba, passa por Ubá, Rio Branco e Ponte Nova e chega (dezembro de 1888) a Saúde. Uma outra linha começa em Pôrto Novo do Cunha e lança antes de chegar a Recreio, dois ramais, um de Entroncamento a Sumidouro, outro de Volta Grande a Pirapetinga. Em Recreio ela se divide em duas, de um lado, para o noroeste, dirigindo-se para Ubá por Vista Alegre e Cataguases (de Vista Alegre parte a linha que vai a Leopoldina, cidade que deu o seu nome à réde), do outro, para o nordeste, dirigindo-se, por Patrocínio, Prados e Tombos do Carangola, para Santa Luzia do Carangola; um ramal vai de Patrocínio a São Paulo de Muriaé. Em Patrocínio a réde da Leopoldina se reúne à Estrada de Ferro de Carangola, que ela deve alcançar uma segunda vez mais ao norte. A Estrada de Ferro de Carangola pertence à réde que tem por centro a cidade de Campos, e da qual falaremos mais adiante. Além da D. Pedro, duas outras estradas de ferro partem da cidade do Rio de Janeiro: são a do Rio Douro (65 quilômetros) desde o Caju (bairro do Rio) até Tinguá por Iguaçú, com um ramal de Cava a Represas do Rio Douro, e a Estrada de Ferro de Majé (The Rio de Janeiro and Northern Rail. Cy. Ld.), que parte de São Francisco Xavier, (subúrbio do Rio onde há uma estação da Estrada de Ferro de D. Pedro) e que, não terminada ainda, já se reúne (por Meriti e Estrêla) à Estrada de Ferro de Petrópolis (Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará). Esta última começa no fundo da baía do Rio de Janeiro, em Mauá, sobe a serra dos Órgãos, atravessa a cidade de Petrópolis, e, pelo vale do Piabanha, ganha o do rio Frêto e se detém em São José do rio Preto (92 quilômetros), onde

deve chegar o ramal de Sumidouro, da Campanhia Leopoldina. Niterói, defronte do Rio de Janeiro é o ponto de partida de uma estrada de ferro que, subindo a serra da Boa Vista, vai a Macucos, com um ramal de Pôrto das Caixas a Rio Bonito e um outro de Cordeiros a Cantagalo, e desta cidade a Barra do Pomba, no Paraíba (233 quilômetros em exploração, 92 em construção). Na margem oposta encontra-se a Estrada de Ferro de Santo Antônio de Pádua (de São Fidélis a Miracema por Pádua — 93 quilômetros). A Estrada de Ferro de Maricá (inacabada) se ramifica da de Niterói. A réde de Campos, que já se liga pelo norte com a da Leopoldina, está ligada por Macaé e Rio Bonito, à capital da provincia, Niterói. Ela conta com a linha de Campos a Macaé (96 quilômetros), atravessada pela de Triunfo a Quiçamã (45 quilômetros), a linha de Campos a São Sebastião (18 quilômetros), de Carangola (223 quilômetros) com ramais de Murundu a Itabapoana (21 quilômetros) e de Pôrto Alegre a Patrocínio (38 quilômetros); esta réde atinge já a provincia do Espirito Santo. Esta última possui a Estrada de Ferro de Cachoeiro de Itapemirim (70 quilômetros) em Castelo e em Alegre (duas estações iniciais de linha). Uma companhia belga acaba de ser organizada (1889) para construir a Estrada de Ferro Benevente-Minas. Esta linha deve partir da cidade de Anchieta (outrora Benevente) e ligar-se à Estrada de Ferro de Cachoeiro de Itapemirim bem como à réde da Companhia Leopoldina, por Santa Luzia do Carangola.

A provincia de São Paulo é a mais bem dotada no que toca a estradas de ferro. Uma linha (Companhia Inglesa, Santos a Jundiá) liga a capital, São Paulo, ao seu pôrto, Santos, e se prolonga ao norte de São Paulo até Jundiá (139 quilômetros); uma segunda (São Paulo e Rio) vai de São Paulo para leste reunir-se em Cachoeira com a estrada de D. Pedro (232 quilômetros) e possui um pequeno ramal de Taubaté a Tremembé; uma terceira a oeste para Sorocaba (Companhia Sorocabana) vai até Tietê (cidade) e possui dois ramais, um de Boituva a Tatuí (atingirá Itapetininga), outro de Cerquillo a Botucatu (222 quilômetros em exploração, 110 em construção); esta parte da linha deve alcançar o Paranapanema na foz do Tibaji; uma pequena estrada de ferro vai de São

Paulo a Santo Amaro. Duas estradas de ferro, as das Companhias Ituana e Paulista, partem de Jundiá: a primeira, (220 quilômetros) é formada pelas linhas de Jundiá a Itu, passando por Itaici, e de Itaici a São Pedro, passando por Capivari e Piracicaba; a Paulista (242 quilômetros) vai de Jundiá a Cordeiros, por Campinas, e se bifurca em Cordeiros: o ramal setentrional vai a Descalvado, por Araras e Piraçununga; o ramal ocidental vai a Rio Claro. Aí começa a estrada de Ferro da Companhia Rio Claro (264 quilômetros): segue a direção noroeste e se bifurca em Feijão, lançando uma linha até Araraquara, por São Carlos do Pinhal, e outra até Jaú. De Campinas parte a linha principal da Companhia Mojiana (673 quilômetros em exploração, 204 em construção, em 1888) que, por Jaguarí, Moji Mirim, Cascavel, Casa Branca, Batatais, Franca, atravessa em Jaguará o rio Grande ou o alto Paraná, entra na provincia de Minas Gerais e já chega a Uberaba, a 500 quilômetros da costa e perto da provincia de Goiás. Ela será prolongada até o pórtio de Jurupensém, no rio Vermelho, afluente do Araguaia, passando pela cidade de Goiás. A companhia Mojiana possui, além da linha principal, os ramais de Jaguarí a Amparo (30 quilômetros), de Moji Mirim a Penha (20 quilômetros) e de Cascavel a Poços de Caldas, na provincia de Minas Gerais (77 quilômetros). A Companhia Rio Pardo possui uma linha de 36 quilômetros que se liga à Mojiana: vai de Casa Branca a São José do Rio Pardo. A Companhia Bragantina explora a estrada de ferro que começa em Campo Limpo (na linha inglesa de Santos a Jundiá) e vai, por Atibaia até Bragança (52 quilômetros). Uma outra estrada de ferro vai de São Manuel do Paraíso a Pórtio Martins, no Tietê.

A cidade de Goiás, a mais central do Brasil, se encontra a 180 quilômetros do pórtio de Jurupensém do rio Vermelho, afluente do Araguaia, e a distância que separa esse pórtio do de Belém do Pará pela via do rio Vermelho, do Araguaia e do Tocantins é de 2 040 quilômetros. A navegação é livre entre Jurupensém e Santa Maria do Araguaia; depois vêm as cachoeiras desse rio e do Tocantins que terminam em Tapaiunaquara, a montante, de Alcobaça. Cogita-se de construir uma estrada de ferro entre Santa Maria e Alcobaça. A estrada de ferro da Com-

panhia Mojiana (provincia de São Paulo) já está em construção entre Uberaba e a confluência do Corumbá no Parnaíba: deste ponto até Goiás há apenas 390 quilômetros. Quando essas ferrovias estiverem construídas, a comunicação interior entre Rio de Janeiro e Belém do Pará será assegurada pela via de São Paulo e de Goiás.

O rio das Mortes ou Roncador, afluente do Araguaia, é navegável desde a confluência do rio das Garças. Deste ponto a Belém do Pará há 2 100 quilômetros pela via dos rios das Mortes, Araguaia e Tocantins e 480 quilômetros para Cuiabá por via terrestre. Estradas de ferro construídas entre Cuiabá e a confluência do rio das Garças e entre Santa Maria do Araguaia e Alcobaça dariam às duas cidades de Cuiabá e Belém do Pará uma linha de comunicação de cerca de 2 580 quilômetros por via férrea e barcos a vapor. A linha central da estrada de ferro de D. Pedro II terá, ao alcançar Goiás, uma extensão de cerca de 1 410 quilômetros desde o Rio de Janeiro, e, se for prolongada até Cuiabá (840 quilômetros entre Goiás e Cuiabá), terá uma extensão total de 2 250 quilômetros.

Pela via das estradas de ferro de São Paulo, a distância entre Rio e Cuiabá será de cerca de 2 580 quilômetros, entre Rio e Belém do Pará, de cerca de 3 960 quilômetros. Pela via de Minas Gerais (estrada de ferro D. Pedro II) as distâncias serão: entre Rio e Cuiabá, 2 250 quilômetros; entre Rio e Belém do Pará, 3 630 quilômetros.

Nas provincias do norte, as principais estradas de ferro são as de Belém a Bragança (59 quilômetros), no Pará; de Camocim a Sobral (129 quilômetros) e de Fortaleza a Baturité (111 quilômetros), no Ceará; de Natal a Nova Cruz (121 quilômetros), no Rio Grande do Norte; a de Conde d'Eu (123 quilômetros), na Paraíba (de Paraíba, a Independência, por Taipu, e de Taipu a Pilar); a de Recife a Palmares e a Garanhuns (271 quilômetros), defronte de Juazeiro, que deve ser prolongada até o rio São Francisco; as de Recife a Caruaru (76 quilômetros em exploração até Cascavel), de Recife a Limoeiro com ramal de Pau d'Alho a Nazaré (96 quilômetros) e a Timbaúba (96 quilômetros), de Recife a Olinda e Beberibe (12 quilômetros), em Pernambuco; de Maceió a Imperador (88 quilômetros) e a Es-

trada de Ferro de Paulo Afonso (116 quilômetros), em Alagoas; de Bahia a Alagoinhas e de Alagoinhas ao São Francisco (528 quilômetros em exploração de Bahia a Vila Nova da Rainha, com o ramal de Timbó, em dezembro de 1887), a Central da Bahia (303 quilômetros com os ramais de Feira de Santana e Queimadinhos a Olhos d'Água), a Estrada de Ferro de Caravelas (Bahia) a Otoni (d'agora em diante Filadélfia) (142 quilômetros) na província de Minas.

Nas províncias do sul estão a Estrada de Ferro de Rio Grande a Bajé (280 quilômetros), as de Taquari a Cacequi (262 quilômetros, em exploração, 112 em construção), e de Quaraim a Itaquí (75 quilômetros em exploração, 101 em construção). A linha de Bajé será prolongada até Cacequi, e deste ramal até Uruguaiana; de Pôrto Alegre a Nova Hamburgo, há uma pequena estrada de ferro (43 quilômetros); a Estrada de Ferro D. Teresa Cristina (116 quilômetros) em Santa Catarina, vai ao pórtico de Imbituba a Tubarão; a de Paranaguá a Curitiba (111 quilômetros), no Paraná, linha notável pelos seus trabalhos de arte, construída por uma companhia francesa por um engenheiro brasileiro. As outras estradas tinham, no fim de 1887, uma extensão inferior a 100 quilômetros.

As vias férreas do Brasil não formam uma rede única; mas têm, na maioria, uma direção perpendicular à costa e foi difícil construí-las por causa das serras costeiras que elas tiveram que flanquear nas províncias meridionais. Os grandes portos, Recife, Bahia, Rio de Janeiro, Santos, Pôrto Alegre e Rio Grande são os principais inícios de linha de onde as vias férreas sobem e se ramificam no interior das terras. O Brasil se esforça para unir por vias transversais vários desses sistemas isolados.

As estradas de ferro são, umas de bitola larga (como a D. Pedro II, a Paulista, a São Paulo Railway, e várias outras), a maioria de bitola estreita. A bitola larga custava em média 350 000 francos por quilômetro, em 1870; a bitola estreita (em geral de 1 metro), que custa somente 100 000 francos, e mesmo 70 000 para a Estrada Mojiana, permitiu desenvolver mais rapidamente a viabilidade e proporcionar as despesas ao rendimento. Do número de quilômetros explorados em 1887 (8 486 quilômetros), 2 013 pertenciam a estradas

de ferro do Estado (entre as quais a D. Pedro II, a Alagoinhas — São Francisco a Taquari - Cacequi), 2 585 a companhia gozando de uma garantia de juro de 6 ou 7% assegurada pelo Estado (a garantia é assegurada por contrato a 17 companhias, cujas linhas tinham 2 807 quilômetros); 95 quilômetros pertenciam aos governos provinciais, 1 552 a companhias gozando de subvenções ou de garantias de juros assegurados pelas províncias; 2 157 quilômetros não tinham nem garantia nem juros; 80 eram de estradas ligando cidades vizinhas, nas províncias de Pernambuco, Alagoas, São Paulo; 4 quilômetros pertencem à estrada de ferro de plano muito inclinado que vai do Rio (bairro de Laranjeiras) ao pico do Corcovado. Quanto à largura da bitola, 1 354 quilômetros eram de bitola larga (1,60 metros), 7 132 de bitola estreita (1,40 metros a 66 centímetros). As estradas em construção ou em estudos são todas de bitola estreita.

Para evitar as cachoeiras do Madeira, uma companhia inglesa tinha sido encarregada de construir de Santo Antônio a Guajará Guaçu (247 quilômetros) a Estrada do Madeira e Marmoré; mas o trabalho foi interrompido. Entre os grandes projetos de ferrovias a executar, deve-se citar a de Pernambuco a Valparaíso pelos vales do São Francisco e do Paraná, para a qual solicita-se a 3 Estados (Brasil, República Argentina e Chile) que dêem uma garantia de juros, e o da Grande Central Brasileira que atravessaria o continente de Bahia (Atlântico) a Arica (Pacífico).

Há bondes na maior parte das grandes cidades, sobretudo no Rio.

§ 4. — *Navegação marítima e portos* — A marinha mercante no Brasil é apesar das companhias subvencionadas, pouco considerável; ela diminuiu desde que, por uma medida de que o comércio tirou proveito, a cabotagem é permitida aos navios estrangeiros. Ela compreendia, em 1887, 83 navios a vapor e 112 a vela. A maior parte da navegação de longo curso, mesmo subvencionada, e cerca de 1/5 da cabotagem são feitas sob pavilhão estrangeiro. A estatística oficial fornece a esse respeito apenas dados incompletos, porque há províncias que são negligentes em fornecê-los ao governo central; o quadro abaixo indica os números levantados por essa estatística:

ANOS	LONGO CURSO				CABOTAGEM			
	Entrada		Saída		Entrada		Saída	
	Navios	Toneladas (por milhar)	Navios	Toneladas (por milhar)	Navios	Toneladas (por milhar)	Navios	Toneladas (por milhar)
1839 — 44.....	1 842	393	?	?	2 741	144	?	?
1866 — 67.....	3 694	1 288	2 638	1 543	4 098	796	3 661	642
1884 — 85.....	3 969	3 464	3 075	2 726	5 837	2 390	5 327	2 222
1886 — 87.....	3 217	2 580	2 379	2 403	4 639	2 131	4 632	2 410

O Serviço Postal por mar é feito por companhias brasileiras subvencionadas e por diversas companhias francesas, inglesas e outras. — A Inglaterra ocupa o primeiro lugar na navegação do Brasil; a França, os Estados Unidos e a Alemanha vêm em segundo lugar. Os principais portos são (do norte para o sul): Manaus, no rio Negro, que, graças à livre navegação do Amazonas, mantém relações diretas com o estrangeiro; Belém do Pará (mais conhecido no estrangeiro por este último nome), o grande entreposto do Amazonas, situado na boca meridional do rio; São Luís do Maranhão, Parnaíba, Fortaleza, Paraíba, Recife, (muitas vezes chamado Pernambuco, nome da província), que é o terceiro porto do império e o mais próximo da Europa; os grandes navios lançam ferro ao largo para não franquear a barra formada pelos recifes. Maceió, Alagoas, Penedo, Bahia, o segundo porto do império, situado na entrada da grande baía de Todos os Santos, Caravelas, Vitória, Rio de Janeiro, situado na entrada de uma das mais belas baías do mundo, que possui docas de reparos para a marinha mercante, e, na ilha das Cobras, magníficos diques para a marinha militar e que faz quase a metade de todo o comércio do império; Santos, o escaudouro da província de São Paulo, que disputa hoje o segundo lugar com Bahia e Pernambuco; Antonina, Destêro (Santa Catarina), Rio Grande do Sul, cuja passagem é má; Porto Alegre, Pelotas. Graças ao desenvolvimento das vias de comunicação, o grande comércio sobretudo o comércio bancário, que estava, há uns vinte anos, concentrado no Rio de Janeiro e em alguns outros portos, começa a tomar importância em certos lugares do interior. Este deslocamento dos negócios, a extensão das culturas de café, a substituição de ope-

rários e de domésticos assalariados aos escravos tornaram necessária uma quantidade muito maior de numerário no Brasil.

§ 5. — *Linhas telegráficas* — As primeiras datam de 1852. A extensão total das linhas do governo era de 6 942 quilômetros em 1880 e de 10 633 em maio de 1887; o número de estações (em 1887) era de 171, e o de despachos de 528 000; a receita não cobria a despesa. As linhas de que são providas as vias férreas que não pertencem ao Estado compreendem mais de 7 000 quilômetros; com as linhas telegráficas do governo o total se eleva a 18 000 quilômetros. Todas as províncias marítimas estão ligadas por linhas telegráficas assim como as fronteiras do Uruguai, e, no interior, uma parte de São Paulo e de Minas. A linha para Goiás e Mato Grosso, que está em construção, deve ser terminada em 1889. Independentemente da linha terrestre do governo que segue a costa, um cabo submarino de mais de 6 000 quilômetros se estende de Belém a Montevideu servindo os principais portos. O cabo de Belém do Pará será brevemente ligado pela Guiana às Antilhas e à América do Norte. Um cabo de Recife a Lisboa pelas ilhas de Cabo Verde e Madeira liga diretamente o Brasil à Europa desde 22 de junho de 1874. Pela República Argentina, as linhas telegráficas do Brasil se acham ligadas às do Pacífico. Existem linhas telefônicas nas principais cidades do Brasil e ligam mesmo Rio de Janeiro e Petrópolis.

*E. Levasseur e  
o Barão do Rio Branco*

N.R. — O presente trabalho foi extraído do livro *Le Brésil* de L. Levasseur e Rio Branco, editado em 1889, em Paris e traduzido para o vernáculo pelo professor Orlando Valverde, secretário assistente do Conselho Nacional de Geografia.

### Parnaíba: breve história de um rio.

Descambando de Pau Cheiroso, na serra de Tabatinga, onde tem sua origem, e recebendo no seu curso extensíssimo águas do Gurguéia, Uruçuí Vermelho, Uruçuí Prêto, Canindé, Poti e Longá, pela margem direita, e do Balsas<sup>1</sup> pela esquerda, é o Parnaíba, desde o seu nascedouro à sua precipitação no Atlântico, a natural linha de fronteira entre os Estados do Maranhão e Piauí.

O fato de serem, com exceção de um, piauienses todos os seus principais tributários, dá-se devido uma cadeia de montanhas que separa em grande percurso a sua bacia da do Itapicuru, que corre em terras maranhenses e cuja tendência, ao contrário do Mearim e Grajaú, que são menos indecisos na sua marcha para o norte, em busca do mar, seria talvez o de encontrá-lo acima da confluência com o Poti.

Quanto à extensão desse rio que vem de uma altitude de, aproximadamente, 709 metros, se têm manifestado vários estudiosos do seu sistema, sendo, porém, bastante desencontrados os cálculos por estes apresentados. Destarte, extremas são as conclusões de Antonino Freire e Tomás Pompeu, que dão 1 450 e 1 955 quilômetros, respectivamente, para o seu curso, enquanto Bernardino José de Sousa opina seja de 1 716 quilômetros.

Sujeito aos imperativos das estações do tempo, o Parnaíba que é um rio piscoso por excelência tem profundidade variável, sobretudo no aglomerado de baías que se formam na sua desembocadura. Em tempo de seca têm-se notado, em lugares profundos, suas águas baixarem a um metro, sendo, via de regra, esta a sua profundidade na confluência de alguns rios, cujo leito é constituído de areia movediça. Igualmente variável é a sua largura, que medindo cerca de 390 metros ao passar por Teresina, tem aí quase que o dobro da dilatação nesse sentido em trechos compreendidos entre as cidades de Uruçuí e Santa Filomena. Isto é, acima da sua parte média.

Mas, em compensação, se no estio o Parnaíba é avarento, no inverno o seu vale irregularíssimo, como vimos, não contém o manancial caído das nuvens que o vem assoberbar. As águas transbordam, destroem e levam de roldão

tudo que o homem construiu a custo na ribeira. Mas nem por isso êsse homem que se acostumou a comer e beber dali, o maldiz. O sobressalto e a fuga duram enquanto durarem as cheias. Voltando o estilo êle reconstitui o seu *habitat* no barranco, aproveita a melancia da vazante, retoma o seu anzol ou a tarrafa... e a vida continua no seu ritmo normal...

### O delta

A metamorfose por que tem passado o delta parnaibano inclui fenômenos que estão a exigir constantes alterações nas cartas geográficas do país. Ainda mais sabendo-se que aí se assenta, verdadeiramente, a questão dos limites do Piauí e Maranhão.

É notável o trabalho erosivo das águas no terreno onde o rio se bifurcou nos seus braços principais que por sua vez se subdividiram em tantos outros, resultando dessa multiplicação a quantidade de ilhotas que constituem curiosos acidentes de origem aluviônica, sendo digno de menção a transformação em ilha da península do Estêvão.

A península do Estêvão era parte da ilha Grande, dentro de incrível curvatura descrita pelo Parnaíba que, simultaneamente, forma com seus próprios derivados, também as ilhas dos Poções e Santa Cruz. E, no caso, o que se deu foi o fechamento completo dessa *curvatura* com o rompimento do istmo que a sustinha, pelo canal a que denominaram Rio Novo.

Dos braços que o Parnaíba dispersa no fim da sua jornada, o mais importante, por muitas razões, é o Santa Rosa, que manda para oeste. Esse, entretanto, não devemos confundir, como o faz muita gente, com o Parnaíba propriamente dito, que tendendo para N.E. encontra o oceano, antes daquele, na barra das Canárias.

\* \* \*

É certo que o Parnaíba é um presente de Deus ao Nordeste ressequido e dizimado pelo verão inclemente e prolongado. Limitando duas regiões climáticas distintas — a úmida da Amazônia e a seca de além Ibiapaba — a sua bacia é bem um oásis de bonança ao homem que vem tangido pela fome e pela sede do alto sertão cearense, não raro com destino à Hiléia, sempre pensando em remediar-se à custa da borraça e da castanha, com a doce espe-

<sup>1</sup> Além dos mencionados o Parnaíba tem uma série de pequenos tributários não perenes.

rança de um dia qualquer voltar venturoso à terra que é pobre e infeliz como êle mesmo.

Não obstante ser conhecido desde o primeiro século da nossa descoberta, o Parnaíba não foi um rio sedutor de aventureiros no transe épico das "entradas" audaciosas. Mas nem por isso deixou de ter o seu bellissimo papel no drama da condensação do continente que em breve se tornou esteio de insaciável coroa de além mar.

Antes chamado Rio Grande dos Tapuios, Pará, Parauaçu, Punaré e Paraguaçu, foram suas águas portadoras das primeiras notícias sôbre aquela parte do Nordeste, levadas alhures, segundo Augusto Pereira da Costa, em 1571, época, portanto, em que Nicolau de Resende empreendia pelo litoral, a sua entrada no território piauiense.

Depois de Nicolau de Resende, Pedro Coelho de Sousa chegou até às suas margens, em 1603, após perigosíssima jornada através dos territórios dos atuais Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

Pedro Coelho de Sousa destinava-se ao Maranhão, mas tantas foram as atribulações, agravadas com a indisciplina da sua gente, que retrocedera, prestes a alcançar o seu objetivo, trazendo, entretanto a "nova" sôbre o vale cujo delta é visitado um lustro depois, por um dos seus companheiros da mal sucedida empresa de 1603 — Martim Soares Moreno.

E assim foi o rio se tornando conhecido não tardando que para êle convergissem, de rumos vários, correntes invasoras.

Em 1663 Jorge Velho veio estabelecer-se na sua confluência com o Poti e data daí, positivamente, o primeiro grande surto de colonização das terras que são hoje o Piauí.

Depois de Jorge Velho veio Domingos Afonso Mafrense, pelo roteiro de um dos seus afluentes encontrar suas águas que passariam a limitar a grande sesmaria, onde se estabeleceram para empório pecuário as suas afamadas "fazendas de criar".

A primitiva capital do Piauí foi instalada na freguesia do Mocha, antes povoação pertencente ao núcleo de Cabrobó, que passou posteriormente a denominar-se Oeiras, em homenagem ao conde de Oeiras, depois marquês de Pombal; e só em 1852, por interferência do conselheiro Saraiva, transferida para

as margens do Parnaíba, onde hodiernamente se encontra com a denominação de Teresina.

A transferência foi sugerida pela primeira vez em 1792, pelo então governador do Maranhão, D. Fernando Antônio de Noronha, e lembrada, inçoneqüentemente, por D. João de Amorim em 1798, desde quando rolou o plano que só no advento do Segundo Império veio ser deferido, pois a simples alegação de ser o rio um fator que muito influiria no desenvolvimento da projetada nova sede administrativa da província, não passou sem relutância nem foi bastante para dar fim à teimosia dos oeirenses. Mil e um inconvenientes, entre êles o falso da falta de água potável no Parnaíba, apontaram os opositores do projeto que subiu à Córte acompanhado de alguns frascos de água barrenta — arditoso alvitre dos bairristas de Oeiras, que tiveram a decepção de saber que o líquido lá chegara "com excelente aspecto, todo o polme assentado no fundo das garrafas, e, mandada a exame pelo Imperador, fôra a água julgada muito boa". E, sem delonga, foi autorizada por imperial resolução, a transferência da capital para a Chapada do Corisco.

Por êsse tempo já era próspera a vila da Parnaíba na sua ideal posição de pôrto marítimo que não tardaria a se tornar o grande empório comercial, da província, influindo na vida do caudaloso rio em cujo delta florescera, já lá se vão uns cento e oitenta e dois anos; por sua vez, também a antiga colônia de São Pedro, hoje cidade de Floriano, graças ao milagre da boa vontade dos seus varões, ia se tornando a principal comuna ribeirinha do sul, enquanto a faina pioneira fazia surgir do alto ao baixo Parnaíba, aglomerações que com o tempo e o contacto direto com a capital, seriam portos fluviais de grande importância para o Estado. E fato curioso é notar-se que as cidades piauienses marginaes do Parnaíba, conquanto não tenham conhecido, a exemplo do que acontece na Amazônia, ciclos de grande surto, jamais conheceram fases de grandes decadências. Tôdas surgiram e se desenvolveram num ritmo moroso, mas perene. A própria capital é um exemplo disso. Teresina não teve pressa de crescer. Tudo ali se tem feito com reflexão e à medida do tempo.

A transferência da capital para as margens do Parnaíba foi medida de grande alcance, sobretudo porque tanto beneficiaria o município com as var-

tagens advindas da sua aproximação do pôrto litorâneo e consequente estreitamento de relações comerciais e políticas com a Côrte, como ao próprio vale cuja utilização se faria imperiosa, ainda pela necessidade do intercâmbio que, entre si, deveriam fazer as cidades e vilas marginais de ambos os extremos e a sede do governo provincial, por seu turno centralizadora também do movimento fluvial do grande rio com saída única para o exterior da provincia e do paiz pelo pôrto de Amarração.

Cogitada pouco antes da Independência, nas Córtes de Lisboa, sòmente em 1859, sete anos portanto após a transferência da capital, começou a ser praticada a navegação do Parnaíba, vencendo-se na primeira viagem cêrca de 428 quilômetros a vapor, isto é, pouco mais de um têrço do percurso que hoje se perfaz.

Contudo, têm sido pouco melhoradas as condições de navegabilidade dêsse rio cuja sorte não é melhor que a de tantos outros grandes rios brasileiros. Dêle, de certo modo, também se esqueceram os homens, que nem sempre souberam tirar proveito de semelhantes dádivas que ao solo a natureza presenteia. Causa dêsse desinterêsse ou pouca vontade, é a irregularidade do rio, onde se não tem realizado, convenientemente, obras capazes de lhe assegurar regime fixo e defender as suas margens da ação erosiva das águas — pondo-o em estado de permanência tal, que, em qualquer época, possa, sem entaves para embarcações de maior calado, ser sulcado em tôda a sua grande extensão.

*Romão da Silva*

★

### Geopolítica e política geográfica

A Geografia atingiu já o seu pleno desenvolvimento e é, entre os conhecimentos modernos, um dos mais sugestivos pelo seu valor científico, pelas investigações que faz e pelas perspectivas utilitárias que oferece.

Outrora, era um conjunto de noções, idéias e conceitos práticos; uma enumeração, mais ou menos concatenada de topônimos, um comentário de cartas, elaboradas por cartógrafos e geodesistas.

Hoje tomou consciência de si mesma; emancipou-se da tutela da História; rejuvenesceu ao contacto com as

ciências físicas e naturais; alçou-se à explicação dos fatos de extensão: chegou à síntese.

A síntese geográfica, é, de fato, a expressão profunda da realidade das cousas e uma filosofia do mundo do homem.

Todavia, o trabalho geográfico não se cristalizou; evolve. Levas e levadas sábios e exploradores palmilham tôdas as partes do globo, uns, a serviço da ciência pura, outros com preocupações utilitaristas, mas, todos, cada vez mais tecnicamente aparelhados, e, mais do que encher claros no mapa geral da Terra, outrora o supremo escopo dos geógrafos, porfia-se hoje em inventariar uma região, estudar um tipo ou fenômenos geográficos.

Para averiguar êsse ou aquêlo fato geográfico organizam-se explorações de tôda sorte, enviam-se missões aos pontos mais extremos da Terra e a Geografia descreve, explica e limita regiões físicas, regiões humanas, espaços morfológicos, áreas edáficas ou botânicas, provincias caracterizadas pelo *habitat* ou pelo gênero de vida das sociedades humanas.

Com horizontes tão amplos, as ciências geográficas buscam limitar o seu campo de ação fixando os lindes que as separam das ciências vizinhas determinando os métodos que lhes são inerentes e a natureza própria de seus estudos.

Assim, as relações da Geografia Física com a Geografia Humana constituem motivo de constantes indagações, pois é certo que se aquela prende-se às ciências naturais, a Geografia Humana é eminentemente social.

O velho conflito entre a Geologia e a Geografia Física e o menos velho entchoque da Geografia Humana com a Sociologia são assuntos que mantêm a inquietação dos profissionais sôbre o objeto, o método e a técnica das ciências geográficas.

A Geologia, com efeito, não se satisfaz com a história das transformações por que passa o planeta, mas descreve e explica os fenômenos atuais: geografizou-se. Por outro lado, os transbordamentos dos diversos ramos da Sociologia invadem o estudo da Terra e entrosam a Morfologia Social com a Geografia Humana. Mas, não há

como negar que embora sem estudo pessoal, a Geografia tem uma personalidade.

Realmente, a Geografia Física, é, em última análise, o estudo das conexões que prendem entre si os diversos fenômenos que se dão nos envoltórios terrestres, enquanto que a Geologia se preocupa com a estrutura, a composição mineralógica do solo e a construção dos aspectos sucessivos do Globo. E a Geografia Humana tem a sua individualidade acentuada, desde logo, pelo fato de que o fundamento de suas investigações é o território, e isto diferencia o método geográfico dos métodos sociológicos, o estudo dos fatos de Geografia Antrópica do estudo das instituições sociais, morais ou jurídicas.

De não menor interesse é, para as ciências geográficas, a discriminação dos fatos que constituem a última criação da Geografia no século XIX, a Geografia Política, à margem da qual, já no nosso século, sociólogos, juristas e políticos fundaram e desenvolvem novo campo de doutrina, a Geopolítica, tão discutida nos tempos que correm.

---

A legitimidade dos estudos de Geografia Política é óbvia, uma vez que os nexos entre as condições geográficas naturais e a estruturação política de um Estado são inegáveis.

Uma política realista e previdente tem necessariamente de se basear sobre o conhecimento geográfico, porque, despida de quaisquer considerações subjetivistas, a noção do Estado decorre da do território, pois o Estado é uma "individualidade geográfica".

A evolução de toda a História mostra a importância crescente do território que, pouco a pouco, substituiu a nação às tribos, transformou as relações fundadas no parentesco em instituições fundadas no território e na propriedade.

A Geografia Política estuda o Estado e seu desenvolvimento político, as perspectivas econômicas, não só do seu próprio solo, mas ainda de todas as regiões com as quais o seu povo tem mútuas relações. Não é uma muda exposição de cifras e estatísticas, porém o exame das condições atuais e das possibilidades que são a própria energia de uma nação.

Os fatos sociais, como os físicos, dependem do equilíbrio de elementos os

mais diversos e destarte ao geopolítico não é lícito desprezar os elementos puramente espirituais, estes, como os religiosos, culturais e de espírito de iniciativa, tão dignos de consideração, como os que provêm das diferenças de climas, da capacidade produtiva dos solos ou da densidade da população.

É incontestável a influência do "fator geográfico" na política, na seara dos homens de governo.

Numa idade essencialmente industrial, como a que vivemos, é do âmbito das ciências geográficas a coleta dos materiais que vão servir aos políticos, e bem assim a interpretação desses fatos para que ao estadista seja possível resolver os casos pendentes de sua solução. A política dos nossos dias é, de certo modo, a *política econômica* e esta é um reflexo do solo, isto é, da geografia de cada país.

Os homens de Estado dos nossos dias devem pensar e agir geograficamente; devem ter sempre presente que: "O potencial de guerra de um país é igual ao seu potencial de paz".

O que importa é não confundir o estudo da distribuição do poder do Estado e de sua vinculação aos fatores físicos com as doutrinas que procuram orientar, sob pseudas bases geográficas e superficiais dissertações sobre o meio e o homem, as atividades do imperialismo político ou econômico.

---

Coordenando tantos fenômenos heterogêneos o geógrafo não pode ser nem rude materialista, nem ingênuo idealista.

Na combinação múltipla e recíproca entre o Homem, a Natureza e a Civilização, com que dificuldades não luta o geógrafo para fazer a síntese geográfica!

Os fenômenos que giram em torno do Homem oferecem uma complexidade incomparavelmente maior do que os acontecimentos do mundo físico.

Como em ciências que se ocupam do Homem ente racional, enunciar leis passíveis de formulação matemática, quando acima de todos os ajustes aparentemente obrigatórios, brilha a liberdade da vontade humana?

Certo que, sozinho, o Homem fica amarrado à Terra, como aquêlê condor que Alexandre de Humboldt, viu num

vão incomparável sôbre as alturas do Chimborazo ou como o verme pisado pela mula do genial viajante-explorador. E todos os feitos da vontade humana que passam à História como os anseios da liberdade do Homem estão subordinados à Terra e a vontade livre do Homem externa-se apenas no aproveitamento ou não das possibilidades terrestres.

A princípio, a paisagem natural; a seguir, a paisagem cultural; eis, o capital eterno do Homem.

Para aproveitá-lo, o Homem não está sujeito a determinismo, nem a predestinações, pois, como proclama o epinício de Sófocles: "nada é mais potente do que o Homem".

Mas, o palco de ação do Homem é a Terra e, livre, procede sempre com liberdade, mas uma liberdade enraizada no espaço terrestre.

*(Trecho do discurso inaugural proferido pelo Prof. F. A. Raja Gabaglia na sessão solene de instalação do X Congresso Brasileiro de Geografia, no Palácio Tiradentes, em 7 de setembro de 1944).*

★

### **Crescimento demográfico da população brasileira**

O Dr. José Carneiro Filipe, presidente da Comissão Censitária Nacional, em recente entrevista concedida à imprensa desta capital, forneceu dados interessantes sôbre o recenseamento de 1940, que passamos a transcrever:

#### *O crescimento da população*

O recenseamento revelou casos de abandono de pequenos burgos rurais, cuja população naturalmente emigrou para centros onde a existência oferece melhores oportunidades de conforto. Isso sugere uma impressão de decadência apenas local, pois o crescimento demográfico da população brasileira nada tem de desanimador. Basta atentar para os algarismos referentes ao primeiro e ao último recenseamento da República para se confirmar o que acima fica dito: 14 333 915, em 1890, e 41 565 083, em 1940, correspondendo a uma percentagem de 191,7 por cento de aumento. O crescimento da população é assegurado pelos saldos da alta natalidade, apesar de uma mortalidade

excessiva, principalmente entre crianças de tenra idade. Os quesitos referentes à fecundidade revelaram as perspectivas que uma larga política de proteção à infância e à maternidade e medidas eficientes, visando o saneamento e a educação sanitária, poderão abrir ao povoamento. Nossa natalidade figura entre as mais elevadas do mundo.

#### *O atraso da apuração final*

Ultimam-se, no momento, os trabalhos de apuração final, retardada, principalmente por deficiência de equipamento mecânico, encomendado a tempo, mas cujo fornecimento a guerra atrasou. Terminada a apuração iniciarse-á a publicação do vultoso acervo de informações. A êsse propósito, convém referir que, dos sete países da América, que realizaram recenseamento em 1940 — Brasil, Chile, Estados Unidos, Honduras, México, Nicarágua e Panamá — sômente os Estados Unidos e Honduras, até à presente data, lograram publicar os respectivos dados completos. Convém notar, porém, que, em Honduras, o recenseamento se limitou ao setor demográfico, e que os Estados Unidos, trabalhando com mais de 6 mil máquinas apuradoras, além das facilidades de equipamento adequado e suficiente, dispõem das que lhes proporciona a tradição censitária, firmada pela regular execução de recenseamentos, há século e meio! Os outros países, da mesma forma que o nosso só publicaram, até hoje, dados de caráter preliminar, sujeitos a revisão ulterior.

★

### **As feiras de burros de Sorocaba**

Do XVII ao XIX séculos, o Brasil compreendia essencialmente duas zonas ativas; ao longo da costa, da Bahia a Santos, estendia-se a região das plantações, ligadas a um clima quase equatorial com chuvas e calor assaz regulares, permitindo produções exóticas então muito procuradas, tais como o açúcar, o café, o cacau, o algodão. Para o interior, em direção a oeste, estendia-se nesta espécie de alto maciço central recortado por serras, que constitui Minas Gerais, uma vasta zona mineradora. Eram as duas únicas regiões cuja exploração tinha sido encetada, e nas quais se acumulara a mão de obra, a

princípio índios trazidos de tôdas as províncias do Brasil, em seguida negros da África introduzidos pelo tráfico.

Ao sul destas regiões, nas quais dominavam sobretudo as florestas, começavam as zonas de ervas ou campos; elas já apareciam nos elevados tabuleiros do sul do Estado de São Paulo, mas adquiriam tôda sua amplitude no Rio Grande do Sul e em direção do rio da Prata. Estas zonas meridionais estavam mais ou menos vazias, se bem que o lugar do homem parecesse mais fácil de ser talhado aí que na zona florestal do Norte. A Europa ainda não procurava então na América do Sul países de colonização e povoamento, mas terras para plantações e minas.

Estas terras assim especializadas dependiam do exterior para uma boa parte de sua alimentação, para seu abastecimento em mão de obra, e também para suas necessidades de animais domésticos, animais de trabalho, sobretudo de transporte. Êste se fazia por carga em razão do relêvo muito acidentado que impedia a instalação de estradas para viaturas; também o clima é hostil às estradas, e além disso, os produtos caros e pouco volumosos que se obtinham — o açúcar, a aguardente, o café — se adaptavam bem a êste transporte.

A princípio, a carga se fazia nas costas de homens; mas êste regime provocou tais hecatombes entre os índios empregados nesta tarefa que se teve de recorrer a animais. Quanto aos escravos negros, êles eram demais custosos, e reservavam-se porisso ao trabalho nas plantações.

O burro tornou-se a providência destas regiões montanhosas. Nas regiões baixas e úmidas de Oeste (o Pantanal de Mato Grosso) os transportes se faziam de preferência por bois de carga cujos cascos mais largos se adaptavam melhor a essas terras moles e apauladas. E' nas costas de burro que se levavam aos portos do litoral os produtos do interior. Uma considerável circulação de tropas ou *muladas* percorria os numerosos caminhos que desciam dos planaltos elevados; por exemplo, no caminho de Moji Mirim eram por dezenas de milhares que passavam anualmente os burros vindos de Goiás e Minas Gerais; d'Orbigny (*Voyage dans les deux Amériques*, p. 170) assinala no caminho das minas, de Ouro Preto ao Rio de Janeiro, as intermináveis tropas de burros. Os caminhos

eram balizados por inúmeros ranchos, espécie de caravancará onde se abrigavam as tropas. Alguns caminhos eram tão freqüentados que havia pescas ocupadas unicamente em apanhar ferraduras perdidas pelos animais. Assim por exemplo, no pequeno pôrto de Ubatuba, onde se concentrava outrora um tráfico intenso.

Contudo estas regiões florestais e tropicais eram pouco favoráveis à criação de muares; êles se reproduziam mal, e precisava-se constantemente recorrer a importações do exterior. A princípio vieram êles da Europa, sobretudo de Portugal, mas o transporte era demais oneroso e aleatório. Procuraram-se então regiões mais vizinhas, no próprio país, onde as condições de criação fôsem melhores; as vastas regiões de ervas do Sul estavam sem aplicação e sem habitantes desde as razzias de índios praticadas pelos *bandeirantes*; as tropas podiam aí multiplicar-se em liberdade sob a fiscalização de alguns poucos *campeiros*.

Cedo tornou-se esta a principal função das regiões herbosas à volta do rio da Prata, e introduziram-se nelas imensas tropas de cavalos e jumentos destinados principalmente ao abastecimento de burros do Brasil tropical e florestal.

Fixava-se assim o caráter complementar das duas zonas: uma ao Norte, relativamente povoada e ocupada por plantações e minas; a outra ao Sul, vazia de homens e deixada quase exclusivamente à pecuária, e mais em particular, à criação de burros que se destinavam à exportação, uma vez que não serviam nestas regiões meridionais que utilizavam o transporte em carros, particularmente adaptados ao solo plano dos campos: altas viaturas de duas rodas, puxadas por bois e que transportavam o mate e o algodão. Os carroceiros do Paraná foram por muito tempo famosos.

As trocas de gado se faziam nas feiras as mais importantes realizavam-se em Sorocaba, no Estado de São Paulo, situada na extremidade setentrional da vasta zona de campos que termina por um verdadeiro promontório lançado no meio da zona de florestas. Sorocaba era uma cidade marginal, entre os terrenos cristalinos e os sedimentares, e ao mesmo tempo entre as florestas e a reíva. Ao pé dos Andes onde terminava o transporte por carretagem e começava o por carga, em Salta e Jujuí

(Argentina), aí também existiram feiras de burros análogas às de Sorocaba. Os habitantes iam-se abastecer de mueres no Rio Grande do Sul, e mesmo nos países mais meridionais de dominação espanhola: Corrientes, Missões e Banda Oriental; êstes últimos eram considerados inimigos, e obtinham-se os burros muito mais por razzias guerreiras que por compra; os lucros eram tanto maiores.

Punham-se as tropas em marcha por setembro e outubro; viajavam elas sobretudo na estação das águas. Algumas vezes o trajeto durava mais de um ano, as tropas paravam pelo caminho, nos campos, para se reconstituírem e esperarem as chuvas favoráveis à formação de bons pastos. Fazia-se sempre uma parada prolongada nos campos de Lajes, ao sul da provincia de Santa Catarina. Daí por diante, com efeito, precisava-se atravessar 300 quilômetros de florestas de araucárias para alcançar em Lapa, no Paraná, os grandes campos de Curitiba. A travessia desta zona florestal era a parte mais delicada do trajeto, aquêlê durante o qual o abastecimento em forragens era mais aleatório; nem sempre as clareiras bastavam para a alimentação da tropa. A viagem terminava em seguida por um caminhar lento até Sorocaba. Chegava-se aí no fim da estação chuvosa, por março, com a segurança de ricas pastagens mantidas pela abundante umidade. As tropas paravam sempre antes de Sorocaba, nas vastas inverna-das onde engordavam à espera da época das feiras. Era então que se procedia à domesticação dos burros, operação difícil em que os sorocabanos se tinham tornado especialistas. Essas inverna-das reuniam ao redor de pequenas vilas cheias de ranchos e hospedarias, como Campo Largo e Itapetininga, inumeráveis tropas. Cada qual contava muitas centenas de animais; algumas três a quatro mil; dividiam-se por si próprias em lotes, e à testa de cada um figurava um burro-chefe, a *madrinha*, munida de uma campainha de prata, que conduzia a tropa. Eram dirigidas por um *capataz*, em regra natural de Sorocaba, auxiliado por vários camaradas a cavalo, geralmente filhos das Missões; e por um menino que ia a pé, o *piá*, encarregado de todos os pequenos trabalhos anexos, verdadeiro "grumete" da tropa.

As tropas pastavam ao longo do caminho, nos campos, de que a maior parte era constituída de terras devo-

lutas; algumas vezes os negociantes de Sorocaba possuíam dêstes campos, em propriedade particular ou locação, inverna-das ou pastos onde suas tropas faziam longa escala de engorda.

Êstes caminhos de tropas chamavam-se "estrada real", porque eram superintendidas pelos poderes públicos e constituíam um elemento essencial da vida econômica do Brasil. Eram balizadas por vilas e ranchos: Avaré, Itararé, Apiai, Faxina... Havia mesmo hospedarias mantidas pelo governo, como a de Barra do Camacho.

As feiras se realizavam depois da estação das chuvas, em maio, junho e julho. Não havia dias de feira, mas uma longa época que correspondia à estação fria e seca, durante a qual era mais fácil aos compradores da zona florestal do Norte viajar a fim de se abastecerem em Sorocaba.

As vendas eram consideráveis; em princípios do século XIX avaliava-se em 50 000 o número de burros negociados (número de Spix e Martius em 1817); em 1838, Saint-Hilaire dá o número de 32 000. Vinha-se do Rio, de Minas, e mesmo da Bahia para comprar burros. As compras não se faziam num local de feira; Sorocaba não possuía praça de burros; não se viam mesmo burros dentro da cidade. Os compradores iam para os arredores, em meio das inverna-das onde pastavam as tropas. Os alquiladores se encontravam nas hospedarias de Sorocaba onde se fechavam os negócios, e em sinal de acôrdo, trocava-se um fio de barba. Os pagamentos eram deferidos até a feira do ano seguinte.

Assim que terminava a compra, os burros já mansos partiam por pequenos grupos para o Norte. Mas aqui os caminhos eram diferentes, estreitos atalhos e sendas que percorriam a floresta; era preciso levar mantimentos para os animais, alimentados principalmente com rações de milho. As tropas se dividiam em pequenos lotes de 16 a 20 cabeças; vilas-escalas, os *pousos*, balizavam o caminho através das serras: Pirapora, Cabreúva, onde se realizavam às vezes algumas pequenas feiras de revenda local.

Na cidade de Sorocaba, tôda atividade era comandada pelas feiras de burros; a principal indústria era a dos objetos necessários aos tropeiros. Fabricavam-se notadamente, selas, baixeiros (estôfo grosseiro que se colocava debaixo da sela), pelegos, cangalhas,

bruacas (sacos de couro para transporte do café), ligais (grades cobertas de couro para proteger os carregamentos), laços, chicotes, etc. Fabricavam-se também *socados*, ou selas de madeira chapoadas a prata.

A joalheria era com efeito muito ativa, e se dedicava à fabricação de estribos, campainhas, sinetas, chapas de ornamentação para ricas selas dos tropeiros. Teciam-se também cestos de bambu utilizados para o transporte em pequenas distâncias.

Os habitantes mais ricos de Sorocaba eram estes alquiladores que partiam por cinco ou seis meses para o Sul, afim de buscar tropas; vinham em seguida os hoteleiros: a cidade contava mais de cem hospedarias; finalmente os inúmeros artesãos que trabalhavam sobretudo o couro. A importância das compras e vendas, sempre pagas em dinheiro de contado, e a especulação em gado tinham multiplicado as casas de tavolagem. Apostava-se também em cavalos de corrida, e as carreiras de Sorocaba tiveram grande fama. A cidade era conhecida por sua vida libertina, os alquiladores de passagem ostentavam grande luxo, as casas de deboche eram numerosas. Isto se encontrava em todos os grandes mercados de gado do Brasil: Uberaba, Três Corações, Barretos, Três Lagoas... A parte mais pobre dos habitantes de Sorocaba era composta dos peões domadores de burros.

Essa atividade está hoje muito reduzida, e já quase desapareceu. A última grande feira se realizou em 1835. Atualmente não passam mais por aí senão algumas pequenas tropas destinadas ao Rio.

As causas desta decadência são múltiplas; nas regiões do Norte as plantações foram muito afetadas pela supressão da escravidão; aliás os produtos exóticos se vendiam muito menos; ruína das plantações de algodão, depois da grande cultura norte-americana, decadência da cana de açúcar e da aguardente... A mesma redução se verificava nas minas, que se esgotavam e que entravam em concorrência com as novas jazidas de metais preciosos da Austrália e da África do Sul.

Uma economia fechada substituiu progressivamente a antiga prosperidade; os transportes muito se reduziram. A decadência das estradas de burros foi completa quando se iniciaram as primeiras estradas de ferro de penetra-

ção. Hoje, a circulação por burros não satisfaz senão os transportes locais e o abastecimento de gado também é local ou então feito por Goiás.

Nas regiões do Sul, transformações sincrônicas conduziam à supressão da criação de muares. O comércio da carne, a princípio salgada, depois frigorificada, trouxe o desenvolvimento dos bovinos; os *saladeiros*, depois os frigoríficos se multiplicaram; as terras devolutas desapareceram e por tôda parte aparecem as cercas de arame, abolindo as tropas; enfim, mais recentemente, as culturas tomam o lugar dos campos de criação; as lavouras de trigo e milho se estenderam a esta região, antes vazia, se povoa rapidamente de novos colonos europeus, alemães e poloneses sobretudo; uma economia aberta substitui a antiga mono-produção de muares.

A cidade de Sorocaba foi naturalmente muito atingida; ela atravessou vinte anos de eclipse; as ricas habitações dos alquiladores caíram em ruínas, a erva invadiu as ruas, as hospedarias fecharam as portas.

Hoje a cidade retomou uma nova atividade, bem diversa aliás. Os antigos campos de invernadas foram progressivamente colonizados; os terrenos arenosos convinham muito bem para o algodão; cedo as safras algodoeiras, aumentando continuamente, permitiram o desenvolvimento de uma indústria têxtil, hoje a mais moderna do Brasil; a usina monstro de Votorantim. As fiações e tecelagens constituem agora o principal horizonte de trabalho dos habitantes; a velha indústria de selas se mantém somente como uma sobrevivência do passado.

A "estrada real", outrora tão ativa, não é mais percorrida e as vilas de rancho que a balizavam, ou estão quase mortas ou seguiram o exemplo de Sorocaba e se tornaram pequenos centros algodoeiros, como Itapetininga e Faxina. Apagou-se assim o caráter complementar das duas partes do Brasil, o Norte das florestas e plantações e o Sul dos campos e da pecuária.

*Pierre Deffontaines*

(Extraído do n.º 3 — ano I (1935) da revista *Geografia*, órgão da Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo).

### A geopolítica das nossas fronteiras

Examinando-se o nosso linde, verificamos que ainda há trechos completamente neutros, por não terem sido ainda desbravados, impedindo um jôgo de interesses entre os países colindantes. Isto sucede no alto Oiapoque nas serras Tumucumaque, Pacaraima e Parima, no Içãna, no Uaupés, no Javari, na serra Contamana. Nas regiões abrangidas por êsses acidentes geográficos a natureza se mantém quase que totalmente virgem, pôsto que foram apenas visitadas pelos bravos demarcadores ou pelos cúpidos caçadores de caucho, borracha, balata ou essência de pau rosa. Os seus habitantes são quase exclusivamente selvagens como acontece na fronteira das Guianas Francesa e Holandesa e no divisor Amazonas - Orinoco, ou semi - civilizados como se verifica nas demais regiões supra citadas. Ao longo do Içãna e do Uaupés e de outros tributários da direita do Negro os índios estão quase incorporados à civilização e através dêles há pequenas transações com a Colômbia. Entretanto os cursos dêsses caudais entrecortados de cachoeiras sucessivas não permitem tão cedo melhor intercâmbio.

Há zonas fronteiriças que estabelecem uma corrente positiva, isto é, atraem os produtos das que lhes ficam vizinhas no país estremenho. A grande calha coletora formada pelo Amazonas encaminha para o Brasil a riqueza das regiões banhadas pelo Negro, Japurá, Içã, Napo, Marañon, Ucaiale, Juruá, Purus e Madeira, seus afluentes e subafluentes.

O canal Cassiquiare permite, e no futuro isso mais se acentuará, uma corrente em duplo sentido — os produtos escoar-se-ão ora pelo Orinoco, ora pelo Amazonas.

O Solimões será a via natural de tudo que, oriundo da Colômbia e do Peru, fôr extraído ou produzido aquêm dos Andes, barreira natural que impede uma expansão fácil em direção ao Pacífico. As vias de comunicação, cruzando a cordilheira, por mais aperfeiçoadas que venham a ser, nunca poderão apresentar a mesma viabilidade oferecida pelo "caminho que anda".

O Juruá, o Purus e o Madeira são correntes fortemente positivas e carreiam para o Brasil tôda a produção da gleba peruana regada pelos dois pri-

meiros nos seus altos cursos e da pujante planície boliviana banhada pelo Madre de Dios, Beni e Mamoré.

Os rios Paraná e Paraguai são corrente negativas, levam os nossos produtos para os países vizinhos favorecendo-os. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e o seu prolongamento pela Brasil-Bolívia quiçá ainda venham contrabalançar a facilidade de escoamento pela via fluvial. Essas ferrovias completadas pelo ramal Campo Grande-Maracaju-Ponta Porã, a Estrada Sorocabana e a navegação acima das Sete Quedas no Paraná poderão formar um sistema de atração de interesses econômicos, não só levando os produtos do Paraguai e do leste da Bolívia a Santos, como abastecendo êsses países de tudo que lhes possa fornecer o Brasil.

Na fronteira com a Argentina a corrente econômica é negativa, corre com as águas do Paraná em busca de Buenos Aires.

Ao longo do Uruguai e na fronteira com o Estado do mesmo nome há correntes nos dois sentidos, consoante as condições econômicas de cada época exijam uma absorção pelo Brasil ou uma dispersão para a Argentina e para o Estado Oriental. As vantagens do comércio ora estão conosco ora com êsses nossos vizinhos.

A mesmíssima cousa sucede às margens do médio e baixo Oiapoque, atravessadas pelas correntes de interesses em algumas ocasiões favoráveis à praça de Caiena e outras à de Belém.

Há dois pólos de atração das riquezas da hinterlândia: a embocadura do Amazonas e a foz do Prata. O imponente e futuroso Planalto Central, ainda não ocupado, que aparta, em território brasileiro, essas duas grandes bacias, quando forem desenvolvidas as suas condições econômicas e estiver ligado, pelos trilhos das estradas de ferro e pelas fitas das rodovias, ao Atlântico desviará muitas linhas de forças que, atualmente, buscam o Prata. O desenvolvimento, a ocupação e consequente dinamização do Planalto Central será o nosso primeiro problema geopolítico a resolver, se quisermos, de fato, galgar a escalada do progresso.

A criação dos territórios de fronteira irá, de fato, desenvolver a nossa faixa estremenha. Instituídos, tendo por base do seu programa fundamental: sanear, educar e povoar, como disse o

Dr. Getúlio Vargas, constituirão uma das equações do sistema que exprime o nosso problema geopolítico.

Se a densidade demográfica das regiões abrangidas por esses territórios crescer, nêles teremos verdadeiros reductos de resistência, sob todos os aspectos que quisermos considerar. Todavia há de mister não deixá-los isolados. Precisamos garantir-lhes boas e fáceis comunicações com o resto do país.

O Território do Iguaçú tem o Paraná como uma saída para o norte. Está em construção a rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçú. Contudo seria de bom alvitre que fôsse concluída a estrada de rodagem Palmas-Clevelândia-Dionísio Cerqueira, com a transversal Palmas-Iguaçú (ex-Laranjeiras).

O Território de Ponta Porã, pela natureza do seu terreno, tem fáceis comunicações e te-las-á ainda melhores quando a estrada de ferro chegar à fronteira paraguaia.

O Território do Guaporé tem uma larga e bela porta de escoamento pelo Madeira, porém seria interessante que pudesse contar com uma saída pelo sul, como por exemplo, a rodovia em construção ligando Vila Bela e Pôrto Esperidião a São Luis de Cáceres, além do caminho através do picadão da linha telegráfica Pôrto Velho-Vilhena-Cuiabá.

O Território do Rio Branco está ilhado, pois não se pode considerar como comunicação os cursos avançados de pedras dos rios Branco e Negro, que só permitem navegação em períodos de cheia. Urge a abertura da estrada ligando Boa Vista a Manaus.

O Território do Amapá só tem comunicação pela periferia. A rodovia Macapá-Clevelândia se impõe, afim de que o miolo seja convenientemente explorado.

Unidades do Exército que fôsem localizadas nesses Territórios com o fito de dotá-los de vias de comunicação, além de manter a ordem e defendê-las quando necessário, prestariam um serviço ao Brasil de elevado alcance.

Os portugueses quando conquistaram o espaço territorial que, agora, estamos, lentamente, procurando socializar iam levantando fortes nos pontos chaves das linhas de invasão, sem poupar sacrifícios. Ainda hoje se podem ver gloriosos vestígios em Macapá e Santarém, no Amazonas, em São Joaquim, no Tacutu (formador do Branco)

em São José de Marabitanas, São Gabriel e São José de Manaus, no rio Negro, em São Francisco Xavier de Tabatinga, no Solimões, em Príncipe de Beira, no Guaporé e em Coimbra, no Paraguai.

Sem, nem de leve, ter o pensamento de ver nossa fronteira "maginotizada", seria bom que seguissemos o exemplo desassombrado e prudente dos nossos bravos e queridos avós lusitanos, pois, segundo Jacques Ancel, a fronteira é "uma isóbara política que fixa, por algum tempo, o equilíbrio entre duas pressões".

*Lima Figueiredo*

★

### O Etna em erupção

Freqüentemente gostamos de figurar um vulcão como se fôsse um ser vivo; não é tanto por superstição, como pela necessidade de considerar tôdas as manifestações dêle coordenadas entre si, quais expressões de um organismo; é também por imperativo da nossa linguagem. As palavras vida, atividade, repouso, sono e muitas outras semelhantes ocorrem espontâneas à nossa mente, como também ocorrem vocabulos tomados à terminologia médica. Quando um vulcão sai da costureira tranqüilidade, da paz que permitiu o povoamento e o cultivo das suas faldas, e que uma vegetação espontânea e luxuriosa lhe revestisse os flancos e subisse em direção ao cume até onde o clima o comportasse; quando um vulcão acorda para flagelar povoados e campos que resumem as fadigas de muitas gerações, para destruir os bosques seculares, parece-nos então reconhecer nisso o efeito de uma violenta crise mórbida, de uma grave anolésia. E tal interpretação nos é tanto mais lícita, quanto mais nos esconde a ignorância de tudo o que diz respeito às leis e às causas primárias dos fenômenos. Um mal, às vêzes, nos apanha inopinadamente e de improviso, sem possibilidade alguma de prevê-lo e de prevenir as suas conseqüências; desenvolve-se, assume a intensidade máxima e pouco a pouco se atenua sem que o médico tenha podido fazer mais do que registrar sintomas; é assim um periodo eruptivo. Podemos reconhecer que êste vulcão tem crises freqüentes, que aquêle as tem intermitentes, que aquêlo outro sofre de uma enfermidade quase crônica, que outro pa-

dece de moléstias curtas e agudas: podemos também reconhecer que, conforme a sua constituição e, digamos igualmente, conforme o temperamento de cada um, diversos são os hábitos de vida, quer em condições de excitação mórbida, quer em estado normal; diversos também nas sucessivas idades de um mesmo vulcão. Mas pouco mais sabemos; aos que querem pressaçar uma erupção — trate-se embora do mais antigo e mais bem estudado vulcão do mundo — aos que pretendem dizer-nos se aquela a que assistimos terá grande ou pequena duração, se já alcançou a intensidade máxima ou se está ainda no início do seu ciclo evolutivo, se continuará com as características atuais ou se apresentará novos, a estes não devemos dar o mínimo de fé.

Se a ciência hodierna pouco pode afirmar sobre as causas e as leis que regulam os fenômenos vulcânicos, por outro lado conhece bastante o mecanismo das erupções e de todo aquêl complexo de fenômenos que as acompanha.

Sob tal aspecto, o Etna tem sido geralmente de um comportamento característico que razoavelmente se presume que possa depender da própria natureza dos materiais que êle expele e da estrutura, da mole e das formas do edificio eruptivo.

Por longa série de anos o vulcão demonstra apenas que a sua atividade não cessou ainda de todo. Quem antes do raiar do sol subir à summitade da cratera central e olhar para dentro, perceberá não raramente o brilho da lava ainda líquida e as vezes a verá ferver e soltar pequenas massas gasosas; nada mais. O navegante que se avizinha do golfo de Catânia, ou que mora ao longo das suas praias, vê no alto da montanha, frequentemente coberta de neve, um tênue penacho de fumo, semelhante a uma ligeira nuvem que o vento sopra ora de um lado, ora de outro, e às vezes dissipa completamente. Parece todavia que mesmo nos tempos de aparente quietude o vulcão se adestra para novas provas; que nas profundezas se fundem lentamente novas massas de lavas ou que as já existentes assumem temperatura mais elevada, ou maior volume e fluidez por efeito de água superficial que se lhe junte; o fato é que sobem cada vez mais na caminé vulcânica e fazem tal pressão sobre os

flancos que às vezes conseguem dilacerá-los antes de chegar às vertentes da cratera suprema. Brotam assim da nova ferida do vulcão, escoando daí lentamente ao longo do declive dêle. A maior parte das erupções do Etna, de que temos notícia segura, foram semelhantes à presente. A cratera central mostrou às vezes — especialmente no principio e no fim do paroxismo — alguma atividade, enquanto mais notáveis foram as explosões, isto é, mais copiosos os jatos de vapor e de pedras, areias e cinzas; mas a verdadeira erupção nestes casos se faz num dos lados do vulcão. Erupção tanto maior e tanto mais funesta quanto mais baixas são as bôcas abertas e das quais jorra a lava. Estas são numerosas na maioria das vezes e não dispostas totalmente ao acaso, mas em séries lineares que assinalam, com exatidão maior ou menor, a direção do cume do Etna. Isto indica justamente que a erupção está preparada — algumas vezes se diria francamente determinada — pela abertura de fissuras radiadas, através das quais a lava se insinua e das quais transborda. A juntura débil e pouco homogênea dos montes nos faz compreender a formação das próprias fendas e também a grande irregularidade delas, pois se apresentam não só frequentemente turtuosas e ramificadas de vários modos, mas também com estrangulamentos e partes amplas. Por isso, a massa fundida não pode injetar-se e sair livremente à luz do dia, mas deve abrir caminho desatinadamente e em diversos pontos.

A lava traz consigo grande abundância de gases e vapôres, ou de substâncias que pela diminuta pressão se vaporizam quando ela se avizinha da superfície do solo. Fugindo violentamente da massa pastosa, os vapôres apanham e lançam no ar partículas que exceto as últimas, verdadeira lava pulverizada arrastada para longe e dispersada pelo vento — caem ao redor como chuva intermitente de fogo, pedras e areia, construindo, pouco a pouco, um paredão circular que vai crescendo até constituir um grande cone com ampla cratera. Tôda erupção do Etna tem deixado seus testemunhos além de novas expansões de lava, as quais espessam um ou outro dos flancos do monte, nestes cones que nos aparecem quais montículos ou alinhamentos de montículos, semelhantes entre si e semelhantes, salvo as dimensões infinitamente menores, ao Etna, o pai de to-

dos. O velho vulcão conta dúzias e mais dúzias destes filhos, dispersos ao longo dos seus largos declives; e o número aumenta a cada nova erupção. O nascimento e o desenvolvimento deles constitui certamente um dos espetáculos mais belos e fantásticos a que se possa assistir; para vê-lo vale a pena em verdade deixar a tranqüilidade da cidade e dirigir-se ao monte ignívomo; a cena é maravilhosa, especialmente de noite, quando os fragmentos de lava, projetados aos milhares no alto pela força explosiva dos gases, com iluminação própria, ou iluminados com estranho brilho pela massa incandescente que está em baixo, caem descrevendo parábolas de fogo entre nuvens de vapores e de cinzas, também pontilhadas de estranhas luzes.

A maior parte, porém, dos espectadores destas erupções, espectadores, ora voluntários, ora não, param diante das torrentes de lavas e limitam-se a seguir passo a passo o seu lento progredir uns, temerosos de danos sempre novos, outros levados por viva curiosidade desta massa escura e fumegante de dia, afogueada de noite, que marcha, ora preguiçosa, ora solícita, com inexorável passo, incendiando, investindo, e cobrindo tudo quanto encontra. Não caminha, silenciosa, mas com grande rumor de resíduos que caem; não caminha só, mas arrasta consigo e revolve diante de si escórias que são as partes superficiais já consolidadas. Tanto mais parece singular, quanto pior se prevê a velocidade e o caminho ulterior; tem paradas e hesitações e movimentos estranhos; aqui se espriam, ali se reúnem de novo os ramos divididos; um breve obstáculo interrompe e desvia o seu curso, um maior é facilmente vencido; nem sempre segue os lugares baixos, às vezes quase parece andar contra as leis da gravitação. Todas estas ocasiões são feitas de esperança e temores, que a cada momento desaparecem e se renovam em que vê ora salvos ora ameaçados os próprios haveres, fonte também de crenças supersticiosas confortadas por não poucos exemplos — os únicos de que o povo se recorda — nos quais aquêle movimento misterioso e medroso se deteve diante de um pugilo devoto que orava ou a poucos passos de uma cruz, de um tabernáculo, de uma igreja. Tais estranhezas são devidas, não só à freqüente variação da quantidade de lava que jorra das bocas do vulcão, mas de outro lado, e especialmente, ao rumoroso cortejo de partes já consolida-

das que a viscosa corrente arrasta em seu dorso e ao longo dos flancos e que, impelindo e chocando-se alternativamente, e revolvendo-se uma sobre outra, cavalgando e fazendo dique na frente, impedem de mil modos o avanço. Embora muito vário e irregular, o movimento é todavia, em conjunto, bastante lento. Por isso, não só as erupções de lava raramente fazem vítimas humanas, mas freqüentemente se chega a tempo de, nos casos e lugares ameaçados, salvar a vida das pessoas e fazer a mudança de trastes, utensílios e ferramentas. Em compensação, as propriedades sofrem muito, especialmente quando as bocas que lançam lavas se abrem nas partes inferiores do monte e as massas abrasadas alcançam as vinhas e hortas de que são ricas as faldas do vulcão. Não são destruídas somente as culturas; aquêles campos, transformados num deserto de pedra, devem esperar decênios, talvez séculos, antes que o trabalho tenaz do homem possa reconquistá-los.

Se conforta o pensamento que erupções laterais, do tipo daquela a que hoje se está processando, quase nunca nos enristecem pelo grandioso número de vidas extintas, não podemos todavia afastar de nós a idéia de que a montanha, que hoje a sua sanha simplesmente sobre os haveres, possa amanhã ferir os proprietários. O Etna é talvez menos temível do que os outros vulcões, menos do que o próprio Vesúvio, inferior entretanto a êle em massa; todavia fez os seus estragos e pode renová-los. As correntes de lava não são de temer, mas os abalos do solo que precedem e acompanham as erupções, e as chuvas de areia e pedras, as avalanches e as nuvens de materiais inflamados e as enxurradas de cinzas que as águas diluem e tornam fluentes. A história mais antiga dos vulcões da Itália e a mais recente dos da América registram exemplos por demais dolorosos que não vem a pêlo evocar, destas desastrosas manifestações. Conhecemos suficientemente o Etna, podemos confiar bastante nele e na sua generosidade habitual para escolher as suas faldas como pacífica morada nossa e de nossos filhos, para construir sobre elas a nossa casa e arrotear até as menores faixas? Tanta pletoira de vida em torno de montanha tão inquieta, tão terrível às vezes em suas manifestações, não pode deixar de despertar à primeira vista um sentimento de surpresa. A ciência que conseguiu definir

e descrever o desenvolvimento e a successão dos fenómenos vulcânicos — tão grandiosos para nós quanto insignificantes na longa história do nosso planeta — a ciência, que reconheceu correlações entre êsses e investiga alguma de suas causas imediatas, nada sabe das um pouco remotas, nada pode prever. Será talvez sempre assim e talvez seja um bem que tudo assim aconteça. Diante de um perigo, cujo afastamento está fora de toda possibilidade humana e cuja iminência não pode ser percebida, pouco a pouco tende a eliminar-se de nós todos todo temor, toda preocupação e uma espécie de fatalidade confiante entra a invadir-nos.

Não nos admira que tranqüilamente se possam habitar os belos declives do Etna e que êles sejam uma das plagas do mundo onde mais densa seja a população.

*Olinto Marinelli, in Luigi Giannitrapani, I paesè e le Genti; ed. N. Zanichelli (Bolonha, 1921).*

(Trabalho extraído de *Leituras Geográficas* — Prof. Raja Gabaglia).

★

### Uma publicação valiosa

Somos sempre tentados a abordar temas geográficos cada vez que visitamos o Conselho Nacional de Geografia, êste admirável centro de trabalho e de estudo que obedece à orientação segura e criteriosa de Cristóvão Leite de Castro. Hoje queremos, justamente, ressaltar uma de suas mais valiosas iniciativas, pois que ligada intimamente ao ensino da Geografia. Trata-se do *Boletim Geográfico*, mensário de informações, notícias, bibliografia e legislação. Especialmente dedicado aos professores de Geografia, como se depreende do seu próprio programa, publica o *Boletim*, além de colaborações originais, transcrições de trabalhos esgotados, estampados anteriormente em publicações de pequena circulação ou esparsos em periódicos, um farto noticiário e uma ampla secção de informações bibliográficas, sempre da mais alta valia e interesse para os que se dedicam ao ensino de tão

útil disciplina. Ficamos, mesmo, por vêzes, a imaginar quanto aumentaria a cultura geográfica em nossa terra, se todos os professores, espalhados por todos os recantos do país se pusessem em contacto com as atividades do Conselho, seja através do *Boletim* ou da valiosa *Revista Brasileira de Geografia*, já no seu quinto ano de publicação.

De propósito, mencionaremos a matéria dêste último número do *Boletim*: editorial do Prof. Lúcio de Castro Soares sobre as tertúlias geográficas que semanalmente têm lugar no Conselho; artigo do Prof. Raja Gabaglia sobre a Geografia Urbana, em que surgem conceitos justos e ponderados, em que pese a amável referência pessoal com que nos honrou, e na qual falou, por certo, mais o amigo do que o geógrafo; transcrições dos professores Delgado de Carvalho sobre o ensino da Geografia no curso secundário, excerto do livro de há muito esgotado *Metodologia do ensino geográfico* de Charles Schuchert sobre a tão discutida teoria de Wegener, do deslocamento dos continentes; artigos do Prof. P. Monbeig sobre o homem e a terra e do Eng. Moacir Silva sobre os novos Territórios, êste de grande interesse didático, pois nos parece ser o primeiro a publicar-se reunindo informações seguras sobre as novas unidades administrativas do país. Como se já não bastasse, mais ainda extensas secções de noticiário, informações, bibliografia, legislação, além do resumo das tertúlias semanais.

Eis aí um manancial precioso para um professor de Geografia.

A publicação do *Boletim* representa uma vitória para os que o idealizaram e o levaram avante. Resultado dum admirável trabalho coletivo, não citamos nomes exatamente pelo receio de omitir algum, omissão que sobre lamentável, seria principalmente injusta. Com tão útil publicação, tornou-se mais uma vez o Conselho Nacional de Geografia credor da estima e da admiração, pelo muito que tem feito pelo conhecimento de nossa terra.

*Nogueira de Matos*

★

## O tempo

### *O progresso da meteorologia nos Estados Unidos*

Extraímos da revista *Em Guarda* a seguinte interessante narrativa:

Num dia de setembro último, de vento rijo, foram içadas em tôdas as estações meteorológicas da costa atlântica dos Estados Unidos, desde o Estado do Maine até o da Flórida, duas pequenas bandeiras vermelhas com um retângulo negro no centro. Foi êsse o sinal bastante para que tôdas as embarcações que se achavam ao longo do litoral procurassem pôrto seguro, pois tratava-se de aviso da aproximação de um furacão. Informados do perigo pela imprensa e pelo rádio, os habitantes da zona litorânea deram-se pressa em proteger suas casas contra os efeitos do tremendo pé de vento. E os que residiam ao longo das praias não tiveram outro recurso senão afastar-se quanto antes para o interior. Nos aeródromos todo o tráfego de aviões, civis e militares, ficou suspenso. Os aparelhos foram recolhidos cuidadosamente aos hangares.

Mas houve uma exceção. No aeródromo de Bowling, perto de Washington, os mecânicos aprestaram um pequeno avião de bombardeio e o colocaram numa das pistas, aguardando ordens. Pouco depois, três oficiais do Exército americano galgaram o aparelho e, dentro de poucos minutos, faziam-se com rumo ao ponto que, no céu, se apresentava mais negro e ameaçador. Iam precisamente ao encontro do ciclone.

Os oficiais eram o coronel Floyd B. Wood, da Diretoria de Meteorologia da Aviação Militar; o major Harry Wexler e tenente Frank Record, meteorologistas. Apresentava-se-lhes o ensejo que de há muito aguardavam, "de fazer um vôo no vórtice de um furacão, para comprovar ou refutar certas teorias sobre o fenômeno", segundo declarou o coronel Wood.

A oportunidade não se fez esperar. Quando voavam por sobre o mar, a coisa de mil metros de altitude, viram aproximar-se o furacão: uma imensa muralha negra como que suspensa nas nuvens. Em baixo, o mar revólto, elevava-se em ondas gigantes-cas. O vento rugia então furiosamente contra o aparelho, estremecendo-o. "Se-

gundo as teorias que havíamos aprendido", refere o coronel Wood, "na parte exterior do furacão forma-se uma corrente ascendente, e, por conseguinte, o avião deve elevar-se ao chegar a êsse ponto".

Em poucos minutos o avião entrava na área convulsionada, e seus tripulantes firmaram-se nos assentos, para não cair.

Logo nos primeiros momentos deram-se conta que a teoria sobre a ascensão era completamente errônea: o avião, em vez de elevar-se, projetava-se à razão de mais de 200 metros por minuto. O coronel Wood explica que puxou o bastão de comando para subir e pôs o nariz do avião contra o vórtice do ciclone. A chuva vergastava o aparelho e o nevoeiro era denso, mas o piloto manteve o rumo até o centro da borrasca, contra o vento de 225 quilômetros por hora. A corrente descendente que, segundo a teoria existe no vórtice, deveria empurrar o avião para baixo, com tremenda força. Mas eis o que relata a respeito o coronel, aviador e meteorologista:

### *Desfeita outra teoria*

"Já tínhamos avançado uns 90 quilômetros quando, repentinamente, fomos atingidos pelo furacão. O avião ganhou altitude com tanta rapidez que fomos sacudidos violentamente. Era outra teoria que, na prática, não se confirmava. No centro do ciclone havia, em vez de nuvens negras, conforme esperávamos, uma tênue neblina, pela qual penetravam os raios solares".

As palavras do coronel Wood dão uma idéia do que é voar dentro de um furacão, o mesmo furacão que assolou a costa oriental dos Estados Unidos, causando enormes prejuízos materiais. As perdas de vida, entretanto, foram em número relativamente reduzido, graças às precauções tomadas logo que foi dado o aviso da aproximação da tremenda borrasca.

Para os intrépidos meteorologistas que tão abnegadamente se arriscaram, os resultados da sua missão foram compensadores, pois trouxeram importantes esclarecimentos para meteorologistas e aeronautas sobre fatos que só a observação pessoal pode determinar com vantagem. Como verdadeiro profissional, o coronel Floyd B. Wood reconhece a necessidade de verificar

os fenômenos meteorológicos, valendo-se de tôdas as oportunidades ao seu alcance. Sôbre o que já pôde fazer nesse sentido, comenta êle:

"Algum piloto talvez ainda se veja, sem querer, em meio de um furacão e possa aproveitar a lição que aprendemos. Quanto a mim, quando houver outro furacão espero voar num avião caça até a estratosfera e baixar pelo centro da borrasca, para observar os efeitos".

A atitude do coronel Wood reflete o interesse que despertam as condições do tempo nos Estados Unidos, não somente entre meteorologistas, como também entre o público em geral. Talvez não haja país no mundo onde se fale tanto a respeito do tempo como nos Estados Unidos. O tempo é, sem exagêro, um dos tópicos obrigatórios na conversação cotidiana.

#### *Variações do tempo*

Uma das principais razões é a variabilidade em comparação, por exemplo, com a estabilidade relativa da temperatura na maior parte dos países americanos. Deve-se isso à situação geográfica, e alguns exemplos bastam para dar idéia da diferença. Em Lima, a temperatura máxima jamais registrada foi de 32 graus centígrados, e a mínima, de 10 graus; em Valparaíso, a máxima foi de 33 graus e a mínima de 2; em Buenos Anres, máxima, de 40, mínima, de 6 abaixo de zero, e no Rio de Janeiro, máxima, de 41, mínima, de 11. Ao passo que em Washington, D. C., a máxima registrada tem sido de 41 e a mínima, de 30 abaixo de zero; em Chicago, máxima de 41, mínima, de 30 abaixo de zero, e em Nova Iorque, máxima, de 40, mínima de 26 graus abaixo de zero.

O interesse que as condições do tempo desperta nos Estados Unidos prende-se a circunstâncias econômicas que afetam a todos. Na aviação, por exemplo, é necessário saber o tempo que fará dentro de um ou dois dias, para organizar os vôos. Quanto à agricultura, todos sabemos como são importantes as previsões do tempo para o trabalho do campo, desde a semeadura até a colheita; nas indústrias fabris e no comércio em geral, as condições do tempo influem em inúmeras atividades.

Em tempo de guerra é imprescindível obter informes sôbre as condições atmosféricas com a maior ante-

cedência possível, pois delas depende a perfeita organização de operações militares, navais e aéreas. Individualmente, todos estamos sujeitos às variações do tempo, variações que se refletem na saúde, no trabalho, nas diversões e na vida social.

A propósito da generalizada preocupação pública com o tempo, nos Estados Unidos, Mark Twain, o famoso humorista, chegou a dizer que "todo mundo falava do tempo, mas ninguém propunha um remédio".

Conquanto não fôsse possível remediá-lo tratou-se, entretanto, de prevenir as suas variações. E assim, em 1870, o governo estabeleceu o primeiro serviço de informações meteorológicas baseado em dados fornecidos por vários postos militares. Comparado com o amplo sistema de agora, êsse serviço era muito rudimentar. Vinte anos depois, verificou-se a necessidade de melhorá-lo, sendo então criada uma secção anexa ao Departamento de Agricultura, a qual, mais tarde, passou a constituir a Diretoria de Meteorologia dos Estados Unidos. Seus serviços ora são consideravelmente aumentados, consistindo de completas previsões do tempo, aviso de tempestades e de inundações, informações estas de grande utilidade para a lavoura, para o comércio e a navegação costeira e transatlântica. Em 1940 a Diretoria de Meteorologia passou para o Departamento de Comércio. Ao romper da guerra, os Departamentos da Guerra e da Marinha instalaram suas próprias estações meteorológicas em várias partes do país, permutando informações com o serviço meteorológico do Departamento de Comércio, que, por sua vez faz a permuta com o serviço do Canadá e das demais nações americanas, de vital importância, sobretudo na área do mar das Antilhas.

A Diretoria de Meteorologia dos Estados Unidos mantém 415 estações e conta com 3 000 empregados, sendo ainda a cooperação voluntária de . . . . 2 000 observadores espalhados em numerosas localidades, os quais comunicam à Diretoria os resultados de suas observações.

#### *Expande-se o serviço*

Novos métodos e de maior precisão foram descobertos recentemente para observar os fenômenos meteorológicos. A sua adoção tem beneficiado enormemente a aviação e a agricultura.

ra. Há, por exemplo, o radiossonda, que consiste em um pequeno instrumento ligado a um balão inflado com gás hélio, para ascender a grandes altitudes e registrar a pressão atmosférica, a temperatura e a umidade, transmitindo, pelo rádio, as informações a um receptor automático, instalado em terra. Um outro balão serve para registrar a direção e a velocidade dos ventos a diversas altitudes. De grande utilidade são igualmente os mapas meteorológicos, impressos e distribuídos pela Diretoria. Nesses mapas marcam-se gráficamente todos os aspectos importantes das condições meteorológicas ocorrentes em todo o país. Os mapas contêm também a temperatura, a precipitação e outros dados fornecidos pelas estações de observação, atualmente em muito maior número.

A Diretoria de Meteorologia procura continuamente ampliar seu campo de ação. As empresas de navegação aérea são agora fornecidas dados completos sobre as condições meteorológicas ao longo de todas as rotas dos Estados Unidos e no Alasca. E os agricultores em geral contam com um serviço completo de previsões por maior período de tempo, graças aos esforços da Diretoria. As previsões normais são publicadas de duas a quatro vezes por dia, anunciando as condições meteorológicas durante um período de 36 horas. Mas sempre que há a possibilidade de mudanças importantes, os informes são dados em intervalos de duas ou três horas. A fim de assegurar a maior divulgação possível, recorre-se a todos os meios modernos de publicidade: o rádio, o telégrafo, o telefone, o jornal.

É impossível calcular o número de vidas e o valor das propriedades que têm sido salvas graças aos avisos meteorológicos. Não obstante, sabe-se de um caso em que se salvou uma safra inteira de laranjas, no valor de quatorze milhões de dólares, em virtude do aviso da aproximação de um período de intenso frio, que aliás durou uma semana. Noutro caso, a previsão de uma enchente contribuiu para que se salvassem propriedades no valor de sete milhões de dólares.

Os prejuízos materiais causados pelo furacão de setembro último, apesar de seus efeitos devastadores, montaram a uma quinta parte dos danos causados pelo furacão de 1938, e o número de mortes atingiu apenas à

décima parte das ocorridas naquela ocasião. A redução se deve principalmente à eficácia do sistema de prevenção adotado pelo serviço meteorológico.

★

## Uruguai

A República Oriental do Uruguai, apesar de ser a menor das nações sul-americanas — pois tem somente . . . 186 926 quilômetros quadrados de superfície — é uma das mais progressistas da América, especialmente em matéria de previsão social. Particularmente durante os últimos anos, o Uruguai tem adotado importantes medidas legislativas para assegurar o bem-estar social e o melhoramento geral das classes trabalhadoras.

### *Resenha histórica*

Embora o território da República Oriental do Uruguai tenha sido descoberto em 1516 pelo grande navegador espanhol Juan Diaz de Solís, o qual foi pouco depois assassinado pelos índios charruas, não foi, no entanto, senão em princípios do século dezessete que se estabeleceram as primeiras colônias na margem oriental do rio Uruguai. Em 1618 os padres Franciscanos desembarcaram em solo uruguaio, seguidos em 1624 pelos Jesuítas, dando-se começo nessa época à vida colonial. Durante quase duzentos anos depois desse período, o território conhecido hoje sob o nome de Uruguai foi objeto de controvérsia entre a Espanha e Portugal, cujas coroas pretendiam ter título de propriedade sobre essa parte da América. Esta controvérsia foi finalmente solucionada mediante o Tratado de San Ildefonso, em 1777, o qual deu à Espanha domínio sobre a "Banda Oriental".

A luta pela independência foi definitivamente inaugurada a 28 de fevereiro de 1811, quando dois humildes camponeses deram o grito histórico de Asencio e se levantaram em armas contra os espanhóis. Este grito, dado nas margens do arroio Asencio, repercutiu em toda a Banda Oriental e foi o sinal do levantamento do Uruguai inteiro. Passaram-se vários anos, no entanto, antes que o Uruguai conseguisse a sua liberdade, pois não somente a Espanha se opunha à sua autonomia, mas também o Brasil e Bue-

nos Aires. Os conflitos que se sucederam durante este período representam uma longa série de vicissitudes, pois às vezes as armas dos patriotas saíam vitoriosas, outras vezes as espanholas e ainda outras vezes as que procediam do sul do Brasil ou as que vinham de Buenos Aires. Através de todas estas lutas, destaca-se a figura de José Ger-vásio Artigas, o herói das guerras da independência. José Artigas, segundo a frase do ilustre uruguaio, Dr. Juan Zorrilla de San Martín, "é a encarnação genuína de nossa pátria, a condensação de todas as nossas tradições e nossas glórias". Embora Artigas tivesse passado os últimos anos da sua vida na vizinha República do Paraguai, onde foi refugiar-se e em cuja capital veio a falecer aos 76 anos, encarna, sem embargo para os uruguaios o espírito da sua independência. Na mente popular, Artigas é "o precursor da pátria uruguaia".

Em 1817 as tropas portuguesas, marchando do lado do norte, invadiram o território da Banda Oriental, incorporando esse território ao Brasil com o nome de Província Cisplatina. A Banda Oriental continuou incorporada ao Brasil até 1825, data em que um punhado de patriotas uruguaios, conhecidos mais tarde na história com o nome de "Trinta e Três Imortais", deu começo a um ativo movimento de reconquista. Esta extraordinária empresa, chefiada pelo general Juan A. Lavalleja, tinha por objetivo retirar o país de sob o domínio brasileiro. Para conseguir este objetivo foi solicitado o auxílio da Argentina, o que provocou uma guerra entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que só terminou com a assinatura, a 27 de agosto de 1828, de uma convenção de paz, no Rio de Janeiro, a qual constituiu o Uruguai em Estado livre e independente. Lavalleja, por motivo da iniciativa que demonstrou na gloriosa campanha dos "Trinta e Três Imortais", merece ocupar na história um lugar só inferior ao de Artigas.

A 18 de julho de 1830 foi promulgada a Constituição do Uruguai, e a 6 de novembro do mesmo ano o general Frutuoso Rivera tomou posse do cargo de presidente do governo do país.

#### *Constituição e governo*

De acordo com a presente Constituição, o Uruguai adotou a forma de governo democrática republicana.

O Poder Legislativo é exercido pela Assembléa Geral, a qual se compõe de duas Câmaras: uma de Representantes e a outra de Senadores. A Câmara de Representantes compõe-se de 99 membros e a de Senadores de 30, eleitos diretamente pelo povo cada quatro anos, coincidindo a sua eleição com a do presidente da República.

O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, o qual é auxiliado por um Conselho de Ministros. Há também um vice-presidente eleito pelo povo conjunta e diretamente com o presidente pelo termo de quatro anos. Para que o presidente e o vice-presidente possam voltar a desempenhar essas funções, é preciso que se tenham passado quatro anos desde a data da terminação do seu mandato. O vice-presidente, além de assumir a Presidência em todos os casos de vaga temporária ou definitiva, exerce a presidência do Senado e da Assembléa Geral.

O Poder Judiciário é exercido pela Suprema Corte de Justiça, composta de cinco membros, e por outros tribunais estabelecidos por lei.

O governo e administração dos departamentos no Uruguai, estão a cargo de um intendente, uma Junta Departamental e uma ou mais Juntas locais.

#### *Educação pública*

A Constituição do Uruguai contém as seguintes estipulações a respeito da educação pública no país:

Fica garantida a liberdade do ensino. Todo o pai ou tutor tem o direito de escolher, para o ensino de seus filhos ou pupilos, os professores ou instituições que desejar.

As instituições de ensino privado que ministrarem classes gratuitas a um certo número de alunos e na forma determinada pela lei, e bem assim as instituições culturais, serão isentas do pagamento de impostos nacionais e municipais como subvenção pelos seus serviços.

O ensino primário é obrigatório. O Estado despenderá o necessário para cumprimento desta disposição.

Declara-se de utilidade social a gratuidade do ensino oficial primário, médio, superior, industrial e artístico, e também da educação física; a criação de bolsas de estudo para aper-

feijão e especialização cultural, científica e trabalhista, e o estabelecimento de bibliotecas populares.

Em tôdas as instituições docentes atender-se-á especialmente à formação do caráter moral e cívico dos alunos.

Com o fim de dar cumprimento às disposições constitucionais que acabam de ser enumeradas, foi estabelecido no Uruguai um excelente sistema de escolas, tanto públicas como particulares, e uma universidade na capital. O Uruguai tem especialmente importantes centros de ensino profissional.

### *Produtos e indústrias*

Os terrenos ondulados que formam a maior parte do território do Uruguai, em geral desprovidos de bosques, conduziram naturalmente ao desenvolvimento da pecuária, que é a indústria mais importante do país. Além disso, quase todo o terreno da República, exceptuando-se a zona semi-montanhosa do norte, se adapta à agricultura. Em tais circunstâncias, é muito natural que a pecuária e a agricultura constituam a maior fonte da riqueza nacional do Uruguai. Embora a mineração não tenha adquirido grande importância, ao Uruguai não faltam, contudo, importantes depósitos minerais. O ouro é extraído em pequenas quantidades e em vários departamentos do país existem pedras preciosas ou semi-preciosas. O mineral mais importante é talvez o talco, que se encontra no departamento de Colônia. Em várias regiões da República encontram-se também depósitos de mármore e granito. O Uruguai não está muito bem provido de combustíveis naturais; sem embargo, na parte sudeste do país existem depósitos de turfa, e em algumas outras zonas tem-se encontrado carvão e petróleo de valor desconhecido.

No campo da agricultura, o trigo representa a colheita mais importante, vindo em segundo lugar o milho, e seguindo-se-lhe em menor escala, o linho, a aveia, a cevada, a alfafa e a linhaça. Nos últimos anos, o cultivo do fumo tem-se desenvolvido muito e promete alcançar ainda maiores proporções, devido aos métodos científicos que estão sendo aplicados. Reves-tem também importância considerável a viticultura e a vinicultura.

Entre os principais produtos da exportação do Uruguai, destacam-se as carnes e os extratos, as lãs, os couros secos, salgados e curtidos, os cereais e sementes, as farinhas e massas, a linhaça, a torta de linhaça e o milho.

Como já foi dito, o Uruguai tem falta de combustíveis, fato este que tem dificultado grandemente o desenvolvimento das indústrias manufatureiras. Vão, no entanto, aparecendo estabelecimentos fabris e na atualidade existem no Uruguai tôdas as indústrias que se coadunam com o seu ambiente e estrutura econômica. A mais importante é a das carnes, a qual surgiu como resultado da pecuária. As indústrias diretamente relacionadas com a pecuária são, como é natural, as fundamentais, porém não deixam de ter importância as que se acham indiretamente relacionadas com essa indústria, tais como a indústria dos laticínios, as fábricas de queijo, manteiga, caseína, os curtumes e oficinas de correeiro, as fábricas de calçado, etc.

Também tem importância a indústria da moagem, com os seus estabelecimentos de moagem de farinhas para o consumo doméstico e para a exportação, as fábricas de azeite animal e vegetal, as destilarias de álcool, as fábricas de produtos químicos, as de cerveja e licores, as serrarias, as fábricas de móveis, tapetes e outros produtos de decoração, as fundições de metais e latoarias, as fábricas de materiais de construção, as de sacos e vasilhas, as de veículos e as de carruagens, a indústria de tecidos, a de fiação, a de chapéus, assim como também os trabalhos de pedra e mármore, os diques e estaleiros, etc.

### *Legislação social e trabalhista*

O governo do Uruguai, mais do que o de qualquer outro país latino-americano, tem invadido campos que em muitos outros países estão ainda reservados à iniciativa individual. Assim, pois, o governo do Uruguai, ou a Municipalidade de Montevidéu, ou entidades oficiais autônomas, ocupam-se, entre outras coisas, da exploração de telefones, iluminação elétrica, estradas de ferro, seguros, serviços de porto, bancos, hotéis e telégrafos. O Uruguai tem-se distinguido principalmente pela sua progressista legislação social pela qual são assegurados ao trabalhador: compensação por acidentes sofridos em suas ocupações; prevenção de aciden-

tes; fixação de salários mínimos para os trabalhadores rurais; dia de trabalho de oito horas em várias indústrias; designação de um dia de descanso semanal; proibição do trabalho noturno em certas indústrias; instalação de assentos para as empregadas em certos estabelecimentos; criação de pensões para pessoas idosas ou indigentes; aposentadoria para os empregados públicos e para os trabalhadores em certas indústrias—; e várias outras leis de caráter semelhante.

#### *Vias de comunicação*

O Uruguai conta com abundante facilidade de transporte, terrestre, marítimo, fluvial e aérea. O país tem uns 2 655 quilômetros de vias férreas. As linhas principais partem de Montevideu e ligam a capital com os principais centros da nação. Ao chegar à fronteira unem-se às linhas brasileiras, proporcionando serviço direto entre a capital uruguaia e o Rio de Janeiro. Há várias linhas de vapores que servem de meio de comunicação com as regiões ao longo dos rios da Prata e Uruguai e nos rios menores existem pequenas embarcações que oferecem também serviços de transporte. Montevideu está em comunicação com os países mais importantes do mundo por meio de linhas marítimas quer sejam diretas, quer indiretas. Quando às comunicações aéreas, passam pelo Uruguai várias linhas que oferecem transporte rápido de passageiros e correspondência para tôdas as Repúblicas americanas e serviço de correio para a Europa.

Durante os últimos anos as comunicações rodoviárias têm progredido rapidamente no Uruguai, de forma

que hoje há mais de 12 872 quilômetros de estradas nacionais e departamentais abertas ao tráfego.

#### *Cidades principais*

De uma população total de .... 1 970 000 habitantes com que conta o Uruguai, 672 041 habitantes residem em *Montevideu*, capital do país. Situada à margem do rio da Prata, a uma curta distância somente do mar, a capital uruguaia é um pórtio de grande importância, pois por êle passa a maior parte do comércio exterior do país. Montevideu é ao mesmo tempo o centro comercial, industrial e cultural da nação. É uma cidade moderna sob todos os aspectos; as suas avenidas são numerosas e largas, ladeadas de belos edifícios; os seus parques são amplos e agradáveis; e as suas excelentes praias atraem durante a temporada de verão milhares de turistas da República Argentina e de outros países vizinhos. Para acomodação de tão grande número de turistas, a capital possui um bom número de hotéis confortáveis, muitos dos quais estão situados nos subúrbios, ao longo da praia.

Entre as outras cidades uruguaias, *Paissandu*, situada à margem do rio Uruguai, ocupa o segundo lugar, com uma população de 40 000 habitantes e oferece um exemplo admirável do progresso uruguaio. Mais para o norte, também à margem do rio Uruguai, encontra-se *Salto*, que é pórtio de considerável volume de comércio e um modelo de progresso municipal. *Fray Bentos*, à margem do mesmo rio, porém mais perto do mar, e *Colônia*, do lado oposto a Buenos Aires, são outros dois centros importantes do Uruguai.

# Organização de uma Unidade em Geografia Matemática

KATHERYNE THOMAS WHITTEMORE  
State Teachers College at Buffalo.

A organização de uma unidade em geografia matemática aqui apresentada é uma tentativa de solução do problema de diferenças individuais entre estudantes num curso de geografia, num colégio de professores. O problema de diferenças individuais devido aos vários graus de inteligência, preparo, interesse e outras condições variáveis sob as quais trabalham os estudantes, encontrado por todos os professores, ganha particular força nas classes numerosas, em cursos compulsórios.

Esta unidade foi organizada para um curso elementar universitário, com o programa da geografia exigido no 1.º ano de estudos de muitas escolas normais e de professores. É ele de três horas semanais durante um semestre, e por ser o único curso de geografia exigido, a matéria do programa é demasiada. O programa de geografia matemática toma três semanas.

A organização que segue não é original da autora, mas sugerida pelo trabalho de muitas outras pessoas, essencialmente por Morrison em *A prática do Ensino na Escola Secundária*. Resumindo, o plano consiste de um teste preliminar, seleção dos estudantes adiantados, apresentação do assunto principal, um segundo teste, reensino, um período de aplicação e assimilação e teste final. Um resumo deste processo com referências e sugestões para o estudo é dado aos estudantes no princípio do curso.

## O PRÉ-TESTE

O teste exploratório serve para dar ao instrutor a idéia exata da situação. Mostra-lhe a média do grupo e a escala de valores dentro do grupo. Preenche também a importante função de indicar a cada estudante o seu lugar nessa escala, no princípio da unidade.

O teste usado é objetivo; as perguntas na maior parte do tipo de múltipla escolha. Ele inclui ainda um exercício relativo à interpretação de um diagrama e um exercício de leitura de mapa. Seguem-se cinco perguntas típicas.

1. A Terra está cêrca de: a) 9 300; b) 93 000; c) 930 000 000; d) 930 000 000 milhas afastadas do sol. 1 ( )
2. A Terra está mais próxima do sol durante: a) primavera; b) inverno; c) outono; d) verão 2 ( )
3. Em Montreal as sombras ao meio-dia sempre caem: a) ao norte; b) ao sul; c) diretamente sôbre os objetos 3 ( )
4. O círculo de iluminação sempre corta: a) trópico do Câncer; b) trópico do Capricórnio; c) Equador 4 ( )
5. Há uma diferença em tempo de uma hora para cada: a) 15 graus de latitude; b) 15 graus de longitude; c) 45 graus de latitude; d) 45 graus de longitude 5 ( )

O teste, num período experimental de vários anos, foi utilizado na forma aqui exposta em dois grupos de estudantes, de cento e vinte e cinco alunos cada, e cada um dividido em 4 secções. A nota mais alta do teste é 100. Em ambos os

grupos a nota média foi de 51. Em ambos os grupos a escala variou entre as notas 20 e 91. Esta escala, provando ignorância quase completa de um lado a conhecimento quase completo do outro, indica claramente o problema do ensino eficiente.

### O GRUPO PRIVILEGIADO

Do resultado do primeiro teste faz-se uma seleção dos estudantes que precisarão de relativamente pouco trabalho no assunto. Esse grupo é formado principalmente de estudantes que tiverem geografia física na escola secundária, mas inclui alguns que não estudaram geografia desde a escola primária.

Em entrevistas pessoais com estes últimos revelam razões interessantes para o seu conhecimento. Um estudante explicou que não podia compreender como havia quem não soubesse responder às perguntas. Outro deu como motivo o fato de sua irmã ensinar geografia física. Outro ainda insistiu que tinha "adivinhado", mas um questionário posterior provou que tal "adivinhação" não passara de raciocínio inteligente.

Até esta fase nenhum requisito fôra exigido para a admissão ao grupo privilegiado. O instrutor decide, após exame dos resultados do pré-teste, que estudantes formarão o grupo mais adiantado. Em geral eles atingem de 5 a 10 por cento do grupo inteiro.

Os estudantes colocados no grupo avançado deverão analisar os resultados de seus testes para verificar em que tópicos encontraram mais dificuldade, e lhes é dada a responsabilidade de rever essa parte do assunto. Eles têm o privilégio de escolha entre frequentar ou não as aulas e de trabalhar em problemas especiais, para obtenção de notas (special credit). Os problemas dados a este grupo variam, mas alguns mais familiares são repetidos com frequência.

1. Se a Terra se movesse à volta do sol com seu eixo perpendicular ao plano de sua órbita, interessaria a vacê viver em Buffalo? Quais seriam as condições de temperatura durante o ano? Quanto durariam o dia e a noite? As atuais plantações desta região seriam as mesmas?

2. O comandante Byrd acrescentou baías e montanhas ao mapa do Antártico. Como soube ele onde colocar suas descobertas no mapa?

3. Explique qual a trajetória aparente do sol durante o ano em Quito, Equador. Fazer a classe imaginar que está em Quito e descrever, como se lá estivesse, a trajetória do sol no céu.

Cada membro do grupo privilegiado prepara dois dos problemas. Certos estudantes são escolhidos para apresentar seus problemas oralmente. Se estes estudantes mantêm o nível alto nos testes e completam seus problemas satisfatoriamente, é-lhes dado o grau "A", que significa trabalho superior. Uma das dificuldades em realizar este plano de trabalho é a de manter esses estudantes em nível alto. Não é pouco freqüente estudantes de alto nível em testes de fatos acharem difícil aplicar seu conhecimento na solução e apresentação de um problema.

Neste sistema os estudantes que, já conhecedores do assunto, podem sentir-se entediados em classe ou se tornarem elementos de desordem para o professor, o qual sente que cada membro de uma classe deve ser desafiado para esforço, são estimulados para um desenvolvimento maior. Eles em geral frequentam as classes voluntariamente e, na expectativa das notas que precisam, permanecem alertas e interessados. Não poucas vezes, se sentem capazes de prestar auxílio aos estudantes sobrecarregados de material novo.

### APRESENTAÇÃO DO ASSUNTO PRINCIPAL

A apresentação do assunto principal pode ser feita por tarefa e apresentação oral, por exercícios de laboratório ou por leitura e demonstração. Qualquer desses métodos pode enquadrar-se neste plano geral. A autora segue o último plano, com tarefas e exercícios suplementares.

## O SEGUNDO TESTE

Este teste permite ao professor e estudantes verificar o progresso e descobrir os pontos que necessitam mais ênfase. A constatação da frequência dos erros mostra claramente os tópicos em que os estudantes necessitam exercitar-se. Uma segunda finalidade é indicar quais os estudantes que, por sua aplicação inteligente, já se tornaram senhores do assunto e estão prontos para se reunirem ao grupo privilegiado no trabalho de problemas especiais para a classificação "A".

O teste dado é o mesmo que o preliminar, devendo ser suficientemente difícil para provar uma escala de valores na classe, mesmo depois da apresentação do assunto principal. Os aspectos mais extraordinários dos resultados deste teste são a diminuição da escala dentro do grupo e um notável progresso feito por alguns estudantes. Em um destes testes, uma estudante levantou sua nota de vinte e dois, no pré-teste, a noventa e seis no segundo teste.

## REENSINANDO

Cada secção foi-se limitando mais aos atrasados e, admitamos, os preguiçosos são muito poucos para que lhes dispensemos discussão informal e treino considerável. O estudante atrasado pode fazer perguntas sem receio de tomar por muito tempo a atenção da classe. Idealmente, esta parte da unidade deveria continuar até que todos se tornassem mestres no assunto. Praticamente, na maioria dos casos, isso é impossível.

## APLICAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Quando a classe se encontra novamente como um todo, os membros do grupo privilegiado apresentam os resultados dos problemas em que estiveram trabalhando. Faz-se a aplicação do assunto a pontos de interesse do momento.

## O TESTE FINAL

Para se obter escala de valores na classe, o teste final é mais difícil que o pré-teste. As perguntas mais difíceis de múltipla escolha são conservadas; acrescentando-se perguntas a serem preenchidas; um diagrama para ser completado; um mapa novo para exercício de leitura deve substituir o antigo.

Não se pode dar por terminada a unidade sem a análise do grupo e dos resultados individuais. O professor está interessado, por exemplo, no levantamento do grupo mediano da nota 51 no pré-teste a 82 no teste final e no estreitamento da escala de 27 para 91 no pré-teste para uma de 63 a 99 no teste final. Sem a comparação dos grupos os resultados não provam a superioridade deste método de organização sobre outros métodos, no que se refere àquilo que foi conseguido, e, uma vez que este método foi criado visando as diferenças individuais em preparo e interesse, o mestre está mais interessado em progressos individuais.

No grupo que estudamos aqui, todos os membros do grupo privilegiado levantaram suas notas para além de noventa no segundo teste e mantiveram-nas no teste final, em adição ao seu trabalho em problemas especiais. Da quarta parte dos classificados como os mais atrasados no pré-teste, 30 por cento atingiram notas acima da média no teste final. Destes, dois passaram para o quarto mais adiantado no teste final. Tais progressos, combinados com a observação das reações do estudante, servem para convencer que ambos os grupos se beneficiaram com o método descrito.

## CONCLUSÕES

Para o mestre, esta unidade de trabalho traz satisfação porque estimula os estudantes mais adiantados a maior esforço, enquanto não descuida do estudante principiante, e porque aumenta a eficiência da instrução, quando possibilita ao mestre estar a par da situação do ensino do começo ao fim do curso. Para o estudante, esta unidade de trabalho traz satisfação porque é definida no seu propósito, no seu processo e nos seus resultados.

## Tertúlias geográficas semanais

### CENTÉSIMA TERTÚLIA, REALIZADA EM 6 DE MARÇO DE 1945

O CLIMA DA CIDADE DE SÃO PAULO, PELO PROF. ARI FRANÇA. SITUAÇÃO DA CIDADE, TOPOGRAFIA — MASSAS DE AR — TEMPERATURA — VENTOS — PLUVIOSIDADE — ÁREAS CLIMÁTICAS — DEBATES. COMENTÁRIOS SOBRE O CLIMA DE SÃO PAULO PELOS PROFS. JOSÉ VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA, JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA SCHMIDT E ADALBERTO SERRA, SOBRE O PAPEL DA MONÇÃO, PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

O Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães, dando início aos trabalhos, lembrou que na presente data o Conselho Nacional de Geografia completava a sua centésima tertúlia geográfica, cabendo a mesma a um geógrafo paulista — o Prof. Ari França, que iria falar sobre “o clima da cidade de São Paulo”, tema a que se vem dedicando há muito tempo. Em seguida, exprimiu sua satisfação em ver a intensificação do intercâmbio de geógrafos cariocas e paulistas, tendo sido estes últimos os pioneiros da moderna geografia no Brasil. O C. N. G., visa também estender êsse intercâmbio a todos os Estados do Brasil.

Tomando a palavra, o Prof. Ari França disse que para melhor compreensão dos diversos aspectos geográficos da cidade de São Paulo é preciso estudar o seu clima. O planalto paulista foi, desde o início, centro de atração do elemento colonizador europeu e isto se deve em grande parte ao seu clima ameno. O clima do Estado de São Paulo é tropical no interior e equatorial nas planícies litorâneas; a cidade de São Paulo, de clima ameno, apresenta-se como uma ilha entre os dois extremos.

Diversos autores como Belfort de Matos, Mossmann, Rangel Pestana, Sampaio Ferraz, Morize, Delgado de Carvalho, Lucas Junot, José Setzer, têm estudado o clima de São Paulo, mas o seu estudo é ainda deficiente mesmo porque as rédes meteorológicas e respectivas observações são relativamente falhas. As melhores observações são feitas pelo Observatório Astronômico Geofísico e por rédes menores como a de Butantã, do Hórto Florestal. As observações sobre a nebulosidade vêm sendo feitas há 55 anos pelo Pôsto da Estação da Luz e as melhores observações pluviométricas existem nos Postos da Light.

A classificação do clima da cidade de São Paulo tem preocupado vários autores. Morize considera-o temperado semi-úmido, correspondendo na classificação de Köppen à variedade C W B e os arredores ao tipo C F B. Para Delgado de Carvalho é temperado úmido de altitude.

O clima da bacia de São Paulo é úmido, mesotérmico, com estação seca no inverno. No estudo do clima da cidade de São Paulo é preciso ver a situação topográfica da região. Num primeiro plano situa-se a baixada paulista que é seguida pela escarpa da serra do Mar — de 700 a 800 metros de altura, a qual chega aos arredores da cidade de São Paulo. Em seguida, vêm as pequenas colinas da cidade de São Paulo e finalmente, ao norte, as elevações do Jaraguá e a serra da Cantareira. A depressão em que se localiza a cidade está assim entre as elevações da serra do Mar e as da serra da Mantiqueira. Essas elevações exercem influência sobre o regime de vento da cidade de São Paulo que está parcialmente resguardada dos ventos S., N. e E.

Na classificação do clima, há ainda a considerar que a cidade de São Paulo está situada a 55 quilômetros do mar, numa altitude de 700 a 800 metros, e é cortada ao N. pelo trópico de Capricórnio. As massas de ar dominantes, como a tropical atlântica, a tropical equatorial e as massas polares, estas na primavera sobretudo, regulam o comportamento do clima. A tropical atlântica domina a maior parte do ano.

A temperatura média anual é de 17º5. A parte edificada da cidade é em média anual 1º ou 1º5 mais quente que os arredores. A temperatura média do Jardim da Luz é de 18º1, é a zona mais quente da cidade; a avenida Paulista

tem uma temperatura média de 17<sup>o</sup>5. O mês mais quente é o de fevereiro, média 22<sup>o</sup>, e o mais frio o de julho, média 14<sup>o</sup>. Estes são também os meses de menor nebulosidade nas estações correspondentes. A variação da temperatura no decorrer do ano não excede a 6<sup>o</sup>, não significando porém condições de clima marítimo, pois é elevada a amplitude diurna, que no inverno aproxima-se de 20<sup>o</sup> e no verão de 8<sup>o</sup>. A máxima absoluta é em média 29<sup>o</sup>. A mínima absoluta já registrada foi de 1<sup>o</sup>2; na avenida Paulista; foram feitas observações fora do abrigo, sendo constatadas, no verão, temperaturas de 49<sup>o</sup> e no inverno de — 2<sup>o</sup>5; temperaturas essas impróprias a culturas tropicais, como a do café.

Os meses de verão são: dezembro, janeiro, fevereiro e março e os de inverno: junho, julho e agosto. A parte imediatamente ao norte da avenida Paulista, a mais populosa da cidade, é a mais quente, principalmente no inverno.

A Cantareira é a região mais fria em virtude da floresta e por ser a mais elevada. As máximas absolutas correspondem ao domínio dos ventos N., NW. e NE., e as mínimas, aos regimes de calma que sucedem aos sopros de S. e SE.

Em seguida, o Prof. Ari França projetou uma carta isotérmica assinalando as áreas do predomínio das diversas temperaturas. A área de temperatura mais baixa abrange os subúrbios meridionais até Santo Amaro e as escarpas da Cantareira.

O gráfico dos normais do Instituto Astronômico Geofísico põe em evidência os ventos dominantes da cidade de São Paulo; são os ventos de sul, leste e sudeste. O vento de NW é o mais forte, tendo uma velocidade de até 64 quilômetros por hora; atinge 10 a 20% de freqüência no verão e 10% no inverno e outono. O vento de SE é marítimo e durante o ano excede 30 %, sendo mais freqüente no verão. As calmas têm percentagem elevada e ocorrem, principalmente, à noite.

O gráfico baseado em Belfort de Matos (1902-1921) não apresenta o predomínio dos ventos S., SE. e E.; ao contrário, mostra-os sobrepujados pelo vento de NE. Isso se dá talvez por não terem sido feitas, então, observações à noite. Nesse mesmo gráfico, as calmas aparecem com freqüência pequena.

As observações sobre os ventos de NW., são precárias pois era difícil registrá-las.

Referindo-se em seguida às chuvas, o Prof. Ari França projetou uma carta das isobrietas da cidade de São Paulo. A faixa inferior a 1 300 milímetros atravessa a parte meridional da cidade e a faixa de 1 500 milímetros passa pela Cantareira. Próximo a Cubatão passa a curva de 4 000 milímetros. Do sul da cidade de São Paulo até a região das represas de Santo Amaro, encontram-se zonas mais secas; as maiores pluviosidades são registradas nas zonas N. e S. da cidade. Na serra do Mar as chuvas são constantes; são trazidas pelos ventos marítimos, os quais atravessando em seguida a bacia de São Paulo vão descarregar a sua umidade na Cantareira.

Na serra da Cantareira e no Hórto Florestal a pluviosidade média é superior a 1 500 milímetros e no centro da cidade, é de 1 300 milímetros.

Fazendo-se o gráfico da distribuição anual das chuvas obtém-se uma curva que revela perturbações nos meses de abril e maio. Em janeiro observa-se a máxima e a curva desce regularmente até abril e maio quando se dá uma ascensão da pluviosidade para cair bastante em julho e, a partir de julho começa a subir com rapidez e desuniformemente.

Lucas Junot estudando a pluviosidade da cidade de São Paulo verificou que ocorreram períodos secos entre os anos de 1913-1921. A mesma coisa pode-se observar para os anos de 1932-1944, mas as observações da Estação da Luz são irregulares neste último período.

Na cidade de São Paulo chove geralmente entre 100 e 120 dias por ano, nos anos de maior pluviosidade chega a chover até 154 dias. O Instituto Astronômico Geofísico considera os dias de orvalho como dias de pluviosidade registrando assim 250 a 280 dias de chuva por ano. Em janeiro e fevereiro, meses de maiores chuvas, a carga máxima diária atingiu 138 milímetros. Na Cantareira tem se registrado até 158 milímetros diários.

Na cidade de São Paulo há três áreas climáticas distintas. A primeira estende-se do norte da avenida Paulista às margens do Tietê. É a mais quente das partes da cidade de São Paulo, mas também a menos conhecida climaticamente, apesar de ser a de maior concentração humana. A segunda, é a zona Norte da cidade; região montanhosa, fria e úmida, onde se localizaram sanatórios, hotéis de veraneio, residências e chácaras. A terceira, é a zona sul da cidade, com temperaturas variáveis, tempo instável e menos chuvoso e ventos fortes.

Do início deste século aos dias de hoje verificou-se um aumento da temperatura, estimado em sete décimos de grau. O período seco também se acentuou. Os dados registrados na Estação da Luz, de acordo com Setzer, entre os anos de 1888 a 1920 e entre de 1921 e 1943, demonstram que a pluviosidade não se modificou na primavera e que no verão aumentou de 13 milímetros a mesma coisa tendo ocorrido no outono e no inverno diminuiu de 18 milímetros.

Concluindo, o Prof. Ari França disse que o clima ameno da cidade de São Paulo, ligado a outros fatores, explica a escolha do local da cidade, bem como a preferência do elemento estrangeiro e a localização das atividades humanas, as quais aproveitam a água sempre abundante, em virtude da grande pluviosidade, para movimentar as turbinas de Cubatão e as indústrias do planalto. A seguir, disse que está ainda realizando pesquisas sobre os tipos de tempo da cidade de São Paulo e que mais tarde poderá talvez dar uma conclusão mais precisa sobre os mesmos.

Abertos os debates, o Eng.<sup>o</sup> Silvio Fróis Abreu explicou que a serra de Jaraguá, sendo algonquiana da série de São Roque, deve ser considerada como ramificação da serra de Paranapiacaba e não da Mantiqueira. A chamada serra de Jaraguá é um espinhaço que resistiu à erosão. Tendo o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares indagado onde começa a serra da Mantiqueira, o Eng.<sup>o</sup> Fróis Abreu respondeu que ela se inicia talvez em Jundiá.

Respondendo a uma pergunta do Prof. José Veríssimo, o Prof. Ari França disse que o clima foi um dos principais fatores na localização da cidade de São Paulo. Fernão Cardim chegou a compará-lo ao de Espanha e disse que o mesmo atraía o colonizador. Vários autores comparam o clima da cidade de São Paulo, ao das regiões temperadas européias. O Prof. José Veríssimo discordou do Prof. França dizendo que o clima pode ter influído no desenvolvimento da cidade mas não na localização. Fernão Cardim e Anchieta referem-se à colonização de São Paulo depois da fundação do Colégio dos Jesuítas. Os jesuítas escolheram o planalto para localização do Colégio por estar o gentio apavorado com a abertura da picada, que passava por Cubatão, destinada a pôr em comunicação os homens do interior com os do litoral. O clima não influiu assim na escolha do local do Colégio. O Prof. Ari França explicou que Santos e São Vicente despovoaram-se desde cedo em favor do planalto de clima ameno. Santo André cedeu também lugar ao núcleo em torno do Colégio. O Prof. José Veríssimo foi ainda de opinião que a topografia de São Paulo em relação ao vale do Tietê e Paraíba deveria ter sido fator mais decisivo que o clima na localização e desenvolvimento da cidade.

O Eng.<sup>o</sup> Junqueira Schmidt lembrou que o clima de São Paulo é considerado um dos piores do Brasil pela grande variabilidade, o que o torna propício a várias doenças. Em seguida, disse que o estudo do clima é atualmente mais interessante devido às cartas sinóticas. No estudo do clima de uma região é preciso ver o relevo. As massas de ar indo de encontro ao relevo tornam a região bastante chuvosa.

No planalto paulista há dois degraus — o primeiro é a serra do Mar, orientada de NE para SW, e o segundo a serra da Cantareira e entre os dois está a bacia de São Paulo. No inverno, a massa de ar frio vinda do sul encontra a curvatura do primeiro degrau onde condensa, tornando a região bastante chuvosa, em seguida, a massa de ar passa pela bacia de São Paulo indo descarregar a umidade no segundo degrau, 2.<sup>a</sup> zona de grande pluviosidade. No verão a chuva do interior trazida pelo vento norte, com fortes trovoadas. No inverno e no verão a bacia de São Paulo recebe assim muito menos chuva que as encostas.

Sendo interrogado, o Dr. Adalberto Serra disse achar que em São Paulo a condensação da umidade é devida à curvatura da costa. Partindo do Recôncavo da Bahia, onde se inicia a curvatura da costa, observam-se de NE para SW centros de alta pressão. Quando se dá uma perturbação no sul modifica-se a situação da circulação dos ventos quentes de NE, estes sobem dando lugar a uma frente mais fria. O campo é anticiclônico enquanto não se observa a influência da massa de ar frio vinda da Argentina. Quando esta chega estabelece-se em São Paulo uma outra frente — a dos ventos frios de SE. Nos meses quentes os ventos de NE sofrem uma ação brusca dos ventos frios de SE, acarretando as chuvas frias e temperaturas baixas. Isso se observa continuamente em São Paulo devido ao desvio do litoral.

O Prof. Junqueira Schmidt esclareceu que as cartas sinóticas não são más e que as observações climatológicas podem ainda ser completadas por diversos aparelhos.

O Prof. José Veríssimo lembrou que seria interessante verificar qual a ação da serra de Jaraguá na condensação das chuvas, na temperatura, pressão, etc.

O Dr. Serra foi de opinião que o clima pouco depende do relêvo e das matas estando ligado sobretudo às massas de ar quente e frio. Tendo o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares indagado se a intensificação da estação seca em São Paulo não era devida ao desflorestamento, o Dr. Serra respondeu que “nem tanto”.

O Eng.<sup>o</sup> Junqueira Schmidt explicou que nas regiões montanhosas as chuvas de verão e de inverno são muito frequentes em virtude da combinação do relêvo com a circulação atmosférica. Em seguida, disse que seria interessante fazer em São Paulo a correlação das variações bruscas de temperatura com o número de doenças por elas provocadas.

O Prof. Francis Ruellan colaborando com o que dissera o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares sobre a 100.<sup>a</sup> tertúlia, disse que a mesma foi feita por um paulista o que prova que há em São Paulo grande simpatia pelas atividades geográficas do Rio. Continuando, disse que teria prazer em ler a tese do Prof. Ari França sobre o clima de São Paulo.

Quanto ao emprêgo da expressão “clima equatorial” para designar o clima de baixada não é muito indicado. O clima equatorial é bem definido, não é o mesmo que clima tropical litorâneo, tendo um regime particular de chuvas.

O clima da cidade de São Paulo é tropical temperado pela altitude, tendo duas estações bem marcadas, e não se deve confundir-lo com o clima temperado. É um clima caracteristicamente tropical pois o inverno é seco, sendo o mês mais frio julho, e o verão é úmido, sendo o mês mais quente dezembro. Lembra um clima de monção de influência mantida no inverno e aumento do vento NW no verão. A monção de verão é pequena mas existe.

Em Goiás, a NW, observa-se uma monção de verão bastante forte que se atenua para o sul.

O regime de vento S. no inverno, é característico da monção de inverno.

Observa-se em São Paulo a ação do relêvo. Isso não explica o clima mas produz anomalias no local. As tempestades da tarde são devidas muitas vezes ao regime de convexão em relação, ao relêvo. Do mesmo modo, a pequena umidade relativa entre a serra do Mar e a serra de Jaraguá é devida a um efeito do *föhn* atrás da serra do Mar. As alturas fornecidas da pluviosidade nos maciços, são as médias. Seria bom organizar nos diversos pontos da serra da Cantareira e do Jaraguá postos meteorológicos para saber em que momento e em que local a pluviosidade atinge a máxima.

Quanto à serra de Jaraguá, é preferível guardar reservas. Os sanatórios e residências de verão aí, dão a impressão de ser esta a zona de melhor clima, mas o lugar não é dos mais secos, pelo contrário.

Finalmente, o Prof. Ruellan disse que calculou, com os dados fornecidos pelo orador, o índice de umidade, sendo o mesmo igual a 13 no mês de julho. Há assim, em São Paulo, uma estação seca (inverno) e outra úmida, característica de clima tropical.

Em seguida, o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares Guimarães encerrou a sessão.

## CENTÉSIMA PRIMEIRA TERTÚLIA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1945

CONTINUAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSAO AO PARANÁ E SANTA CATARINA. VIAGEM LARANJEIRAS-FOZ DO IGUAÇU, PELA PROF.<sup>a</sup> LUCI GUIMARÃES DE ABREU — LARANJEIRAS — CASCAVEL — FOZ DO IGUAÇU — RIO PARANÁ — QUEDAS DE SANTA MARIA — O PORTO PARAGUAIO PRESIDENTE FRANCO. DEBATES SOBRE FAXINAIS E CATANDUVAS. COMENTÁRIOS PELO PROF. FRANCIS RUELLAN SOBRE O PAPEL DA ESTRUTURA E DA EROSAO NA GEOMORFOLOGIA DO VALE DO PARANÁ E SOBRE O PAPEL DA CIDADE DE IGUAÇU (LARANJEIRAS OU XAGU) NAS COMUNICAÇÕES INTERNAS DO NOVO TERRITÓRIO FEDERAL

Presidindo a sessão, o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares Guimarães anunciou a comunicação da Prof.<sup>a</sup> Luci Guimarães de Abreu sobre a viagem Laranjeiras-Foz de Iguaçu e visita à Foz do Iguaçu, em continuação à apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina.

Inicialmente, a Prof.<sup>a</sup> Luci de Abreu Guimarães descreveu o trajeto realizado. Seguiram a estrada tronco que parte de Curitiba e rumo pelos sertões ubérrimos do oeste, com várias ramificações para o interior do Paraná, e vai até o extremo oeste, alcançando a cidade de Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai; o quilômetro 0 corresponde a Curitiba e o 779 a Foz do Iguaçu.

A Prof.<sup>a</sup> Eloisa de Carvalho parou sua descrição quando chegaram à cidade de Laranjeiras e a Prof.<sup>a</sup> Luci de Abreu continuou a relatar o que observaram a partir daí, correspondendo aos dias 27, 28 e 29 de janeiro do ano passado.

Laranjeiras é uma cidade que teve como origem um povoado de nacionais (paulistas) que, aí se estabeleceram em 1854, chamando-lhe então de Malet, em homenagem ao general do mesmo nome. Desenvolveu-se lentamente à base da agricultura e da exploração da erva mate, dificultada pela falta de comunicações, e em 1911 passou a ser sede de um distrito de Guarapuava. Mais tarde passou a se chamar Laranjeiras, e recentemente, Xagu, nome tirado de um rio próximo da serra. Esse nome da cidade era tão recente que nem figurava nos mapas e nunca figurará porque deixou de existir. Quando lá estiveram Laranjeiras pertencia ao município de Guarapuava, e portanto estava dentro dos limites do Estado do Paraná. Hoje é diferente: pertence ao Território do Iguaçu do qual é a capital e chama-se agora Iguaçu. O que se passou foi o seguinte: pelo decreto-lei de 13 de setembro de 1943, foi desmembrado o oeste dos Estados de Santa Catarina e do Paraná, formando o Território do Iguaçu. Ia desde o rio Ivaí até o Uruguai. Possuía cerca de 60 000 quilômetros quadrados e era dividido em 4 municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Xapécó e Mangueirinha, porém, por sugestão do C.N.G. esses limites foram modificados pelo Decreto-lei n.º 6 550, de 31 de maio de 1944 sendo o território aumentado com um novo município — o de Iguaçu, na capital, antiga vila de Laranjeiras. São portanto 5 os municípios e a superfície do Território é de 65 854 quilômetros quadrados.

A população da cidade é na maior parte de nacionais, tendo recentemente recebido um forte contingente de poloneses, que vieram formar 2 colônias: Campo Novo e Iagodá. Hoje existe uma Companhia Mercantil Paranaense, que está adquirindo terras para colonizar. A população se distribui em pequenos sítios (pode-se dizer que há somente 3 grandes fazendas). Vive da lavoura, sendo o milho o principal produto, mas tem também o feijão, o arroz, a batata. O milho é utilizado na alimentação e, principalmente, na criação de porcos, que é bem grande. Enviam-nos para Ponta Grossa e daí para São Paulo, onde a Companhia Matarazzo, faz a exploração da banha. Há grande falta de legumes, como também de carne, que está sendo distribuída 2 vezes por semana.

Possui no entanto, muitas outras atividades como a exploração de madeiras: cedro, imbuia, pinho, que não são exportadas por falta de transporte. Por outro lado, só há serrarias para o trabalho da madeira bruta, não há industrialização. Há pequenos canaviais, destinados à fabricação de aguardente, sendo muito pequena a de açúcar. Vêem-se plantações de linho cuja fibra é industrializada ali mesmo. Depois, é revendida para Ponta Grossa e daí para São Paulo, onde vai para as fábricas.

Notam-se curtumes, sendo o couro dali e das regiões próximas, trabalhado com casca de angico e aracá, da própria região. Há sapatarias e fabricação de selas e arreios. Fabricam-se também carroças que são vendidas para outras regiões.

A erva mate, nativa da região, era outrora explorada, hoje o preço não compensa. Nota-se atualmente um grande aumento no custo de vida, por exemplo, um saco de açúcar de 70 a 80 cruzeiros subiu para 180. Por outro lado há também uma grande valorização das terras, e esta modificação será agora muito maior com a elevação da vila a capital do Território.

As ruas ainda não são calçadas e as casas são inteiramente de madeira, não possuem luz elétrica, a não ser em casos de exceção como no hotel. A água é geralmente de poço, havendo também uma fonte.

A população é quase na totalidade católica. A população está em franco crescimento, em virtude do índice de crescimento vegetativo, pois que a imigração, com exceção das colônias novas é quase inexistente. Naturalmente isso agora irá se modificar, com a transformação política.

Para a instrução eles dispõem de um grupo escolar e de um colégio primário, particular. Os estudos secundários têm que ser feitos fora.

Como recursos hospitalares dispõem de um posto público de higiene. Hospital só há em Guarapuava. Há muita maleita na região.

O clima é bom. Nem muito seco nem muito úmido, as estações são bem marcadas, notando-se bem a sua passagem. As chuvas são abundantes, em janeiro, fevereiro e março, havendo fortes aguaceiros. No inverno chega a nevar como em 1942, havendo sempre geadas.

Comunicações: está ligada a Guarapuava e Ponta Grossa pela estrada de rodagem que é, aliás, mais larga nesse trecho. Mas por causa do solo, com a chuva torna-se extraordinariamente lamacenta, dificultando o tráfego. Desde 1942 a linha de ônibus faz o trajeto semanalmente, quando não há lama. No entanto, a carroça coberta, tão comum nas colônias do sul, continua sendo o meio de transporte usado pelos colonos para vender seus produtos para a cidade e as vilas. Possuem um campo de aviação utilizado pelos aviões militares, o que possibilita o transporte aéreo. A cidade tem telégrafo.

Estas notas foram fornecidas pelo Sr. Arival Camarão, do cartório de Laranjeiras.

Continuando a viagem em busca de Foz do Iguaçu percorreram uma zona de vegetação mista, entre a floresta e o campo; neste predominavam samambaias e vassouras. Atravessaram o rio Xagu, que deu o nome à cidade e depois o rio das Cobras. Próximo a este encontraram um aldeamento de índios Coroados (quilômetro 468), com casas de madeira, cercadas de pequenas culturas, orientados pelo Serviço de Proteção ao Índio. É interessante notar que as araucárias só apareciam em pequenos grupos. No entanto, mais adiante, no vale do rio Guarani, reaparecem em grande número associadas à erva mate. Notam-se pequenas picadas na mata o que indica pontos de exploração da erva. Encontram-se, nessa região, faxinais e catanduvás.

Ao longo da estrada notava-se que a ocupação humana era sempre a mesma; os sítios aparecem, distanciados uns dos outros, mas sempre margeando a estrada. Uns são mais cuidados, com grandes cercas, roças de milho e criação, notando-se uma pequena criação de carneiros. Adiante há dois pequenos povoados, Belarmine e Roelinha e mais adiante ainda outro agrupamento de casas — Pouso Alegre, com plantação de milho, feijão, e um grande erval.

Notam-se, em seguida, alguns pontos da floresta destruída e substituída por pequenas culturas de milho e feijão, mas em geral forma-se um bosque secundário, onde predominam fetos arbórescentes.

A seguir passaram pelo rio Adelaide, a 644 metros de altitude e em cujas margens notam-se alguns terraços. Mais adiante atingiram a região de Catanduvás: povoado mais ou menos recente, formado por uma série de casas de madeira, dispersas ao longo da estrada.

Pela estrada afora extensos pinheirais são encontrados, muitas vezes destruídos pelas chamas e substituídos por uma vegetação secundária; às vezes pinheiros mortos elevam-se acima do bosque secundário. Umás duas ou três casas dispersas marcam os pontos da ocupação humana.

Continuando pela estrada, (cuja altitude varia entre 750 e 830 metros), onde se encontram pequenas culturas, chegaram à vila de Cascavel. É um pequeno povoado que data de 8 anos, quando José Silveira de Oliveira aí se estabeleceu com sua família. Hoje é sede de um distrito de Foz de Iguauçu. Tem se desenvolvido à custa de uma pequena agricultura, de milho, batata, frutas como uva, ameixa, laranja, banana, pêssego. Há um ano, estabeleceu-se perto daí uma colônia de poloneses: Santa Esperança, onde os habitantes se dedicam à lavoura e a criação de abelhas, aproveitam o mel e fabricam velas de cêra que servem para a iluminação, pois só três casas têm luz elétrica; esta é fornecida por cataventos.

Não tem criação, o gado é exclusivamente para o necessário: não há açougue, o individuo que mata é quem vende.

Para as comunicações possuem essa nova estrada, sendo muito utilizadas as carroças. Tem um intercâmbio muito grande com Foz de Iguauçu, mas as grandes mercadorias e gêneros de primeira necessidade, como fazendas, sal, açúcar, vêm de Ponta Grossa, o que chega muito encarecido pela distância e dificuldade de transporte. Há ainda telégrafo.

É interessante notar que a população ouve falar muito na existência de cobre, mas diz que este ainda está sem exploração.

As casas são inteiramente de madeira, como a própria igreja católica. Já existe aí um grupo escolar.

Continuando a viagem atingiram o espigão com o nome de serra do Boi Preto, que é o divisor das águas do Iguauçu e dos outros afluentes do Paraná. A estrada começa aí a descer lentamente e depois do vale do rio Benjamim a descida começa a se acelerar. Desaparecem os pinheiros e surge um pequeno povoado recente, Benjamim, com choças cobertas de palha — é o avanço do povoamento para o oeste. Daí até a cidade de Foz do Iguauçu a estrada se apresenta quase deserta. Escurecia muito, e os excursionistas chegaram, finalmente, a Foz de Iguauçu à meia noite, sendo impossível fazer observações.

Durante todo esse dia o céu se apresentara nublado, com cúmulos acima do horizonte e no alto do céu cirros esparsos e informes.

Foz de Iguauçu tem uma situação privilegiada — não só por estar próxima do ângulo formado pela confluência do rio Paraná com o Iguauçu como também por ser limítrofe entre o Brasil, Argentina e Paraguai. Devido a essa localização, desde 1769 a região foi lembrada para o estabelecimento de uma povoação que fôsse a sentinela avançada contra possíveis invasões por forças espanholas (pois ainda era domínio português, e mesmo, porque haveria mais tarde com a Argentina uma questão de limites). Embora bem amadurecida essa idéia só foi posta em execução no fim do Império quando foi enviada uma expedição militar que lá chegou em 22 de novembro de 1889, fundando-se a colônia militar de Foz de Iguauçu pelo engenheiro José Joaquim Firmino. O local não estava inteiramente desabitado, pois o relatório oficial dizia ter encontrado 324 pessoas, sendo 188 de nacionalidade paraguaia, 33 argentinos, 5 franceses, 2 uruguaios, 2 espanhóis e 1 inglês. Vê-se que havia necessidade de uma estabelecimento brasileiro, dado o número de estrangeiros aí estabelecidos.

Surgia então a vila com uma função militar, de defesa da fronteira, tanto que as concessões de terras foram feitas aos militares, pois a vila devia ser orientada nessa função.

A colônia progrediu rapidamente, tomando vulto o comércio com as cidades paraguaias e argentinas das margens do Paraná, em consequência da sua posição que trazia uma facilidade de comunicação através do Paraná, pelo qual se pode chegar até o Atlântico. Esta vantagem que o rio proporciona, mostra a razão de ser do seu progresso em contraste com as outras colônias fundadas no município de Guarapuava, que quase nenhum progresso apresentavam pela causa única de falta de boas comunicações.

Tal foi o surto no comércio, principalmente do mate e madeiras que, em 1905, nesse recanto do país, foi instalada uma mesa de rendas e em 1906 era inaugurada uma estação telegráfica. Em 1912 essa colônia foi emancipada do Ministério da Guerra passando a ser uma povoação civil, sob os cuidados do

governo paranaense. Foi elevada a município em 1914 (14 de março) e em 1917 a comarca. Desenvolveu-se mais ainda com a vinda de colonos do Rio Grande do Sul. Chegou, finalmente, à condição de cidade em 1918.

Hoje Foz de Iguazu é a sede do município de Foz de Iguazu.

Foz de Iguazu é ainda uma cidade pequena, dependendo muito das regiões vizinhas como se verá no decorrer da descrição da vida da cidade. Suas ruas ainda não são calçadas e possui poucos edifícios apresentáveis como o Hotel Cassino, a Prefeitura, a Prelazia, a Delegacia e o Quartel e, com pequenas exceções o resto não passa de casas de madeira cobertas de zinco (como o vice-consulado argentino), de pequenas casas de tijolo ou de simples barracões.

Assim, Foz de Iguazu guarda ainda o aspecto de sua antiga função de colônia militar ou de cidade do oeste brasileiro que não podia tirar todo o partido de sua situação privilegiada. Mas essa situação tende a se modificar muito, pois que Foz de Iguazu está numa grande fase de evolução, passando a ter como função subsidiária — o turismo. A função militar ainda é uma das mais destacadas; está aí acampado o 1.º batalhão da 5.ª Região Militar do Brasil, por causa de sua posição de cidade limite. A função que vem sendo desenvolvida para ser cidade-turística, devido a essa mesma posição: não só de limite, mas também por causa das quedas tanto do Iguazu como do Paraná. Por causa disto é que foi construído pelo governo o Cassino Hotel dotado de todo conforto moderno, que o campo de aviação está em amplo desenvolvimento, com duas linhas semanais, e se nota uma febre de construções, 3 olarias trabalham, e procura-se calçar as ruas e dotar a cidade de luz elétrica.

Outro aspecto importante da cidade é seu abastecimento de água e a iluminação.

No 1.º caso é feito em poços (onde a água em geral é boa, mas às vezes um pouco salobra), sendo com raras exceções encanada, como no caso do Cassino Hotel, do Quartel e do Campo de Aviação. Quanto à iluminação, é por velas ou lamparinas de querosene e a óleo, do qual tem havido grande falta por causa da guerra; a cidade está às escuras e, disse Monsenhor que tem faltado óleo até para o Santíssimo. No entanto há exceções, como no Hotel e no Quartel, em que há luz própria, com dínamo e motores a óleo. Estão atualmente preparando a instalação da luz elétrica que deverá ser inaugurada em 19 de abril de 1944.

A superfície do município é de 19 892 quilômetros quadrados e, possui uma população de 8 000 habitantes. Como cidade de fronteira e de colonização, não é constituída somente de brasileiros; é composta de cerca de 25 % de paraguaios, 10 % de argentinos e uma pequena percentagem de holandeses, poloneses e alemães, sendo que esses últimos estavam retirados por motivo de segurança. Continua a ser livre a imigração, mas nota-se que muito poucos querem ir para a lavoura, os que desejam isso se dirigem para as colônias Sol de Maio e Santa Helena.

Não encontramos a população localizada em grandes fazendas, há somente sítios ou chácaras de colonos, a maior parte de descendentes de holandeses e poloneses, que as exploram e abastecem a cidade.

A produção agrícola é quase que exclusivamente de milho, mandioca, laranja e em menor quantidade o feijão. Agora, nas regiões alagadiças, começam a desenvolver a produção do arroz. A lavoura nem dá para o abastecimento da cidade, porque os lavradores desconhecem os métodos modernos de agricultura; esta é feita rudimentarmente e não procuram aumentar a produção agrícola o que é incrementado nas colônias próximas. Muitas vezes têm de importar das regiões vizinhas as substâncias alimentares. Com a guerra as dificuldades cresceram; há muita falta de sal, o café está a Cr\$ 9,20 o quilo e há muita falta de açúcar; embora haja muita cana no município não há maquinaria, e a empregam na fabricação de aguardente, que se torna por isso a principal indústria. Há no momento um decreto obrigando a fabricação do açúcar, uma vez que é difícil a importação. Por terem passado meses sem açúcar nasceu uma nova atividade: a criação de abelhas, o que é feito por certos colonos poloneses.

A população não se dedica à criação e por isso a carne constitui um grande problema, a Prefeitura fracassou na distribuição, só existe de 15 em 15 dias. A carne de porco é rara também, e mais difícil, é ainda a banha de porco, sendo

o óleo de algodão utilizado na alimentação. O leite é vendido por alguns colonos, assim como os ovos. Há uma grande escassez de legumes. Existia uma Sociedade Agrícola que visava melhorar as condições da lavoura e, conseqüentemente, a alimentação da região, mas, no momento ela decaiu muito não atingindo às suas finalidades.

Ainda continua sendo uma das mais importantes atividades do município a exploração da erva mate, que chegou mesmo a ser plantada com grandes resultados, pelo Sr. Fulgêncio Pereira mas o terreno foi desapropriado para a construção do campo de aviação. Existe uma companhia exploradora — a Mate Laranjeiras — que embora sendo brasileira, cujos navios são argentinos como também a maior parte dos trabalhadores. Esses navios compram o mate em Guaira, e escoam o produto passando por Pôrto Mendes e a 156 quilômetros da Foz de Iguaçú vão ancorar na Argentina, onde é ele industrializado. Esses navios na sua volta trazem o trigo para Foz de Iguaçú e às vezes o sal, como atualmente. Não há nenhum intercâmbio com o Paraguai.

Assim, também subsiste a exploração de madeira de lei, vendida para a Argentina, às vezes a 2 000 cruzeiros a tora. Exportam o cedro em jangadas como flutuantes e em cima o ipê, canela, etc. Não há industrialização da madeira na região, somente existe uma serraria mas para tábuas de construção. Fala-se no momento em criar uma companhia de navegação, exclusivamente brasileira, para a exploração local.

O comércio é muito fraco, talvez agora melhore com o transporte. A maioria das informações referentes à lavoura foram fornecidos pelo senhor Frederico Engel, que há 29 anos vive em Foz de Iguaçú, descendente de colonos alemães que estão no sul do Brasil desde 1863.

Embora com boa situação, Foz de Iguaçú não tem facilidade de comunicação: 1.º) não é servida por estradas de ferro; 2.º) a sua estrada de rodagem, embora boa, torna-se intransitável, durante as chuvas, não se podendo estabelecer por completo o abastecimento, e há dificuldade de transporte de maneira que há uma única linha de ônibus que vai até lá uma vez por semana, ligando-a a Guarapuava e daí a Curitiba. 3.º) via fluvial é a que é utilizada para o abastecimento, mas além dos navios da Cia. Mate Laranjeiras, que vêm todas as semanas; há um outro somente, o "Cruz de Malta", para trazer o que é necessário de São Paulo, inclusive a gasolina, que vem pela Sorocabana até Pôrto Presidente Epitácio e daí por navios até Foz de Iguaçú. Agora muita coisa vem da Argentina como graxa, comestível para o gado e sal, pela Mate Laranjeira; 4.º) há ainda — o transporte aéreo — o campo de aviação foi construído há dois anos e pertence ao parque nacional do Governo para atender à nova função da cidade — de turismo, e com isso facilitar o transporte. É servido por duas linhas aéreas — a Panair do Brasil que vem aos domingos, e parte às 2.ª feiras e a Pan-American Airways, que vem às 4.ªs feiras. Leva 4 horas e meia até Curitiba e tem linhas diretas com o Rio de Janeiro e São Paulo. Serve somente para passageiros turistas, uma vez que sai muito caro e não seria usado por qualquer um, ou também para pequenas bagagens e correspondência. Há também a aviação militar, o Correio Aéreo Militar.

Como meio de transporte do pensamento há uma estação de rádio-telegrafia, porém a cidade não possui telefone.

Além da estrada que liga a cidade de Foz de Iguaçú a Guarapuava há uma outra que a liga aos saltos do Iguaçú, — é a 27 quilômetros depois da cidade e é conservada pela municipalidade.

Quanto à educação, não está inteiramente descuidada pois há no Território 14 escolas públicas e 8 escolas rurais municipais.

Para socorros médicos, possui a cidade uma farmácia, 2 médicos, fora os militares, um Posto de Profilaxia do Estado, que data de pouco tempo e outro do 1.º Batalhão de Infantaria, Hospital de Assistência Sanitária de Mons. Guilherme, e em construção um grande hospital.

A maioria da população é católica e para tal há a igreja matriz de São João Batista, sendo construída em substituição à antiga capelinha que foi incendiada pelas tropas de Isidoro Lopes e Carlos Prestes em 1924. Há no entanto uma pequena capela protestante, cujo número de fiéis está crescendo, e segundo Mons. Napoleão é devido à influência de norte-americanos, como também aconteceu no Paraguai.

E' interessante notar que a única carpintaria da região está construindo unicamente bancos para a igreja.

Há poucas doenças endêmicas. A malária é trazida por indivíduos que vêm de outras regiões, como dos pantanais de Mato Grosso, ou que vivem muito próximo ao rio, sujeito às enchentes, e com má alimentação.

As chuvas são muito irregulares, maiores em junho. No verão há aguaceiros, porém rápidos que no ano passado muito prejudicaram a lavoura.

Nos meses mais quentes a temperatura é de 34 a 35° em média; são raros os dias em que a temperatura sobe a 40°, como no dia em que lá estêve a caravana, dando em consequência uma temperatura muito desagradável, pois além de tudo possui uma alta taxa de umidade. O inverno é muito frio, chegando a 2°, com geadas prejudicando as árvores como em 1943. Os ventos dominantes são os de N e S.

O rio Paraná, corre em Foz de Iguaçu na direção de N-S com largura média de 400 metros. É um rio barrento, que corre sobre um leito rochoso de diabase, com uma profundidade em média de 20 metros. Desde Pôrto Mendes, torna-se navegável; daí servir como via de navegação a Foz de Iguaçu. E' no entanto um rio traiçoeiro, pois apresenta muitos rodamosinhos.

De Foz de Iguaçu, olhando-se para a margem paraguaia, notam-se diversos níveis ou terraços, sendo mais nítidos os dois que são ocupados pelas habitações, como no Brasil, onde é nos terraços que se encontram as habitações e as culturas.

Os diferentes terraços marcam um aprofundamento do rio Paraná, não acompanhado por seus afluentes e está se processando ainda o reajustamento desses afluentes, que se lançam no Paraná, por quedas d'água. Logo após a água, encontra-se uma banqueta de areia, a 5 metros do nível do rio, numa altura de 78 metros (anerólde), onde se nota um exemplo de estratificação entrecruzada. Essa banqueta é utilizada como pôrto em Foz de Iguaçu, onde aportam os navios da Cia. Mate Laranjeiras.

Depois de percorrerem a região e de terem um conhecimento relativo da cidade visitaram as quedas do rio Iguaçu. Estas ficam a 27 quilômetros da cidade e são ligadas por uma estrada, conservada pela municipalidade como foi dito. Antes, pararam no Parque Nacional de Foz de Iguaçu que centralizará as atividades turísticas e assegurará à região uma boa reserva florestal. Ligado a êle está o Hotel Cassino assim como o campo de aviação. Está agora em construção o edificio do parque e de um hotel que ficará bem perto das cataratas. Em construção está também a usina que fornecerá luz elétrica para a região.

Chegamos finalmente às quedas de Santa Maria ou do Iguaçu, que estão na fronteira do Brasil com a Argentina.

Neste local nota-se grande contraste para a Geografia Humana; de um lado, o argentino, encontra-se um magnífico hotel e também um campo bem preparado para a visita às quedas, do outro, o brasileiro, está sem o menor sinal da ocupação. É por isso que o lado argentino era muito conhecido, muita gente visitava a região sem todavia conhecer a parte brasileira, e agora o governo brasileiro, com a construção do Parque Nacional, procura desenvolver o lado brasileiro, construir também um hotel, de maneira a desenvolver o turismo na região.

A queda é de grande beleza, sendo ainda mais na época do verão, isto é, em janeiro e fevereiro mas infelizmente é prejudicado pelo rigor climático.

As quedas se decompõem em dois andares, que correspondem a dois níveis de erosão estruturais, dois derrames de diabásio. O leito superior talvez seja menos resistente que o inferior, e em consequência, a cachoeira vai caminhando para montante.

A montante das quedas vão se acumulando aluviões arenosos de 3 metros acima do nível do rio, talvez correspondendo ao nível do rio nas enchentes. Observam-se caneluras no alto do paredão rochoso, onde se precipitam as águas, o que mostra talvez o maior desgaste nas linhas de menor resistência. Entre as rochas que formam a catarata notam-se diabásios e basaltos porfíricos, com intrusões de quartzo.

As quedas do Iguaçú ou de Santa Maria, de 70 metros de altura, maior que Niagara, têm grande força hidráulica, mas estão sem exploração, porque não foi aceita a proposta do governo argentino para o aproveitamento hidroelétrico das quedas, por ser na fronteira; havendo uma questão de condomínio.

Deixando as quedas, foram até o local em que se dá a confluência do rio Iguaçú com o Paraná; ponto de encontro de 3 países: Brasil, Argentina e Paraguai. Estiveram junto ao marco brasileiro, que está a 187 metros de altitude. Nota-se aí um forte aproveitamento dos rios, onde se podem distinguir vários terraços, como verificaram na mesma manhã.

Na tarde do dia 29 atravessaram o rio Paraná, com o auxílio do capitão do Pôrto Narciso Caldeira e visitaram o pôrto Presidente Franco, no Paraguai. Encontraram uma grande pobreza; havia uma série de casas de madeira, dispersas, sem uma diretriz, muitas cobertas de zinco. É um pôrto fluvial que vive especialmente de exportação da madeira para a Argentina. Embora a madeira seja abundante e de valor, não podem tirar o lucro necessário, uma vez que não dispõem de transporte. Vivem passando grandes necessidades, tendo como agricultura principal o milho, pouca coisa mais existe, mesmo por que a terra não dá. Há grande falta de recursos, estão muito afastados de outros centros melhores e então recorrem ao Brasil para tudo que necessitam, inclusive para tomar uma injeção; pois todos os recursos hospitalares recebem do Brasil, até o quinino, contra a malária, que é muito comum. É muito comum atravessarem a fronteira, para virem trabalhar no Brasil, como domésticas ou na agricultura. Basta para isso recordar a estatística da população que é de 25 % de paraguaios. Há uma queixa geral contra essa população (mestiça de índio, falando mais o guarani que o espanhol) de que sejam indolentes; se num dia e têm para comer, nesse dia não trabalham.

A noite o clube Oeste-Paraná (nome antigo) deu uma festa, à qual compareceram os excursionistas. Era uma casa de madeira. Nela se podia notar a grande influência paraguaia, não só na orquestra como também na música.

Uma coisa interessante a notar é que a Foz de Iguaçú como quase todo o Território do Iguaçú se acha colocado no fuso de 4 horas em relação a Greenwich. No entanto é adotado no Brasil a divisão em fusos obedecendo os limites do Estado e como a maior parte do Paraná está no fuso 3, êsse se estendia para toda região. É possível que agora com a criação do Território a hora legal seja atrasada em relação ao Paraná. É por essa razão que em Foz de Iguaçú anoitecia tão tarde...

Em conclusão, pode-se dizer que Foz de Iguaçú tende a se desenvolver como cidade-fronteira e principalmente como cidade-turismo, em virtude das belíssimas cachoeiras dos rios Iguaçú e Paraná, tendo sido mesmo criado para êsse fim o Parque Nacional de Foz de Iguaçú.

Em seguida foram projetados mapas e fotografias sobre os diversos aspectos da região visitada.

Estando presente o Dr. Hermínio de Brito Conde, do Ministério da Educação e Saúde, o Prof. José Veríssimo informou-lhe que em Foz de Iguaçú há urgente necessidade de medicamentos para os brasileiros aí domiciliados como para os paraguaios que recorrem ao Pôrto Médico dessa cidade. Em seguida, a Prof.<sup>a</sup> Luci de Abreu lembrou que o oficial do Pôrto de Saúde pediu que fôsse divulgada a grande falta de recursos médicos da região. O Dr. Hermínio de Brito Conde observou que de acôrdo com a organização do Ministério da Educação e Saúde, os Estados e Territórios possuem postos de higiene que centralizam as solicitações do material necessário às diferentes regiões. É verdade que havia dificuldade de transporte dos medicamentos de Curitiba para Foz de Iguaçú mas, a criação do Território de Iguaçú resolveu em grande parte essa dificuldade.

Iniciados os debates, o Prof. José Veríssimo disse achar que a cidade de Laranjeiras não seria a antiga colônia Malet. Respondeu a Srta. Luci de Abreu que fizera afirmativa baseando-se nos dados fornecidos. Os paulistas estabelecendo-se na região deram-lhe o nome de colônia Malet.

Abordando outra questão, o Sr. Miguel Alves de Lima indagou até que ponto as enormes variações do rio Paraná poderiam ter influência na formação dos terraços junto ao rio. Os dados sobre o regime do rio são muito irregulares e, as sondagens não podem ser levadas em consideração pois a forte correnteza das águas desloca com facilidade as sondas.

O Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares pediu informações sobre "catanduvras e faxinais". A seguir disse que para alguns autores faxinal é uma vegetação mista de pinheiros e vegetação tropical e, para outros, é vegetação campestre. O Prof. José Veríssimo observou que indagara no Paraná várias vezes sobre o que seriam catanduvras e faxinais mas que ninguém soubera informar com precisão. Parece que o faxinal resulta da derrubada ou queimada de formação campestre em solo estéril e em zonas próximas a pinheirais.

O Sr. Esperidião Faissol lembrou que no município de Jacupiranga, na região da Ribeira, dizem que o faxinal é composto, em grande parte, de erva-mate e pinheiros e dividem-no em três tipos: grande, médio e pequeno.

A Srta. Mariam Tiomno disse que, segundo informações, faxinal e catanduva seriam associações vegetais intermediárias entre a floresta de araucária e o campo. Esclareceu o Prof. Lindalvo Bezerra que para Alberto Sampaio, faxinais são zonas de transição da floresta de araucária para floresta de encosta e, para o padre Panwells, são vegetais pobres, de tronco fino e quebradiço; esse tipo de vegetação seria a transição da mata de araucária para o campo.

O Prof. Veríssimo explicou que é difícil distinguir catanduval de faxinal. Em seguida leu a referência que Gonzaga de Campos faz aos faxinais e catanduvras no seu artigo publicado no *Boletim* n.<sup>o</sup> 9 do C.N.G.

Tomando a palavra, o Prof. Francis Ruellan referiu-se à tertúlia dizendo que a mesma fôra excelente. A região abordada apresenta problemas sobretudo de Geografia Humana. Do ponto de vista da vegetação, é uma zona de passagem da floresta de pinheiros para a floresta tropical baixa.

De Laranjeiras para Foz de Iguaçú caminha-se para o fundo da "augo alluviale" da bacia do Paraná o qual forma um verdadeiro fundo de sinclinal. Os espigões E-W que descem de 850 para cerca de 500 a 600 metros, assinalam o perfil transversal da sinclinal. O vale é mais profundo porque a erosão do rio Paraná e afluentes é violenta e formou um certo número de degraus e patamares. A descida não é regular, em certos trechos faz-se em degraus e noutros bruscamente.

Quanto aos terraços, estão em relação com o regime do rio e do Oceano Atlântico. O Paraná não é um rio interior, pois está próximo do estuário do Prata, cujas variações do nível de base exerceram uma influência direta sobre o perfil do rio. O Paraná forma grandes cachoeiras em Guaira e em seguida se encaixa nos diabásios. Os níveis de terraços apresentam-se numa altura de 20, 50, 60, 70 e 80 metros e, nota-se uma grande coincidência entre esses níveis e os do litoral. Esses níveis são devidos a um enorme aprofundamento do rio Paraná. O rio corre de início sobre uma espécie de mesa e, em seguida começa a aprofundar-se por erosão regressiva. Aproveita todas as chanfraduras e diáclases do rebordo rochoso para aspirar a água da montante. A erosão remontante não se processa na mesma distância no rio Iguaçú e no rio Paraná. O Paraná, em razão de seu maior débito, escavou seu leito mais para montante. A erosão é proporcional à força de cada rio. Observa-se no rio Paraná um certo número de aprofundamentos que repercutiam de jusante para montante formando degraus, os quais nem sempre são estruturais.

No aprofundamento é preciso ver o regime do rio, pois o Paraná constitui um belo exemplo de rio tropical. O valor das máximas de chuvas varia consideravelmente.

Tendo o rio cavado um leito profundo e relativamente estreito não há espaço para conter a água vinda de montante. A variação do nível das águas do rio é enorme, mas dura pouco tempo.

Uma parte navegável do rio Paraná se encontra no Brasil. O início navegável do Paraná está na fronteira do Brasil com o Paraguai e é utilizado de Porto Mendes a Foz de Iguaçú para o comércio interno.

O governo do Território de Iguaçú achava-se isolado em Foz de Iguaçú e daí ter-se mudado para Laranjeiras. Um governo militar não pode depender unicamente de um rio de fronteira, como meio de comunicação. Compreendendo isso, o governo transferiu a capital para o espigão, o qual domina a região e apresenta grande facilidade de comunicações com o norte e sul do Território e irradiações para oeste.

Antes de encerrar a sessão, o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares lembrou que a idéia do aumento do Território de Iguauçu pela incorporação do município de Laranjeiras nascera no C. N. G. e visava facilitar as comunicações com o Território. A proporção que se caminha para Foz de Iguauçu, a travessia dos rios afluentes torna-se mais difícil em virtude do aprofundamento do rio; o Território estava dividido em duas partes, uma dependia do rio e outra, da estrada de rodagem. A incorporação de Laranjeiras veio facilitar as comunicações da parte norte com a sul e irradiações.

O governo do Território achou acertada a medida do C.N.G. e transferiu a capital para Laranjeiras, hoje Iguauçu.

★

#### CENTÉSIMA SEGUNDA TERTÚLIA, REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1945

A CIRCULAÇÃO GERAL ATMOSFÉRICA DA AMÉRICA DO SUL, PELO DR. ADALBERTO SERRA. DIFERENÇA DE RADIAÇÃO DO EQUADOR PARA O PÓLO. O DESVIO DAS MASSAS DE AR PELA FORÇA DE CORIOLIS. CENTROS DE ALTA PRESSÃO. A CIRCULAÇÃO NO RIO DE JANEIRO. COMENTÁRIOS

Presidiu à sessão o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares Guimarães que anunciou a comunicação do Dr. Adalberto Serra sobre a circulação atmosférica na América do Sul.

Tomando a palavra, o Dr. Adalberto Serra disse que iria fazer apenas um esboço rápido da circulação geral da América do Sul.

Descrevendo a circulação na Terra, o Dr. Serra considerou a Terra primeiro sem atmosfera e fixa no espaço; depois, com atmosfera e fixa no espaço; em seguida, com atmosfera e dotada do movimento de rotação, e, finalmente, com a distribuição das terras e mares.

De modo geral, toda causa de circulação na Terra é devida à radiação solar. O eixo da Terra tem uma inclinação em relação à eclíptica de 23° 27' a qual se faz sentir na radiação da Terra. A faixa equatorial recebe uma forte radiação solar. Esta, partindo do equador para o pólo, descreve uma curva que se anula antes de chegar ao pólo, por ser aí noite durante seis meses. A Terra não recebe toda a radiação solar. Pela lei de Stefan o aquecimento é muito menor na zona polar. Não se poderia equilibrar a radiação das zonas equatorial e polar se não houvesse atmosfera.

Entre o equador e a latitude de 37° a Terra recebe mais calor do que emite e, dessa latitude ao pólo a Terra emite mais calor do que recebe. Há assim, nos equinócios, entre o equador e a latitude de 37°, um saldo de radiação e entre a latitude de 37° e o pólo, um *deficit*. Como há atmosfera pode-se produzir um novo equilíbrio: a quantidade de calor em excesso na zona equatorial terá a tendência de caminhar para a zona polar e o ar com *deficit* de calor caminhará do pólo para o equador.

O ar proveniente da zona equatorial é mais quente e mais leve que o da zona polar e portanto caminha por cima e o ar frio que se dirige para o equador por baixo.

Até agora a Terra foi considerada como fixa no espaço. A Terra tendo atmosfera e sendo fixa, o equilíbrio se produziria mas ela é dotada de um movimento de rotação. Este se faz sentir no movimento das massas de ar de acordo com a força de Coriolis.

Considerando o movimento do ar do equador para o pólo ao longo de uma trajetória sul-norte é preciso ver a ação da rotação da Terra que se faz em torno do eixo N.-S. com a velocidade de 465 metros por segundo no equador; e de acordo com a lei de conservação do momento angular, o ar em cada ponto da rotação da Terra caminha com a mesma velocidade do momento inicial.

No hemisfério norte há uma tendência de giro do ar para a direita e no hemisfério sul, para a esquerda.

A circulação inferior (ar frio) é executada do pólo para o equador, como já foi dito.

No hemisfério sul, o ar se desvia sempre para a esquerda, devido à ação de rotação da Terra. O ar que sai do pólo não atinge o equador assim como o que sai do equador não atinge o pólo. Assim, do equador para o pólo o ar sofre a ação de desvio para a esquerda até um certo ponto em que retorna ao equador sem atingir o pólo, em virtude do próprio desvio causado pelo movimento de rotação da Terra. Observa-se o mesmo com o ar que sai do pólo e se dirige para o equador. Nessas zonas, equatorial e polar, permanece portanto o desequilíbrio, ficando sempre um acúmulo, dando zonas de alta pressão perto do pólo e perto do equador, e zonas intermediárias de baixa pressão. Em torno do pólo e do equador, em virtude da força de Coriolis, vão se formando zonas de circulação fixadas.

Em torno do equador o ar vai acumulando radiação, dando um excesso de ar quente, e no pólo, vai perdendo radiação, ficando um excesso de ar frio. No equador, como o circuito é fechado e a força é constante e está sempre crescendo e acumulando radiação, a própria força acaba por romper o circuito. No pólo, o *deficit* não compensado também vai aumentando até romper o circuito. Observa-se então o encontro dessas duas massas, o que constitui uma compensação. Entretanto este estado não é permanente, daí o estado do tempo não ser também permanente.

Há ainda outra causa que perturba esses movimentos de ar: a Terra não é constituída de um relêvo contínuo. Há as terras e os mares.

Na zona equatorial observa-se maior radiação na terra que no mar, e na zona polar, dá-se o contrário, a radiação é menor na terra que no mar.

Tôda a zona interior de um continente equatorial comporta-se como um equador. O mar tem a temperatura mais constante que a terra porque a capacidade calorífica da água é maior.

Numa superfície uniforme todos os centros de alta pressão estariam colocados ao acaso em torno do equador. Entretanto, existe um continente e isso ocasiona uma fixidez relativa na situação desses centros. Na zona equatorial o mar é a região mais fria e na zona polar, a mais quente. Quanto à pressão e circulação na América do Sul, é preciso ver o equador e o pólo.

Devem formar-se centros de alta pressão nos oceanos. No oceano Atlântico haverá um centro de alta pressão e no oceano Pacífico, um outro, mais ou menos na mesma latitude. São centros fechados, como já foi visto.

Os centros de baixa pressão não são fechados e formam-se nos mares entre o continente equatorial e as zonas polares.

A pressão decresce do centro para a periferia. Assim, um barômetro, na ilha de Santa Helena, no oceano Atlântico, marcará 765 milímetros e um outro, na ilha Páscoa no oceano Pacífico, marcará 770 milímetros e, dessas regiões para a periferia a pressão vai baixando.

A região central do continente sul-americano aquece-se muito em virtude da forte radiação solar e nesta zona forma-se um centro de baixa pressão. Observam-se centros de alta pressão no Atlântico Norte, no Pacífico Norte e nos outros oceanos.

O ar caminha segundo a resultante entre o gradiente e a força de Coriolis. A esquerda desta força de Coriolis forma-se uma nova força de Coriolis, maior que a primeira. A nova resultante será então a primitiva força. Novas forças, cada vez maiores, vão se formando sempre para a esquerda até que a força de desvio torna-se perpendicular ao gradiente. A resultante estará sempre entre o gradiente e a nova força.

A América do Sul recebe ventos provenientes do centro anticiclônico do oceano Atlântico e os do centro anticiclônico do oceano Pacífico. Os primeiros são os ventos de SE. E., NE. e NW., e os segundos são os ventos de SE., SW. e W.

O vento de SW. é frio e do NE., é quente. Rompido o circuito, o vento de SW., proveniente do primitivo centro anticiclônico do oceano Pacífico, e o vento de NE., vindo do oceano Atlântico, vão se encontrar no continente sul-ame-

ricano. A massa de ar mais fria fica em baixo da mais quente e entre as duas há uma superfície de discontinuidade, chamada frente. Frente é a superfície que separa o ar frio do ar quente.

Na região sul da América do Sul há a frente polar e na região norte, a frente intertropical.

O encontro da massa de ar frio com a massa de ar quente acarreta perturbações.

Continuando, o Dr. Serra fez um esquema da circulação no Rio de Janeiro.

No Rio está normalmente presente o centro de alta pressão, sendo a circulação normal a de NE, e o tempo bom. Isto se dá após formarem-se regiões de subsidência — o ar que desce vai se aquecendo, e conseqüentemente se afastando do ponto de saturação, ficando assim mais seco. Predomina então o vento de NE, com ar seco e tempo limpo. No entanto, após 5 a 10 dias sem chuva, a radiação torna-se cada vez mais forte e na zona polar o *deficit* de calor vai também aumentando. Rompido o circuito a frente fria circula e atinge o Rio e o ar quente compelido pelo vento frio começa a subir. Ao subir, aquele sofre uma descompressão e vai se esfriando. No momento que atinge a tensão máxima do vapor dá-se a condensação. O Rio passa então por um período frio, úmido e de chuvas; domina o vento SW e o céu está encoberto.

A medida que o ar quente vai subindo e se esfriando formam-se nuvens sendo as mais baixas, nimbos, as mais altas alto-estratos e mais altas ainda, cirros (agulhas de gelo).

A frente fria depois de passar pelo Rio continua a caminhar para o norte, e passa por Vitória, onde o fato se repetirá. A perturbação acaba, entretanto, por perder sua força ao atingir a zona equatorial. No entanto, ao sul, por ex. na Argentina, recomença uma nova perturbação. No Rio estará novamente presente o centro de alta pressão e haverá um período sem chuva com vento de NE e céu limpo até que aí chegue a segunda perturbação.

\* \* \*

Dando início aos debates o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares Guimarães cumprimentou o Dr. Adalberto Serra pela excelente tertúlia e disse que os climatologistas têm necessidade das noções fornecidas pelo mesmo.

O Dr. Junqueira Schmidt referiu-se à tertúlia dizendo que o Dr. Serra fizera uma belíssima síntese de meteorologia, mas é preciso considerar o relevo, pois as frentes comportam-se em função do relevo de forma diferente.

Em seguida, pediu ao Dr. Serra para fazer uma outra tertúlia sobre a circulação atmosférica em relação ao relevo. O Dr. Adalberto Serra prometeu então fazer uma nova tertúlia em abril.

Tendo o Prof. Pedro Geiger perguntado se entre os dois centros de alta pressão no hemisfério norte e no hemisfério sul não haveria uma zona de baixa pressão, o Dr. Serra respondeu que há.

Perguntou ainda o Prof. Geiger se a posição dos centros de alta pressão não varia com as estações do ano; e se a frente polar além da marcha do pólo para o equador, não tem outro movimento devido ao deslocamento do equador térmico. Respondeu o Dr. Serra que em relação às estações, a frente tropical está mais ao sul em março e mais ao norte em setembro.

O Prof. José Veríssimo após exprimir sua satisfação em ter ouvido o Dr. Serra, perguntou se o mesmo poderia resumir para o *Boletim* do C.N.G., o que dissera nesta tertúlia e o que dirá na próxima, a fim de que os professores de geografia do interior possam estar ao par do assunto tratado. Prometeu o Dr. Serra rever as notas tomadas na presente tertúlia e completá-las.

Indagou o Prof. Ari França se nas cartas de tempo do serviço de meteorologia há elementos para o traçado das frentes. Respondeu o conferencista que os elementos (variações simultâneas de temperatura, umidade e chuva) estão nas observações e figuram nas cartas.

Antes de passar a palavra ao Prof. Francis Ruellan, o Eng.<sup>o</sup> Fábio de Macedo Soares Guimarães cumprimentou os chefes do serviço de meteorologia da Panair e da Cruzeiro do Sul, que estavam presentes à reunião.

Tomando a palavra, o Prof. Ruellan disse que quase nada havia a acrescentar ao que dissera o Dr. Serra, com muito método e clareza, sobre as frentes.

Tendo o Dr. Serra explicado o problema da migração das massas de ar frio do pólo para o equador com muita clareza, o Prof. Ruellan pediu-lhe então para expor na próxima tertúlia dois problemas, muito importantes do ponto de vista geográfico: 1.º influência da repartição das terras e mares sobre os movimentos das massas de ar na América do Sul; 2.º influência do relevo sobre o tempo regional e local; o problema do papel das monções na América do Sul era também importante. São monções diferentes das da Ásia, mas não são menos certas. Seria interessante confrontar as monções do Brasil com as da Ásia.

O Dr. Adalberto Serra respondeu que trata de tôdas essas questões em um trabalho que se encontra no C. N. G .

Em seguida, foi encerrada a sessão.

★

### CENTÉSIMA TERCEIRA TERTÚLIA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1945

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO GERAL DA EXCURSÃO AO PARANÁ E SANTA CATARINA: CURITIBA-PARANAGUÁ, PELO PROF. ALFREDO DOMINGUES. A BAIXADA — A ESCARPA — O PLANALTO — O POVOAMENTO. DEBATES SOBRE AS FORMAS DE RELEVO, SOBRE O POVOAMENTO E IMPORTANCIA ECONOMICA DA REGIÃO. INTERPRETAÇÃO GEOMORFOLÓGICA DO RELEVO DA SERRA DO MAR NO PARANÁ, PELO PROF. FRANCIS RUELLAN

Presidindo à sessão, o Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães comunicou a apresentação de mais um trecho do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina — Compreendido entre Curitiba e Paranaguá, pelo Prof. Alfredo José Pôrto Domingues.

Tomando a palavra, o Prof. Alfredo Domingues disse que a região de que ia tratar compreende o rebordo oriental do planalto do Paraná e abrange, de um lado uma parte dêste e de outro, a baixada. Atravessaram esta região duas vêzes fazendo a viagem Curitiba-Paranaguá por estrada de ferro.

Quem examina, de um golpe rápido, a região é levado a dividi-la em três partes completamente diferentes — a Baixada, a Escarpa e o Planalto. São bastante diferentes de qualquer ponto de vista que se examine.

Este rebordo do Planalto é a serra do Mar, que todos conhecem perfeitamente, pois quem se colocasse na Baixada e olhasse o rebordo teria uma impressão idêntica à que teria quando do Rio de Janeiro descortinasse o panorama da serra do Mar, na direção de Teresópolis. É pois um paredão abrupto que nos corta a vista, constituindo uma verdadeira barreira.

A *Baixada* — A planura que se estende aos pés dêste paredão abrupto constitui a Baixada. Esta é uma planície extensa, semeada de colinas, e cortada de quando em quando por rios, que serpenteiam preguiçosamente descrevendo meandros muito fechados e que nela divagam deixando leitos abandonados.

Esta planície cresce devido ao transporte e à deposição dos sedimentos, tendendo o rio alongar-se. Corroborar com êste trabalho a formação de restingas, que represando faixas de mar posteriormente entulhadas, conquistam extensas áreas do mar aumentando consideravelmente a Baixada. É pois de origem fluvio-marinha a Baixada, o que é comprovado, aliás, pelos sedimentos encontrados. Tem uma idade muito recente.

Em certas partes desta Baixada, principalmente à beira-mar, surgem amontoados de conchas, para os quais se procura uma explicação, e que até hoje muito se discute; são os sambaquis.

De quando em quando, quebrando a regularidade da planura, surgem as colinas, de formas sub-mamelonares, de altitudes constantes e distribuídas segundo vários níveis, que constituem níveis de erosão. Dentre êstes níveis destacam-se os de: 20, 30 e 60 metros, que constituem verdadeiras ilhas na planície litorânea. Êstes diferentes níveis demonstram a variação do nível de base, coisa que se pode explicar por uma variação relativa do nível do mar, que já foi tão encarada ultimamente com bastante minúcia.

Tal é o aspecto que se observa quando se olha de Paranaguá a serra do Mar, aspecto idêntico ao que se observa nos arredores do Rio de Janeiro quando se olha a serra do Mar e a Baixada.

Quanto à vegetação, verifica-se na Baixada uma grande variedade: da vegetação dos mangues passa-se a uma vegetação xerofítica e em seguida a uma arbustiva de porte mais elevado. A explicação para estas diferenças da vegetação é encontrada quando no estudo da estrutura do solo. Tem-se para a vegetação dos mangues um solo em que predominam os sedimentos húmidos, e quando a porcentagem aumenta muito, há a turfa, que existe em grande quantidade não só aí, mas em tôdas as baixadas. Suas partes também estão sujeitas à ação dos marés, surgem as raízes respiradoras, a vegetação é lenhosa, apresenta um aspecto emaranhado; para a vegetação sub-xerófila há um solo arenoso; quando os sedimentos argilosos aumentam de proporção, surgem os arbustos. Os sedimentos arenosos são os responsáveis pelas adaptações xerófilas, pois são muito permeáveis; tôda a água que cai neste solo desaparece em pouco tempo e os vegetais possuem adaptações para resistirem durante o período da seca.

Quanto à vegetação, verifica-se na Baixada uma grande variedade: aquêlê aspecto frondoso, isto porque os vegetais encontram um solo adequado para se desenvolverem.

*A Escarpa* — É o paredão abrupto coberto por uma densa vegetação, que se interpõe entre o Planalto e a Baixada. Constitui o primeiro obstáculo que se antepõe ao explorador quando de Paranaguá demanda o oeste.

Não tem uma forma linear, mas sim entrecortada, com reentrâncias onde os rios escavam os seus profundos leitos em V à procura do perfil de equilíbrio.

Aí, devido à grande pluviosidade se assiste à luta secular entre a água e as rochas; daí saem os sedimentos que irão mais tarde entulhar as baías litorâneas. São detritos de gnaíse e granito, as rochas constituintes da serra. Os rios, saltando dos diversos patamares, dão origem a cachoeiras, onde se nota a rocha nua. Foi vista pelos excursionistas uma cachoeira muito grande — a do Véu de Noiva. Outras vèzes surgem os vales dos rios que cortam a escarpa como verdadeiros vales suspensos. Alguns dêstes patamares foram medidos; destacam-se os seguintes: 90, 120 e 140, entre os mais baixos; os altos terraços são os seguintes: 360 a 370, 480, 570, e um mais elevado a 750 metros. Êstes patamares repetem-se na serra e demonstram serem testemunhos de antigos níveis de erosão. São resultantes de movimentos provávelmente de ordem eustática que fizeram com que a costa brasileira variasse como num movimento de ascensão. Êsse movimento ter-se-ia verificado em diversas épocas, e teria deixado como testemunhos êstes patamares, que nada mais são do que antigos vestígios de níveis de base. Tal movimento ter-se-ia verificado no fim do cretáceo ou no início do terciário e se prolongou por todo êste último período.

Pode-se explicar a formação da serra do Mar de várias maneiras:

- 1.º — semelhante àquela das falésias.
- 2.º — como a frente dissecada de um bloco falhado.
- 3.º — como uma flexura, tendo sofrido abrasão marinha.

A grande pluviosidade é devida às massas de ar, carregadas de umidade e impulsionadas para noroeste que encontra êste paredão e provocam a abundante queda de chuva. Por isso, a vegetação assume o aspecto tropical úmido com as mesmas espécies características que se vê na encosta da serra do Mar, no Rio de Janeiro. A única diferença que existe é uma substituição progressiva das árvores tropicais pelas árvores resinosas, isso na sua parte mais elevada. A explicação que se pode aventar é que isso seja devido a uma latitude mais baixa, que fez com que o frio castigasse mais os elementos da flora. Entretanto o aspecto geral é o mesmo das outras regiões brasileiras situadas mais ao norte onde se observa esta vegetação. E' a serra litorânea o domínio próprio da floresta tropical. Êsse aspecto tropical é em grande parte devido à queda de chuvas que apresentam aproximadamente uma altura igual durante todos os meses do ano.

A crista dêste paredão abrupto constitui o que se denomina serra do Mar. Esta serve de divisor entre os rios que correm diretamente para o Atlântico e os que correm para oeste, isto é, para o interior.

O *Planalto* — Após transpor o paredão abrupto, atinge-se uma região plana cheia de colinas primeiro mais, depois menos elevadas, até que se convertem em elevações muito suaves, tornando-se cada vez mais raras à proporção que se avança para Curitiba. O relêvo, então se apresenta com um aspecto monótono; são vales muito largos de rios que se espalham preguiçosamente pela semi-planura descrevendo meandros. Devido ao relêvo ser de pequena expressão observa-se que as margens são continuamente alagadas, dando lugar à formação de pequenos pântanos. É uma região de drenagem difícil. Só de quando em quando uma elevação maior corta a vista, quando se olha para a direção da serra do Mar; são testemunhas de peneplanos antigos dominando a região.

A vegetação logo que se transpõe a serra perde aquêlo aspecto tropical que apresentava na encosta. São regiões de prados onde abundam as gramíneas; de quando em quando surgem capoeirões de uma vegetação mais desenvolvida, que se pode explicar como devidos ao solo, pois se desenvolvem em solo oriundo da decomposição de rochas de natureza diferente das circundantes rochas arqueanas. A vegetação desta parte já sofreu uma intensa deflorestação; as florestas se reduzem a pequenos bosques isolados e não muito ricos, dominados por araucárias. É de se notar que a influência do clima se faz sentir, o que faz com que a vegetação apresente um aspecto completamente diferente do da Baixada e o do Planalto. Verifica-se que chove muito mais na Baixada e na serra que no Planalto. Este Planalto tem um aspecto diferente, enquanto a Baixada tem um aspecto igual ao da baixada do Rio de Janeiro. Aí o Planalto tem um aspecto diferente, caracteristicamente particular.

Sob o ponto de vista humano temos na Baixada o aspecto típico da região costeira enquanto no Planalto há um aspecto peculiar dado por um elemento de origem não portuguesa que empresta à região um *facies* diferente.

\* \* \*

O povoamento iniciou-se por duas correntes independentes, na Baixada e no Planalto, sendo que naquele deu-se anteriormente.

O início do povoamento na Baixada se deu pela atração que exerceu nos portugueses a mineração. Naturalmente, ao lado dos mineiros aparecem as pequenas lavouras nas margens dos córregos e rios e depois as pequenas indústrias que lhes são correlatas como a farinha que supre o local e lugarejos próximos. Assim se fixou o povoamento e se formaram os primitivos núcleos de população.

No Planalto um pouco depois do início do povoamento da Baixada iniciou-se uma ocupação por uma corrente que segundo contam as crônicas veio de São Vicente e São Paulo e era composta de portugueses e mamelucos, atraídos pela mineração. Mas é pelo Planalto que se fazem as comunicações entre São Paulo e o Rio Grande do Sul e pouco depois com o desenvolvimento da pecuária no Rio Grande do Sul eis as boiadas cortando o Planalto para serem vendidas em São Paulo. Iniciam-se as primeiras fazendas de engorda nos arredores de Curitiba.

As comunicações devem se estabelecer entre o Planalto e a Baixada pelas picadas abertas na mata da serra do Mar.

Na Baixada se desenvolvem vários povoados, futuras vilas e cidades, que eram portos de mercadorias que se destinavam ao Planalto.

Paraguá que teve a sua fase áurea durante a mineração está neste caso, o seu antigo esplendor é testemunhado pelos imponentes sobradões que aí existem, pelas igrejas, colégios dos jesuítas e a prisão. Era também o caso de Pôrto de Cima para onde se transferiam as mercadorias das barcaças que subiam pelo rio Nundiquara, para alcançar aí as tropas de burros que as transportavam para o Planalto.

A lavoura avança até proximidades da encosta na Baixada, aproveitando certamente para isso os sedimentos dos cones aluviais que favoreciam o seu desenvolvimento. Criaram-se outros povoados. Incrementou-se por isso a circulação nesta região a qual era feita em barcaças e mais raramente por tropas. Mas como já vimos a circulação era na sua maioria dirigida para o Planalto, com pontos de parada obrigatória onde se desenvolveram lugarejos como Pôrto de Cima e Morretes.

Já vai se iniciar a conquista da base da Escarpa, mas a região cai em decadência com a mineração. O Planalto não estava desenvolvido suficientemente para que o comércio sustentasse a Baixada. A lavoura era, demasiadamente doméstica para evitar a decadência. Nos meados do século XIX iniciou-se o afluxo dos elementos estrangeiros não portugueses, vindos primeiramente do sul para se estabelecerem no Planalto. Este estava estacionário, havendo apenas algumas fazendas e uma ou outra roça.

Os novos colonos se estabeleceram nos arredores de Curitiba, então uma pequena cidade, e, encontrando um clima propício e os campos iniciaram o desenvolvimento da região, deixando traços de cultura. Assim vieram primeiro os alemães de Santa Catarina, depois poloneses, italianos e alguns franceses que emprestam à paisagem, um aspecto tipicamente europeu.

Em primeiro lugar plantam seus produtos tradicionais, o milho, centeio, cevada, a vinha; sendo que devido às qualidades do solo predominou a cultura do milho. Devido à ocorrência de madeiras resinosas que se prestam a ser trabalhadas, construíram as suas casas de madeira com os telhados típicos em V agudo, perto das hortas e culturas que ficam nas encostas dos vales.

O colono ataca a floresta, para a madeira e para o mate, porque não tem grandes mercados para a lavoura e porque os que estão mais afastados têm dificuldades de comunicação devido aos fretes altos.

Curitiba se desenvolve devido a essas atividades; fixa a lavoura, florescem as colônias agrícolas.

Da exploração da floresta vem a indústria, tornando-se Curitiba a capital do mate e na cidade e redondezas abundam as serrarias e outras atividades madeireiras.

Curitiba já é uma cidade, outras indústrias surgem e ela precisa de comunicações abundantes. Assim ao par de seu desenvolvimento ela foi se amarrando por diversas vias de comunicações. Naturalmente entre as primeiras estradas há a de rodagem e a de ferro que vai à Baixada. E' a busca de um porto e nós veremos destacar-se Paranaguá e Antonina.

Outras cidades que serviam antigamente de pontos intermediários como Morretes, receberam o golpe de misericórdia, pois a estrada de ferro atravessa a Baixada pantanosa até os pontos extremos e nestes são construídos os modernos cais. Para estes chegam as toras de pinho, imbuia, madeira beneficiada, a ervamate e o café.

Assim as perspectivas desta região são as mais promissoras, progride o Planalto e isto beneficia a Baixada. Apenas a serra é um hiato na ocupação humana devido ao relevo e à mata. É apenas cortada pelas estradas onde existem de vez em quando, uma estação, perto da qual, às vezes, há algumas casas nas clareiras da floresta.

Na Baixada, o ressurgimento das velhas cidades, Paranaguá e Antonina pôde melhorar a pequena lavoura aliás, como se pode verificar quando se examinam os quadros estatísticos da produção dos municípios. Dêstes destacamos Morretes, cuja receita em seis anos aumentou um milhão de cruzeiros. Como noutras regiões da Baixada têm desenvolvimento a lavoura de cana e a lavoura de banana.

Já surgem as fábricas de aguardente (Morretes) derivados da cana de açúcar, e já que falamos em indústria é preciso lembrar as fábricas de papel e papelão, utilizando lírio do vale, muito abundante em toda a serra.

A pesca também aumenta e, à sua base é possível outra indústria.

Em conclusão, há uma Baixada sedimentar semeada pelos morros cobertos por uma vegetação variável com o solo, com um traço arbustivo. Aí como em outros pontos da costa, formaram-se os primeiros núcleos de povoação onde a primeira atividade foi a mineração, depois se estabeleceram pequenas roças à beira dos rios, que fixaram o povoamento.

Limitando a Baixada encontra-se uma Escarpa cujo principal traço é a mata densa que a cobre. Esta Escarpa é cortada apenas pelas estradas de rodagem e de ferro. Só em algumas clareiras surgem algumas casas perto das estações.

No Planalto, de paisagem de colinas com vales muito largos, a colonização foi iniciada pouco depois da da Baixada pelos elementos portugueses; pelo Planalto estabeleceram-se as comunicações terrestres entre São Paulo e o sul, com

o desenvolvimento da criação no sul, o gado vendido para o norte passava pelo Planalto paranaense. Iniciaram-se as fazendas de engorda. Mais tarde a colonização de origem não portuguesa que se incrementou a partir dos meados do século XIX deu uma nota original que resultou um adensamento da economia. Contribuíram para a paisagem com a forma das casas, a formação de pequenas colônias agrícolas dando um tipo de colono. Deram início à indústria madeireira e à da erva-mate que economicamente constitui a parte mais importante na balança financeira do Estado.

A custa do progresso do Planalto iniciando as pequenas indústrias, fortalecendo a colonização, puderam-se desenvolver cidades e portos como Paranaguá e Antonina. Estes portos podem ganhar uma outra função tornando-se centros de pesca.

\* \* \*

Em seguida, o Prof. Alfredo Domingues ilustrou a exposição com projeções de esquemas e fotografias.

Na Baixada pantanosa desenvolve-se a vegetação de mangue, vendo-se também, xerófitas. O solo humoso cede lugar, por passagem gradual, ao solo arenoso. Desaparecendo o mangue surgem arbustos.

Em Jacareí cultiva-se cana de açúcar. A casa do pobre é de sapê. Na estação vêem-se casas de madeira, sendo esta trazida pela estrada de ferro. A floresta é vista nas encostas.

Em Alexandra, os cones aluviais, de cerca de 60 metros de altura, são aproveitados por culturas de cana.

Aproximando-se de Paranaguá vê-se um nível constante de colinas, tendo aproximadamente 60 metros de altura.

Em Piraquara, no alto do Planalto, as casas são de madeira. O Planalto, constituído de sedimentos terciários, mostra-se bem plano até Piraquara, dominando até então os campos e a seguir observa-se a transição para a floresta tropical e o relêvo é mais acidentado.

Os vales que cortam a Escarpa da serra do Mar são muito abruptos e são dominados pela mata tropical.

A erosão atacando fortemente a rocha deu lugar a formas de relêvo abauladas. Surgem às vezes formas que lembram pães-de-açúcar.

Na região serrana há uma série de patamares, os quais são aproveitados pela estrada de ferro.

Nas encostas, a mata está sendo derrubada e as clareiras são aproveitadas para estabelecimento humano e pequenas culturas. Nas encostas íngremes, observa-se o estabelecimento humano nos patamares de erosão. Na zona da mata, devido à grande umidade vinda do mar, desenvolvem-se em abundância pteridófitas.

Na Escarpa vêem-se reentrâncias.

Olhando-se uma carta da região percorrida observa-se que a orientação dos rios é N.-S. e depois os mesmos se infletem para NE. Os espigões são igualmente orientados na direção N-S. Dão formas que lembram *hog backs* devido à inclinação das camadas. No Planalto, na zona de Piraquara a direção dos rios não se faz segundo um alinhamento.

Num corte projetado viu-se do litoral para o Planalto, a Baixada com níveis de colinas, cobertos de vegetação característica; num segundo plano, patamares seguidos de elevações maiores (testemunhas mais antigas) e finalmente, terrenos argilosos da bacia terciária de Curitiba; a vegetação é aí pouco desenvolvida.

Finalmente foram projetadas fotografias de Paranaguá focalizando os antigos sobradões, igrejas e a antiga prisão, testemunhos de sua fase de esplendor. O porto de Paranaguá tende a se desenvolver mais que o de Antonina por possuir condições marítimas superiores.

Abrindo os debates o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães cumprimentou o Prof. Alfredo Domingues pela clareza com que o mesmo descrevera a região, encarando-a em seus aspectos regionais físicos e humanos.

O Prof. José Veríssimo observou que o Prof. Alfredo Domingues entrosara bem a Geografia Física com a Humana e, chamou a atenção para os tipos de habitação, os quais correspondem a partir de São Paulo às diversas correntes de povoamento. Até Ribeira do Iguape prevalece a casa de sapé; no Planalto paranaense, devido à influência estrangeira, domina a casa de madeira, e descendo a serra do Mar encontra-se novamente o predomínio da casa de sapé. De Curitiba para a zona nova de povoamento observa-se uma transição entre o tipo de habitação europeu e o do caboclo brasileiro. São casas de madeira cobertas de fôlhas, como de palmeiras. É curioso confrontar os tipos de habitação com os de povoamento. Continuando, perguntou ao Prof. Domingues em que sentido empregara o termo "patamar" pois éste, segundo alguns autores, corresponde ao termo alemão *horst*. Lamego prefere a expressão *plataste*. Pediu que fôsse estabelecido um mínimo de palavras mas de sentido estritamente técnico. O Sr. Alfredo Domingues respondeu que se havia referido aos patamares, testemunhas de movimentos eustáticos.

O Prof. Antônio de Matos Musso observou que o Prof. Domingues não correlacionara a geologia com as formas de relêvo.

Disse ainda o Prof. Veríssimo que as formas vistas eram antes alpendres que patamares. Respondeu o Sr. Miguel Lima que o termo patamar, em geografia, não tem uma significação característica, pelo que, seu uso na aceção dada pelo Prof. A. Domingues não apresentava inconvenientes.

O Prof. Pedro Geiger chamou a atenção para a distribuição petrográfica. Várias fotografias projetadas dão impressão que a influência da petrografia no relêvo é grande; formam-se na região tipos de relêvo diferentes dos da baía de Guanabara. Parece que para o sul há menor ocorrência de pães-de-açúcar e têm-se a impressão de que nas formas de relêvo há influência de diáclase. Foram vistos *hog-backs*. O Prof. Veríssimo explicou que eram formas semelhantes a *hog-backs* pois nada se pode afirmar por terem sido vistas a distância.

Continuando, o Prof. Geiger disse que se observa na serra patamares e espigões, de diversas altitudes, alinhados e correspondentes aos patamares. Isto seria talvez uma prova geomorfológica da participação de falhas com escorregamento na formação da serra do Mar. A erosão atuando sobre os diversos blocos de falha daria os espigões. O Prof. Domingues acrescentou que há rochas duras e rochas moles e que as rochas duras teriam dado as formas mais vigorosas.

O Prof. Geiger disse ainda que em São Paulo é grande o número de italianos que trabalham nas estradas de ferro e constroem suas casas de madeira. Os italianos trabalharam na construção de estrada de ferro da Baixada para o Planalto de Curitiba e é provável que as casas de madeira vistas ao longo da via férrea tenham sido suas moradias.

O Sr. Miguel de Alves Lima observou que o Prof. Domingues apresentara duas hipóteses para explicar a formação da Escarpa mas é provável que deve ter havido falhas e também influência da variação relativa do nível do mar. Quanto à ocupação humana, do litoral aí se desenvolveram a mineração do ouro, a cultura e depois a industrialização da cana de açúcar. No entanto, no momento em que se deu o desenvolvimento do Planalto, o litoral passou a ter uma função secundária na economia geral, houve como que uma normalização da economia.

A Srta. Lísia Maria Cavalcante lembra que a Baixada desenvolveu-se independentemente do Planalto a principio, e caindo Paranaguá, com o esgotamento das minas, Morretes e Pôrto de Cima ambos portos fluviais, tornaram-se importantes centros no comércio das mercadorias que se destinavam ao Planalto. Dêles partiam os caminhos das tropas que se destinavam ao Planalto. Achando-se Paranaguá separada da serra por extensa baixada não podia rivalizar-se com aquêles portos. No entanto, com a construção da estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, Morretes e Pôrto de Cima decaíram. Paranaguá e Antonina pontos terminais da estrada, tornaram-se importantes portos do Estado. Antonina tem rivalizado com Paranaguá no comércio de cabotagem mas cederá futuramente lugar a Paranaguá, cujo pôrto possui melhores condições marítimas. A orientação do Estado visa desenvolver o pôrto de Paranaguá, que foi modernamente aparelhado.

Morretes se reergueu últimamente, pois a construção da estrada de ferro veio facilitar o transporte. Vive hoje da agricultura, (cana, arroz, laranja e banana) e da fabricação de aguardente e do papel e papelão.

O Sr. Miguel Lima disse que a Baixada não poderá ser o centro econômico da região. O Prof. Geiger lembrou que é preciso ver a influência do clima na produção da região. A banana desenvolve-se bem na Baixada. Do Rio para o sul, a pesca vai aumentando e é possível que aí se desenvolvesse a indústria da mesma. O Prof. José Veríssimo foi de opinião que a estrada de ferro Paranaguá-Curitiba concorreu muito para o progresso da região, entretanto, é preciso não esquecer a influência do minério de ferro.

A Srta. Lísia Cavalcante explicou que o principal movimento do porto de Paranaguá é sobretudo o da exportação dos produtos do Estado (erva-mate, madeiras e café) para o exterior. O comércio de cabotagem é menos desenvolvido. A construção da Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande só afetou o movimento do porto quanto à produção de consumo interno no país, que vai para São Paulo pela estrada.

O comércio exterior dos três grandes produtos, mate, madeiras e café, continua a ser feito por Paranaguá.

Acredita o Prof. Pôrto Domingues que Paranaguá não é porto de exportação para o exterior pois Santos recebe os produtos que saíam daquele porto, sobretudo o café, e envia-os para o exterior. Paranaguá é porto de cabotagem. Retrucou a Srta. Lísia Cavalcante que se baseara em dados do Conselho de Comércio Exterior. O mate é enviado diretamente para a Argentina, Uruguai, etc.; e a madeira que se destina a São Paulo vai pela estrada de ferro. O Dr. Beneval de Oliveira, corroborando a opinião da Srta. Lísia Cavalcante disse que o mate é exportado diretamente para o porto importador.

Lembrou o Prof. Geiger que Pierre Denis trata da importância da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Diz aquêl autor que a estrada tende a ganhar o mar, para facilitar a exportação dos produtos.

Fazendo o comentário geral o Prof. Francis Ruellan, após dizer que o Prof. Alfredo Domingues que já era um bom geólogo, se tornara também um bom geógrafo, disse que quase nada tinha a acrescentar ao que fôra dito.

O problema do rebordo do Planalto é muito complexo e não há prova geológica da existência de grandes falhas; entretanto, há provas geomorfológicas. De Martonne estuda bem a questão no seu artigo.

Há uma dissimetria hidrográfica. Do lado do litoral, a erosão é muito vigorosa e o perfil dos rios, imperfeito. Tem todas as vantagens para seu desenvolvimento, o declive, o aprovisionamento de chuvas e o nível de base mais baixo e mais perto.

Do lado do interior não se observa o mesmo aprofundamento dos rios. A hidrografia está aí numa fase de aluviamento com meandros divagantes. O contraste é máximo. Isto seria impossível de se conceber, se a montanha tivesse surgido ao mesmo tempo dos dois lados, pois neste caso a hidrografia seria semelhante nos dois lados. É uma prova geomorfológica bem forte em favor da existência de uma falha. É uma frente dissecada de um bloco falhado, com degraus — gradins: e "paliers" ou patamares, os quais podem ter duas origens: tectônica, seriam degraus de falha, o Planalto desceria em degraus. No entanto, esta explicação sôzinha não satisfaz. É preciso fazer intervir a obra da erosão pois o perfil longitudinal dos rios não é regular, mas aparecem níveis "emboités". São portanto patamares de falhas, onde a ação da erosão foi bem forte. Nem todos os patamares vistos têm a mesma origem. Os mais altos, comparáveis aos de São Paulo, Parati, serra dos Órgãos, etc., não têm altitudes constantes nesses diversos lugares. Não devem ser, portanto, níveis gerais de erosão. Nas partes altas parecem dominar os patamares de falha.

Nas partes baixas, há por exemplo patamares de 350 a 360 metros. Na serra dos Órgãos encontram-se esses mesmos níveis; a estação Meio da Serra está neste nível. Há aí uma rutura de declive, onde se encontram blocos, transportados pela erosão, envolvidos na argila laterítica. Neste lugar instalou-se uma usina e casas de operários.

No Paraná, há também uma estação importante nesta mesma altitude. São fatos em favor dos níveis de erosão. Esses níveis de erosão são ainda observados em outras partes do mundo, como na França e no Japão. Talvez seja uma simples coincidência pois não há provas suficientes. Seria um levantamento da serra ou um movimento geral relativo das terras e mares até aqui inexplicável? Se esses níveis são realmente universais é preciso encontrar uma explicação. Seria um abaixamento do nível do mar devido a uma deformação no fundo dos oceanos? É uma questão a estudar.

Na Baixada e na baía do Rio de Janeiro e de Paranaguá observam-se aspectos comuns. Na baía de Paranaguá encontra-se, como na baía de Guanabara uma antiga rede fluvial cavada em função do nível de base inferior ou de nível atual, depois invadida pelo mar, e em seguida entulhada. Examinando-se os fundo das baías vêem-se redes fluviais digitadas, submersas.

O Planalto da região de Curitiba, de declive suave para o interior não pode ser comparado, com o Planalto da serra dos Orgãos, onde o relevo é mais atormentado pois o nível de base do Paraíba é bastante baixo para ter dissecado esta zona de pequeno declive. A dissecação é por degraus.

No Planalto do Paraná, o nível de base está na bacia do Paraná. A erosão remontante é muito forte mas está ainda bem perto da Foz do Iguaçu, não atingiu o Planalto de Curitiba e muito menos o rebordo do Planalto. O Planalto é aí muito regular e pode ser comparado não ao Planalto do Rio de Janeiro mas ao Planalto de São Paulo.

É exagêro dizer que não existe serra do Mar pois existe algo mais que o rebordo do Planalto. Sobre o rebordo da serra do Mar notam-se relevos residuais sob a forma de *monad-nocks*, de resíduos, que formam uma verdadeira serra, com morros mais ou menos enérgicos. Isto prova que a erosão diferencial agiu fortemente. Entre as duas vertentes encontram-se rochas testemunhas, que resistiram à erosão, vendo-se muitas vezes pouco atrás do rebordo do Planalto, testemunhos algonquianos.

É preciso introduzir neste estudo nuanças pois o relevo apresenta modificações. A zona da serra não é muito extensa mas é bem alta. Há picos com mais de 1700-1800 metros. E' assim 800 a 900 metros mais alto que o Planalto.

A ocupação vegetal e humana sente a influência dessas zonas.

No sul, provavelmente por causa do clima menos quente, os vales são muito mais encaixados e o relevo bem mais acidentado. A dissecação é mais aguda, provavelmente, porque a água trabalhou diretamente sobre a rocha, sem o intermediário de uma camada de decomposição espessa. A rocha é assim mais homogênea e a erosão age em profundidade como se serrasse a rocha.

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Conselho de Imigração e Colonização

**ENTREVISTA DO SR. ARTUR HEHL NEIVA SOBRE O PROBLEMA IMIGRATÓRIO NO BRASIL** — O Sr. Artur Hehl Neiva, membro do Conselho de Imigração e Colonização concedeu à imprensa desta capital uma entrevista sobre o problema imigratório no Brasil.

Disse inicialmente o Sr. Artur Neiva: O problema de imigração oferece aspectos vários e envolve condições muito complexas, afetando matéria política, econômica e social, além de exigir conhecimento de uma técnica bastante especializada para a sua devida apreciação.

Não é, evidentemente, uma entrevista, o meio apropriado para dissertar doutrinairamente sobre o problema, de modo que me limitarei a salientar alguns aspectos dos mais sensíveis e que com razão preocupam os nossos concidadãos.

Preliminarmente, convém frisar que é necessário estabelecer, definitivamente, as linhas mestras da política imigratória que deverá ser seguida. Sem uma definição clara e precisa desta, não é possível executar programas nem planos cujo detalhe exige, de modo absolutamente imperioso, o conhecimento das diretrizes gerais a serem seguidas. Tornando-me mais claro, ainda com risco de repetição, é preciso saber se desejamos facilitar ou dificultar a vinda de correntes imigratórias para o Brasil, isto é, se a política imigratória deve ser liberal ou restritiva. Acredito que hoje em dia haja praticamente unanimidade em relação aos estudiosos da matéria no sentido de tornar esta política liberal mas — e é preciso frisar este "mas" — sem que esta política imigratória liberal represente perigo para a segurança do país. Pessoalmente, sou a favor desta idéia, isto é, de que devemos abrir nossos braços à boa imigração, evitando, no entanto, por todos os meios a vinda de elementos que poderiam vir a causar, por quaisquer motivos, perturbações, na evolução normal da formação da nacionalidade brasileira. Este resultado se obtém, em técnica imigratória, através da seleção de imigrantes, mas esta seleção pode referir-se a vários aspectos. Poderemos escolher, por exemplo, o imigrante quanto à sua raça ou etnia, ou quanto à sua profissão, ou quanto ao seu estado civil, idade, composição de família, e outras tantas características. Qualquer delas pode ser aceita, mas é necessária uma diretriz básica antes que possam ser elaboradas as medidas para a execução de um programa determinado."

Sem se deter, o Sr. Artur Hehl Neiva prosegue:

"Exemplificando, vou dar minha opinião pessoal a respeito desta seleção. Acho, quanto à raça, que o Brasil deve receber de braços abertos qualquer imigração branca. Não por preconceito de raça, coisa que felizmente nós não possuímos, havendo resolvido este problema vital, bem como a falta de preconceito religioso, ainda não solucionado em vários pon-

tos do globo de uma maneira inteligente, o que só pode nos honrar; e porque temos o direito de escolher o que desejamos ser daqui a 500 anos. Naquela época remota poderemos ser brancos, pretos ou amarelos ou então uma mistura com predominância de um destes fatores constitutivos da etnia brasileira. Aí é uma questão de ponto de vista, eu prefiro um Brasil praticamente branco daqui a cinco séculos, mas para conseguir este objetivo, será preciso facilitar a vinda de brancos, dificultando a entrada de negros ou de amarelos. Outros podem preferir, talvez com fundamentos igualmente respeitáveis, que nos mongolizemos ou nos africanizemos. Como já disse, é uma simples questão de pontos de vista..."

"No que diz respeito à seleção por profissão, creio que não deve haver distinção entre agricultores e operários. O Brasil, praticamente está se industrializando e a mão de obra especializada nas indústrias é tão necessária como em qualquer outra atividade, mesmo a agrícola. O que não podemos é continuar com o flagrante desequilíbrio de densidade demográfica que divide o Brasil em duas partes: o da civilização atlântica e o do sertão, este último extremamente despovoado. É imperativo encher o Brasil, pois só com maior densidade demográfica poderemos almejar atingir um grau de civilização econômica mais adiantado. Estudos norte-americanos comprovaram que, numa área cuja densidade demográfica seja de 0 a 10 habitantes por quilômetro quadrado, o máximo grau de civilização econômica que se pode esperar é o da civilização pecuária. Entre 10 e 30 ou 40, este estágio será o da civilização agro-manual; de 30 a 40, a 70 ou 80, o máximo será o estágio agro-mecânico e só acima de 70 ou 80 habitantes por quilômetro quadrado, é que se pode realizar o fenômeno da civilização industrial. Por conseguinte, e a menos que desejemos despir um santo para vestir outro, será preciso importar grandes levas de mão de obra estrangeira, facilitando sua entrada com as restrições acima indicadas, para chegarmos rapidamente ao grau de civilização que desejamos. Fora disso, a indústria no Brasil só se desenvolverá esvaziando os campos, o que é positivamente um contrassenso. Mesmo levando em conta o alto grau de mecanização da indústria, a importação ou produção de máquinas nunca será suficiente para prescindir inteiramente do fator humano."

"Outro fator importante que desejo referir — continua o Sr. Artur Neiva — é o da miscigenação. As levas de imigrantes cuja vinda favorecermos, que localizaremos convenientemente, dando-lhes os recursos indispensáveis para que possam prosperar, atraindo-os assim para o Brasil de preferência a outros países imigracionistas, deverão ficar miscigenados com o elemento nacional, a fim de poderem ser assimilados no espaço de uma ou duas gerações, tornando-se bons brasileiros. Nada de quistos, nem de alienígenas inassimiláveis. Daí a conveniência de dar preferência a famílias constituídas principalmente por mulheres, que serão mais fáceis de vir depois da guerra, dado o desequilíbrio demográfico entre os sexos ali

existente depois da catástrofe que ensangüenta o mundo, e que ceifou a vida de tantos jovens fortes. Aproveitando a cepa brasileira antiga, especialmente nordestina, facilitando sua localização, em outros Estados do Brasil, junto aos imigrantes estrangeiros, promoveremos a fusão das várias correntes imigratórias no grande cadinho étnico que é o nosso país. Assim, acharia interessante que se realizassem migrações selecionadas de nordestinos solteiros para outros Estados do Brasil, pondo-os em contacto com as famílias recém-vindas da Europa, a fim de que, normalmente, se processasse a assimilação do sangue estrangeiro dentro de um lar cujo chefe fôsse brasileiro. Desta forma não haveria perigo de desnacionalização nem de quisto étnico.

Um dos aspectos mais importantes de todo o problema imigratório, a colonização, é agora observado pelo Sr. Artur Hehl Neiva:

"A obra de colonização deverá, por sua vez, acompanhar *pari-passu* a imigração propriamente dita, que é a vinda do estrangeiro. Dever-se-á localizá-los convenientemente, não os deixando isolados, como ocorreu, por exemplo, em Santa Catarina durante tanto tempo; qualquer soma investida numa boa colonização dará seguramente um resultado apreciável, não só para o colonizador mas principalmente para o país facilitando o seu desenvolvimento e o seu surto económico. Está claro que é preciso executar e não apenas legislar, mas é a legislação que precisadamente dá as diretrizes fundamentais a serem seguidas na execução, que delas não pode prescindir, aliás, a realização de qualquer imigração em grande escala deverá aguardar ainda o término da guerra e o restabelecimento das comunicações inter-continetais normais, o que demandará tempo. Esse tempo deve ser por nós aproveitado para nos prepararmos ativamente no sentido de receber imigrantes e localizá-los, não somente através de uma legislação adequada que incorpore as diretrizes da política imigratória e colonizadora do país, como ainda para organização das facilidades indispensáveis de recebimento e encaminhamento do imigrante até o local de destino, em vários Estados do país, além do preparo adequado dos núcleos coloniais imprescindíveis."

"E' programa de largo fôlego, — conclui o entrevistado — mas que está ocupando intensamente a atenção dos que a êle se dedicam, seja no Conselho de Imigração e Colonização, seja na Comissão de Planejamento Económico, seja na Fundação Brasil Central e em outras entidades interessadas. E estou certo que, pela ação conjunta de todos os esforços visando atingir o objetivo comum, resolveremos acertadamente o problema imigratório no período de post-guerra".

★

#### Conselho Nacional do Petróleo

VINDA DE TÉCNICOS AMERICANOS PARA DESENVOLVIMENTO DE PESQUISAS PETROLÍFERAS — A convite do Conselho Nacional do Petróleo, o geólogo Lewis MacNaughton, sócio da firma americana De-Golyer and MacNaughton, chegou ao Brasil acompanhado do geólogo Aubrey Hamilton Garner, que vai ficar em nosso país na qualidade de representante da aquela sociedade, em serviço do citado Conselho.

A vinda desses técnicos norte-americanos tem por objetivo cooperar no programa de intensificação dos trabalhos de geologia, para pesquisas de petróleo, em que no momento está vivamente empenhado aquêlle órgão.

Para inspeccionar as diversas zonas onde o C. N. P. está operando e adotar imediatas providências tendentes a desenvolver as pes-

quisas, seguiram para o Estado da Bahia, no dia 2 de abril, em companhia dos referidos geólogos norte-americanos, o coronel João Carlos Barreto, Dr. Avelino Inácio de Oliveira e major Milton de Lima Araújo, respectivamente, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, diretor da Divisão Técnica e chefe do Gabinete, bem como os Srs. Stanley Gomes, representante da Drilling and Exploration Co., Inc. e Armando de Almeida, representante da United Geophysical Co.

Naquele Estado, deve reunir-se à comitiva o Sr. John Edward Brantley, presidente da Drilling and Exploration Co., que ali acaba de chegar vindo dos Estados Unidos.

★

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

##### Comissão Censitária Nacional

DESIGNADO NOVO MEMBRO — Pelo Sr. Presidente da República foi assinado no dia 16 de março último um decreto designando o Sr. Oscar Edivaldo de Pôrto Carreiro, atuariário do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para exercer as funções de membro da Comissão Censitária Nacional, como representante do Serviço Atuarial do referido Ministério.

★

##### Conselho Nacional de Estatística

###### Junta Executiva Central

EMPOSSADO O CEL. FREDERICO RONDON, NOVO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DA GUERRA — Em sessão da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, assumiu suas funções de representante do Ministério da Guerra naquele órgão dirigente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o coronel Frederico Rondon.

As novo membro da Junta e ao seu antecessor, major José Luis Guedes, foram apresentadas saudações de boas vindas e de agradecimento, respectivamente, pelo secretário geral do Instituto, Sr. M. A. Teixeira de Freitas, que salientou a importante colaboração do Estado Maior do Exército para o melhor aparelhamento da estatística geral brasileira.

★

##### Conselho Nacional de Geografia

###### Diretório Central

DESIGNAÇÃO PARA TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM LEVANTAMENTOS — NOMEAÇÃO DO CORONEL LISIAS RODRIGUES PARA MEMBRO DO "COMITÊ DE CARTAS AERONÁUTICAS" DO I. P. G. H. — CONEXÃO DAS REDES DE TRIANGULAÇÃO GEODÉSICA EXISTENTES NO PAÍS — Sob a presidência do Sr. Heitor Bracet, realizou-se no dia 5 de março a reunião ordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, relativa à 1.ª quinzena do mês. Depois de lidos a ata e o expediente, foram feitas várias comunicações pelo Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário geral, destacando-se: a resposta do filólogo professor José de Sá Nunes à consulta formulada pela Secretaria sobre a palavra mais adequada a designar genericamente os técnicos que executam levantamentos territoriais (topógrafos, geodestas, astrónomos), tendo o Diretório manifestado a sua preferência pelo vocábulo "geo-

metrista", que doravante será usado pelo Conselho, com tal acepção; a nomeação do coronel Lisias Augusto Rodrigues para membro do "Comitê de Cartas Aeronáuticas" do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, a indicação da professora Guilhermina Susana Joncker de Abreu para, sem ônus para o Conselho, realizar estudos sobre a representação cartográfica das ocorrências subterrâneas, durante a sua próxima estada nos Estados Unidos da América. Na ordem do dia, foram consideradas duas indicações, encaminhadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia: uma, sobre a conexão das rédes de triangulação geodésica existentes no país; e a outra sobre a regulamentação da profissão de geógrafo. Ambas as indicações tiveram sua discussão prorrogada, para melhor estudo das matérias que envolvem.

Tratou-se, finalmente, do quadro do pessoal do Conselho, separadamente da sua "Secretaria Geral" e do seu "Serviço de Geografia e Cartografia", tendo-se aprovado a proposta da Secretaria Geral que lhe concedia autorização para efetuação daqueles quadros.



**EMPOSSADO O CORONEL FREDERICO AUGUSTO RONDON — IV CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA — RESOLUÇÃO DISPONDO SOBRE A EXECUÇÃO DE TRABALHOS NECESSÁRIOS A CONEXÃO DAS RÉDES DE TRIANGULAÇÃO GEODÉSICA EXISTENTES NO PAÍS — INSTITUÍDA UMA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDAR A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE GEOGRAFO E CRIAÇÃO DA FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA** — O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, realizou no dia 19 de março último a sua reunião ordinária relativa à segunda quinzena do mês, sob a presidência do Sr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a presença da maioria dos seus membros.

O presidente apresentou ao Diretório o tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, declarando-o empossado como membro titular do Diretório, na qualidade de representante do Conselho Nacional de Estatística; e, em seguida deu a palavra ao secretário-geral, engenheiro Cristóvão Leite de Castro, que fez uma saudação, em nome do Diretório, na qual salientou a atuação do Dr. Heitor Bracet como representante da Estatística e focalizou a personalidade do seu substituto o tenente-coronel Frederico Rondon, ressaltando os seus pendores para os estudos geográficos.

O tenente-coronel Frederico Rondon agradeceu a saudação, afirmando o propósito de bem corresponder à missão que lhe delegaram os pares da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística; e também o Dr. Heitor Bracet expressou agradecimentos pelas referências que lhe couberam na saudação.

Iniciando-se o trabalho, foi lida a ata da reunião anterior, que se aprovou com emendas, e, em seguida, foi lido o expediente.

Na hora das indicações e comunicações, diversos membros usaram da palavra, salientando-se o relatório verbal e preliminar apresentado pelo coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, que chefiou a delegação do Conselho ao IV Congresso Sul-riograndense de História e Geografia, realizado em fevereiro em Pórtó Alegre, no qual deu ciência da atuação da referida delegação.

Passando-se à ordem do dia, foi aprovada uma Resolução que atribui à repartição central

do Conselho o encargo de efetuar, mediante entendimentos com os poderes competentes para a execução dos trabalhos necessários, à conexão das rédes de triangulação geodésica existentes no país, bem como a sistemática ligação das rédes que futuramente se façam; Resolução essa aprovada em atendimento à solicitação nesse sentido aprovada pelo X Congresso Brasileiro de Geografia, cuja iniciativa foi devidamente ressaltada.

Uma segunda Resolução foi aprovada, instituindo uma comissão especial para estudar as indicações aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia e pelo mesmo encaminhadas ao Conselho, no sentido da Regulamentação da profissão do geógrafo e da criação da Faculdade de Geografia e Cartografia.

Finalmente, passou o Diretório ao julgamento final do concurso de monografias de aspectos municipais, relativo ao ano de 1943, resolvendo-se, devido ao adiamento da hora, que o assunto seja objeto duma reunião extraordinária, marcada para o dia 26.



**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA — ESTUDOS SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE GEOGRAFO E SOBRE A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA — CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS DE ASPECTOS MUNICIPAIS** — Sob a presidência do coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores, e com a presença da maioria dos seus membros, realizou-se uma reunião extraordinária do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no dia 26 de março último, na sede do Conselho.

Leu-se a ata da reunião anterior, que foi aprovada e, em seguida, no expediente, o secretário geral, engenheiro Cristóvão Leite de Castro, deu conhecimento da oferta feita ao Conselho pelo engenheiro Martinho Rodrigues Mourão dos seus préstimos na viagem que fará brevemente a diversos países sul-americanos, resolvendo o Diretório que se aceitasse o oferecimento no sentido de serem feitas visitas às instituições congêneras do estrangeiro, às quais serão endereçadas expressivas mensagens.

Na ordem do dia, foi discutida a redação final da Resolução que cria uma comissão especial para o estudo das indicações aprovadas pelo X Congresso Brasileiro de Geografia no sentido da regulamentação da profissão de geógrafo e da criação da Faculdade de Geografia e Cartografia, resolvendo-se que a Comissão terá cinco membros, dos quais dois representantes técnicos dos Ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio, e que o relatório da Comissão deverá ser elaborado no prazo de três meses, contados da data de sua instalação.

Em seguida, foi longamente estudado o parecer apresentado pelo engenheiro Fábio M. S. Guimarães, chefe da Seção de Estudos da repartição central do Conselho, acerca da classificação final das monografias de aspectos municipais, reunidas no concurso anual instituído pelo Conselho, relativo ao ano de 1943.

Foram assim julgadas 54 monografias, que vieram dos seguintes Estados 12 de São Paulo; 9 da Bahia, 8 do Amazonas, 7 de Minas Gerais, 7 do Rio de Janeiro, 6 de Pernambuco, 2 de Sergipe, 1 do Piauí, 1 do Ceará, 1 do Espírito Santo.

Deixaram de ser consideradas duas monografias, por não observarem as disposições do edital, e foram desclassificadas aquelas que re-

ceberam grau inferior a 20; nessas condições, mereceram classificação a prêmio apenas 37 monografias, sendo: 1 em 1.º lugar (grau mínimo 90, prêmio de Cr\$ 2 000,00), 2 em 2.º lugar (grau mínimo 70, prêmio de Cr\$ 1 000,00), 9 em 3.º lugar (grau mínimo 60, prêmio de Cr\$ 500,00), 12 em 4.º lugar (grau mínimo 40, prêmio de Cr\$ 200,00), 13 em 5.º lugar (grau mínimo 20, prêmio de Cr\$ 100,00).

Coube o 1.º lugar ao Sr. Décio Ferreira Cretton do Estado do Rio pelo seu trabalho *O Modelado de Campos*, e o 2.º lugar ao Sr. Roberto Azeredo, da Bahia, pela *Monografia do Município de Itiúba* e ao Sr. Enéias Camargo de São Paulo, pelo estudo do *Vale do Monjolinho*.

As melhores monografias serão encaminhadas à Comissão Organizadora do XI Congresso Brasileiro de Geografia, como colaboração cultural do Congresso Nacional de Geografia.

★

#### MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

DESIGNADO MEMBRO DO "COMITÊ DE CARTAS AERONÁUTICAS" DO INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA, O CORONEL-AVIADOR LÍSIAS RODRIGUES — Acaba de ser designado membro da Comissão de Cartas Aeronáuticas do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, o coronel-aviador Lísias Rodrigues, que se tem destacado por sua contribuição a esses estudos. As comissões técnicas do referido Instituto são constituídas de representantes de países americanos, especializados.

A esse respeito o Sr. Heitor Bracet, presidente em exercício do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística enviou ao ministro da Aeronáutica o seguinte telegrama:

"Apraz-me dar conhecimento a V. Excia. de que, na sua última reunião, realizada no dia 5 de março, o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia deste Instituto aprovou um voto de regozijo, por motivo da recente nomeação do coronel-aviador Lísias Augusto Rodrigues, ilustre representante desse Ministério neste Instituto, para membro do "Comitê de Cartas Aeronáuticas" da Comissão de Cartografia do Instituto Pan-Americano de Geografia e História".

★

#### Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica

TRANSFERÊNCIA DA AULA DE GEOGRAFIA ECONÔMICA DO 2.º ANO PARA O 1.º — O Sr. Joaquim Pedro Salgado Filho, ministro da Aeronáutica, baixou, no dia 1.º de março, a Portaria n.º 68, transferindo do 2.º ano para o 1.º ano do Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica, a aula de Geografia Econômica.

★

#### Diretoria de Rotas Aéreas

CRIADAS DUAS FUNÇÕES DE CARTÓGRAFO-AUXILIAR — O *Diário Oficial* de 1.º de março último publicou o Decreto n.º 17 892, de 25 de fevereiro de 1945, do Sr. Presidente da República, alterando a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Diretoria de Rotas Aéreas, do Ministério da Aeronáutica, criando, além de outras funções, duas de cartógrafo-auxiliar, referência XIV.

★

#### MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

##### Departamento Nacional da Produção Mineral

##### Divisão de Águas

CRIADAS DUAS FUNÇÕES DE MESTRE ESPECIALIZADO — Foi assinado no dia 7 de março pelo Sr. Presidente da República, na pasta da Agricultura, o Decreto n.º 17 990, criando duas funções de mestre especializado na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista, da Divisão de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, daquele Ministério.

★

##### Serviço de Economia Rural

##### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE UMA REDE NACIONAL DE ARMAZÉNS E SILOS —

Os Srs. Evaristo Leitão, Cel. Cícero Costard e Juvêncio Mariz de Lira, membros da Comissão designada para planejar e dar execução à obra de distribuição geográfica de uma rede nacional de armazéns e silos, apresentou ao Sr. Apolônio Sales, ministro da Agricultura, a seguinte exposição de motivos, relativa aos resultados preliminares de seus estudos.

##### Senhor Ministro:

A Comissão designada por Vossa Excelência, nos termos do art. 30, parágrafo único, do Decreto n.º 17 260, de 29 de novembro de 1944, para planejar e dar execução à obra de distribuição geográfica de uma rede nacional de armazéns e silos, prevista no Decreto-lei n.º 7 002, de 30 de outubro de 1944, ao concluir a primeira etapa de suas atividades, tem a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência os resultados preliminares de seus estudos, baseados na documentação de que dispõe atualmente, constituída de sugestões e indicações dos governos estaduais e das repartições federais deste Ministério sediadas em todas as regiões do país.

Nenhum empreendimento de interesse público, vinculado à economia nacional, sobrepuja este plano do governo, que consiste em criar e instalar e utilização da incalculável capacidade produtora de cereais e grãos leguminosos.

Tendo em vista o projetado planejamento, a Comissão considera de particular relevância a localização, tipo e capacidade dos armazéns e sua construção em harmonia com as vias de comunicação, os centros consumidores internos, os portos de exportação e as necessidades atuais e futuras de produção por zonas, na ordem de sua importância.

As atividades da Comissão estão dirigidas no sentido de reunir e compilar todos os elementos e dados estatísticos sobre meios de transportes, capacidade de consumo regional, movimento portuário, etc., indispensáveis à análise de seus característicos reais em relação às zonas agrícolas.

Com esses elementos coligidos, poderá a Comissão indicar, em tempo oportuno, a melhor e mais adequada solução do plano geográfico.

Os municípios constantes da relação em anexo representam, em cada unidade da Federação, aqueles que reúnem, de acordo com as indicações dos governos estaduais e das repartições federais destes, requisitos indispensáveis à sua inclusão no plano de que se trata com o qual o governo, acertadamente, decidiu estimular a iniciativa particular, mediante

prêmios e garantias de financiamento, em benefício da produção nacional de cereais e grãos leguminosos.

Com esta breve exposição e a relação em anexo, a Comissão dá cumprimento à fase preliminar de seus trabalhos, relacionando, dentro de curto prazo, consoante determinação de Vossa Excelência, os municípios que a rede deverá, de início, branger, interessando todo o território nacional.

A Comissão reafirma a Vossa Excelência a sua decisão de envidar todos os esforços para a consecução das finalidades previstas, isto é, levando a efeito o empreendimento da construção de armazéns e silos dotados de toda técnica e condições exigidas para a perfeita armazenagem e conservação de cereais.

Considera, outrossim, a Comissão, que as soluções a serem oportunamente propostas deverão constituir objeto de estudos municipais, a despeito das dificuldades que a sua realização possivelmente representará. Em compensação, uma vez transpostos os obstáculos peculiares a todo empreendimento novo veremos organizado o comércio de cereais e grãos alimentares, na forma que mais convém ao país, em defesa de uma das suas mais importantes fontes de riqueza.

A Comissão vale-se da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e atenciosa estima.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1945. —  
Evaristo Leitão. — Coronel Cícero Costard.  
— Juvêncio Mariz de Lira.

Aprovo o plano prévio — 23-2-45. —  
Apolônio Sales.

☆

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Amazonas

Manaus. Itacoatiara.

Pará

Belém. Igarapé-Açu.  
Bragança. Monte Alegre.  
Capanema. Santarém.

Maranhão

São Luís. Pedreiras.  
Caxias. São Bento.  
Coroatá

Planf

Picos. Parnaíba.  
Teresina.

Ceará

Fortaleza. Crato.  
Baturité. Itapipoca.  
Cedro. Senador Pompeu.  
Cratêus. Sobral.

Rio Grande do Norte

Natal. Nova Cruz.  
Angicos. Caicó.  
Mocoró.

Pernambuco

João Pessoa. Campina Grande.  
Alagoa Grande. Guarabira.  
Bananeiras. Patos.  
Cajazeiras.

Pernambuco

Recife. Limoeiro.  
Arcoverde. Petrolândia.  
Caruaru. Salgueiro.  
Correntes. Triunfo.  
Garanhuns.

Alagoas

Maceió. Palmeira dos Índios.  
Anadia. Penedo.  
Assembléia. União dos Palmares.

Sergipe

Aracaju. Laranjeiras.  
Buquim. Propriá.

Bahia

Cidade do Salvador. Itaberaba.  
Alagoinhas. Paraguaçu.  
Barra. Santo Antônio de Jesus.  
Bonfim. Serrinha.  
Feira de Santana.

Espírito Santo

Vitória. Colatina.  
Alegre. Mimoso do Sul.  
Cachoeiro do Itape-  
mirim.

Rio de Janeiro

Niterói. São Fidélis.  
Campos. Três Rios.  
Itaperuna. Cordeiro.  
Miracema. Barra Mansa.

Distrito Federal

Distrito Federal.

São Paulo

São Paulo. Moji das Cruzes.  
Andradina. Ourinhos.  
Araçatuba. Piracicaba.  
Araquara. Piraçununga.  
Barretos. Presidente Prudente.  
Bauru. Rancheira.  
Caçapava. Ribeirão Preto.  
Campinas. Rio Claro.  
Catanduvas. Rio Preto.  
Franca. Santos.  
Igarapava. São Carlos.  
Itapetininga. São José dos Campos.  
Jaboticabal. Sertãozinho.  
Jundiá. Tatuf.  
Lins. Taubaté.  
Marília. Tupá.

Paraná

Curitiba. Jacarésinho.  
Apucarana. Jaguariáiva.  
Cambará. Jataizinho.  
Araucária. Londrina.  
Caviana. Paranaguá.  
Cornélio Procópio. Ponta Grossa.  
Cerro Azul. Rio Azul.  
Guarapuava. Rio Negro.  
Iratí. Sertãozinho.  
Joaquim Távora. Venceslau Brás.

Santa Catarina

Florianópolis. Lajes.  
Blumenau. Mafra.  
Itajaí. Porto União.  
Joaçaba. Tubarão.  
Joinville.

## Rio Grande do Sul

Pôrto Alegre.	Lajeado.
Alfredo Chaves.	Marcelino Ramos.
Bajé.	Passo Fundo.
Bento Gonçalves.	Pelotas.
Cacequi.	Rio Grande.
Cachoelra.	Rio Pardo.
Camaquã.	São Borja.
Caxias.	São Gabriel.
Getúlio Vargas.	São Luis.
Guaiíba.	Santa Rosa.
Guaporé.	Tapes.
Ijuí.	Taquara.
Itaqui.	Uruguaiana.
José Bonifácio.	

## Minas Gerais

Belo Horizonte.	Pedra Azul.
Araguari.	Pirapora.
Carangola.	Ponte Nova.
Caratinga.	Pouso Alegre.
Formiga.	Resplendor.
Gov. Valadares.	São Sebastião do Paraíso.
Manhuaçu.	Teófilo Otoni.
Montes Claros.	Uberaba.
Ouro Fino.	Uberlândia.
Paraisópolis.	
Patrocínio (Catiaira).	

## Mato Grosso

Culabá.	Corumbá.
Campo Grande.	

## Goiás

Goiânia.	Itumbiara.
Anápolis.	

## Território do Acre

Rio Branco.

## Território do Guaporé

Pôrto Velho.

## Território do Rio Branco

Boa Vista.

## Território do Amapá

Macapá.

## Território de Ponta Porá

Ponta Porá.

## Território do Iguaçú

Iguaçu.

★

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

APROVADO O CONTRATO CELEBRADO COM A DIVISÃO SANITÁRIA INTERNACIONAL DA FUNDAÇÃO ROCKFELLER PARA CONTINUAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELO SERVIÇO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE A FEBRE AMARELA — O Presidente da República assinou no dia 1.º de março último o Decreto-lei n.º 7 348, aprovando o contrato entre o Ministério da Educação e Saúde e a Divisão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller, firmado em 14 de feve-

reiro de 1945 para a continuação, durante 1945, dos serviços que, no país, vêm sendo executados pelo Serviço de Estudos e Pesquisas sobre a Febre Amarela.

★

## Museu Histórico Nacional

DECLARAÇÕES DA COORDENADORA DO CURSO DE MUSEUS SOBRE A SUA NOVA REGULAMENTAÇÃO — A professora Nair Moraes e Carvalho, coordenadora do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, concedeu recentemente à imprensa, uma entrevista sobre as finalidades do Curso e sobre a sua nova regulamentação.

Disse a professora Nair Moraes de Carvalho:

— Entre os diversos empreendimentos culturais de iniciativa do Museu Histórico, o Curso de Museus ocupa um lugar de grande destaque. Instituído em março de 1932, tem sido desde aquela data um fator decisivo na formação de estudiosos da história e da arte nacionais. Em torno destes assuntos vem se notando no país cogitações inteiramente novas, pelo menos no sentido de agrupamento e especialização.

Funciona há 12 anos — prossegue — com o duplo fim de selecionar os futuros funcionários de Museu e de difundir conhecimentos, o curso vem preparando anualmente diversos museologistas que ficam habilitados a ocupar os cargos iniciais das repartições competentes. Em 1934 o curso passou por uma pequena modificação, mas o que verdadeiramente o estabilizou foi a nova regulamentação de julho de 1944, vigorante no momento, pela qual foi reorganizada e ampliada a sua estrutura. Antes, as matérias eram dadas em dois anos letivos, incluindo-se nesse período algumas conferências e cursos rápidos de extensão universitária, sobre assuntos históricos, folclóricos e de História Militar, além de sessões cívicas e comemorativas. A última reforma veio atender melhor às necessidades didáticas, aumentando o número de aulas e dando mais amplitude aos programas. O curso passou a ser ministrado em três séries, as quais foram divididas em duas partes — a geral e a especial. A Parte Geral compreende duas séries comuns a todos os alunos e a Parte Especial consta de uma série para cada uma das sessões, que são a de Museu Histórico e a de Museu de Belas Artes. E assim ficaram mais definidas as finalidades do curso.

A senhorita Nair Moraes de Carvalho continua:

— Outro ponto da reforma que beneficiou grandemente o nosso curso: — a remuneração dos professores. Durante os seus 12 anos de existência, o curso nunca teve verba para o pagamento de aulas. Alguns professores lecionaram gratuitamente desde o início. Eram todos funcionários do Museu e só por dedicação a este é que ensinavam naquelas condições. Agora as aulas são pagas a 50 cruzeiros cada uma e as conferências a 200 cruzeiros. Isso tornou possível a colaboração de outros mestres de valor, elementos estranhos à Casa, mas que eram muito necessários aos cursos. E, justamente, a remuneração deu novos estímulos aos professores já existentes, que da maneira a mais espontânea vinham fazendo os primeiros técnicos de museu brasileiros.

— Mas o que mais ressalta na nova organização — acentua a coordenadora — é a orientação mais prática do ensino. A parte prática do curso foi ampliada, achando-se

agora intimamente ligada à parte técnica. Uma programação mais eficiente das matérias está sendo concretizada com lições práticas, conferências, visitas a cidades antigas e a outros estabelecimentos similares, concursos de extensão estudos especializados, pesquisas, bôlsas de estudos. Essa a melhor forma de difundir a cultura de nossa história e de nossa tradição. Ainda este ano, os alunos formarão uma grande caravana que excursionará a Ouro Preto, a cidade que foi elevada à categoria de monumento nacional. A criação de bôlsas facilita as viagens de estudos aos pontos de maior interesse do país. Sete Estados serão visitados anualmente. Além das passagens de ida e volta, as bôlsas fornecem ao aluno uma mesada mensal de 500 cruzeiros, enviando um aluno para cada Estado. Serão sete alunos, portanto, que viajarão todos os anos e que depois deverão apresentar seus relatórios de viagem e descrições detalhadas do que observaram nos museus e pinacotecas.

— Além do curso básico, o Museu Histórico mantém agora, sistematizados, os cursos avulsos, sob a forma de conferências, referentes à história, arquitetura, numismática, etnografia, etc. Cada assunto enceta três ou quatro destas conferências que são feitas pelos mais autorizados nomes de nossa arte ou historiografia. Vai inaugurar os cursos avulsos o professor Morales de Los Rios Filho, falando sobre a arquitetura barroca. Aliás, toda a série de conferências será franqueada ao público.

A coordenadora do curso de museologia nos mostra agora o que tinha sido a exposição do Museu Histórico Nacional no "Mundo Português", por ocasião dos centenários daquele país. Nair Morais de Carvalho foi a secretária da Comissão Brasileira daquelas comemorações. Foi também a avaliadora da coleção do barão de Cotejipe, na Bahia, para efeito de aquisição pelo governo federal.

Uma pessoa chega para falar à coordenadora. Enquanto esperamos, passamos à sala contígua à Secretaria e agora estamos diante de porcelanas antigas, móveis e brasões imperiais. Então compreendemos melhor que ao Museu não é dado apenas expor os objetos. Sua função está longe de ser estática, sem vida, um depósito de velharias, simplesmente, como deve parecer a muitos. Jovens museologistas alheiam-se de seu tempo, da vida lá de fora, deixando-se absorver por longas horas naqueles salões enormes da "Casa do Brasil", na observação inteligente e profunda que deverá reconstituir épocas, fatos e costumes dos nossos antepassados, nessa paciente e penetrante interpretação de um mundo distante com que vai se tecendo o levantamento histórico de um povo. E é assim, somente, que nos será lícita e racional a compreensão da história de nossos dias. Que contraste com aquela calma, aquela vida ingênua e patriarcal que os objetos deixam refletir... os convulsionados dias de hoje...

— É a dinâmica do Museu — nos diz a senhorita Nair.

Já de volta, a coordenadora nos salientava agora o sentido prático que há no título de técnico de museu. E sua palestra ia retomando o ritmo vivo de há pouco.

Uma campanha interrompe, estridente, a nossa interlocutora. Cinco horas da tarde. O Museu pertencida dali por diante à sua guarda interna.

★

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### Serviço de Estatística Econômica e Financeira

**CRIADAS VÁRIAS FUNÇÕES NA TABELA NUMÉRICA ORDINÁRIA DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA** — O *Diário Oficial* de 1.º de março último publicou o Decreto n.º 17 903, de 27 de fevereiro de 1945, do Presidente da República, criando na Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, do Ministério da Fazenda, duas funções de auxiliar de escritório, três de estatístico, uma de operador, duas de operador especializado e duas de taquígrafo.

★

### Serviço de Patrimônio da União

**APROVADO O SEU REGIMENTO** — Foi assinado pelo Presidente da República, no dia 23 de março último, o Decreto n.º 18 143, aprovando o regimento do Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.

**CONSULTA SOBRE OS TERRENOS MARGINAIS AO RIO PELOTAS** — Em resposta a uma consulta feita ao Serviço do Patrimônio da União sobre os terrenos marginais ao rio Pelotas, que serve de limite entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o Sr. Ulpiano de Barros, diretor daquele Serviço, emitiu o seguinte despacho, de acordo com o parecer da Divisão de Cadastro, "Os terrenos marginais ao rio Pelotas, que serve de limite entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não são de espécie de marinha, mas pertencem à União na forma da legislação em vigor".

★

## MINISTÉRIO DA GUERRA

**COMISSÕES DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS DE RODAGEM** — O Sr. general Eurico Dutra, ministro da Guerra, assinou recentemente o seguinte aviso:

"1 — As Comissões de Construção de Estradas de Rodagem passam a ter a abreviatura C.E.R. seguida de um número de ordem.

2. — Nessas condições: — A Comissão de Construção de Estradas de Rodagem para os Estados do Paraná e Santa Catarina denominar-se-á, abreviadamente, C. E. R. 1; a Comissão Construtora da Rodovia São Paulo-Cuiabá C. E. R. 2 e a Comissão de Construção de Estradas de Rodagem para o Estado de Mato Grosso e Território de Ponta Porá — C. E. R. 3.

3. — As Comissões de nova criação serão numeradas, seguidamente, a partir dessa última abreviatura".

Tratando da constituição das Comissões de Construção de Estradas de Rodagem ns. 4 e 5, o Sr. ministro da Guerra assinou ainda o seguinte aviso:

"Como medidas decorrentes do Decreto n.º 17 832, de 20 de fevereiro de 1945, determino o seguinte:

a). — As atuais missões cometidas às 1.ª e 3.ª Companhias Rodoviárias Independentes passarão a ser desempenhadas, respectivamente, pelas Comissões de Construção de Estradas de Rodagem ns. 4 (C.E.R. 4) e 5 (C.E.R. 5), que se constituirão em unidades administrativas.

b) — A C.E.R. 4, terá o encargo de prosseguir a construção da rodovia Cáceres-Pôrto Esperidião-Mato Grosso (Vila Bela) e a C. E. R. 5, construirá a rodovia Cuiabá-Vilhena (Rodovia General Rondon).

c) — Liquidarão, além disso, os compromissos e encargos assumidos por aquelas Companhias.

d) — As Comissões serão assim constituídas, em face das missões de que ficam encarregadas; um capitão de Engenharia (de preferência do — Chefe da Comissão e do Escritório Técnico — Q. T. A.). — Sub-chefe. Fiscal Administrativo e Secretário — um 1.º tenente de Engenharia. — Adjunto — um 1.º ou 2.º tenente de Engenharia. — Médico — um 1.º tenente. — Tesoureiro e Almoxarife — um 1.º tenente I.E.

Serviços Gerais: — 3 sargentos de fileira — 1 sargento enfermeiro-veterinário — 1 sargento enfermeiro — 1 sargento radiotelegrafista — 1 cabo de fileira — 1 cabo telegrafista — O pessoal poderá ser aumentado ou diminuído, de acordo com as necessidades do Serviço.

e) — As Comissões dependerão tecnicamente da Diretoria de Engenharia, à qual cabe o exame e aprovação dos projetos e orçamentos dos trabalhos, bem como a expedição de ordens e instruções que se tornarem necessárias.

f) — Aos seus oficiais e praças serão abonadas, à conta das respectivas dotações orçamentárias, as gratificações e diárias estabelecidas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

g) — O pessoal militar das Companhias será aproveitado, dentro da presente organização, nas Comissões; o excedente terá conveniente destino, a critério das Diretorias de Armas, Saúde e Intendência e do comandante da 9.ª R.M.

Os atuais comandantes das Companhias desempenharão, até ulterior deliberação, as funções de chefe das Comissões.

h) — O material bélico, de intendência, de transmissões, saúde, bem como o de engenharia e técnico, necessário aos serviços, será, a critério dos chefes das Comissões transferido para a carga desta, devendo o restante depois de relacionado, ser recolhido aos serviços provedores.

i) — O acervo proveniente de verbas destinadas à construção de estradas será transferido para as Comissões, de acordo com as necessidades e a critério da Diretoria de Engenharia.

j) — As C. E. R. 4 e C. E. R. 6, deverão achar-se constituídas e em pleno funcionamento a partir de 1.º de abril próximo futuro, devendo nessa data tornar-se sem efetivo as Companhias substituídas".

**PROGRAMA DE TOPOGRAFIA PARA O EXAME DE SELEÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS DA E. A. C. — O *Diário Oficial* de 3 de março publicou a Portaria n.º 7 904, de 1.º de março de 1945, do Sr. ministro da Guerra, aprovando as instruções para o funcionamento dos cursos da Escola de Artilharia de Costa, em 1945, e, em anexo, o programa para o exame de seleção do Curso de Aperfeiçoamento de sargentos, cujo programa da parte de topografia é o seguinte:**

#### IV — Topografia

Fim da Topografia. Cartas. Escalas numéricas e gráficas. Representação planimétrica e altimétrica; convenções cartográficas, leitura de cartas.

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

### Arquivo Nacional

**SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO I CENTENÁRIO DA PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL** — Realizou-se no dia 2 de março último, no Arquivo Nacional, a sessão solene comemorativa do 1.º centenário da pacificação do Rio Grande do Sul.

Organizada a mesa, nela tomaram assento o capitão Bruno Fraga, representante do Presidente da República; coronel Bina Machado, representante do ministro da Guerra; capitão tenente Leopoldo Faiva, representante do ministro da Marinha; Sr. V. Barreto, representante do ministro da Fazenda; major Isolino Uha, pelo prefeito do Distrito Federal, e o general Milton de Freitas Almeida, tendo ocupado os lugares de honra os representantes de institutos culturais e de autoridades civis e eclesiásticas.

Tomando a palavra, o diretor, Sr. E. Vilhena de Moraes, historiou os vários episódios da Revolução Farrroupilha, lembrando os nomes de quantos nelas se ilustraram e exaltando a figura de Caxias, de quem leu uma das mais curiosas peças de correspondência ligadas ao assunto.

Finalizando o seu discurso, o Sr. Vilhena de Moraes convidou as autoridades presentes e o auditório a se dirigirem à sala Sete de Setembro, onde o representante do Presidente da República teve ensejo de inaugurar a exposição de mapas, livros, retratos e grande número de documentos inéditos referentes à Revolução Farrroupilha.

All foi a todos proporcionado apreciar documentos de extraordinário valor histórico assim como uma excelente bibliografia do assunto, onde se viam não poucas obras raríssimas, a maioria reencadernada ou restaurada nas próprias oficinas da repartição.

As autoridades presentes percorreram ainda as extensas galerias das Secções Históricas e Administrativa, onde viram funcionar a moderna máquina de reprodução de mapas e documentos.

A cada um dos seus visitantes ofereceu o Sr. E. Vilhena de Moraes um exemplar do interessante opúsculo *A nova carta corográfica do Império do Brasil, mandada organizar pelo tenente general marquês de Caxias*, editado pelo Arquivo Nacional.

★

### Departamento do Interior e da Justiça

**ALTERADO O ARTIGO 17 DO SEU REGIMENTO** — O *Diário Oficial* de 2 de março último publicou o Decreto n.º 17 906, de 27 de fevereiro de 1945, do Sr. Presidente da República, alterando o artigo 17 do Regimento do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

★

## MINISTÉRIO DA MARINHA

### Diretoria de Navegação

**TRABALHOS EFETUADOS EM 1944. SECÇÃO DE LÉVANTAMENTOS** — Esta Secção fez especificações para todos os trabalhos do Serviço Hidrográfico, superintendeu-os e utilizou os dados obtidos.

Com a continuação da situação de guerra, a atividade hidrográfica neste ano ainda foi menor que em qualquer ano anterior,

sendo os trabalhos de levantamentos hidrográficos efetuados em 1944 apenas o do quadro abaixo.

LUGAR	Comissão	Escala das folhas de bordo	Área sondada (em milhas quadradas)	Observações
Do cabo de São Tomé ao Rio de Janeiro.....	Itacuruçá	1:50 000	30	Incompleto

O Itacuruçá, único navio que permaneceu nos serviços hidrográficos, executou sondagens necessárias a completar a carta 1 500, tendo sido seu aproveitamento no entanto muito reduzido, devido a causas diversas.

Nos meses de janeiro e fevereiro, foram executados serviços preparatórios de reconhecimento, medidas de uma base e de uma triangulação, vinda de São Tomé para SW.

Também foi feita a localização rigorosa de perigos e pedras em torno da ilha Santana.

Além dos serviços hidrográficos acima especificados foram feitos alguns levantamentos topográficos, para atender pedidos da Comissão de Tombamentos e Diretoria de Engenharia Naval.

Durante o ano foram executados serviços especiais de determinação de posições e azimutes feitos pelo próprio chefe da DN-2, capitão de fragata Ari dos Santos Rongel.

Durante o ano de 1944, foram realizados os seguintes trabalhos:

1 — Tomadas de vistas do trecho da costa do Estado do Rio de Janeiro, compreendido entre a cidade de Macaé, e um ponto situado a 10 quilômetros acima da barra do rio Açú, na escala de 1:10 000 nos fotogramas, isto é, a uma altura de vôo de 2 100 metros.

2 — Confecção do mosaico do trecho do litoral do Estado do Rio de Janeiro, compreendido entre a cidade de Macaé e um ponto situado a 10 quilômetros da barra do rio Açú.

3 — Tomada de vistas do trecho da ilha do Governador, compreendido entre a Base Aérea do Galeão e o córrego do Jequiá, abrangendo

os limites norte e sul, representados pelas praias do Galego e Dendê (ao norte) e das Bicas (ao sul).

4 — Determinação de azimute verdadeiro, poligonação e nivelamento terrestres da referida área.

5 — Restituição na escala de 1:2 000 realizada no aparelho "aeromultiplex" da área referida no item 3.

6 — Tomada de vistas com filme infra-vermelho em diversos pontos da baía de Guanabara e do litoral do Estado do Rio de Janeiro, para experiência de determinação de contornos de bancos por meio de aerofotogrametria.

7 — Restituição de fotografias da costa norte do Estado do Rio Grande do Norte, para experiência de determinação das linhas batimétricas por meio da estereofotogrametria.

*Secção de Construção de Cartas* — Tem a seu cargo, desde a seleção das informações até a impressão final das cartas náuticas, além de executar por suas instalações outros serviços, principalmente os de impressão de publicações e de fotografia.

Ainda em 1944, com reduzidíssimo número de cartógrafos, foram terminadas e publicadas as cartas constantes dos quadros que se seguem.

Também foram feitas algumas reproduções fotográficas de cartas estrangeiras, no total de 15, a saber:

Inglêsas, ns. 297, 540, 889, 890, 891, 1 801, 1 802, 3 286 e 3 326.

Americanas, ns. 957, 958, 1 238, 1 963, 1 964 e 5 589.

NOVAS CARTAS

Número	TÍTULO	Escala natural	Data da publicação	Observações
902.....	Pôrto de Recife.....	1:15 000	15-3-44	Original desenhado
806.....	Pôrto de Natal (confidencial).....	1: 6 500	15-4-44	Gravado em cobre
1 102.....	Pôrto de Salvador.....	1:20 000	28-6-44	Original desenhado
803.....	Canal de São Roque (confidencial)..	1:50 000	28-6-44	Original desenhado

## NOVAS EDIÇÕES

Número	TÍTULO	Escala natural	Data da publicação	Observações
2.....	Ilha da Trindade.....	1:15 000	24-5-44	
1 608.....	Baía da Ribeira.....	1:25 000	5-6-44	

## NOVAS TIRAGENS

Número	TÍTULO	Escala	Data	Observações
1 610.....	Baía de Sepetiba.....	1:50 000	25- 1-44	
1 602.....	Baía da ilha Grande, parte central...	1:40 000	31- 1-44	
1 703.....	Mar Pequeno.....	1:25 000	1- 3-44	
1 810.....	Enseada de Pôrto Belo.....	1:27 309	23- 3-44	
1 502.....	Pôrto do Rio de Janeiro.....	1:25 000	15- 7-44	
902.....	Pôrto de Recife.....	1:15 000	29- 7-44	
1 804.....	Pôrto de São Francisco do Sul.....	1:27 000	15- 9-44	
1 201.....	Pôrto de Ilhéus.....	1:10 000	31-10-44	
1 501.....	Baía de Guanabara.....	1:50 000	8-11-44	
1 612.....	Parati e enseadas até Juatinga.....	1:25 000	23-11-44	

*Secção de Segurança da Navegação* — Esta Secção coligiu, estudou, analisou e disseminou sob a forma de publicações e avisos, as informações necessárias à segurança da navegação ou de seu interesse geral, além de opinar e informar sobre os assuntos que lhe foram correlatos.

Em 1944 foram impressas as seguintes publicações:

*Equipamento Náutico de Salvamento. Equipamento de Navegação* — 1943.

A cooperação por parte dos navegantes que frequentam a nossa costa, não apresentou ainda o grau que dela se poderia esperar, à vista da intensidade do tráfego marítimo, pelo que

exerceu o Serviço Hidrográfico uma ativa e tenaz propaganda, a fim de introduzir esse salutar hábito que reverterá em breve em benefício dos próprios navegantes.

O número de informações recebidas foi de 484, algumas das quais, no entanto, não puderam ser aproveitadas. É sempre animador esse número, que torna patente, embora com pequena variação o maior interesse dos navegantes pelos assuntos que dizem respeito à segurança da própria navegação.

O quadro abaixo mostra o movimento de informações recebidas de várias fontes de avisos impressos e de avisos urgentes por meio de rádio nos últimos anos.

ANO	Informações recebidas	Avisos impressos	Avisos urgentes pelo rádio
1937.....	423	101	244
1938.....	536	132	396
1939.....	609	133	410
1940.....	648	206	451
1941.....	655	141	380
1942.....	425	105	294
1943.....	606	94	152
1944.....	484	65	189

O Serviço de Centralização de Avisos aos Navegantes, nos portos de Belém, Recife e Rio de Janeiro, apesar da intensa propaganda que dela se faz, como nos anos anteriores, não apresentou o movimento de consultas esperado.

Em 1944, o número de avisos estrangeiros recebidos — 1 301, ainda foi dos mais altos, igualando o ano de 1943, e maior que todos os demais.

O Serviço de Segurança da Navegação nas bacias dos rios Paraná e Paraguai, constando principalmente da irradiação pela estação radiotelegráfica de Ladário, dos avisos urgentes interessando essas bacias, continua a ser executado, assim como a irradiação de boletins meteorológicos e sinais especiais para a radiogoniometria com indiscutível proveito para os navios e as aeronaves.

Em colaboração com o Ministério da Agricultura, foi mantido o serviço de observações de altura de águas em vários pontos da bacia do Paraguai.

*Secção de Distribuição* — Esta secção que mantém o estoque de cartas e outras publicações do Serviço Hidrográfico encarrega-se do serviço de correções para a sua manutenção em dia e da venda e distribuição, diretamente e por meio do agente.

O serviço continuou a ser feito normalmente, estando as vendas a cargo do agente Paulo de Azevedo & Cia. Ltda. — Livraria Francisco Alves, com grandes vantagens para os navegantes e para o Serviço Hidrográfico, em virtude da maior facilidade de aquisição.

Do serviço de correções em publicações, iniciado em 1943, foram feitas este ano, 4 855 correções em 964 publicações.

Nas cartas em estoque foram inseridas 13 089 correções sobre 3 841 cartas, para a sua manutenção em dia.

O quadro abaixo indica o movimento da Secção nos últimos anos:

PUBLICAÇÕES	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
Cartas nacionais vendidas.....	201	392	635	584	999	1 189	1 156	1 242
Cartas inglesas cedidas.....	5	14	6	15	0	0	94	82
Cartas nacionais distribuídas.....	1 086	1 304	1 318	1 457	1 488	1 749	2 715	2 384
Cartas inglesas distribuídas.....	190	1 089	470	337	277	770	1 317	801
Cartas americanas distribuídas.....	—	—	—	—	—	555	710	844
Cartas americanas cedidas.....	—	—	—	—	—	—	2	12
<b>Cartas (total).....</b>	<b>1 482</b>	<b>2 799</b>	<b>2 429</b>	<b>2 393</b>	<b>2 764</b>	<b>4 263</b>	<b>5 994</b>	<b>5 365</b>
Outras publicações vendidas.....	276	171	227	364	543	498	454	474
Outras publicações distribuídas....	2 305	2 837	3 946	3 632	4 883	4 256	4 322	4 212
<b>TOTAL.....</b>	<b>4 063</b>	<b>5 807</b>	<b>6 602</b>	<b>6 389</b>	<b>8 190</b>	<b>9 017</b>	<b>10 770</b>	<b>10 051</b>

A venda de cartas e outras publicações apresenta um índice animador, e por assim dizer, convidativo para a auto-manutenção do Serviço, como sucede nos congêneres in-

glês e dos Estados Unidos da América do Norte.

O quadro abaixo mostra as rendas líquidas de vendas de cartas e outras publicações nos últimos anos:

ANO	1937 (Cr\$)	1938 (Cr\$)	1939 (Cr\$)	1940 (Cr\$)	1941 (Cr\$)	1942 (Cr\$)	1943 (Cr\$)	1944 (Cr\$)
Renda líquida.....	8.038,30	7.096,90	11.063,40	10.802,00	16.995,80	17.042,80	19.033,40	23.882,40

De acôrdo com os regulamentos em vigor estas rendas têm sido recolhidas ao Fundo Naval.



**MINISTÉRIO DO TRABALHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

ALTERADA A SUA TABELA NUMÉRICA ORDINÁRIA DE EXTRANUMERÁRIO-MENSALISTA — O Presidente da República assinou no dia 5 de março último, o Decreto n.º

17 979, alterando a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-mensalista do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.



**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

DADOS ESTATÍSTICOS RELATIVOS AOS PROBLEMAS DE MINERAÇÃO E METALURGIA — Em recente reunião do Conselho Nacional

de Minas e Metalurgia, realizada sob a presidência do Sr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa, foi lido, além de outros ofícios que constituíam o Expediente, um do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, remetendo os dados referentes à exportação de matérias primas de origem mineral, manufatura e produtos químicos, durante os meses de junho e novembro de 1944.

A propósito do assunto desse processo o Sr. Fonseca Costa declara que, interessando ele a todos os conselheiros, seria conveniente que cada um possuísse cópia desses dados.

O Sr. Emílio Ferreira reporta-se à indicação apresentada à consideração do Plenário na sessão de 25 de março de 1941, sobre a coleta de dados estatísticos relativos aos problemas de mineração e metalurgia; estudo das medidas que regulem o funcionamento das minas e normas do tratamento de minérios, e estudo das medidas para o melhoramento das condições de transporte de minérios e produtos metalúrgicos, visando o desenvolvimento da produção e a diminuição do custo.

Essa coleta tem por fim a organização de uma estatística completa sobre a matéria, abrangendo a produção, e consumo e a exportação dos produtos referidos, as zonas em que são produzidos e consumidos, os transportes efetuados, etc., etc. e também as possibilidades da produção, consumo e exportação prováveis no futuro, organização que virá prestar inestimáveis serviços ao Conselho.

Lembrava, assim, a conveniência de ser a tarefa cometida a um dactilógrafo, para coordenar os elementos estatísticos fornecidos e tirar as respectivas cópias.

O Conselho resolve distribuir o processo ao Sr. Óton Leonardos e, assim que o Conselho possuir o dactilógrafo, para que o chefe da Secretaria ficou incumbido de tomar as devidas providências, serão extraídas as cópias.

**CESÃO DE TÉCNICO A CARBONÍFERA BRASILEIRA S. A.** — O Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, reunido sob a presidência do Sr. Ernesto Lopes da Fonseca Costa tomou conhecimento, em uma de suas recentes sessões, do requerimento da Carbonífera Brasileira S. A., solicitando a interferência do Conselho junto

ao governo do Estado de São Paulo, para que o Sr. Antônio Furia, químico do Instituto Geográfico e Geológico desse Estado, seja autorizado a acompanhar a instalação, por ele iniciada, do aparelhamento destinado a estudos para tratamento do carvão produzido em suas minas.

O Conselho, por proposta do Sr. Macedo Soares, resolveu aprovar o pedido e transmiti-lo ao governo de São Paulo, informando que o estudo do beneficiamento do carvão do Paraná constitui assunto de interesse nacional, e, assim, se não houver qualquer impedimento legal, seja o Sr. Antônio Furia posto à disposição da requerente, por 12 meses, para terminar os trabalhos em andamento sob sua orientação.

★

#### Departamento Nacional de Obras de Saneamento

**VISITA DE INSPEÇÃO AS OBRAS DE SANEAMENTO DO RIO GRANDE DO SUL** — O Eng.<sup>o</sup> Hildebrando de Araújo Góis, diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, seguiu recentemente para o Rio Grande do Sul, a fim de inspecionar as obras em execução a cargo daquele Departamento. Tais obras estão compreendidas no plano de defesa das cidades de Porto Alegre, Pelotas e outras regiões contra as inundações, incluindo a construção do dique de Gravataí e os serviços preliminares de toda a bacia desse rio. Também estão em pleno andamento, o aterro da área marginal de Navegantes e a construção do calis de saneamento, em Porto Alegre, com extensão de 5 000 metros. Na região do Salto no nordeste do Estado, prosseguem, com resultados satisfatórios, as obras de construção da grande barragem retentora, que, concluídas, permitirão o aproveitamento de energia elétrica equivalente ao potencial de 62 000 kW. Também está sendo construída a grande barragem Capingui, próxima a Passo Fundo, no norte do Estado, que dará energia elétrica suficiente para as cidades próximas. Essas obras, no Rio Grande do Sul, a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, terão, dentro em pouco, desenvolvimento mais acelerado, com o emprego da maquinaria adquirida recentemente nos Estados Unidos.

★

## Instituições particulares

### FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Com a assinatura, a 20 de dezembro do ano findo, da escritura da Fundação Getúlio Vargas, acha-se definitivamente constituída a entidade criada pelo Decreto-lei n.<sup>o</sup> 6 693, de 14 de julho de 1944.

Dados os altos objetivos visados por essa instituição, vem ela encontrando irrestrito apoio por parte da grande maioria das entidades do país, aí compreendidos o Governo Federal, governos estaduais, territoriais e municipais, empresas privadas e cidadãos da mais alta expressão nas atividades nacionais.

Pelo Decreto-lei n.<sup>o</sup> 7 148, de 13 de dezembro findo, o Sr. Presidente da República autorizou o Prefeito do Distrito Federal a doar à Fundação Getúlio Vargas e terreno compreendido entre a avenida Graça Aranha e as ruas Santa Luzia, Imprensa e Pedro Lessa, fronteiro ao

novo edifício do Ministério da Educação e Saúde. Nessa área deverá ser levantada a sede da Fundação, a qual, projetada em estilo moderno, deverá constituir em breve tempo, com aquele Ministério, um importante conjunto arquitetônico, representativo do dinamismo da nossa época.

O governo baixou, ainda, a 19 do mesmo mês de dezembro, outro Decreto-lei, sob n.<sup>o</sup> 7 170 pelo qual fica a Fundação Getúlio Vargas isenta de todos os impostos da União e da Prefeitura do Distrito Federal, abrangendo a imunidade todos os bens, rendas e serviços da entidade, bem como todas as operações em que a mesma figure como adquirente ou doadora e, ainda, as doações, atos, registros e averbações necessárias à sua constituição.

A Comissão encarregada da elaboração dos estatutos da Fundação Getúlio Vargas indicou os seguintes nomes para presidente e membros do Conselho Curador e do Conselho Diretor:

Presidente: Luis Simões Lopes — Conselho Curador: Euvaldo Lodi, Arnaldo Guinle, Manuel J. Ferreira Guimarães, João Alberto Lins de Barros, João Daudt de Oliveira, Roberto C. Simonsen, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Samuel Ribeiro, Valentim F. Bouças, Henrique de Toledo Dodsworth, Ari Frederico Tôrres, Jorge Filipe Kafuri, Murilo Braga de Carvalho, Fábio da Silva Prado, Herbert Moses, João Marques dos Reis, Marcos Guimarães de Mendonça, Napoleão Alencastro Guimarães, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, Plínio Reis de Cantanhede e Almeida, Júlio Barros Barreto.

Conselho Diretor: Vice-presidente — João Carlos Vidal.

Vogais: Guilherme Guinle, Eugênio Gudim, Lino Leal de Sá Pereira.

Suplentes: José Carneiro Filipe, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Rubens Porto.

Na qualidade de presidente da Fundação e de acordo com os respectivos Estatutos, o Sr. Luis Simões Lopes é também o presidente do Conselho Diretor.

Mais de 300 entidades oficiais, privadas e particulares subscreveram, as listas de doações da Fundação, a qual já conta com um fundo patrimonial de cerca de 140 milhões de cruzeiros.

★

## INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO NACIONAL

### Grêmio Geográfico Central

O CREDITO AGRÍCOLA E A COLONIZAÇÃO NACIONAL — Realizou-se no dia 20 de março último no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, sob a presidência do general Gustavo Cordeiro de Farias, mais uma sessão mensal do Grêmio Geográfico Central desse Instituto. Após a abertura da sessão e leitura da ata da sessão anterior, o tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, diretor geral, fez uma exposição sobre as realizações do I. C. N. Em seguida, o capitão Mondini Belletti fez uma evocação a Anchieta, ressaltando a sua personalidade como colonizador. Terminando a 1.ª parte da reunião o Dr. Maurício do Lago, consultor jurídico do Banco do Brasil, fez uma conferência sobre "O crédito agrícola e a colonização nacional", sendo muito aplaudido pelos presentes. Dando início à parte artística com que era encerrada a reunião, o tenente Brito Jorge, secretário do Grêmio Geográfico Central, fez a apresentação da pianista Regina Augusta Mondini Belletti, que executou alguns números de Bach, Weber e Beethoven, e da cantora Maria Sílvia Pinto, que apresentou diversos números de canto regionais.

★

## INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA

"ESTRADAS — UM PROBLEMA NACIONAL" — Realizou-se no dia 10 de março último, mais uma sessão semanal do Instituto Nacional de Ciência Política, sob a presidência do Sr. Pedro Vergara.

Inicialmente, foi dada a palavra ao Eng.º Enéias Coelho que pronunciou uma conferência sobre o tema *Estradas-um problema nacional*.

Princípio o orador pôr dizer que entre os problemas, cuja solução assevera a suprema administração do país, três se destacam e se interligam; o da saúde, o da educação e o das comunicações. O primeiro como fator preponderante e decisivo no futuro da raça; o segundo constituindo condição essencial da evolução

política de um povo, e o terceiro, sem cuja solução tornar-se-ia impossível a dos primeiros, representa o último elo da cadeia imensa das necessidades nacionais. A seguir, história os erros passados em nossos quatro séculos de história, faz um perfil de nossa extensão territorial, para afirmar a grande necessidade de desenvolver, cada vez mais, nossos meios de comunicações, com a construção de estradas de rodagem, de preferência auto-estradas, a par de estradas de ferro, indispensáveis ao transporte em massa e mostrou como era aconselhável fazer o governo emissões necessárias à realização desse cometimento.

Seguiu-se com a palavra o Sr. Portela de Azevedo que dissertou sobre o tema *O máximo problema nacional — instrução — e a sua solução pelo Presidente Vargas*.

Debatendo as conferências pronunciadas, falaram os Srs. Benjamim Vieira e Himalaia Virgolino, que teceram comentários sobre vários temas esboçados nos trabalhos proferidos, fazendo a sua crítica e apresentando os melhores meios para sua solução. Ambos os oradores congratularam-se com os conferencistas pelos trabalhos apresentados.

Encerrando a sessão, o Sr. Pedro Vergara agradeceu aos oradores a valiosa contribuição que deram à obra que o Instituto vem realizando.

★

## SOCIEDADE BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

PROGRAMA DE SUAS ATIVIDADES NO CORRENTE ANO SOCIAL — HOMENAGEM A MEMÓRIA DO FOLCLORISTA MÁRIO DE ANDRADE — Reuniu-se no dia 14 de março último, a diretoria da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia para deliberar sobre o programa das suas atividades no corrente ano social.

Ficou deliberado ainda a realização de uma sessão especial, no próximo mês de abril em dia e hora que serão anunciados, em homenagem à memória do escritor e folclorista Mário de Andrade. Já se acham inscritos para falar os professores Luis Heitor Correia de Azevedo, Sílvia Júlio e Artur Ramos que examinarão a contribuição folclórica e etnológica do grande escritor paulista.

★

## SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO

POSSE DA NOVA DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 1945-46 — SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 62.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE — Realizou-se no dia 27 de fevereiro passado a Assembléia Geral Ordinária da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, especialmente convocada para ser dada a posse da nova Diretoria eleita. A Assembléia foi presidida pelo ministro Raúl Tavares, que abrindo a sessão designou o Sr. Epitácio Monteiro Pessoa, 2.º secretário, para proceder à leitura da ata da última Assembléia Geral do ano passado. Submetida à aprovação do plenário a mesma foi dada por aprovada unanimemente.

Em prosseguimento o presidente designou o chefe da Secretaria Prof. Emanuel Leontinis para ler o Relatório apresentado pela presidência da Sociedade sobre as atividades da mesma do ano próximo findo, sendo o mesmo aprovado unanimemente com uma salva de palmas.

Em continuação, o presidente leu o balanete do diretor-tesoureiro, que transmitia a Caixa da Sociedade ao novo tesoureiro da Sociedade, capitão de fragata Luís Alves de Oliveira Belo.

O presidente deu a palavra ao Sr. Taclano Acióli Monteiro que pronunciou o discurso alusivo à data de 26 de fevereiro de 1883, que marca a fundação da Sociedade de Geografia nesta capital. O orador rememorou os vultos da Casa de Paranaguá que há 62 anos lançaram os fundamentos desse sodalício.

O Sr. almirante Raúl Tavares em seguida leu a relação dos membros que constituem a nova Diretoria da Sociedade eleitos na Assembléa Geral de 21 de dezembro de 1944 e que regerão os destinos da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no período correspondente a 25 de fevereiro de 1945 — 25 de fevereiro de 1947 de acordo com os atuais estatutos, declarando os mesmos empossados.

O Sr. ministro Raúl Tavares saudou em seguida a novel administração com palavras de entusiasmo, desejando à mesma as maiores felicidades na execução da árdua tarefa de elevar cada vez mais o patrimônio cultural, moral e científico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, que terá dias de maior esplendor sob a sábia direção dos novos recém-eleitos, cuja estrutura moral e intelectual constitui uma garantia para o porvir da tradicional Sociedade cuja suprema finalidade é contribuir para a elevação da cultura e da ciência nacionais.

Antes de transmitir a mesa à nova Diretoria o Sr. ministro Raúl Tavares deu a palavra ao Sr. Aristete Portugal Neves, que pronunciou uma ode de louvor aos vultos da Sociedade em comemoração do 62.º aniversário da fundação.

O Sr. Raposo Tavares, propôs que fôsse lançado em ata um voto de grande louvor ao Sr. ministro almirante Raúl Tavares pela forma brilhante por que durante quatro anos dirigiu os destinos da Sociedade, proposta que foi unanimemente aprovada por aclamação.

O Sr. almirante Raúl Tavares agradeceu a homenagem e propôs em seguida um voto de louvor e agradecimento ao Dr. Alberto Couto Fernandes, diretor-tesoureiro da Sociedade que pelo espaço de 31 anos, e que, graças à sua operosidade e eficiência deixava a situação financeira da Sociedade em perfeita condição de equilíbrio, sem nenhum ônus.

O Sr. almirante Raúl Tavares e os demais membros da mesa convidaram os membros da nova Diretoria eleita a tomarem assento à mesa diretora dos trabalhos.

A nova Diretoria eleita tomou posse solene sob a presidência do Sr. ministro João Severiano da Fonseca Hermes Júnior, 1.º vice-presidente eleito, que acompanhado pelos Srs. almirante Jorge Dodswoth Martins, 2.º vice-presidente, Dr. Everardo Backheuser, 3.º vice-presidente, Dr. Mário Rodrigues de Sousa, secretário-geral, tenente-coronel Frederico Augusto Rondon declararam aberta a sessão inaugural dos trabalhos da nova administração da Sociedade.

O presidente da sessão ministro J. S. da Fonseca Hermes Jr., deu início à mesma fazendo um longo discurso no qual justificou inicialmente a ausência do Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares que, por motivo justo não pôde comparecer, prosseguindo, o Sr. ministro Fonseca Hermes traçou em rápidas linhas o programa a ser seguido pela nova administração, que terá como realização inicial uma homenagem especial à figura insigne do

barão do Rio Branco o grande vulto nacional e que foi presidente de honra da Sociedade de Geografia, homenagem que será prestada através da publicação especial de um número da *Revista* da Sociedade dedicado exclusivamente à atividade do barão do Rio Branco-geógrafo. Terminando seu discurso, o Sr. ministro Fonseca Hermes propôs constasse em ata um voto de louvor e gratidão à Diretoria cujo mandato acabava de terminar.

Foi aprovado unanimemente.

O Sr. almirante Raúl Tavares agradeceu em seu nome e no da Diretoria que presidira as bondosas referências do orador.

O Sr. ministro Fonseca Hermes salientou a cordialidade existente e aproveitou o momento para fazer uma comunicação a respeito da brilhante solução dada ao secular litígio de fronteiras entre o Peru e o Equador pela mediação do Brasil por intermédio do comandante Brás Dias de Aguiar, vitória essa que também diz respeito à Sociedade da qual o comandante Aguiar é destacado membro, e que não podia deixar que passasse em silêncio acontecimento tão solene pelo qual aproveitava para propor o seguinte: a) registrar em ata o aprazimento da Sociedade pela solução pacífica da questão de limites entre o Peru e o Equador; b) oficial ao nosso ministro do Exterior transmitindo as congratulações da Sociedade pela feliz intervenção da nossa diplomacia; c) telegrafar ao comandante Brás de Aguiar felicitando-o pelo seu triunfo; d) oficial aos ministros do Peru e do Equador nesta capital comunicando estas resoluções da Sociedade.

Estas propostas foram unanimemente aprovadas com um aditamento proposto pelo Dr. João Ribeiro Mendes para que a Sociedade organizasse oportunamente uma sessão especial de congraçamento em homenagem ao Peru e Equador e ao comandante Brás de Aguiar.

Nada mais havendo a tratar o Sr. ministro João Severiano da Fonseca Hermes deu por encerrada a sessão que foi levantada sob aplausos gerais dos presentes.

★

PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA E DO CONSELHO DIRETOR — Realizou-se na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sob a presidência do ministro João Severiano da Fonseca Hermes Jr. 1.º vice-presidente da Sociedade, a primeira sessão ordinária da Diretoria e do Conselho Diretor do corrente ano. Após a leitura da ata da sessão anterior e da unânime aprovação da mesma, o secretário-geral Sr. Mário Rodrigues de Sousa procedeu à leitura do expediente, que constou como de costume de cartas, ofícios e telegramas recebidos, destacando-se os ofícios do Ministério do Exterior, da Embaixada do Peru e do Equador nos quais agradeciam as resoluções aprovadas na Assembléa Geral da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com referência à magnífica solução dada à delicada questão de fronteiras entre o Peru e Equador. Em continuação o presidente deu conhecimento aos presentes da comunicação do tenente-coronel Frederico Augusto Rondon com referência ao centenário da pacificação da família brasileira comemorado em Porto Alegre na semana passada e que teve a encimá-la a figura insigne de Luís Alves de Lima e Silva, marechal duque de Caxias. Após a discussão das propostas apresentadas na comunicação do tenente-coronel Frederico Rondon, o ministro J. S. da Fonseca Hermes entregou à biblioteca da Sociedade o livro do tenente-coronel Frederico Rondon, intitulado *Uaupés*. Durante a discussão das propostas

apresentadas na comunicação anterior verificaram-se magníficas exposições sobre os vultos históricos nacionais como José Bonifácio e Rio Branco, exposições feitas pelos Srs. coronel Francisco Jaguaribe de Matos e ministro J. S. Fonseca Hermes, tomando parte nessa palestra cultural os Srs. general Artur Pinheiro da Silva o coronel Luis M. Fournier, Sr. Taciano Acióli Monteiro e o Sr. João Ribeiro Mendes. Em seguida foram aprovadas as propostas de inscrição de novos sócios e o presidente justificou a ausência dos Srs. embaixador José Carlos de Macedo Soares, almirante Raúl Tavares e Sr. Carlos Domingues. Nada mais havendo a tratar o ministro João Severiano da Fonseca Hermes agradeceu o comparecimento dos presentes e deu a sessão por encerrada.



**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA DIRETORIA E DO CONSELHO DIRETOR** — Realizou-se sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares a reunião extraordinária da Diretoria da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Aberta a sessão, o embaixador José Carlos de Macedo Soares, expressou sua profunda satisfação por presidir pela primeira vez uma sessão da tradicional instituição. O Sr. presidente designou o secretário geral Sr. Mário Rodrigues de Sousa para ler a ata da última sessão ordinária da Diretoria. Submetida à aprovação do Conselho Diretor a mesma foi aprovada depois de ter sido lavrada uma emenda acerca das indicações propostas pelo tenente-coronel Frederico Augusto Rondon, conforme solicitação do ministro João Severiano da Fonseca Hermes Jr. 1.º vice-presidente da Sociedade.

Seguiu-se a leitura do expediente. Após o despacho do mesmo, o Sr. presidente deu a palavra ao comandante Luis Alves de Oliveira Belo que, após breve ausência do âmbito da Sociedade, por ter participado do congresso histórico-geográfico riograndense comemorativo do Centenário Farrroupilha, voltava à Sociedade para tomar posse das suas funções de diretor-tesoureiro.

O comandante Oliveira Belo fez uma longa comunicação a respeito dos trabalhos efetuados naquele certame científico enaltecendo a organização do mesmo e o valor das teses apresentadas. O comandante Belo salientou a idéia levantada no aludido congresso para que fosse organizado futuramente um certame ibero-americano de geografia e história, havendo nesse momento um aparte do ministro J. S. da Fonseca Hermes, que lembrou ter sugerido o mesmo por ocasião do IX Congresso Brasileiro de Geografia realizado em Florianópolis em 1940 quando propôs que fosse realizado um magno certame ibero-americano comemorativo do bi-centenário da assinatura do tratado de Madrid 1750-1950.

Em prosseguimento, o Sr. João Ribeiro Mendes fez nova comunicação sobre a obra do geógrafo brasileiro do século XVIII Alexandre Rodrigues Ferreira. Ao terminar sua comunicação, o Sr. João Ribeiro Mendes propôs que fosse inserido em ato um voto de congratulações com o embaixador José Carlos de Macedo Soares, que pela primeira vez no cargo de presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, desde sua posse em fevereiro do corrente ano, presidia a uma reunião da Diretoria.

O Sr. presidente propôs uma série de medidas de ordem administrativa de grande interesse para o futuro da Sociedade, bem como a resolução de vários assuntos com referência ao cadastro social e ao arquivo da Sociedade. O embaixador José Carlos de Macedo Soares sugeriu a impressão de um memorandum organi-

zado pela Sociedade no qual serão divulgados os mais recentes dados estatísticos acerca da demografia nacional. Sugeriu ainda a organização de um curso especializado de geografia geral simplificado para inspetores de ensino secundário, curso esse que seria dado com o auxílio do Conselho Nacional de Geografia e que brevemente esse curso seria ampliado no sentido de organizar-se um curso especializado para professores de geografia. Essas sugestões foram plenamente aprovadas.

O ministro J. S. da Fonseca Hermes propôs que fosse consignado em ata um voto de congratulações com o confrade Eng.º Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia pelo cargo em que foi investido na presidência da Comissão Pan-Americana de Geografia e Cartografia. Esse voto foi aprovado unanimemente. Várias sugestões foram apresentadas nessa ocasião pelos Srs. Dr. Herbert Canabarro Reichardt, Paulo Pires Brandão e comandante Oliveira Belo. O embaixador José Carlos de Macedo Soares submeteu à apreciação dos presentes cinco croquis do projeto da capa do *Ex-Libris* da Sociedade, sendo aprovados dois, cujos desenhos serão lavrados.

Durante a sessão foram lidos o telegrama recebido pela Sociedade no qual o Sr. general Cândido Mariano da Silva Rondon se congratulava com a mesma pela iniciativa de homenagear a diplomacia nacional pelo brilhante triunfo alcançado na solução da secular questão de limites entre o Peru e o Equador, bem como o telegrama a esse general, assinado pelo 1.º vice-presidente da Sociedade, ministro J. S. da Fonseca Hermes.

Após a resolução de mais alguns assuntos de ordem administrativa, o presidente, embaixador José Carlos de Macedo Soares agradeceu o comparecimento dos presentes e deu por encerrada a sessão.



## UNIVERSIDADE DO AR

**TRABALHOS PROPOSTOS AOS ALUNOS PARA FINS DE CONCESSÃO DO CERTIFICADO DE APROVEITAMENTO** — Terminou no dia 30 de março último, o prazo para a entrega dos trabalhos propostos aos alunos da Universidade do Ar no ano letivo de 1944 para fins de concessão do certificado de aproveitamento. Estes trabalhos deverão ser acompanhados da indicação das fontes bibliográficas a que recorreu o autor, tanto da sua biblioteca particular como do estabelecimento em que leciona ou das bibliotecas públicas da localidade em que reside.

O programa dos trabalhos para a conclusão do Curso de Geografia Geral foi organizado pelo Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, do Colégio Pedro II. Os candidatos deverão compor um trabalho — em forma de tese — contendo respostas obrigatórias para cada uma das seguintes perguntas, na ordem ou não, em que vão dispostas:

- 1) Por que é a Geografia ciência da atualidade posta ao serviço do homem?
- 2) Por que é a Geografia, matéria básica na escola e imprescindível nas universidades?
- 3) Por que deve a investigação geográfica ser desenvolvida ao máximo em nosso país?
- 4) Por que é a Geografia ciência viva, sintética e original?
- 5) Como deve ser realizada a investigação geográfica no campo?
- 6) Como deve ser feita a síntese posterior no gabinete?

7) Qual a orientação dos estudos geográficos modernos?

8) Que julga necessário ser feito pelo Governo e pelas instituições competentes para que o ensino da Geografia no Brasil possa ser realmente útil ao país?

9) Qual o lado de sua cultura geográfica que julga deficiente e que gostaria que fosse feito, em seu favor, para melhorar essa cultura?

10) Que falhas encontrou nos cursos de Geografia da Universidade do Ar e o que lhe ocorre como sugestões para ser feito nos próximos anos letivos?

11) Obteve algum proveito nos cursos da Universidade do Ar?

12) Quais foram esses proveitos?

13) Pode apresentar nomes de instituições científicas que lhe têm, desta ou daquela maneira, sido úteis à sua preparação científica?

14) Que revista científica costuma ler?

15) Que dificuldade tem encontrado no ensino da Geografia, nos cursos ginasial e colegial?

★

## Certames

### CONFERÊNCIA TÉCNICO-ECONÔMICA INTER-AMERICANA

Foi apresentada para estudo, perante a Conferência Técnico-Econômica Inter-Americana, a reunir-se em Washington em junho, a criação de uma junta permanente inter-americana constituída de especialistas em transportes.

A proposta foi transformada em resolução pela Conferência Inter-Americana sobre Problemas de Guerra e da Paz, recentemente encerrada na capital do México.

Recomenda-se nesse documento a constituição de um grupo de técnicos especialistas para coordenar os transportes inter-americanos, sob a direção do Conselho Econômico, e Social da União Pan-Americana.

Esta ação, empreendida pelos delegados à Conferência do México, dá novo ímpeto ao crescente movimento por todo o Hemisfério, no sentido de maior desenvolvimento e melhor integração dos sistemas de transportes inter-americanos.

Antes da Conferência do México, a Junta de Defesa Inter-Americana comunicou que apresentara aos governos das repúblicas americanas uma resolução preconizando a criação de uma entidade inter-americana permanente de transportes, destinada a coordenar as atividades das agências e congressos de transportes inter-americanos.

O melhoramento, extensão e ligação de todas as espécies de transportes, a fim de assegurar serviços seguros, adequados e eficientes, a preços razoáveis, são coisas consideradas "essenciais para realização de sadios planos de progresso econômico e para a elevação dos níveis da vida dos povos americanos" assinala a resolução aditada na Conferência de Chapultepec.

De há muito que se reconhece a importância óbvia de melhor sistema de transportes para as Américas. O melhoramento das linhas de transportes tem sido estudado virtualmente por todas as reuniões ou conferências inter-americanas, desde a I Conferência Pan-Americana, em Washington, no ano de 1889.

A necessidade do melhoramento e da coordenação dos transportes inter-americanos foi acentuada pela Guerra Mundial, e como resultado, foi proposto o grande sistema da Rodovia Pan-Americana, de 14 000 milhas de percurso, desde a fronteira dos Estados Unidos, na V Conferência Pan-Americana, em Santiago do Chile, em 1923. No ano seguinte, formou-se a Conferência de Rodovia Pan-Americana, destinada a incrementar este projeto do Hemisfério.

Tendo-se concluído os arranjos para a assistência cooperativa dos Estados Unidos, iniciaram-se os trabalhos da Rodovia Pan-Americana em 1930.

Atualmente, menos de 800 milhas do sistema rodoviário de 14 000 milhas continuam intransponíveis, exceto no Panamá Oriental onde não se projetou ainda rodovia alguma.

A presente guerra tem promovido dificuldades de transportes muito maiores, as quais têm contribuído para a escassez de mantimentos e inflação dos preços em muitas repúblicas americanas, acentuando-se assim a necessidade de melhores e mais bem coordenados serviços de transportes no Hemisfério.

★

### I CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE METAIS

Está marcada para o período de 14 a 19 de maio a realização do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Metais, sendo que seu início se dará em São Paulo e encerramento em Volta Redonda.

Foi organizado o seguinte programa:

14 de maio (2.<sup>a</sup> feira): Reunião preliminar para organização das comissões. — Abertura do Congresso — Reunião para discussão de trabalhos. — I Conferência Anual.

15 de maio (3.<sup>a</sup> feira): Visita a uma indústria metalúrgica em São Paulo. — Reunião para discussão de trabalhos. — Conferência sobre tema científico. — Discussão aberta sobre fornos elétricos (Comissão Técnica de Fornos Elétricos).

16 de maio (4.<sup>a</sup> feira): Visita a uma indústria metalúrgica em São Paulo. — Reunião para discussão de trabalhos. — II Conferência Anual.

17 de maio (5.<sup>a</sup> feira): Partida de São Paulo para Volta Redonda.

18 de maio (6.<sup>a</sup> feira): Visita à Usina Siderúrgica. — Discussão aberta sobre altos-fornos (Conjuntamente pelas Comissões Técnicas de Administração e Economia da Indústria Siderúrgica e de altos fornos).

19 de maio (sábado): Última reunião para discussão de trabalhos. — Encerramento do Congresso. — Banquete comemorativo — Embarque para São Paulo.

O programa de trabalhos do I Congresso é o seguinte:

a) Trabalhos técnicos, os quais serão contribuições sobre qualquer assunto referente à metalurgia. Além de trabalhos originais, experimentais ou teóricos, podem também compreender síntese de divulgação.

b) Trabalhos de interesse geral, sugeridos pela Comissão Organizadora. A Comissão Organizadora recomenda, para o I Congresso os seguintes temas: 1) Utilização de sinter em altos-fornos; 2) Indústria siderúrgica a carvão vegetal; a) Fabricação de carvão de madeira; b) Técnica de alto-forno e características do perfil. 3) Processo Duplex — Sua aplicação no Brasil; 4) Prática de desoxidação para aços de médio e alto carbono em fornos Siemens-Martin; 5) Métodos de recuperação de metais secundários não-ferrosos; 6) Padronização de arelas de fundição na área de São Paulo; 7) Estado atual da indústria de estanho no Brasil; 8) Revista e crítica da técnica de cubilô em São Paulo; 9) Fabricação de aços especiais no Brasil; 10) Sucata. Estado atual e futuro do seu abastecimento.

A Comissão Organizadora preparou duas "discussões abertas" a serem realizadas em São Paulo e em Volta Redonda, respectivamente sobre Produção de Aços em Fornos Elétricos e Altos-Fornos. As Comissões Técnicas correspondentes da A. B. M. estão encarregadas da organização dos programas detalhados dessas "discussões abertas", e convidarão ulteriormente os técnicos especializados nesses setores a tomar parte nessas discussões.

Dependendo do êxito do Congresso em grande parte da organização e distribuição prévia dos trabalhos apresentados das categorias "a" e "b" Trabalhos técnicos e trabalhos de interesse geral, é absolutamente imprescindível que a Secretaria possa recebê-los até o dia 15 de abril p. futuro. Essa data não poderá ser ultrapassada para que se torne possível o trabalho de mimeografia, cópias de gráficos, preparação de diapositivos, etc.

A Comissão Organizadora do I Congresso da A. B. M. está assim constituída: Engs. Alberto Pereira de Castro, Fernando Jorge Larabure, Louis Ensch, Mário Henrique Naclinovic, major Otávio da Costa Monteiro, Renato Wood, Vicente Chiaverini e Vítor Resse de Gouveia.

★

#### IV CONGRESSO SUL-RIOGRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA

Realizou-se em Pôrto Alegre, no período de 27 de fevereiro a 2 de março o IV Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia promovido pelo Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, com o apoio dos governos federal e estadual, como complemento da resolução daquele Instituto em comemorar a data centenária da assinatura da paz de Poncho Verde ou seja a terminação da revolução em que durante quase um decênio esteve empenhada essa província.

Várias foram as representações de instituições congêneres. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro enviou como seus delegados o Sr. Virgílio Correia Filho, que também representou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o general Doça e o Sr. Aurélio Pôrto; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira e o Prof.<sup>o</sup> Jorge Zarur; o Instituto de

História e Geografia Militar e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, o comandante Luís Alves de Oliveira Belo.

Fizeram-se representar, ainda, várias outras instituições.

Na sessão preparatória, realizada no dia 27 de fevereiro, na sede do Instituto foram recebidas as delegações que entregaram à secretaria as credenciais protocolares. Nessa mesma data foi realizada a sessão solene, no salão nobre da Faculdade de Direito, para instalação do Congresso, sob a presidência do Sr. Leonardo Macedônia, presidente honorário do Instituto e do Congresso. Nessa sessão foram ouvidos dois discursos, o de abertura pelo Sr. Adroaldo Mesquita da Costa, e o do orador, saudando as delegações presentes ao Congresso.

No decorrer das sessões plenárias foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes teses:

1.<sup>a</sup> tese — "Elementos Estrangeiros na Revolução Farroupilha", autor: Otelo Rosa.

2.<sup>a</sup> tese — "A Barca de Vapor Liberal. Início da Navegação a Vapor na Marinha de Guerra do Brasil", autor Paulo Duval.

3.<sup>a</sup> tese — "Poetas Farroupilhas", autor Alcides Lopes Miller.

4.<sup>a</sup> tese — "D. Pedro II e a Pacificação do Rio Grande do Sul", autor Alcindo Sodré.

5.<sup>a</sup> tese — "Causas Remotas e Imediatas da Grande Revolução. A Paz de Poncho Verde", autor Luís Carlos de Moraes.

6.<sup>a</sup> tese — "O Passo Inicial da Grande Revolução", autor Eduardo Duarte.

7.<sup>a</sup> tese — "Osório e a Revolução Farroupilha", autor Váiter Spalding.

8.<sup>a</sup> tese — "Caxias e a Pacificação", autor Luís Alves de Oliveira Belo.

9.<sup>a</sup> tese — "Apontamento sobre o Teatro no Rio Grande do Sul e Síntese Histórica do Teatro Sete de Abril de Pelotas que serviu de Quatro na Guerra dos Farrapos", autor Paulo Duval.

10.<sup>a</sup> tese — "Ato da Assembléia Legislativa Provincial de 1835", autor Olinto Sanmartin.

11.<sup>a</sup> tese — "A Política dos Ministérios e a Revolução Farroupilha", autor Manuel Duarte.

12.<sup>a</sup> tese — "O Clero na Epopéia Farroupilha", autor P. Luís Gonzaga Jaeger.

13.<sup>a</sup> tese — "Genealogia do Paulista Bento Manuel Ribeiro", autor Bueno de Azevedo Filho.

14.<sup>a</sup> tese — "Garibaldi, Rossetti, e Sambecari", autor Eduardo Duarte.

15.<sup>a</sup> tese — "Causas da Revolução Farroupilha", autor Otelo Rosa.

16.<sup>a</sup> tese — "Breve Notícia Biográfica do Tenente-General Barão de Taquari", autor Bueno de Azevedo Filho.

17.<sup>a</sup> tese — "Foram os Chefes Farroupilhas Republicanos antes de Selval?", de Váiter Spalding.

18.<sup>a</sup> tese — "A Cooperação Interprovincial da Revolução Farroupilha" de Váiter Spalding.

19.<sup>a</sup> tese — "Quatro Episódios da Revolução Farroupilha", Alvaro Caetano, Manuel de Faria Correia.

20.<sup>a</sup> tese — "No Decênio Farroupilha" de Francisco Antônio Xavier e Oliveira.

Tôdas essas teses foram aprovadas e, como tal, julgadas dignas de figurar nos *Anais* ou nas páginas da *Revista*.

Também foram apresentadas várias moções, dentre as quais 3 pela representação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, constituida dos Srs. Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Virgílio Correia Filho e Jorge Zarur: uma para que seja apresentada em tempo oportuno uma síntese de subsídios para a história do farrouplismo; outra, para que fôsse constituida uma comissão para efetuar e apresentar

o mais breve possível, os estudos necessários para conhecimento da revolução de 1835 pelos seus aspectos de geografia e cartografia de acôrdo com o desenvolvimento moderno dessas ciências, devendo ser solicitada, do Conselho Nacional de Geografia a cooperação técnica necessária a êsses estudos; e finalmente, uma para que o IV Congresso manifeste a sua admiração e o seu reconhecimento à mulher farrouplha que em época subseqüente tanto illustrou a terra natal.

Tôdas essas moções foram aprovadas.

★

## Unidades Federadas

### ALAGOAS

#### Instituto Histórico

TRI-CENTENÁRIO DE PENEDO E PORTO CALVO — O Instituto Histórico, em cooperação com o governo do Estado, comemorará em setembro próximo, o tri-centenário da restauração de Penedo e Porto Calvo, com um programa condigno, destacando-se o concurso para edição de um livro sobre a história de Alagoas na época holandesa.

★

### BAHIA

#### Instituto Histórico e Geográfico

A DATA DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DO SALVADOR — NOMEADA UMA COMISSÃO PARA OPINAR SOBRE O ASSUNTO — Realizou-se no Instituto Geográfico e Histórico, uma sessão extraordinária, onde foram discutidas as sugestões a serem apresentadas ao projeto do decreto-lei da Prefeitura, que considera feriado o dia 1.º de maio, data da fundação da cidade do Salvador.

Aberta a sessão pelo presidente Epaminondas Tôrres, foi pelo mesmo convidado o Eng.º Elísio Lisboa, para presidir-la. Assumindo a presidência, o prefeito da capital disse das razões que o levaram a publicar o projeto do decreto-lei, firmando que o seu desejo era o de procurar fixar uma data comemorativa da fundação e instalação da cidade; mas como divergiam os historiadores, resolvera ouvir os estudiosos do assunto. Em seguida retirou-se o Eng.º Elísio Lisboa.

Travado o debate, não tomaram parte, além de outros, os confrades Brás do Amaral, Vanderlei Pinto, Anfrísia Santiago, Altamirando Requião, padre Manuel Barbosa, Conceição Menezes, Alberto Silva, Paulo Pedreira, Osvaldo Valente e Mário Tôrres. Manteve-se a discussão em elevado ambiente de cordialidade.

Tratando-se de assunto de tão magna importância, a assembléa resolveu nomear uma comissão composta dos historiadores Brasil do Amaral, Conceição Menezes, Vanderlei Pinto, Frederico Edelweiss e Altamirando Requião para dar parecer sobre o assunto que, depois de aprovado na próxima reunião, será encaminhado, em forma de sugestão, ao prefeito Elísio Lisboa.

★

### ESPIRITO SANTO

DOADAS À COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, ÁREAS DE TERRAS NECESSÁRIAS À PASSAGEM DE NOVA LINHA FERROVIÁRIA NOS MUNICÍPIOS DE IBIRAÇU E COLATINA — A Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, em recente sessão, opinou unanimemente pela aprovação do pedido de autorização feita pela interventoria federal no Estado do Espírito Santo, para que o Estado possa doar à Companhia Vale do Rio Doce S. A., áreas de terras necessárias à passagem de nova linha ferroviária, nos municípios de Ibiracú e Colatina.

★

#### Instituto Histórico e Geográfico

HOMENAGEM À MEMÓRIA DO SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE ATAÍDE — Realizou-se no dia 8 de março último mais uma sessão mensal ordinária do Instituto Histórico e Geográfico do Estado sob a presidência do Sr. Araújo Primo.

Aprovada a ata anterior e conhecido o expediente em mesa, o presidente Araújo Primo comunicou oficialmente à Casa o falecimento do pranteado sócio Sr. Antônio Francisco de Ataíde, salientando a sua atuação como historiador e fundador do Instituto e os assinalados serviços que prestou ao Espírito Santo dando ainda ciência das homenagens que prestou ao inesquecível colega, por ocasião de seu enterro. Concluiu lançando em ata um voto de profunda consternação pelo acontecimento o que a Casa aprova.

Ergue-se, em seguida, o Sr. Mário Freire e em nome da Comissão de História de que o pranteado espiritosantense fazia parte, presta uma homenagem à memória do mesmo, traçando-lhe o perfil de homem público que por mais de uma vez encarnou as forças vivas do Espírito Santo.

Prestada essa homenagem ao saudoso consócio, fala ainda o Sr. Araújo Primo sobre a passagem do centenário da Revolução Farrouplha, salientando a atuação do então barão de Caxias como pacificador.

Refere-se ainda o presidente ao convite que recebeu do Sr. secretário da Educação do Estado para integrar a Comissão Estadual de Festas do Centenário do Barão do Rio Branco a ocorrer no próximo mês de abril e à honra que lhe foi conferida de ser eleito presidente da mesma.

Fala em seguida o Sr. Américo Coelho que faz interessantes considerações sobre a data da fundação da nossa Santa Casa, concitando os

colegas a esclarecer o fato de modo a afastar qualquer dúvida a respeito. A seguir, por proposta de Eurípedes Vale, o presidente designa o consócio Sr. Cícero Moraes para substituir o Sr. Antônio Ataíde, na Comissão de História.

★

## MINAS GERAIS

### Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia

**CRIAÇÃO DOS DIRETÓRIOS REGIONAIS DE GEOGRAFIA DOS NOVOS MUNICÍPIOS — DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHOS PARA AS TURMAS DE CAMPO — O PROBLEMA IMIGRATÓRIO** — Sob a presidência do Sr. Benedito Quintino dos Santos, realizou-se no dia 16 de março último a 54.<sup>a</sup> reunião do Diretório Regional do C.N.G.

Aberta a sessão, o Sr. presidente mandou que fosse feita a leitura da ata da sessão anterior, que é posta em discussão e aprovada sem alterações.

Do expediente conistou um ofício do Dr. Cícero Moraes, secretário do Diretório Regional do Espírito Santo, encaminhando a publicação *Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária* daquele Estado; ofício do Sr. secretário geral do C.N.G., enviando a súmula da reunião do Diretório Central, realizada no dia 5 de fevereiro; telegrama do mesmo secretário consultando sobre qual a lei que havia alterado a divisão judiciária do Estado, bem como pedindo a remessa de exemplar dessa lei; ofício-circular ainda do C.N.G., pedindo uma relação dos nomes dos ocupantes e dos cargos da administração do Estado, para publicação no *Boletim Geográfico*; ofício do C.N.G., encaminhando súmulas das reuniões do Diretório Central dos dias 3 e 18 de janeiro; ofício do Dr. Dermeval Pimenta agradecendo o voto de congratulações aprovado em sessão passada pelo alcance de sua conferência a propósito da evolução das estradas no Estado e seu plano rodoviário; radiograma do chefe do gabinete do Sr. governador, agradecendo voto de congratulações do Diretório; carta do Sr. Hildebrando Clark, agradecendo as felicitações enviadas por motivo do aniversário de criação do Departamento Estadual de Estatística; ofício da Secretaria-Geral do C.N.G., acusando recebimento de processo referente à representação feita por moradores em região fronteiriça com o Estado do Rio; ofício da mesma Secretaria, acusando recebimento da ata da sessão de 16 de dezembro findo, deste Diretório; telegramas e ofícios a propósito do anexo 2 da Lei n.º 1058; telegramas e ofícios do C.N.G., a propósito das monografias de aspectos municipais apresentadas a concurso instituído pelo Conselho.

Na ordem do dia, o Sr. presidente se congratula com a presença do Sr. José Fernandes Filho, prefeito de Mantena, e do comerciante da mesma cidade, Sr. Valdir Pereira da Silva, ambos grandes amigos do Departamento. Refere-se o Sr. Quintino dos Santos à criação dos Diretórios Municipais de Geografia dos novos municípios, assunto regulado por Resoluções baixadas pela assembléia geral e pelo Diretório Central do C.N.G. e, nesta oportunidade, passa às mãos do Sr. prefeito de Mantena o expediente organizado, sobre o caso, pela Secretaria do Diretório Regional. Também nesta ocasião, e como uma homenagem especial a Mantena, o Sr. presidente mandou organizar várias cópias da carta topográfica do município, que no momento entrega ao Sr. prefeito de Mantena. Pede, ainda, o Sr. Quintino dos Santos que o Sr. Mário Mendes Campos, membro do

Diretório, auxilie o novo município em seus difíceis problemas sanitários. Há, então, troca de impressões entre o prefeito visitante e o Sr. Mário Mendes, sobre o assunto.

O Sr. presidente, voltando a falar, informa à casa que outro assunto que vai merecer interesse especial é o do estabelecimento dos perímetros urbanos e suburbanos das novas sedes. O Sr. Eduardo Schmidt presta alguns esclarecimentos sobre o problema, informando sobre o critério a ser adotado. O Sr. prefeito de Mantena também faz uns esclarecimentos sobre o modo por que tem encarado essa questão em seu município.

O Sr. Quintino dos Santos passa a falar a respeito do concurso de monografias. Atendendo aos prazos estabelecidos, nomeou uma comissão que foi composta dos Drs. Valdemar Lobato, Eduardo Schmidt Monteiro de Castro e José de Oliveira Duarte, para exame e classificação das monografias, *ad referendum* do Diretório.

Foi lido o parecer e o expediente feito, que o Sr. presidente põe em discussão. O Sr. Eduardo Schmidt esclarece que o parecer está um tanto resumido, de vez que as monografias sempre versam assunto muito regional, sendo assim, necessário esse critério no estudo e classificação desses trabalhos. O Sr. Hildebrando Clark propõe que o parecer da comissão seja aprovado sem modificações. O Sr. presidente põe em votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. A comissão não votou. Aprovada, assim, a classificação feita, recebendo a Resolução o número 21.

Constando da ordem do dia os trabalhos da Carta do Estado na escala 1:100 000, declara o Sr. Quintino dos Santos iniciada a campanha deste ano, passando a fazer a leitura da distribuição dos diversos trabalhos. Dá conhecimento, assim, dos planos aprovados, começando por ler o da Divisão de Astronomia e Geodésia. Depois de esplanado o desenvolvimento dos trabalhos a cargo da Divisão de Astronomia, passa a ler o plano aprovado para a Divisão de Topografia e Cadastro. Pelo plano aprovado, acham-se deste modo distribuídas as turmas de campo:

1 — Triangulador Mário Coelho de Carvalho — Esta turma ficou encarregada de ligar a nossa rede geodésica até a fronteira de São Paulo, interessando as fôlhas de Ibiraci e Sacramento. Essas fôlhas compreendem uma zona de chapadões extensos que dificultam o desenvolvimento da rede, com a circunstância desfavorável de ser necessário detalhar melhor os pontos da fronteira.

2 — Triangulador Xenofonte Renault de Lima — Este engenheiro foi encarregado de completar a fixação das fôlhas de Campos Altos e São Gotardo, fazendo, ao mesmo tempo, o enchimento dos claros da rede geodésica nestas duas fôlhas, até os sinais de Santinho e Três Morros. Completados esses trabalhos, o triangulador deverá orientar a sua turma para fixação da fôlha de Dolores do Indaial.

3 — Triangulador Benedito de Carvalho Santos — Este triangulador deverá ter por objetivo a fixação da fôlha de Morro do Pilar e estudar a possibilidade de fechar o pequeno claro de triangulação entre o sinal de Mutuca e Santo Antônio. Essa tarefa não é grande, e o triangulador poderá facilmente atingir o objetivo bem antes de terminar a campanha. Foi-lhe então, confiada também a tarefa de fixação da fôlha de Baldim.

4 — Triangulador Ataliba Sales — A turma deste triangulador está com a incumbência de fazer a fixação dos pontos secundá-

rios das fôlhas de Itabira, Antônio Dias e Ferros. A determinação desses pontos deverá ser completada facilmente na temporada de campo de 1945.

5 — Triangulador Heldomiro Fonseca — Esta turma está encarregada da fixação da fôlha de Caratinga, na parte que falta completar tendo o mesmo objetivo com relação à fôlha de Tarumirim.

Para auxiliar a fixação de pontos onde se tornou impraticável a triangulação, devido às matas virgens, em longas extensões de baixadas, nas proximidades do Parque Florestal, serão feitas poligonais estadimétricas apoiadas nos pontos geodésicos pelo auxiliar Cícero Brandão. Ficarão também amarrados a pontos fixos da Carta os levantamentos realizados à margem do rio Piracicaba para localização de usinas siderúrgicas.

Topografia — Os trabalhos de levantamentos expeditos, apoiados nos pontos de 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> ordem da rede geodésica, ficaram distribuídos da seguinte maneira: Fôlha de Araxá — Esta fôlha ficou a cargo das turmas chefiadas pelos topógrafos Orestes Gomes Arouca e Humberto Lara Donagema. Fôlha de Morro do Pilar. — Iniciados os trabalhos de levantamento da fôlha do Morro do Pilar pelo topógrafo interino Cícero Rabelo de Vasconcelos, na temporada de campo de 1944, ficaram, nesta campanha, esses trabalhos a cargo do mesmo topógrafo e do auxiliar José Dias Coelho. Fôlha de Pompeu — Esta fôlha continuará a cargo da turma de campo do topógrafo Newton Henriques da Silva. Fôlha de Ferros — O auxiliar Sebastião Aguiar Ribeiro continuará fazendo os trabalhos de levantamento da fôlha de Ferros.

O Sr. presidente em seguida, faz referências ao relatório apresentado pelo chefe da Divisão de Cartografia e Desenho, dizendo das necessidades da Divisão e dos trabalhos que serão executados. Entre as sugestões constantes desse relatório, convém salientar a que diz respeito à simplificação dos trabalhos de modo a facilitar e baratear a impressão das novas fôlhas com trabalho de campo concluído e cujos originais vão ser desenhados para impressão.

De acordo com a sugestão, as novas fôlhas devem passar a ser impressas a três cores apenas e não a cinco cores, como as publicadas, sendo, para isso e para facilidade e rapidez da impressão, necessário que o desenho se faça em três partes, isto é, cada cor separadamente, trabalho do qual está incumbido o chefe da Divisão, Sr. Otávio Roscoe.

A atualização das cartas dos antigos municípios também vai merecer atenção do Departamento, bem como os trabalhos de limites interestaduais, trabalhos estes a cargo da Divisão de Limites e Coordenação Geográfica.

O Sr. presidente põe franca a palavra para qualquer sugestão. O Sr. Hildebrando Clark manifesta, então, o seu regozijo pelo excelente plano que abrange tantos setores, tanto mais — continua — que as dificuldades de toda ordem são sempre crescentes. Agradece o Sr. Quintino dos Santos o inestimável apoio da Estatística, referindo-se à atuação do cartógrafo posto à disposição do Departamento Geográfico.

O Sr. presidente traz, em seguida, ao conhecimento da casa, os trabalhos referentes ao problema imigratório a cargo da Seção Especial de Imigração da Comissão de Planejamento Econômico, que vem fazendo seus estudos sob a presidência do general Firmo Fretre do Nascimento, e para a qual foi de-

signado pelo Sr. governador, afim de representar o nosso Estado. Faz uma longa exposição sobre as reuniões da Seção Especial da qual é presidente o engenheiro Henrique Dória de Vasconcelos, diretor do Departamento Nacional de Imigração, referindo-se ao especial interesse dos governos federal e estaduais sobre esse magno problema, que está sendo considerado com prioridade, e resumiu os pontos de vista do memorial mineiro, feito após cuidadosos estudos em colaboração com o Sr. secretário da Agricultura, Sr. Lucas Lopes e Sr. Sebastião Virgílio Ferreira, chefe do Departamento de Terras, Matas e Colonização. Aludiu ao amplo estudo do problema, abordando os aspectos étnico, social, econômico e demográfico. Examinou o problema em relação ao amparo especial que deve ser dado ao trabalhador nacional que, convenientemente assistido e dirigido, constitui um fator econômico de grande importância, salientando a justiça que representa este amparo, que de forma alguma deve ser inferior ao recebido pelo colono estrangeiro. Mostrou a grande importância do incentivo às correntes imigratórias para Minas, mediante cuidadosos e rigorosos trabalhos de seleção preferindo-se colonos europeus, de raça latina, especialmente italianos, sem exceção de outros de raça branca convenientemente selecionados, e encaminhados, conforme suas aptidões, para a lavoura, a indústria e trabalhos urbanos, atendendo, assim, às necessidades prementes de mão de obra em todos os ramos de atividade. Referiu-se à fundação de núcleos coloniais após cuidadosos trabalhos de levantamentos topográficos e estudos econômicos, para localização de tais núcleos em terrenos já indicados pela comissão designada pelo Sr. secretário da Agricultura, trabalhos estes aos quais o Departamento Geográfico dará, oportunamente, entusiástica colaboração, na medida de suas possibilidades. Informou, finalmente, que para completar a elaboração de seu relatório sobre o importante assunto, aguarda o pronunciamento de órgãos representativos das classes, aos quais se dirigiu do Rio, atendendo a um dos quesitos formulados pelo presidente da comissão.

Com a palavra o Sr. José Fernandes Filho faz uma longa exposição sobre a vida do município, seus recursos econômicos, dando a conhecer interessantes dados estatísticos que fez colher para a organização da secretaria da Prefeitura.

Finalmente o Sr. presidente, como não houvesse mais nada a tratar, encerrou a sessão.

CLASSIFICAÇÃO DAS MONOGRAFIAS DE ASPECTOS MUNICIPAIS — O Diretório Regional do C.N.G., no Estado de Minas Gerais, baixou, no dia 15 de março último, a Resolução n.º 21, aprovando o parecer emitido pela Comissão designada para o estudo e classificação das monografias de aspectos municipais que concorreram ao concurso instituído pelo Conselho Nacional de Geografia.

É o seguinte o parecer: "Foram apresentadas sete monografias, que são as seguintes: 1 — *O rio Grande, no município de Lavras*, pelo Sr. Alberto de Carvalho; 2 — *Esbôço de antro-pô-bio-geografia sobre a Mata Mineira, baseado no estudo de seu clima*, pelo Dr. Mário Barretos; 3 — *Uberaba, cidade pórtico*, pelo Sr. Gabriel Toti; 4 — *Monografia do município de Januária*, pelo professor Manuel Ambrósio; 5 — *Monografia alusiva ao município de Alfenas, Estado de Minas Gerais*, pelo Sr. Romeu Venturelli; 6 — *Estudo hidrográfico do município de Cristalina*, pelo Sr. Ge-

raldo de Oliveira; e 7 — *Município de Cristalina*, pelo Sr. Edison de Oliveira. O número de monografias é bem inferior ao do ano anterior. De modo geral, as monografias apresentadas abordam assunto bem caracteristicamente geográfico e deve ser louvado o esforço de seus autores, realizando estes trabalhos com grande deficiência de elementos para estudo e em ambiente desfavorável. Percebe-se a vocação e interesse pelo estudo da geografia e ainda grande entusiasmo pelo futuro de nossa terra e de nossa gente. Colocamos por ordem as que nos pareceram mais interessantes, pelas contribuições originais e modo de apresentação: 1 — *O rio Grande, no município de Lavras*, pelo Sr. Alberto de Carvalho; 2 — *Esbôço antropo-bio-geográfico sobre a Mata Mineira, baseado no estudo de seu clima*, pelo Sr. Mário Barreto; 3 — *Uberaba, cidade portuária*, pelo Sr. Gabriel Toti; 4 — *Monografia do município de Januária*, pelo Prof. Manuel Ambrósio; 5 — *Monografia alusiva ao município de Alfenas, Estado de Minas Gerais*, pelo Sr. Romeu Venturelli; 6 — *Estudo hidrográfico do município de Cristalina*, pelo Sr. Geraldo de Oliveira; e 7 — *Município de Cristalina*, pelo Sr. Edison de Oliveira. As três primeiras, sobretudo, parecem-nos encerrar contribuições valiosas para o estudo da geografia regional.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 1945.  
Eduardo Schmidt Monteiro de Castro — José de Oliveira Duarte — Valdemar Lobato.

★

## PARÁ

### Instituto Histórico e Geográfico

RELAÇÃO DAS SESSÕES EFETUADAS NOS ANOS DE 1942, 1943 E 1944 — O Instituto Histórico e Geográfico do Pará realizou durante os anos de 1942, 1943 e 1944, as seguintes sessões:

#### 1942

17 de janeiro — Sessão da Diretoria e Conselho Diretor comemorativa do 73.º aniversário do falecimento do general Hilário Maximiliano Antunes Gurjão.

18 de fevereiro — Sessão de Assembléa Geral, para discussão e votação do parecer da Comissão de Fundos, dado nas contas do tesoureiro, relativas ao exercício de 1941.

28 de fevereiro — Sessão de Assembléa Geral de eleição da administração para o exercício de 1942-1945.

6 de março — Sessão de Assembléa Geral para a posse da Diretoria e Conselho Diretor para o exercício de 1942-1945.

14 de abril — Sessão de estudos comemorativa do Dia Pan-Americano e o "14 de abril de 1823".

6 de agosto — Sessão de estudos e de homenagem à memória do Dr. Henrique Santa Rosa fundador e presidente honorário do Instituto, pela passagem do 10.º aniversário do seu falecimento.

31 de outubro — Sessão de estudos da Diretoria e Conselho Diretor.

15 de novembro — Sessão de estudos comemorativa da data de 15 de novembro e recepção de novos sócios.

#### 1943

13 de março — Sessão da Diretoria e Conselho Diretor para a inauguração do retrato do falecido consócio 2.º secretário professor Raimundo de Campos Proença.

27 de março — Sessão da Diretoria e Conselho Diretor para recepção do general Francisco de Paula Cidade, comandante da 8.ª Região Militar.

14 de abril — Sessão de estudos comemorativa ao dia Pan-Americano e o "14 de abril de 1823".

24 de abril — Sessão da Diretoria e Conselho Diretor para tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo presidente Abelardo Leão Conduru.

31 de maio — Sessão de Assembléa Geral para discussão e votação do parecer da Comissão de Fundos, dado nas contas do tesoureiro, relativas ao exercício de 1942 e eleição de cargos vagos.

13 de junho — Sessão de estudos comemorativa ao 1.º centenário do nascimento do Dr. Júlio César Ribeiro de Sousa, um dos pioneiros da aviação e autor dos balões "Vitória" e "Santa Maria de Belém".

29 de junho — Sessão de estudos comemorativa do 1.º centenário do nascimento do conselheiro Dr. Pedro Vicente de Azevedo, que foi presidente da antiga província do Pará, no ano de 1874.

15 de outubro — Sessão extraordinária de Assembléa Geral, para tomar conhecimento da renúncia apresentada pelo Sr. presidente Dr. Raimundo Avertano Barreto da Rocha e eleição de cargos vagos.

10 de novembro — Sessão extraordinária de Assembléa Geral para o recebimento do prédio à praça D. Pedro II n.º 35, antigo solar do barão de Guajará, doado pelo governo do Estado e Prefeitura de Belém ao Instituto.

15 de novembro — Sessão extraordinária de Assembléa Geral comemorativa da data da proclamação da República.

1.º de dezembro — Sessão de estudos comemorativa da data da assinatura, em Berna, do laudo suíço a favor do Brasil em 1900.

17 de dezembro — Sessão de estudos comemorativa da passagem do 1.º aniversário do nascimento do senador Antônio José de Lemos, antigo intendente municipal de Belém.

#### 1944

6 de março — Sessão de Assembléa Geral comemorativa do 27.º aniversário da fundação do Instituto, inauguração de uma placa de bronze comemorativa da entrega do prédio à praça D. Pedro II, n.º 35, antigo solar do barão de Guajará e assinatura da escritura pública de doação do dito prédio pela Prefeitura Municipal de Belém, como doadora e donatário o Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

19 de abril — Sessão de Assembléa Geral extraordinária de homenagem à passagem do aniversário do Presidente Getúlio Vargas e a inauguração de novo retrato de S. Excia., do coronel Magalhães Barata, do Dr. Artur Otávio Nobre Viana e Francisco Xavier da Veiga Cabral (o Cabralzinho).

19 de maio — Sessão extraordinária de Assembléa Geral para discussão e votação do parecer da Comissão de Estudos, dado nas contas do tesoureiro referentes ao exercício de 1943.

28 de julho — Sessão em homenagem às memórias do Dr. Lauro Sodré, presidente honorário do Instituto e do bravo capitão-engenheiro Dr. Augusto de Assis Vasconcelos e inauguração do seu retrato em uma das salas do Instituto.

A atual diretoria do Instituto é composta dos seguintes membros: presidente, desembargador Jorge Hurley; vice-presidente, major Josué Justiniano Freire; 1.º secretário, major Adolfo Pereira Dourado; 2.º secretário, Sr. Raúl Vespasiano Carneiro de Matos; orador, Sr. Bolívar Bordalo da Silva; tesoureiro, professor Adalberto C. Lassance Cunha; bibliotecário, Alvaro Antônio Pires. Conselho Diretor: Srs. Augusto Eduardo Pinto, Samuel da Gama Costa Mac Dowell, Adalberto Acataçu Nunes, Joaquim Lobato Caldas, Eduardo de Azevedo Ribeiro, Raúl da Costa Braga, Raimundo Avertano Barreto da Rocha, Paulo Eleutério Álvares da Silva, Armando Bordalo da Silva, Antônio José Pereira Leal, Apolinário Pinheiro Moreira.

★

### PARANÁ

#### Diretório Regional de Geografia

CONFERENCIA DO PROF. JORGE ZARUR SOBRE A GEOGRAFIA MODERNA E A GEOGRAFIA NO BRASIL — De regresso de Porto Alegre, onde fôra representar o Conselho Nacional de Geografia no IV Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, o Prof. Jorge Zarur, assistente do diretor do Serviço de Geografia e Cartografia, repartição central do C. N. G., pronunciou no dia 24 de março último, no Orfeon da Escola de Professores, uma conferência sobre o tema: *A Geografia moderna e a Geografia no Brasil*.

★

### PERNAMBUCO

#### Instituto Arquelógico

SESSÃO COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE 1817 — Realizou-se no dia 6 de março último no Instituto Arquelógico, uma sessão comemorativa do aniversário da Revolução Republicana de 1817, sob a presidência do Sr. Célio Meira. Aberta a sessão o presidente pronunciou algumas palavras alusivas à data e deu, a seguir, a palavra ao orador oficial Sr. Mário Melo, que tratou dos movimentos de autonomia de Pernambuco desde a deposição de Jerônimo de Mendonça Furtado, da fundação do Arcofago de També e das Academias, focos de propaganda, e do idealismo dos que se sacrificaram, em 1817, por uma pátria livre, nos princípios da democracia liberal. Acentuou, sobretudo, a honestidade dos republicanos que, vencidos, antes da debandada, restituíram ao Erário, intactas, as arcas com o dinheiro que continham.

★

### RIO DE JANEIRO

INSTALADA A SOCIEDADE FLUMINENSE DE FOTOGRAFIA — Instalou-se recentemente em Niterói, a Sociedade Fluminense de Fotografia, criada com vários objetivos, um dos quais o de incrementar a propaganda do

Estado do Rio, através da fotografia, já organizando salões, já facilitando à imprensa do país os elementos para essa tarefa.

Sua primeira diretoria, eleita por aclamação, para o 1.º período, está assim constituída:

Presidente: Sr. Paulino José Soares de Sousa Neto; 1.º vice-presidente: Sr. César Salamonde; 2.º vice-presidente: Sr. Jaime Moreira Lima; 1.º secretário: Sr. Alberto Guanabarro Mala Forte; 2.º secretário: Sr. Juberto Pires Bandeira de Melo; 1.º tesoureiro: Sr. Nelson Augusto Pereira; 2.º tesoureiro: Sr. Francisco de Sales Ferreira; diretor técnico: Sr. Alberto Carvalho; diretor social: Sr. Luís Antunes Pimentel.

★

### RIO GRANDE DO NORTE

#### Departamento Estadual de Estatística

DOCUMENTAÇÃO ESTATÍSTICA SOBRE O ESTADO — As atividades do Departamento Estadual de Estatística, continuam em pleno movimento realizando as suas campanhas de acódo com o plano nacional do I.B.G.E.

Últimamente, com a criação da Carteira de Documentação e Informações intensificou-se a organização de cadastros com a elaboração de séries estatísticas retrospectivas, reunindo assim uma documentação estatística sobre o Rio Grande do Norte, já estando estabelecido um largo esquema de inquéritos e pesquisas.

Os inquéritos econômicos para a defesa nacional têm concorrido para proporcionar ao governo e forças armadas dados imprescindíveis para a mobilização e coordenação econômica do país.

AUXÍLIO CONCEDIDO PELA JUNTA EXECUTIVA REGIONAL DO C.N.E. — A Junta Executiva Regional, do Conselho Nacional de Estatística, no Rio Grande do Norte, em recente Resolução, concedeu ao Departamento Estadual de Estatística, pela Junta Executiva Central do C.N.E., a importância de Cr\$ 37 572,00, a título de auxílio, para o corrente ano de 1945.

★

### RIO GRANDE DO SUL

#### Instituto Histórico e Geográfico

"A GEOGRAFIA MODERNA E A GEOGRAFIA NO BRASIL" — Realizou-se no dia 9 de março último, na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a conferência do Prof. Jorge Zarur, assistente do diretor do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho Nacional de Geografia e um dos delegados do mesmo Conselho ao IV Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, sobre o tema *A Geografia moderna e a Geografia no Brasil*.

Perante numeroso auditório, em que se destacavam: professora Olga Acauê Gayer, diretora do Departamento de Educação Primária e Normal; professora Célia Ribeiro, representando o Centro de Orientação e Pesquisas Educacionais; diretores e professores de estabelecimentos de ensino secundário e primário; sócios do Instituto Histórico e Geográfico; estudantes e outras pessoas, o Prof. Jorge Zarur por espaço de 60 minutos, desenvolveu o seu tema, que dividiu em duas partes: na primeira, definiu o conceito atual da Geografia, à luz das modernas correntes científicas,

concluindo pela excelência e predominância da chamada "Geografia regionalista"; e na segunda, expôs a organização do Conselho Nacional de Geografia e o que tem esse organismo realizado, e pretende realizar, no sentido de estimular e desenvolver os estudos e trabalhos da Geografia no Brasil.

O conferencista, que pertenceu ao corpo docente do Colégio Pedro II e que acaba de fazer um curso de especialização nos Estados Unidos, já representou o Brasil em dois congressos internacionais de Geografia.

★

## SANTA CATARINA

### Instituto Histórico e Geográfico

**COMUNICADO GEOGRÁFICO — EXPOSIÇÃO ICONOGRÁFICA** — Realizou-se no dia 8 de março último no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina mais uma de suas sessões semanais para ouvir um comunicado de caráter geográfico do Sr. Beneval de Oliveira, colaborador do Conselho Nacional de Geografia.

A sessão foi presidida pelo Sr. Henrique da Silva Fontes que convidou para tomarem assento à mesa os Srs. professores Carlos da Costa Pereira, secretário de Estado interino dos Negócios da Justiça, Educação e Saúde; professor Hélio Viana, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil; Elpidio Barbosa, diretor do Departamento de Educação, e bacharel Luis Sanchez Bezerra da Trindade, decano dos inspetores escolares, e major José Lupércio Lopes, 1.º vice-presidente.

Estiveram presentes também os inspetores de ensino e diretores de grupos escolares que, por motivo da reunião pedagógica convocada pelo Departamento de Educação, se achavam naquela capital.

O Sr. presidente, depois de pronunciar algumas palavras deu a palavra ao Sr. Beneval de Oliveira que leu o seu comunicado que se relacionou com o que, mormente na parte geológica, viu e examinou no distrito de Coprupá município de Jaraguá do Sul.

Encerrada a sessão, passaram os presentes à sede do Instituto Histórico, onde tiveram ocasião de observar o que ali se está fazendo, sob a direção do Sr. engenheiro José Nicolau Born, para uma próxima exposição iconográfica, que, patenteando o que o Instituto já possui concorrerá, por certo, para que sejam preenchidas as lacunas notadas e, em todo o caso, mostrará que todos têm onde recolher retratos e gravuras a que desejem dar condigna conservação.

**"O CONDE D'EU E A COLONIZAÇÃO DO SUL DE SANTA CATARINA"** — Realizou-se no dia 9 de março último no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a conferência do Prof. Hélio Viana, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, sob o tema *O conde D'Eu e a colonização do sul de Santa Catarina*. Encerrada a conferência o Prof. Hélio Viana, ofereceu ao Instituto preciosos documentos.

Esse documentos, que lhe foram oferecidos pelo Sr. professor Hamilton Nogueira, que é casado na família do último mordomo de Suas Altezas Imperiais, general Guilherme Lassurance, são os seguintes: 1) Tombamento topográfico das terras patrimoniais de S. A. Imperial e seu augusto espóso — 1.ª área de 522 000 000 de metros quadrados — medida no

município de Tubarão, Província de Santa Catarina, pela comissão a cargo do engenheiro João Carlos Greenhalgh, datado de Laguna, 20 de dezembro de 1874; 2) Relatório sobre o patrimônio dotal de SS. AA. II no município de Tubarão, na província de Santa Catarina, apresentado a Lecocq, Oliveira & Cia. no Rio de Janeiro, por C. M. S. Leslie, datado da mesma cidade em 1.º de agosto de 1881; 3) Carta de Luis Martins Colaço ao major Benedito de Almeida Tórres sobre as terras de SS. AA. II, no município de Tubarão, datada de Tubarão, 20 de dezembro de 1881; 4) Carta do major Benedito de Almeida Tórres a Joaquim Caetano Pinto Júnior sobre a colônia Grão Pará, datada da mordomia do Palácio Isabel, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1882; e 5) movimento de colonos na colônia Grão Pará até 30 de junho de 1886. Ofereceu ainda o Sr. professor Hélio Viana uma carta de Emílio Carlos Jourdan sobre a estrada de ferro de São Francisco do Sul ao Rio Negro, datada de Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1886.

★

## SÃO PAULO

### Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

**"A FAIXA ESTANÍFERA DO RIO GRANDE DO SUL"** — A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Paulo, publicou, recentemente, através do seu Departamento de Mineralogia e Petrografia, no *Boletim XLIV — Mineralogia* n.º 6, um trabalho do Prof. Rui Ribello Franco, professor da cadeira de Mineralogia e Petrografia, daquela Faculdade, intitulado *A faixa estanífera do Rio Grande do Sul*. Este trabalho, como afirmou o autor na sua introdução, apresenta os resultados de investigações geológicas, petrográficas e mineralógicas da já conhecida área mineralizada, a "faixa estanífera do Rio Grande do Sul".

★

### Instituto Histórico e Geográfico

**3.ª SESSÃO ORDINÁRIA — ADMISSÃO DE NOVOS SÓCIOS — "O REAJUSTAMENTO ÉTNICO-SOCIAL DO NEGRO E DO MESTIÇO NO APÓS GUERRA"** — O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo realizou no dia 5 de março último, em sua sede a terceira sessão ordinária do corrente ano, sob a presidência do Sr. Nicolau Duarte Silva.

Iniciando os trabalhos, comunica o Sr. presidente que se acham na ante-sala três sócios recentemente eleitos, cônego Paulo Florêncio da Silveira Camargo, frei Adalberto Ortmann e o Sr. Zuínglio Marcondes Homem de Melo, motivo por que nomeia uma comissão para introduzi-los no recinto. Designado para saudar os sócios recipiendários, o Sr. Tito Lívio Ferreira, se congratula com o Instituto por essas aquisições, fazendo votos para que os novos sócios não arrefeçam em sua faina de pesquisadores no domínio da história pátria. Agradecendo em nome de todos, o Sr. cônego Silveira Camargo afirma o propósito de cooperação indefessa em prol das finalidades do Instituto e o da total submissão para tudo o que o Instituto exigir de suas capacidades.

Pelo segundo secretário, foi lida a ata da sessão de 5 de fevereiro passado, a qual foi aprovada com duas restrições do Sr. Carlos da Silveira, no tocante ao termo "proposta" em referência à sugestão por ele apresentada naquela sessão, e à expressão "retificar", em relação com as palavras do Sr. Afonso de Tau-

nay, no que respeita ao número de sócios que perfazem o quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Passando a referir-se ao relatório das atividades do Instituto durante o ano próximo passado, apresentado na sessão anterior e que ficara à disposição dos Srs. sócios, o Sr. presidente comunica que pedira a supressão de um adjetivo, que lhe parecera inadequado nas conexões em que se achava, ignorando se algum outro sócio apresentara qualquer sugestão.

Pelo Sr. Carlos da Silveira, foi entregue à mesa uma proposta de sua autoria e subscrita por mais doze sócios, no sentido de ser modificado o texto do artigo 1.º dos Estatutos da Casa, na parte referente ao número de sócios. Dada a importância da matéria, o Sr. presidente opina que fique para a próxima sessão a discussão da proposta.

A fim de que os presentes pudessem ouvir logo o orador inscrito, o Sr. presidente inverte a ordem dos trabalhos, dando a palavra ao Sr. Coriolano Roberto Alves, que ocupa a tribuna para dissertar sobre o tema: *O reajustamento étnico-social do negro e do mestiço no após-guerra*. Depois de considerações gerais sobre o conflito universal em que se empenham os homens no presente, mostra o conferencista a necessidade de serem os problemas raciais estudados sem preconceitos políticos, para a estruturação harmônica da humanidade de amanhã, que não pode dispensar a cooperação de todos os seus membros, essencialmente iguais, a despeito de diferenças secundárias e designações disparatadas: latinos, semitas, teutônicos, eslavos, africanos e japoneses. No estudo desses problemas, é indispensável a cooperação entre antropólogos e psiquiatras, porque, embora seja um só o objetivo de ambos — o homem, são usados métodos diferentes para a sua consecução. A antropologia de amanhã não procederá com parcialidade, tomando o homem branco adulto e civilizado da Europa para padrão e ponto de referência de suas conclusões, mas estudará todos os grupos étnicos em suas características somato-psíquicas, em seu folclore, nas condições ambientais, para depois estabelecer o confronto das culturas que se estendem com suas características materiais e espirituais, porque somente por esse modo poderá ela estudar e compreender a humanidade. Passando a apreciar a contribuição do negro para o patrimônio cultural dos homens, lembra o conferencista sua cooperação valiosa na guer-

ra atual, como elemento integrante dos exércitos das Nações Unidas. A seguir, enumera as características da cultura africana, que, se por força de condições geográficas ficou segregada na bacia do Mediterrâneo, contribuiu, ainda assim, com elementos de valor para o progresso da humanidade. A não ser que a arqueologia venha a desfazer no futuro as suas próprias afirmações, nada poderá arrancar ao negro a glória de haver sido o inventor da fundição do ferro. Na arte, outrossim, os negros têm sido imitados pelos brancos, nos domínios da arquitetura, da coreografia, da decoração, da música e da escultura. Depois de estudar as tendências dos povos negros para a agricultura e a pecuária, passa o conferencista a apreciar o valor do elemento negro na formação da gente brasileira, para culminar com a enumeração de vultos representativos em nossa vida espiritual, mestiços ou de sangue puro africano, numa apresentação irresponsável: Cruz e Sousa, o maior poeta do Brasil, na opinião de Silvio Romero; Juliano Moreira, o notável psiquiatra; Lima Barreto, Gonçalves Dias, Machado de Assis, Tobias Barreto, André Rebouças e tantos outros. Conclui o conferencista o seu trabalho com a citação das palavras do presidente Camacho na atual conferência do México: "O homem é homem onde quer que nasça, viva, trabalhe e morra", para afirmar que os desastres da guerra e as grandes crises sociais só desaparecerão quando os elementos étnicos tiverem a mesma equivalência moral e lhes reconhecermos a mesma composição orgânica. Cesada a salva de palmas que se seguiu às últimas palavras do Sr. Coriolano Roberto Alves, o Sr. presidente felicita o conferencista pela peça de elevado valor que acaba de ser lida, pedindo que fossem os originais entregues à mesa, a fim de serem oportunamente publicados na *Revista* do Instituto.

Após um intervalo de cinco minutos, foram reiniciados os trabalhos, tendo sido votadas e aprovadas várias propostas para sócios correspondentes e sócio efetivo.

Com a palavra, o Sr. Dácio Pires Correia desculpa-se por ainda não haver, como tesoureiro, apresentado o balancete do Instituto no ano findo, o que pretendia fazer na próxima sessão. O Sr. presidente ressalta a dedicação do Sr. tesoureiro, cujo devotamento à Casa se tem concretizado em muitos anos de trabalho desinteressado e profícuo.

Ninguém mais havendo feito uso da palavra, foi encerrada a sessão. ,

★

## Municípios

### ARACAJU — (Sergipe)

**ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE** — Comemorou-se com grandes festividades, no dia 17 de março último, mais um aniversário da fundação da cidade de Aracaju. Os estabelecimentos de ensino e instituições culturais da cidade, associaram-se às comemorações levando a efeito diversas solenidades.

★

### BARRA DO PIRAI — (Rio de Janeiro)

**55.º ANIVERSÁRIO DE SUA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA** — Comemorou-se, no dia 10 de março último, com grandes festividades, o 55.º

aniversário da emancipação política de Barra do Piraí, elevada à categoria de município, pelo Decreto n.º 59, de 10 de março de 1890, do Sr. Francisco Portela, então governador do Estado.

★

### MANAUS — (Amazonas)

**Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazonas**

**ESCAVAÇÕES NA CIDADE DE BARCELOS** — Seguiu recentemente para a zona do rio Negro o Sr. Nunes Perelra, presidente do Instituto de Etnografia e Sociologia do Amazo-

nas, que fará escavações na cidade de Barcelos, na antiga igreja daquela comarca, com o objetivo de exumar as cinzas do estadista Lóbo de Almeida.

★

### SALVADOR — (Bahia)

"PERSPECTIVAS DO GUAPORÉ" — O Sr. Oldegar Vieira, secretário de Educação do Território de Guaporé, pronunciou no dia 3 de março último, na Faculdade de Filosofia da Bahia, uma conferência sobre o tema *Perspectivas do Guaporé*.

A conferência do Sr. Oldegar Vieira abordou as seguintes questões: I — Ligeiras informações sobre a origem dos Territórios em geral e do Guaporé em particular; II — Razões da criação dos Territórios; III — Razões da criação do Território do Guaporé com os limites que lhe foram dados. — 1 — Razões geográficas; 2 — Razões políticas (aspecto nacional e aspecto internacional; 3 — Razões militares; 4 — Razões econômicas; IV — Possibilidades do Guaporé; 1 — Ponto de vista nacional: a) Político-administrativo; b) Militar; c) Econômico; d) As comunicações. 2 — Ponto de vista nacional: a) Possibilidades políticas; b) Intercâmbio cultural; c) Possibilidades econômicas; V — A precedência dos problemas da educação.

★

## Exterior

### ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

#### Washington

EXPOSIÇÕES ESCOLARES APRESENTANDO A VIDA E A CULTURA DAS AMÉRICAS — As crianças das escolas dos Estados Unidos estão hoje aprendendo a respeito de seus vizinhos das outras Américas, de seus modos de vida e acerca das grandes culturas que representam, por meio de uma série de exposições escolares intituladas "As Nossas Repúblicas Vizinhas".

As exposições foram preparadas para distribuição, a pedido, entre as escolas primárias e secundárias, pela "Library Service Division" do Bureau de Educação dos Estados Unidos, em cooperação com o Escritório de Negócios Inter-americanos.

Iniciadas há quatro anos atrás por Nora Buest, especialista em bibliotecas do Bureau de Educação norte-americano e antiga professora da seleção de livros da Universidade de Carolina do Norte, com poucos exemplares de livros escolhidos destinados a auxiliar os professores de português e espanhol, as exposições cresceram prodigiosamente.

Há atualmente, 190 dessas exposições passando de escola para escola, por toda a nação.

A parte de maior relevo de cada exposição é um grupo de livros selecionados. Esses volumes que incluem ficção e livros de gravura, discutem as várias fases da vida e da cultura das Américas, isto é, biografia, história, geografia e ciências econômicas, poesia, ciência, arte, arqueologia, animais e estudos sociais. Incluem-se também a literatura juvenil de principais escritores em português e espanhol, e magazines populares para a juventude das outras Repúblicas.

Grupos de painéis fotográficos (30 para uma pasta), ilustram aspectos da vida, das terras e dos produtos da América do Sul e da América Central, juntamente com mapas, cartas e boletins, suplementos e livros. Uma ampla bibliografia para leitura complementar, um manual de professor e vários materiais de ensino são também fornecidos. Os empréstimos são feitos para um período de duas semanas e as despesas de transporte são pagas pelo Bureau de Educação.

Os objetos rivalizam com os livros em popularidade. Bonecas feitas à maneira de vestir de quem as fez, como nenhum outro livro poderia descrever, com a beleza da arte de seus costumes rurais. Minúsculas casas nativas metilculosamente construídas à mão; carros de bois

pintados alegremente, com os bois unidos e uma coberta servindo como dossel; figuras típicas de índios, de várias tribos, entre as populações rurais das Repúblicas meridionais — tudo isso dá vida à paisagem.

As apresentações de suas matas vêm acompanhadas das fotografias das árvores que crescem na América do Sul e Central. Rendas feitas da fibra da banana, procedentes do Brasil, coíher da casca do côco, cabaças coloridas com gravuras, além de outros objetos, ilustram a engenhosidade com que os povos sul-americanos utilizam seus produtos naturais.

Maracás e outros instrumentos musicais feitos e usados nas Repúblicas meridionais, auxiliam os estudantes norte-americanos a se identificarem com a música daqueles países, ao mesmo tempo que se apresentam danças típicas.

Um rapazinho e uma jovem brasileiros, fantasiados de Carnaval, carloca, são os atores-bonecos do Teatro da Criança, empregados para os estudantes de português. Feitos pelos fabricantes de bonecos da América, trabalham num fundo de cortina que mostra o famoso porto do Rio de Janeiro. Os próprios estudantes fazem os bonecos trabalhar. Jogos e histórias adaptados ao teatro de bonecos, dramatizam as vidas dos heróis das Repúblicas meridionais, bem como suas lendas, canções e danças.

A vida de D. Pedro II do Brasil, de Simon Bolívar, de José de San Martín e de outros famosos líderes das Américas do Sul e Central, proporcionam um material de vivo interesse. As histórias desses heróis são também ensinadas através da apresentação de quadros que levam à leitura de suas biografias.

Bonitas reproduções a cores das pinturas e esculturas de notáveis artistas, tais como Cândido Portinari, do Brasil; Diego Rivera, Orozco e Charlot, do México; Alfredo Guido, da Argentina; Marina Nunez del Prado, da Bolívia; Samuel Roman Rojas, do Chile; e Juan Manuel Blanes, do Uruguai, são fornecidos e pendurados nas paredes das salas de aula.

"É importante" — diz a professora Buest — "para nós que vivemos no Hemisfério Ocidental fortalecer nossos laços de amizade com nossos vizinhos, a fim de que possamos juntos trabalhar pela construção de uma base firme para a solidariedade democrática do Novo Mundo.

"O conhecimento de uns pelos outros é um importante fator a ser apreciado. Sinto-me feliz de que essas exposições para crianças norte-americanas estejam prestando uma sadia contribuição para esse fim".

★

# Bibliografia

Apontamentos bio-bibliográficos de geógrafos brasileiros

## Francisco Rádler de Aquino

Na galeria dos cientistas brasileiros de maior evidência na atualidade, distingue-se, pelo mérito a que tem feito jus, o nome do capitão de mar e guerra Francisco Rádler de Aquino.

Filho de José Herculano Tomás de Aquino e de D. Maria Francisca Rádler de Aquino, nasceu o comandante Francisco Rádler de Aquino em Nova York (Estados Unidos da América do Norte), aos 23 dias do mês de janeiro de 1878. Vindo para o Brasil em 1897, ingressou na Escola Naval no Rio de Janeiro, por onde se fez oficial da nossa Armada. O diploma de Engenheiro Geógrafo pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro obtivera mais tarde.

O seu futuro, entretanto, estava no mar, ainda mais que a sua verdadeira vocação era para a carreira naval que seguindo por um designio espontâneo de vontade, tornar-se-ia nela um servidor obstinado da ciência num dos ramos onde, com efeito, tem conseguido nomeada: a navegação aérea e marítima. Assim, não lhe seria difícil graduar-se na Armada, após outros estudos brilhantes que lhe deram franquia absoluta ao êxito que não madrugara muito a se fazer proclamado.

Vida briosa e profícua, na faina marítima afizera-se aos labôres edificantes, forjando ali mesmo o caráter e colhendo as experiências com que tem sabido aplicar os conceitos das teorias de uma modalidade de cultura indispensável ao exercício das funções que milita.

Versado em náutica, o comandante Rádler de Aquino é, entre os estudiosos dos problemas da navegação, um dos mais apaixonados. Famoso pelos seus excelentes trabalhos e considerações em tôrno do método de Marcq Saint-Hilaire e dos instrumentos náuticos de Lord Kelvin, tem-se notabilizado principalmente pelas suas célebres Tábuas

de cálculos para achar alturas e azimutes, sendo temas predominantes, pela importância e objetividade, na sua bibliografia: *O método do Marcq Saint-Hilaire para um observador determinar a sua posição no mar, com tábuas para a sua aplicação*; *Causas da instabilidade do caráter magnético de um navio. Prisma azimutal de Lord Kelvin. Regulação das agulhas por meio de azimutes. Determinação do caráter magnético de um navio. Compensação horizontal das agulhas com azimutes. Balança magnética de Lord Kelvin. Compensação vertical do desvio de banda. Máquina de manejo prático; Navegação simplificada pelas nossas Tábuas Gráficas do Littlehales: Abaco popular fraccional*; e entre outros, os textos em inglês: *Altitude and Azimuth Tables for Facilitating the determination of Lines of Position and Geographical Position at Sea; The Determination of a fix from Two Lines of Position*, pelo método do Dr. Fulst; e *The "Newest" Navigation and Aviation Altitude and Azimuth Tables. Third edition enlarged and further improved. London. 1924. The simplest and readiest in solution. Brazilian Centenary Edition*: — os dois primeiros publicados no "United States Naval Institute Proceedings", nas edições de dezembro de 1908 e setembro de 1913, respectivamente, e só posteriormente editados em separata; e o último, que mereceu especial atenção do Almirantado inglês, impresso por ordem oficial do governo norte-americano n.º 200 do "United States Hydrographic Office", para uso a bordo dos navios da Esquadra dos Estados Unidos da América do Norte.

Além da quantidade apreciável de trabalhos originais de caráter oficial e particular do seu punho, o ilustre técnico tem traduzido para o idioma pátrio inúmeros textos de originais ingleses, entre os quais se acham incluídos os discursos dos contra-almirantes da Marinha dos Estados Unidos,

H. F. Brian, W. B. Fletcher, do almirante C. T. Vogelgesang, uma tese sobre tática naval, do capitão de fragata D. W. Blamer, notável conferência do Dr. Hardin F. Taylor, intitulada *What's in the Ocean* e vários outros trabalhos sobre exercícios táticos, problemas de caça, etc.

Em colaboração com os capitães de corveta Durval Julião e Jerônimo Francisco Gonçalves, elaborou o *Ante-projeto de regulamento para o corpo de práticos dos rios da Prata, baixo Paraná e Paraguai*; e traduziu do inglês, de parceria com o capitão de mar e guerra Néelson Peixoto Jurema o substancial *Código Internacional de Sinais de 1931*, tradução trabalhosa, pois que para garantia da internacionalização da edição brasileira de 1934, teve de ser feita comparada *pari passu* com as edições francesa, espanhola e italiana.

Como tantas outras, a questão dos portos constitui também, objeto de sua preocupação. De muito o assunto passou a merecer a sua especial atenção. E não pouco tem ele contribuído para a solução de tal problema. Do que tem feito neste sentido bem o atestam os projetos e sugestões "para o aumento e eficiência das Capitânicas dos portos da República", que tem apresentado, insistindo sempre em que a estas seja dada "vida própria e independência dos recursos do Tesouro Federal".

Consumado defensor dos interesses da sua classe, o capitão de mar e guerra Rádler de Aquino é ainda um pugnador incansável pela melhoria do homem do mar. Oriundos desse objetivo, outros tantos projetos e sugestões de sua autoria se acham nos arquivos da Marinha.

A par da afinidade existente entre os sistemas de navegação marítimo e aéreo, também a Aviação não ficou fora das suas esclarecidas cogitações. É assim um precursor dos estudos que dizem respeito à necessidade de ambas se completarem em ação conjunta na paz e na guerra. E, com efeito, desde os primórdios da aerovia, a sua preocupação tem sido procurar uma definição exata dessa correlação que tende a se estreitar à medida da progressão dos dois sistemas.

Colaborador assíduo da *Revista Marítima Brasileira*, desde 1899, é através das suas páginas que tem dado melhor e maior contribuição às letras científicas e navais do Continente.

Reconhecendo o valor inestimável da sua obra, o Ministério da Marinha tem tomado a si mandar editar os seus trabalhos, muitos dos quais, aliás, já divulgados em revistas especializadas daqui e do exterior. Também na Inglaterra, de tal coisa incumbiu-se o agente do Almirantado britânico J. D. Potter que fez imprimir entre outros o "*New Log and Versine Altitude Tables*."

Considerando a importância econômica que representa para a nação a indústria da pesca o capitão de mar e guerra Rádler de Aquino tornou-se um devotado ao assunto, em torno do qual escreveu, além do relatório apresentado ao Ministro da Marinha sobre o 4.º Congresso Internacional de Pesca, dois trabalhos excelentes, que são: *Vinte duas (22) sugestões para a organização da indústria da pesca e o comércio do pescado no Estado de Pernambuco e circunvizinhanças (aplicáveis nas suas linhas gerais aos demais Estados do Brasil)* e *O que poderia ser a pesca no Brasil... se os governos, o clero e o povo quisessem*.

Nome conceituado nos meios culturais e científicos do país e do estrangeiro, é, além de consultor técnico do Conselho Nacional de Geografia, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, membro da Academia Brasileira de Ciências; sócio correspondente do Instituto Naval de Anápolis; sócio do Instituto Oceanográfico Brasileiro; sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa; sócio do Instituto Duque de Caxias; sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; sócio da Sociedade Argentina de Estudos Geográficos; sócio do Instituto Argentino Del Agua; membro do Instituto Brasil-Estados Unidos, do qual foi operoso presidente; membro da Academia de Marinha da França; sócio do Instituto Histórico de Petrópolis; sócio do Clube Naval; da Associação Brasileira de Imprensa, e presidente do Comité Brasileiro do Calendário Mundial. É condecorado com as seguintes insígnias: medalha de ouro de trinta anos de bons serviços na Armada Brasileira, medalha de ouro da *Revista Marítima Brasileira* (1910) e medalha de prata da Academie de Marine de France.

Das missões de destaque que lhe têm sido confiadas é de notar-se a de adido naval à Embaixada do Brasil em Washington, onde serviu, quase ininterruptamente, de 1906 a 1927; repre-

sentante do Brasil no V Congresso Internacional de Pesca, em 1908 e no VII Congresso Científico, em 1940, ambos realizados ali.

Tódas essas distinções e insígnias são justas e devidas recompensas às suas estimáveis qualidades de grande servidor da pátria e da ciência, da ciência principalmente no terreno onde ela é indispensável e alcança um dos seus verdadeiros objetivos.

R. S.

★

**Relação de trabalhos originais e traduzidos do capitão de mar e guerra F. Rádler de Aquino.**

1 — *O Método de Marcq Saint-Hilaire para um observador determinar a sua posição no mar, com tábuas para a sua aplicação* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Edição de novembro de 1899, janeiro de 1900 e outubro de 1900) — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1902.

2 — *Tipos de cálculo para o método de Marcq Saint-Hilaire pela modificação do Dr. Otto Fulst de Hamburgo* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Edição de dezembro de 1901). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1902.

3 — *Estudo teórico e prático dos instrumentos náuticos de Lord Kelvin. Descrição e teoria da agulha de Lord Kelvin. Magnetismo dos navios. Teoria geral dos desvios das agulhas e da sua compensação* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Edições de agosto-setembro de 1900; janeiro de 1901 e abril-maio de 1901; impressa por determinação do Ministro da Marinha). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1902.

4 — *Causas da instabilidade do caráter magnético de um navio. Prisma azimutal de Lord Kelvin. Regulação das agulhas por meio de azimutes. Determinação do caráter magnético de um navio. Compensação horizontal das agulhas com azimutes. Balança magnética de Lord Kelvin. Compensação vertical do desvio de banda. Máquina de manejo prático.* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Edições de maio e junho de 1903 e março de 1902). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1903.

5 — *Tábuas para achar alturas e azimutes* — (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Edição de outubro de 1902).

6 — *A signaria naval* (Separata da "Revista Marítima Brasileira". — Edição de janeiro de 1903).

7 — *Compensação e regulação das agulhas sem azimutes. Defletor de Lord Kelvin. Teoria e manejo prático. Método de Kaptain Clausen* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Edição de junho de 1903 —, vertido para o inglês pelo commander L. H. Chandler, U. S. Navy e publicado também na "United States Naval Institute Proceedings" em dezembro de 1909) — Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1903.

8 — *Estudo elementar de Trigonometria Esférica e algumas das suas aplicações à Astronomia Esférica, Navegação e Geografia.* H. Garnier Paris e Rio de Janeiro, 1903.

9 — *A navegação sem logaritmos* (Editada por determinação do Ministro da Marinha, almirante Júlio César de Noronha) — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1903.

10 — *Relatório Anual da Associação Protetora dos Homens do Mar, 1903-1904* — Rio de Janeiro, 1904.

11 — *Jiu-Jitsu, Educação Física Japonesa*, pelo Mr. H. Irving Hancock. Tradução conjunta do inglês com o saudoso capitão de corveta. A. dos Santos Pôrto. Rio de Janeiro, 1905.

12 — *Limites de coincidência da reta Marcq Saint-Hilaire com a curva de posição correspondente* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Ed. de julho de 1906).

13 — *Navegação simplificada pelas novas tábuas gráficas do Littlehales: Abaco polar fraccional.* Separata da "Revista Marítima Brasileira", julho, 1907, pág. 1521.

14 — *Resolução nomográfica do triângulo de posição*, manuscrito original pelo Dott. G. Pesci, da Academia Naval de Livorno. Traduzido do italiano para o português e extraído da "Revista Marítima Brasileira", novembro e dezembro, 1907 e fevereiro, 1908, para a qual foi escrito expressamente.

15 — *Nomograms for Deducing Altitude and Azimuth and for Star Identification and Finding Course and Distance in Great Circle Sailing*. Separata das United States Naval Institute Proceedings, junho, 1908, pág. 633.

16 — *Nomogramas para achar alturas e azimutes, etc.* (Separata da "Revista Marítima Brasileira" — Ed. de julho de 1908).

17 — *Altitude and Azimuth Tables for Facilitating the determination of Lines of Position and Geographical Position at Sea — The Simplest and Readiest in Solution*. (Separata da United States Naval Institute Proceedings, dezembro, 1908, pág. 1299).

18 — *Estudo teórico e prático dos instrumentos náuticos de Lord Kelvin. Magnetismo dos navios. Compensação e regulação das agulhas com ou sem azimutes. Sondagens no mar.* (Ed. patrocinada pelo Ministro Alexandrino de Alencar). Imprensa Nacional, Rio, 1910.

19 — *Tábuas para achar alturas e azimutes facilitando a determinação de retas de posição e o ponto observado no mar.* Imprensa Nacional, 1910. (Separata da "Revista Marítima Brasileira". Agosto de 1910, por ordem do Ministro da Marinha almirante Alexandrino Faria de Alencar). (Este trabalho é o texto em português da 1.<sup>a</sup> edição de 1910, das "The Newest" *Navigation and Aviation Altitude and Azimut Tables* mencionadas no n.º 27).

20 — *A Monogram for Compass Diviations, with and Elementary Exposition of the Two Parallel Scale Nomograms*. Pelo professor Giuseppe Pesci, da Marinha italiana. Traduzido do manuscrito original em italiano. Separata das United States Naval Institute Proceedings, dezembro, 1910, pág. 1 043.

21 — *A questão da hora legal no Brasil*. Discurso inaugural em 23 de agosto de 1911, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Brasil. Separata da Revista da Liga Marítima Brasileira, fevereiro, 1912.

22 — *Novas tábuas para facilitar o cálculo da altura de um astro. Tábuas de azimutes.* (Separata da "Revista Marítima Brasileira", de fevereiro de 1912, pág. 1335).

23 — *Cronômetros de tempo médio ou cronômetros de tempo sideral?* (Separata da "Revista Marítima Brasileira", abril, 1912, pág. 1687).

24 — *The Determination of a fix from Two Lines of Position. Dr. Fulst's Table. A new "Protractor Diagram" and T "Square". A New Solution of an Old Problem*. Separata das United States Naval Institute Proceedings, setembro, 1913, pág. 1031.

25 — *Wrinkles in Plane Chart Methods*. Separata das United States Naval Institute Proceedings, março-abril, 1914, pág. 413.

26 — *A determinação da intersecção de duas retas de posição pelo cálculo e pelo gráfico.* Separata da *Revista Marítima Brasileira*, de abril, 1915. Este trabalho representa a tradução em português dos ns. 24 e 25 acima, pelo capitão de corveta da Armada (então 2.º tenente) Augusto Pereira.

27 — *The "Newest" Navigation and Aviation Altitude and Azimuth Tables. Third edition enlarged and further improved.* London, 1924. *The simplest and readiest in solution. Brazilian Centenary Edition.* Publicado por J. D. Potter, agente do Almirantado inglês, 145 Minories, London, E. C. 3. Estas tábuas foram premiadas em 1913 pelo Governo dos Estados Unidos da América (Navy Department) e mandadas imprimir oficialmente na publicação n.º 200 do United States Hydrographic Office para uso a bordo dos navios da Esquadra dos Estados Unidos da América do Norte.

28 — *New Log and Versine Altitude Tables*. Separata do trabalho acima e publicado por J. D. Potter. As mais simples e as mais expeditas.

29 — *The Newest Navigation and Aviation Altitude and Azimuth Tables*. Separata da Nautical Magazine of Glasgow. — February, 1924, pág. 130.

30 — *Navegação e Aero-Navegação*. Separata da "Revista Marítima Brasileira", junho, 1924, pág. 1097, e do Boletim do Clube Naval, março, 1924, pág. 97.

31 — *A política naval dos Estados Unidos e os seus princípios diretores gerais*. Separata da "Revista Marítima

Brasileira", setembro, 1924, pág. 415. (Tradução do Memorando do General Board n.º 420 — de 29 de março de 1922).

32 — *Novíssimas tábuas para achar alturas e azimutes facilitando a determinação de retas de posição e o ponto observado no mar e no ar.* Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1924. Separata da "Revista Marítima Brasileira", dezembro, 1924, pág. 879.

33 — *Modern Methods in Sea and Air Navigation.* Separata das United States Naval Institute Proceedings, janeiro, 1927, págs. 17 a 34.

34 — *Aquino's Newest Sea and Air Navigation Tables for solving all problems by inspection.* The simplest and readiest in solution. The Safest and the most Exact by Commander Rädler de Aquino, Brazilian Navy, 1927. Publicado e vendido pelo U. S. Naval Institute, Annapólis, Maryland, United States of América. Vendido também por J. D. Potter, agente do Almirantado Inglês para a venda de cartas, etc. 145 Minorities, Londres E. C. e pelas principais livrarias do Rio de Janeiro.

35 — *Curvas e retas do azimute na navegação: astronômica e radiogoniométrica.* Separata da "Revista Marítima Brasileira", julho de 1927, pág. 79.

36 — *Radionavegação e radiovisão ou a navegação por meio de raios invisíveis.* Pelo tenente-coronel Chetwode Crawley, M. I. E. E. Tradução da revista inglesa "Television" de outubro de 1928, págs. 45 e 46. Separata da "Revista Marítima Brasileira", de dezembro de 1928, pág. 841.

37 — *Navegação Aérea e Marítima, Radionavegação e Radiovisão.* Separata da "Revista Marítima Brasileira". Rio de Janeiro, 1929. (Trabalhos 35 e 36 e outros).

Quinze trabalhos oficiais da Escola Naval de Guerra traduzidos do original em inglês pelo capitão de fragata Rädler de Aquino, em 1918, 1919, 1920 e 1921, para o Curso de Estratégia e Jogo de Guerra:

38 — *Discurso inaugural do capitão de mar e guerra C. T. Vogelgesang,* da Marinha dos Estados Unidos, por ocasião da abertura dos cursos em 1918.

39 — *Dois discursos inaugurais* do contra-almirante H. F. Bryan, da Marinha dos Estados Unidos, por ocasião da abertura dos cursos — em 1919 e 1920.

40 — *Discurso inaugural* do contra-almirante W. B. Fletcher, da Marinha dos Estados Unidos, por ocasião da abertura dos cursos em 1921.

41 — *O jogo de guerra naval sobre o tabuleiro de manobra e as regras,* da Escola Naval de Guerra dos Estados Unidos da América. — (Confidencial):

I. — Descrição do tabuleiro e seus acessórios; II. A marcação do tiro de canhão; III. A marcação do tiro de torpedo; IV. A conduta do jogo; V. Regras do jogo.

As duas edições em inglês: a de 1916 e a de 1920, foram publicadas em português em 1918 e 1921.

42 — *O jogo de guerra naval sobre a carta e as suas regras,* da Escola Naval de Guerra dos Estados Unidos da América. (Confidencial).

43 — *Conferência sobre princípios táticos.* Conclusões (Confidencial).

44 — *Instruções provisórias para a batalha.* (Confidencial).

45 — *Tática Naval:*

I. — O canhão e o navio em combate; II. distribuição de fogo, formatura e posições; III. Formaturas, evoluções e sinais.

46 — *Tese sobre tática naval,* com 29 figuras anexas pelo capitão de fragata D. W. Blamer, da Marinha dos Estados Unidos.

47 — *Tese sobre tática naval,* pelo capitão de fragata T. T. Graven, da Marinha dos Estados Unidos, 1919, (tradução conjunta com o contra-almirante Antônio Alves Ferreira da Silva).

48 — *Esclarecimento e cobertura:*

I — Métodos geométricos de caça; II. Caça pela frente, método "A"; III. Caça pelo flanco, método "B"; IV. Caça pelo flanco, método "C" (do Setor); V. Caça pelo flanco, método "D" (de Patrulha); VI. Caça pela retaguarda, método "E" (de seguir a pista).

49 — *Observações sobre logística*. Extraídas do livro: *The Fleet, 1914-1916. Its Creation, Development and Work*, do almirante Jellicoe of Scapa, pelo contra-almirante H. F. Bryan, da Marinha dos Estados Unidos, 1919.

50 — *Formulação de ordens, doutrina e disseminação de informações*, 1920.

51 — *Princípios táticos e a sua aplicação*, 1921 (Confidencial).

52 — *Exame da situação*, pelo almirante Austin Knight. Traduzido do inglês pelo capitão de corveta Gaston Lavigne. Edição de 1921, revista e aumentada pelo capitão de fragata Rädler de Aquino.

Além destes trabalhos clássicos que servem de base ao Curso de Estratégia, Tática e Jôgo de Guerra foram traduzidos do original inglês, durante os anos de 1918, 1919, 1920 e 1921, inúmeros exercícios táticos, problemas táticos e estratégicos, problemas de caça e críticas dos problemas táticos e estratégicos.

#### Trabalhos oficiais feitos depois de 1927.

53 — *A ação conjunta do Exército e da Armada dos Estados Unidos da América* (tradução do original oficial em inglês para o português, especialmente para o Estado Maior da Armada Brasileira).

54 — *Relatório sobre a remodelação parcial do encouraçado "São Paulo"*, 1930.

55 — *Três propostas para a remodelação da torre Malakoff, sede da Capitania dos Portos de Pernambuco*, 1932.

56 — *Criação e instalação da Casa dos Marítimos de Pernambuco*, 1932.

57 — *Sugestões para aumentar a eficiência e economia dos faróis e farolletes subordinados à Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco*, 1932.

58 — *Reorganização das capatazias e sub-capatazias da Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco*, 1932.

59 — *Terrenos de Marinha, os reservados nas margens dos rios, os seus acréscimos naturais e artificiais e os mangues*, — 1932.

60 — *Derrame de caldas nos rios de Pernambuco, prejudicando a fauna ictiológica e a saúde das populações*, 1932.

61 — *Projeto de ração naval para a Armada Brasileira — equilibrada e racional — e útil a todos os brasileiros*, 1932.

62 — *Sugestões para aumentar a eficiência das Capitantias dos Portos da República permitindo tenham vida própria, independente de recursos do Tesouro Federal*, 1932.

63 — *O diagrama — transferidor de Aquino com 8 novas aplicações*, 1932.

64 — *Estatística do pessoal da Armada Brasileira e do Ministério da Marinha com os seus respectivos vencimentos em 1933. Organizado pelo 2.º Tenente Arlindo dos Santos Silveira sob a direção do autor*, 1933.

65 — *O "Air Almanac" de 1933 e as minhas sugestões de 1911*. Separata da "Revista Marítima Brasileira" para setembro-outubro de 1933.

#### Trabalhos oficiais feitos por ordem ou em virtude das funções que exercia o autor:

66 — *Relatório anual da Divisão de Comunicações Navais do Estado Maior da Armada Brasileira*, 1928.

67 — *Anteprojeto de Regulamento para o Corpo de Práticos dos rios da Prata, baixo Paraná e Paraguai* (em colaboração com os capitães de corveta Durval Julião e Jerônimo Francisco Gonçalves), — 1929.

68 — *Sugestões para melhorar a situação militar, naval e econômica do Estado de Mato Grosso, especialmente nas nossas fronteiras com a Argentina, Bolívia e Paraguai*, 1929.

69 — *Tradução do inglês para o português do Código Internacional de Sinais de 1931* (tradução conjunta com o capitão de mar e guerra Nelson Peixoto Jurema). Imprensa Naval, Ministério da Marinha). Rio de Janeiro, 1933.

70 — *Relatório apresentado ao Sr. Ministro da Marinha, em 5 de outubro de 1908, sobre o 4.º Congresso Internacional de Pesca, realizado em Wash-*

ington, D. C. em que o autor representou o Brasil quando era adido naval à Embaixada em Washington, D. C. Estados Unidos da América, 1908.

#### Trabalhos particulares recentes.

71 — *Cinquenta decálogos para melhorar o Brasil e as suas Marinhas de Guerra e Mercante e terrenos de... marinha*, 1931.

72 — *Terra, Liberdade e Justiça. Saúde, Sol, Solo e Trabalho. Povoemos o Brasil com brasileiros. A divisão do Brasil pelos brasileiros. Todo brasileiro poderá ser proprietário pelo seu esforço e pela sua dedicação ao trabalho* "Revista Nacional", tomo I, fascículo n.º 2, de outubro de 1933 e "Correio Marítimo" de 18 de novembro de 1933 e "Correio da Manhã" de 26 de agosto de 1934, 1932.

73 — *What's in the Ocean*. (O que contém o Oceano). Tradução do inglês para o português, de uma notável conferência do Dr. Harden F. Taylor, presidente da Atlantic Coast Fisheries Company, de New York, com várias conclusões dietéticas, econômicas e sociais do tradutor, 1932.

74 — *A navegação hodierna com logaritmos de 1633* (Aérea, Marítima e Radiogoniométrica). Suplemento da "Revista Marítima Brasileira" de setembro-outubro de 1933. 2.ª edição em 1-1-1934. 3.ª edição em 1-1-1935.

75 — *A política naval dos Estados Unidos da América em 1933*. Traduzido do original em inglês, especialmente para a "Revista Marítima Brasileira" de novembro-dezembro de 1933.

76 — *Logaritmética* (Aritmética Logaritmica) de Quatro e de Cinco Decimais para as Escolas Brasileiras, para as Marinhas de Guerra e Mercante Brasileiras e para as Aeronáuticas Militar e Naval. Rio de Janeiro, 1943.

77 — *O que poderia ser a pesca no Brasil... se os governos, o clero e o povo quisessem*. Publicado no "Correio Marítimo" do Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1933. Em que o autor mostra que a nossa pesca poderia ser a maior das nossas indústrias. Se cada brasileiro tomasse o compromisso de comer  $\frac{1}{2}$  quilo de peixe por semana, dando os governos e instituições o exemplo quanto aos seus arranchados, 1933.

78 — *A guerra do futuro*. Tradução do "Le Temps", de Paris, de 15 de novembro de 1932. Publicado no "Correio Marítimo", do Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1933.

79 — *Modern Method in Sea Air and Radio Navigation: Latitude by M. and N.* Separata da Nautical Magazine de Glasgow. Janeiro de 1934.

80 — *O novo ecobatímetro*. Registrador do Almirantado Inglês, tipo "Challenger". Separata da "Revista Marítima Brasileira" de julho-agosto de 1934.

81 — *Vinte e duas (22) sugestões para a organização da indústria da pesca e o comércio do pescado no Estado de Pernambuco e circunvizinhanças* (aplicáveis nas suas linhas gerais aos demais Estados do Brasil). Publicado no "Correio Marítimo" do Rio de Janeiro, 12 de maio de 1934.

82 — *A régua cilíndrica de Bygrave e as minhas Altitude and Azimuth Tables*. Separata da "Revista Marítima Brasileira", de novembro-dezembro de 1934.

83 — *O ponto observado no ar e no mar com tábuas ultra-simplificadas*. Separata da "Revista Marítima Brasileira" de novembro-dezembro de 1935, ano LV, ns. 5 e 6 e do Boletim do Clube Naval, XVI, 1.º trimestre de 1936. N. 65 (Instituto Técnico Naval).

84 — *Tábuas de Azimute*. Separata da "Revista Marítima Brasileira" de setembro-outubro de 1935.

85 — *A Fix from Altitude and Azimuth at Sea and in the Air*. Separata dos United States Naval Institute Proceedings, de dezembro de 1936.

86 — *An All Log Tangente + Log Secant Navigation Tables*. Separata dos United States Naval Institute Proceedings, de maio de 1937.

87 — *Sidereal or Mean Time Chronometers?* Separata dos United States Naval Institute Proceedings, de outubro de 1937.

88 — *Universal Sea and Air Navigation Tables for solving all problems by*

Inspection, by Logarithms or by a Combination of booth. Publicadas e vendidas pelo U. S. Naval Institute, Annapolis, Md. U.S.A., 1938.

89 — *A navegação hodierna com e sem logaritmos* (Aérea, marítima e radiogoniométrica). Separata da "Revista Marítima Brasileira", de julho-agosto de 1938.

90 — *Cronômetros de tempo médio ou cronômetros de tempo sideral?* Separata da "Revista Marítima Brasileira", de março-abril de 1938.

91 — *Isoazimuth Lines of Position at Sea and in the Air*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1939.

92 — *A navegação hodierna no ar e no mar com tábuas náuticas ultra-simplificadas*. Separata da "Revista Marítima Brasileira" de novembro-dezembro de 1939.

93 — *Tábuas náuticas e aeronáuticas "University". Soluções uniformes e universais ultra-simplificadas*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1943. Publicado e premiado oficialmente pelo Ministério da Marinha do Brasil.

## Registos e

## comentários bibliográficos

# Livros

NICHOLAS JOHN SPYKMAN — Harcourt, Brace & Co., Inc., New York, 1944. — “*The Geography of the Peace*”.

A literatura geográfica norte-americana nos deu, no ano passado, mais um livro de um género que está tomando notável incremento naquele país: Geopolítica.

Trata-se do livro *The Geography of the Peace* (*A Geografia da Paz*), de Nicholas John Spykman, editado por Helen R. Nicholl. O autor, recentemente falecido, deixou os originaes em elaboração, e sua assistente, a Sra. H. R. Nicholl organizou-os, deu-lhes forma e acrescentou-lhes até um capítulo sobre projeções cartográficas. Desta forma, seria aliás muito justo considerá-la como co-autora.

Pará dar uma idéa do valor da obra, abaixo está a tradução do seu índice:

Uma declaração introdutória, por Frederick Sherwood Dunn.

- I — *Geografia na Guerra e na Paz* (Caminhos alternativos para a paz — Geografia e política exterior — Geopolítica e segurança).
- II — *Cartografando o Mundo* (O problema da confecção do mapa — Tipos de projeção para mapa — Escolha de um mapa do mundo).
- III — *A Posição do Hemisfério Ocidental* (Fatores condicionantes da política exterior — Posição e poder mundial — A distribuição dos potenciais de força — Os Estados Unidos e o mundo).
- IV — *O Mapa Político da Eurásia* (O mundo de Mackinder — A Terra-coração — A Terra circundante — Os continentes afas-

tados da costa — O padrão dinâmico da política eurasiática).

V — *A Estratégia de Segurança* (A guerra global) — O padrão estratégico da Segunda Guerra Mundial — Zonas de conflito eurasiáticas — Acesso dos Estados Unidos à Eurásia — Uma política exterior para os Estados Unidos).

No primeiro capítulo, intitulado “Geografia na Guerra e na Paz”, há tópicos interessantes. O primeiro, dêsse “Caminhos Alternativos para a Paz”, apresenta as três maneiras de se alcançar a paz mundial: 1.º, baseada inteiramente nas relações internacionais e na confiança mútua; 2.º, por intermédio de um super-Estado, dotado de forças armadas; 3.º, por um sistema de segurança coletiva, no qual cada país manteria suas próprias forças armadas, mas ficaria obrigado a intervir quando a segurança de outro país fôsse ameaçada.

O primeiro sistema, baseado, exclusivamente na confiança, foi o adotado na política européia após a Primeira Guerra Mundial. Todo o mundo sabe, numa lição duramente aprendida, que redundou numa absoluta falência. Por sua vez, a idéa de um super-Estado já representa um ponto de vista mais objetivo, entretanto forçoso é reconhecer-se que dificilmente essa comunidade internacional teria coesão bastante para agir como uma policia mundial. E o autor é de parecer que “é óbvio que ainda falta muito para alcançarmos tal sociedade internacional”.

Resta, portanto, a hipótese do sistema de segurança coletiva, mantendo cada país as suas próprias forças armadas. Não há dúvida de que é para essa solução que está inclinada a maioria das potências quanto ao sistema preconizado para o após-guerra.

No tópico seguinte, o livro expõe como a segurança e a política externa de um país estão em dependência da sua geografia; e é a análise dos problemas de segurança em termos geográficos que o autor julga ser o escopo da geopolítica.

Tal definição é, entretanto, incompleta.

A melhor definição para geopolítica é a mais simples e que deriva diretamente do seu nome, ou seja, a política com base geográfica. Mas a política não abrange apenas a política externa, mas também a interna. Para nós, brasileiros, até este último aspecto é igualmente importante. O nosso país com sua vasta área, sua variedade de paisagens, seus transportes ainda difíceis, levanta para nós inúmeros problemas geopolíticos internos. Por exemplo: Qual a forma de governo mais adequada ao país: a centralizada ou a descentralizada? Como dividir politicamente o país para melhor administrá-lo e facilitar o seu desenvolvimento harmônico?

O capítulo seguinte, "Cartografando o Mundo", é exclusivamente didático. Desnecessário se tornaria para o editor dizer que esse foi um capítulo enxertado na obra. O seu teor é tão diferente que o leitor menos avisado percebe desde logo. Sente-se que o objetivo de D. Helen Nicholl foi o de introduzir os políticos — e sobretudo os políticos estadunidenses — na geopolítica, e não os geógrafos. Para estes o capítulo em aprêço é perfeitamente dispensável. Ademais o seu valor didático é restrito. Como era de esperar, o capítulo conclui que nenhuma projeção satisfaz a todos os objetivos na representação do mundo. E deixa claro que de um modo geral, conforme o caso, servem a projeção de Mercator e a projeção polar. A projeção de Mercator mais apropriada, entretanto, é a modificada de Miller, que sem dúvida dá um planisfério mais proporcionado, mas que o autor do capítulo se esquece de dar maiores esclarecimentos sobre ela, o que seria de interesse, visto que se trata de uma inovação cartográfica pouco conhecida e relativamente recente. Esse é aliás o maior interesse que oferece o capítulo.

A geopolítica foi tão denegrida pelos modernos geopolíticos alemães que todos os livros que dela tratam têm que eliminar a distorção que aqueles lhe deram. E' como se fôsse uma criatura que estivesse tão suja que seria necessário dar-lhes um trabalhoso banho para se tornar reconhecível como um ser humano. Esse trabalho de limpeza é feito no capítulo denominado "A Posição do Hemisfério Ocidental". Um dos artificios desmascarados é um muito explorado pelas nações do Eixo: o do "círculo geográfico". E por meio de mapas eloqüentes mostra como houve cercos verdadeiros, tais como o da Checoslováquia, o da Polônia e o da Iugoslávia. Mas mostra também a manobra ilusionista de representar a Terra inteira em uma projeção global, com centro no ponto que se quer dar a impressão de que está cercado. Isso também com muitos exemplos ilustrativos.

Um dos esteios do valor do livro são os seus mapas expressivos. Em geral são mapas esquemáticos mas valem por páginas e páginas de texto. Há planisférios da topografia do mundo, das faixas climáticas, da distribuição de chuvas, dos centros de produção de trigo, de arroz, dos recursos em carvão e ferro e da sua produção, do potencial hidráulico, da produção de petróleo, da densidade de população, da produção diária de trabalho, e outros mais. Faz enfim, um balanço dos elementos de riqueza e força distribuídos na Terra.

O capítulo "O Mapa Político da Eurásia" se dedica à exposição e crítica da análise geopolítica do mundo de Mackinder.

Para expor em poucas palavras a teoria de Mackinder deve-se representar o mundo numa projeção de Mollweide (elíptica) ou de Aitoff (sinussoidal) com centro na Eurásia. Sobre esta massa continental traça-se uma linha na direção geral norte-sul abrangendo quase toda a Rússia européia, cortando o Cáucaso entre os mares Negro e Cáspio, tangenciando pelo norte a cadeia costeira do Irã (Pérsia) e o Himalaia, envolvendo os lagos do oriente siberiano e deixando de fora o prolongamento da Sibéria para o Pacífico. A área envolvida por esta linha e o litoral ártico Mackinder denominou Área Pivot (*Pivot Area*) e corresponde àquilo que os geopolíticos modernos chamam Terra-Coração (*Heartland*). O resto do continente eurasiático compreendendo os arquipélagos costeiros britânico e ja-

ponês, Mackinder chamou de Crescente Interior Marginal (*Inner Marginal Crescent*). É que o livro em aprêço denomina *Rimland*.

As Américas, a África ao sul do Grande Deserto e a Austrália são as principais unidades das Terras do Crescente Insular ou Exterior (*Lands of Outer or Insular Crescent*), do mundo de Mackinder. Os geopolíticos recentes simplificaram o seu título para Ilhas Afastadas (*Off-shore Islands*).

Depois de analisar a função geopolítica de cada uma das partes em que ele dividiu o mundo, Mackinder estabeleceu a seguinte seqüência: "Quem controla a Europa oriental governa a Terra-Coração; quem governa a Terra-Coração, governa o Mundo-Ilha (Terra-Coração + Terras Costeiras); e quem governa o Mundo-Ilha, governa o Mundo".

Tôda a exposição e argumentação do capítulo anterior do livro serve a dois objetivos: 1.º) provar que a Terra-Coração não é a chave do domínio do mundo, já que não dispõe dos potenciais necessários para isso; 2.º) demonstrar que a chave dêsse domínio está nas Terras Costeiras e que, por conseguinte, o Hemisfério Ocidental, ou mais precisamente os Estados Unidos, não podem viver alheios ao equilíbrio geopolítico nas Terras Costeiras, ou seja no Mundo-Ilha.

A teoria da Terra-Coração, de Mackinder, é, de fato, extremamente vulnerável, sobretudo se levarmos em conta que ela foi escrita numa época em que a industrialização da Rússia era ainda rudimentar. Sente-se perfeitamente que o pai da Geopolítica, Mackinder, tinha, como seus condignos sucessores, um objetivo inconfessável. Levantar no povo e na política inglesa um sentimento anti-russo, destinado a enfraquecer a Rússia e consolidar o domínio anfíbio do Império Britânico. Mais tarde, ele próprio reconheceu o seu erro, vendo que a Rússia não substitua o perigo que ele pensava, e fez então "emagrecer" a Terra-Coração, limitando-a a leste pelo Jenissei.

De fato, a noção geopolítica de Terra-Coração não deve, em nossos dias, ser dependente da sua situação no interior de uma compacta massa continental. Atualmente, a eficiência dos poderes marítimo e aéreo se limitam ainda a uma franja estreita, dependente em grande parte de bases terrestres. O

que se deve aceitar como Terra-Coração é uma região de grandes possibilidades industriais, altamente explorada e isolada da proximidade de nações geopoliticamente fortes. Esse conceito deve ser mutável no espaço e no tempo. As indústrias básicas no mundo têm variado de matérias-primas no decorrer da História e, além disso, não são conhecidas tôdas as jazidas, nem sequer as conhecidas estão sendo tôdas exploradas até o limite das suas possibilidades.

Quem comanda o poderio industrial de hoje em dia é a triade ferro-carvão-petróleo.

É mister, por conseguinte, que se encontrem fontes destas três riquezas minerais num mesmo país protegidas da vizinhança de qualquer outra potência. É isso que dá conteúdo à expressão *Terra-Coração*, cujo centro se situa na Sibéria ocidental. O carvão está a oeste, na Europa, na bacia do Donbas e em Moscou, e a leste, em Kuznetsk e Karaganda, perto da fronteira setentrional da Mongólia. O ferro se acha a leste, em Krivoi-Rog e Kursk, e na Sibéria ocidental, em Magnitogorsk e redondezas (Sverdlovsk, Tcheliabinsk, etc.). O petróleo, que funciona como auxiliar imediato da indústria siderúrgica e um dos elementos fundamentais da indústria química, se encontra em Baku, Grozny e Maikop. Isso para citar somente as principais regiões produtoras.

Tôda a sabedoria da política econômica interna da U. R. S. S. consistiu em formar na Sibéria ocidental o centro da sua indústria pesada, colocando como áreas industriais subsidiárias a Ucrânia e a Sibéria central. Apesar dos seus intensos esforços, quando a segunda Guerra Mundial irrompeu em seu território, o deslocamento do centro industrial da Ucrânia para a Sibéria ocidental ainda não estava concluído.

A situação do novo parque industrial russo na Sibéria ocidental, coloca-o em uma posição extremamente segura, pois sendo inteiramente inacessível pelo norte, leste e oeste, tem como nações mais próximas, pelo lado sul, a Turquia, a Pérsia, o Afeganistão e a Mongólia, todos sem grande significação na geopolítica mundial.

Deve-se, porém, levar em consideração que, quando Mackinder escreveu a sua obra geopolítica fundamental,

*The Geographical Pivot of History*, não existiam as duas regiões industriais siberianas citadas acima. A sua teoria era, a nosso ver, uma generalização no campo científico dos abusões correntes no princípio do nosso século sobre o "perigo amarelo" latente nas estepes e desertos do centro da Ásia.

Spykman prova que essa grande região semi-árida não tem produtos vegetais suficientes nem clima em condições para permitirem uma concentração de homens e de máquinas que representem uma ameaça à segurança do mundo.

Voltemos, porém, os nossos olhos para o Hemisfério Ocidental (coisa que os geopolíticos europeus não costumam fazer com freqüência). Indiquemos, ainda também esquematicamente, os centros norte-americanos produtores das matérias-primas básicas para a indústria pesada. O carvão jaz nas vertentes ocidentais dos Apalaches, com um centros importantes em Pittsburgh; outra grande bacia se estende das proximidades de Chicago até Evansville, pela margem esquerda do Mississippi, atravessando o rio Ohio, uma outra vai desde o norte do Estado de Iowa até o sul do Oklahoma, cortando transversalmente o Missouri.

O ferro tem suas principais jazidas igualmente na vertente oeste dos Apalaches, havendo-as também no oeste dos Grandes Lagos e ao sul e oeste da cidade de St. Louis.

No que toca aos campos petrolíferos, que como se sabe são os mais importantes do mundo, a principal região produtora é abrangida pelos Estados de Texas, Oklahoma e Kansas. A mais antiga, que não obstante ainda produz, é a bacia da Pennsylvania que tem centro em Pittsburgh. No oeste, está a nova zona produtora da Califórnia.

Fica assim constituído o triângulo da produção básica da indústria pesada. E quais as nações vizinhas, mais próximas? México ao sul e Canadá ao norte. De um modo geral a zona industrial mais significativa está ao sul dos Grandes Lagos, inteiramente ao abrigo de qualquer ataque marítimo. Não é uma autêntica Terra-Coração na América? Deve-se, por outro lado, acrescentar que o clima e o solo permitem uma produção agrícola capaz de sustentar aí uma concentração demográfica muito mais intensa do que na

Terra-Coração euroasiática de Mackinuder. O mundo teria, pois, hoje em dia, duas Terras-Corações.

O capítulo final faz, sem dúvida, um fecho brilhante. A luz dos elementos fornecidos pelos capítulos anteriores, o autor analisa a 1.<sup>a</sup> e a 2.<sup>a</sup> Guerras Mundiais mostrando como esta foi mais perigosa sob todos os aspectos. Por pouco as potências do Eixo dominariam as Terras Costeiras e daí, segundo a seqüência estabelecida pelo autor, dominariam o Mundo-Ilha e em seguida, o mundo inteiro.

O tópico intitulado "Padrão Estratégico da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial" mostra, com mapas elucidativos, como foram precárias as comunicações do Hemisfério Ocidental com a Terra-Coração, através das barreiras levantada pelo Eixo. E preconiza a manutenção da rota polar. Deixa patente que as Terras Costeiras têm sido o teatro dos mais duros embates.

Enfim, aconselha aos Estados Unidos uma política intervencionista para evitar que as Terras Costeiras caiam nas mãos de uma só potência ou de uma coligação de nações agressoras. Mas, para evitar que a nação neutralizadora estadunidense seja feita tardiamente e à custa de perigosas e custosas operações de desembarque, o autor preconiza nada mais do que umas cabeças de praia. Senão, vejamos:

*Os Estados Unidos terão, portanto, de enfrentar o problema de procurar outras bases na zona transatlântica a fim de levar o seu poder mais próximo da área em que ele deve ser exercido. Uma simples aliança com a Grã-Bretanha e a Rússia não será suficiente para garantir a sua capacidade de agir para cumprir as suas obrigações decorrentes do sistema de segurança, nem bastará para dar-lhe a força necessária para tornar possível um equilíbrio de forças entre os três grandes Estados. O estabelecimento do seu poderio naval e aéreo na Groenlândia, Islândia e Dacar seria um importante passo no processo de garantir a sua presença continuada no estabelecimento da paz. Isto poderia ser feito, sem dúvida, segundo a mesma fórmula, pela qual o seu poderio foi estendido às Bahamas e à América do Sul, isto é, por meio do arrendamento de terra para o estabelecimento das bases sem a*

*transferência de soberania sobre o território. Não seria uma questão de expansão imperialista, mas o necessário estabelecimento de uma força equilibradora em certas áreas estratégicas. Ganhar-se-ia em segurança não somente para os Estados Unidos, mas também para as nações da Europa se o grande estado do Novo Mundo adquirisse uma posição desde a qual se pudesse dispor do seu poder no Velho Mundo. (p. 58).*

Que mundo de contradições em um só parágrafo! Um pequeno trecho condena a obra e a sinceridade do seu autor. Depois que êle, no início, opinou que bastava um sistema coletivo de segurança entre as nações não-imperialistas para garantir a paz, agora acha que, isto só, não é suficiente e os Estados Unidos devem possuir bases. Isto pressupõe que qualquer outra nação seria capaz de trair o sistema de segurança, por isso os E. U. A. devem ter a liderança. Entretanto, a história deste país, como a de muitos outros, não é de molde a dar-lhe uma superioridade moral na obra da manutenção da paz. Hoje em dia sabemos que o governo americano é contrário à agressão e à intervenção nos assuntos internos dos demais países. Mas quem dirá que será assim para sempre? Possuindo bases no território de outras nações, os Estados Unidos poderão fazer uma intervenção armada nessas nações à hora que quiserem. E nessa questão o Brasil está interessado de um modo particular, porque, enquanto a Inglaterra e a França fariam concessões de bases situadas em territórios coloniais, o Brasil fá-lo-ia no seu território metropolitano. Invertamos os papéis e vejamos se os norte-americanos veriam com simpatia a cessão de uma base a uma potência estrangeira em São Francisco, Boston ou Nova Orleans. Imitando claramente os geopolíticos nazistas, o Sr. Spykman faz uma geografia da segurança... para os Estados Unidos, mas não para o mundo.

O que é mais alarmante é que se sente que as idéias de Spykman já tiveram uma certa penetração. Êle fala em "estabelecimento de poder naval e aéreo na Islândia" no mesmo ano em que esta ilha declara sua independência da Dinamarca!

Acreditamos na boa fé do povo americano, por isso abramos os seus

olhos para evitar que êle lance a semente da antipatia e da discórdia, da qual germinaria a árvore maldita da III Guerra Mundial.

O. V.

★

**AUGUSTO DE AGUIAR SALES — Evolução Industrial Espiritossantense até à República — Departamento Municipal de Estatística. — Vitória — 1943.**

Nossa evolução sócio-histórica foi bastante descontínua em intensidade, de província para província. Umam foram freqüentadas desde muito cedo pelas naus provindas da Metrópole, outras conheceram fenômenos diferentes como a mineração, o choque com o índio, a livre aventura do imigrante. Tudo isto comporta divagações quase infinitas. Nossa história é um mosaico de histórias. E o arquiteto das futuras sínteses deverá consultar, principalmente, trabalhos como o presente, feitos por estudiosos que se particularizam a determinados assuntos, dentro dos quais, não raro, encontramos a chave capaz de explicar êsse ou aquêl aspecto da civilização brasileira.

O presente trabalho não é mais do que uma pequena parte da *História das Indústrias no Espírito Santo*, de autoria do conferencista.

Fala, principalmente na indústria açucareira, contemporânea do primeiro esforço civilizacional naquelas plagas. Trata, além disso, da sericicultura tentada ali por volta de 1818. E' uma contribuição das mais úteis à investigação desse passado obscuro das províncias brasileiras.

★

**F. EUGÊNIO DE ASSIS — Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo. — Vitória — 1941.**

O autor deste livro classifica-se entre os intelectuais patriotas, entre aquêles que estudam, não somente pelo prazer do estudo, mas, visando servir com o trabalho, à causa nobre da tradição e da cultura do seu país.

Os trabalhos de pesquisa são ingratos. As possíveis conquistas dos que os empreendem, nem sempre correspondem ao esforço despendido. Deve

existir, sempre, um ideal, pois, caso contrário faltará ânimo e as realizações ficarão pela metade.

Justamente a existência desse ideal, distingue o Sr. F. Eugênio de Assis. Residindo na cidade de Vitória, há muitos anos, dedicou-se apaixonadamente às investigações sobre a história e a Geografia da antiga Capitania do Espírito Santo.

Realiza assim, quase no anonimato, uma obra da mais pura brasilidade, mais significativa agora, quando a sobrevivência das pátrias muito exige dessa abnegação e desse estudo, de parte dos homens de gabinete.

*Dicionário Geográfico e Histórico do Estado do Espírito Santo* é um livro de 312 páginas, verdadeiro espelho da vida espiritosantense, da qual acreditamos, nenhum aspecto, nenhum detalhe foi olvidado pelo paciente e capaz autor.

Obra que merecia divulgação maior e, sobretudo, que deveria inspirar outras, através do Brasil, apresenta um máximo de segurança nas informações baseadas, aliás, em uma copiosa bibliografia, citada no texto. Dêste livro, cuja segunda edição está prestes a ser lançada, diremos que interessa a essa grei, cada vez maior, dos que se entregam ao estudo do Brasil, na multiplicidade dos seus aspectos.

A. M.

AILTON D'ALMEIDA — Vitória — *Uma Página da História Espiritossantense*. Vitória — 1943.

O presente trabalho do Prof. Ailton d'Almeida encerra uma síntese histórica da cidade de Vitória.

Foi acidentada a vida da antiga capitania de Vasco Fernandes Coutinho. Indígenas de um lado, piratas de outro, causaram, por vezes várias, alguns transtornos àquela gente que se instalou na terra capichaba a partir de 1535.

Esta evocação dos velhos acontecimentos foi feita com elegância e precisão pelo jovem historiador.

“O nome de Vitória” — escreve êle — “embora existam divergências entre os historiadores, surgiu após um grande combate realizado, na ilha, entre portugueses e indígenas, no dia 8 de setembro de 1551. Conseguindo expulsar os gentios da ilha, os colonos, em regozijo da vitória alcançada e sendo êsse dia consagrado a Nossa Senhora da Vitória, trocaram o antigo nome de Vila.Nova pelo de Vitória, que se conserva até hoje.”

A. M.

# Periódicos

*Etnografia e Língua Tupi-Guarani* — Boletim XLVI — Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. — São Paulo — 1944.

Continuando seu belo dinamismo, no qual o desejo de servir à Pátria é tão grande quanto o anseio de granjear cultura, a Faculdade de Filosofia de São Paulo nos apresenta o quinto boletim publicado pela cadeira de Tupi-Guarani.

Volume de 76 páginas, encerra dois trabalhos do lic. Carlos Drummond, um dos assistentes da Cadeira, trabalhos esses subordinados aos títulos: "Designativos de parentesco no Tupi-Guarani" e "Notas gerais sobre a ocorrência da partícula tyb, do Tupi-Guarani, na toponímia brasileira.

Os estudos de Tupi-Guarani empreendidos na Paulicéia, ressaltamos mais uma vez, vêm abrir horizontes novos à compreensão de muitas coisas do Brasil.

Em um país onde os acidentes geográficos foram, quase todos, batizados pelo índio, em que a própria história assinala a cada instante a presença do ameríndio, em que a cultura material apresenta copiosa herança da taba — não poderemos conceber que o conhecimento do Tupi-Guarani fôsse preterido por tanto tempo. Esse conhecimento — concluímos — é que nos identificará com o espírito da nacionalidade, com o segredo mais íntimo do nosso povo.

A. M.

★

*Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas* — Ano VI — Vol. XI — Pernambuco — 1944.

Fugindo à inexpressividade peculiar às publicações burocráticas, este *Boletim* encerra larga soma de interesse para o leitor curioso dos negócios públicos.

Organizada sóbriamente, a presente publicação foge à velha tradição dos impressos oficiais, louvaminheiros às autoridades, vazios e inúteis.

Suas 181 páginas, seus gráficos, seus números, versam problemas públicos que a administração estadual cogita solucionar ou já solucionou.

Além de uma vasta parte informativa, traz os seguintes trabalhos assinados:

A campanha hidrográfica do Nordeste; O tratamento do efluente de esgotos do Recife; O engenheiro nas estradas de ferro; O *Capibaribe* e o *Beberibe* no problema dos alagados; Teoria e predição das marés; Quartel do 3.º Batalhão da Brigada Militar do Estado.

Pelo que vemos, uma publicação que interessa particularmente aos estudiosos de administração pública, em todo o país.

★

*I Congresso Brasileiro de Economia* — Anais — 1.º volume — 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. — Rio — 1943.

Poucos acontecimentos, dos muitos que têm marcado a vida nacional nesses últimos anos terão a expressão deste. O I Congresso Brasileiro de Economia veio, de fato, iniciar uma era nova em nosso país. Marca o advento de uma mentalidade nova, revolucionária, em relação ao tradicionalismo rotineiro que temos mantido. Pela primeira vez delegados autorizados, conhecedores dos problemas econômicos nacionais, reuniram-se em conclave para discutir teses, trocar pontos de vista.

A velha Associação Comercial do Rio vem assim, cumprir em outro plano o que há muito vinha fazendo, isto é, investigar os problemas econômicos, contribuindo para melhorar as condições de vida do nosso povo, condições essas diretamente relacionadas com a boa ordem reinante na estrutura econômica.

Este primeiro volume encerra dados gerais do Congresso, discursos principais, pronunciados por ocasião da instalação e do encerramento, além das

conclusões em plenário. São 198 páginas cujo conhecimento não pode ser dispensado por quem quer que seja que, de agora em diante, trate de problemas atinentes à vida econômica nacional.

★

*Monthly Review of Business Statistics*  
— Setembro de 1944 — Volume XIX  
— Número 9 — Ottawa — Canadá.

Um paradoxo, embora, podemos dizer hoje que o Canadá era há alguns anos atrás o único país europeu da América.

Pelo menos era aquêlo que, além dos fortes laços culturais que o ligavam a terras e gentes d'além-mar, mantinha certos compromissos políticos que o isolavam, quase, da comunidade americana.

Não queremos dizer, com isto, que o Canadá tenha mudado o seu rumo na História. Circunstâncias, porém, decorrentes desta segunda Grande Guerra, vieram determinar fatos absolutamente novos na vida canadense. Continuando integrado no Império Britânico, o Canadá aumentou seu potencial econômico e militar. O país nórdico do continente de Colombo possui hoje admirável estrutura, na esfera da indústria, do transporte e da defesa. Seu intercâmbio comercial e mesmo cultural tem aumentado consideravelmente nestes três últimos anos. E as próprias relações diplomáticas com os seus

vizinhos, adquiriu sentido novo, com o envio de ministros plenipotenciários canadenses a toda a América.

País rico, com a multi-produtividade dos países frios, oferece ao Brasil grande interesse esse estreitamento de relações, em todas as esferas. A publicação de que tratamos aqui, oferecendo amplos informes da vida econômica do Canadá, em setembro de 44, deve ser bem aceita não apenas entre os geógrafos, economistas, mas no seio do nosso mundo financeiro.

★

*Avia* — Revista Argentina de Aeronáutica — Novembro de 1944.

Os problemas aeronáuticos ibero-americanos são únicos para todos os países. Não mudam de aspecto ao atravessar fronteiras políticas. Os três pontos fundamentais: material, pessoal, tráfego, implicando um programa, uma organização e um esforço — são comuns no Brasil ou na Argentina, no Chile ou no Peru. Esses problemas devem ser resolvidos — sempre — dentro de um critério *americano*. Proveitoso, portanto, este intercâmbio de revistas de aviação entre os países da comunidade centro e sul-americana.

O presente número de *Avia* nos traz um bom acervo de idéias, de informações que o público brasileiro interessado em questões aeronáuticas gostará de conhecer.

## Contribuição

### bibliográfica especializada

# Bibliografia do Barão do Rio Branco no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Natividade sobre o Dr. J. M. da S. P. J., de Perdígão Malheiros, tomo XXX, 2.<sup>a</sup> parte, pág. 484
- Esboço biográfico do general José de Abreu, barão de Sérro Largo, Tomo XXXI, 2.<sup>a</sup> pág. 62
- Proposta para que seja elevado a honorário o sócio correspondente barão do Rio Branco, tomo LVIII, 2.<sup>a</sup> pág. 301 (1895)
- Parecer acerca da proposta para que seja elevado a honorário o sócio correspondente barão do Rio Branco (1895), tomo LVIII, 2.<sup>a</sup>, pág. 307
- Proposta para que o Instituto convide o Dr. Aristides Milton para escrever a História da Guerra do Paraguai (1901), tomo LXIV, 2.<sup>a</sup>, pág. 199
- Telegrama desculpando-se por não poder comparecer à sessão magna de 15 de dezembro de 1902, tomo LXV, 2.<sup>a</sup>, pág. 538
- Eleição do barão do Rio Branco para presidente do Instituto (1908), LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 422
- Posse do barão do Rio Branco como presidente do Instituto. (1908) LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 422
- Discurso ao ser empossado como presidente do Instituto, 1908, tomo LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 422
- Discurso saudando o marquês de Paranaguá (1908), tomo LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 422
- Saudação do Instituto Histórico ao barão do Rio Branco pelo seu aniversário natalício, 20 de abril de 1908, tomo LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 438
- Discurso anunciando a conferência do visconde de Ouro Preto sobre a batalha de Riachuelo, tratando da política internacional sul-americana, 1908, tomo LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 478
- Discurso na sessão magna, a 21 de outubro de 1908, tomo LXXI, 2.<sup>a</sup>, pág. 590
- Inauguração do retrato de ... na secretaria do Instituto (1909), tomo LXXII, 2.<sup>a</sup>, pág. 334
- Discurso agradecendo a inauguração do seu retrato na Secretaria do Instituto (1909), tomo LXXII, 2.<sup>a</sup>, pág. 338
- Discurso comunicando ao Instituto o falecimento do Dr. Afonso Pena, presidente da República, tomo LXXII, 2.<sup>a</sup>, pág. 347 (1909)
- Discurso na sessão magna, 21 de outubro de 1909, tomo LXXII, 2.<sup>a</sup>, pág. 393
- Proposta para que seja conferido o título de presidente perpétuo do Instituto ao barão do Rio Branco (1909), tomo LXXII, 2.<sup>a</sup>, pág. 423

\* N.R. — Deixamos de publicar neste número a "Relação de Mapas" apresentados na exposição anexa à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia para estampar a bibliografia do Barão do Rio Branco.

- Telegrama enviado ao barão do Rio Branco pelo resultado de sua patriótica intervenção na dúvida suscitada entre o Chile e os Estados Unidos (1909), tomo LXXII, 2.<sup>a</sup>, pág. 429
  - Discurso inaugurando, na Secretaria do Instituto, o retrato do visconde de Ouro Preto (1910), tomo LXXIII, 2.<sup>a</sup>, pág. 187
  - Carta ao visconde de Bom Retiro, Liverpool, 11 de setembro de 1885, tomo LXXIV, 2.<sup>a</sup>, pág. 610
  - Retratos de ... (1912), tomo LXXV, 6A e 36A, LXXXII, pág. 1
  - Psicologia e biografia do barão do Rio Branco (1912), Liberato Bittencourt, tomo LXXV, 9 e 28
  - Ernesto Sena — tomo LXXV, pág. 115
  - O barão do Rio Branco e o Instituto Histórico por José V. Fazenda, 1912, tomo LXXV, pág. 123
  - Discurso pronunciado no Clube Acadêmico, em 18 de janeiro de 1923, tomo LXXV, pág. 131
  - Breves palavras junto ao túmulo do barão do Rio Branco em 1912, 13 de fevereiro, pelo barão de Ramiz Galvão, tomo LXXV, pág. 139
  - Sessão extraordinária para preenchimento da vaga de presidente do Instituto, ocorrida com o falecimento do barão do Rio Branco, tomo LXXV, 2.<sup>a</sup>, pág. 224
  - Comunicação do falecimento de Rio Branco, 1912, tomo LXXV, 2.<sup>a</sup>, pág. 226
  - Elogio histórico de Rio Branco, 1912, pelo barão de Ramiz Galvão, tomo LXXV, 2.<sup>a</sup>, pág. 577
  - Alocução no túmulo de Rio Branco em 10 de fevereiro de 1913, por Antônio Coutinho Gomes Pereira, tomo LXXVI, 2.<sup>a</sup>, pág. 520
  - Alocução no túmulo de Rio Branco pelo barão de Ramiz Galvão em 13 de fevereiro de 1913, tomo LXXVI, 2.<sup>a</sup>, pág. 522
  - Proposta na sessão de 20 de abril de 1914 para que os sócios presentes se levantem, num movimento de admiração, reconhecimento e saudade e evoquem, por alguns instantes, a nobre figura de Rio Branco, recordando a sua grande obra patriótica e humanitária, pelo conde de Afonso Celso, tomo LXXVII, 2.<sup>a</sup>, pág. 499
  - Efemérides Brasileiras, 1917, tomo LXXXII
  - Conferência sobre o barão do Rio Branco, 1918, por Laudelino Freire, tomo LXXXIII, pág. 298
  - Comunicação sobre o oferecimento, feito ao Instituto, de uma carta de Rio Branco, datada de Berlim aos 8 de agosto de 1902, e dirigida ao Dr. Frederico Abanches — Max Fleiuss, tomo LXXXIII, pág. 334
- No Arquivo do Instituto Histórico*
- Mensagem lida pelo desembargador Antônio Ferreira de Sousa Pitanga por ocasião da chegada do barão do Rio Branco, 1902 L. 334 — Mss: 16 361
  - Rio Branco e sua obra, por Hermes da Fonseca Filho, 1922, L. 444. Doc. 20 634
  - Rio Branco — 23 documentos — cartas e telegramas dirigidas ao Sr. Max Fleiuss
  - Discurso pronunciado pelo Barão na sessão magna de 1908 — artigo Pisa versus Rio Branco, etc., 1898 1909 L. 141 — Mss. 2 966 e 5 851
  - Rio Branco — Discurso pronunciado na abertura da sessão magna do Instituto Histórico, 1909. L. 141 — Mss. 2 967
  - Discurso pronunciado pelo presidente do Instituto, barão do Rio Branco na sessão realizada no mesmo Instituto a 16 de maio de 1910, por motivo da inauguração do retrato do visconde de Ouro Preto. L. 141 — Mss. 2 965
  - Homenagem do Fôro e da Câmara Municipal de Ribeirão Bonito ao barão do Rio Branco na ocasião

- de sua morte, 11 de março de 1912. Impresso em cetim verde e amarelo. L. 357 — Mss: 7 399A
- Morte do barão do Rio Branco. Jornais e revistas que se referem à morte do barão do Rio Branco. L. 357 — Mss: 17 399
  - Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico de S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu "Fatos da Ditadura Militar". Versam sobre a ação de Benjamim Constant e outros chefes militares nos últimos tempos do regime monárquico e nos primeiros do republicano. L. 432 — Mss: 20 250
  - Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico de S. (Eduardo Prado) quando este na Europa, escreveu "Fatos da Ditadura Militar". Versam sobre a negação do direito de voto aos oficiais franceses e a aplicação dessa negação aos oficiais brasileiros. L. 432 — Mss: 20 251
  - Notas autógrafas dirigidas pelo barão do Rio Branco a Frederico de S. (Eduardo Prado) quando este, na Europa, escreveu "Fatos da Ditadura Militar". Encerra a cópia de trechos de uma carta de Domício da Gama, datada de Paris, 25 de janeiro de 1890 e publicada na "Gazeta de Notícias" de 16 de março, versando sobre a substituição das armas e da bandeira nacionais. L. 432 — Mss: 20 248
  - Notas autógrafas ... Encerram uma forte crítica da ação de Benjamim Constant desde 1866. L. 432 — Mss: 20 249
  - Notas autógrafas ... Versam sobre Presos do Ceará. L. 432 — Mss: 20 247
  - Notas autógrafas ... Versam sobre o quantum da dívida do Brasil em 1827 e em 1889. L. 432 — Mss: 20 246
  - Notas autógrafas ... L. 458 — Mss: 21 176
  - Notícia dos últimos momentos de vida e funerais do eminente estadista barão do Rio Branco (Diário de Minas — União — União Militar — A Notícia — Gazeta da Tarde — A Tribuna — O País — O Jornal do Brasil — Gazeta de Notícias — Correio da Manhã — Correio da Noite — Diário de Notícias — Diário Oficial — Jornal do Comércio e da Tarde — A Imprensa). L. 326 — Mss: 16 025
  - Mensagem lida pelo desembargador Antônio Ferreira de Sousa Pitanga no Clube Naval. L. 288 — Mss: 4 726
  - Poliantéia — Homenagem à memória do barão do Rio Branco pelos alunos do Ginásio Amazonense, 1912. L. 350 — Mss: 17 129
  - Cartão distribuído na ocasião de ser inaugurado no Instituto o retrato do Barão, com assinatura autógrafa, assinado também pelo Dr. Alexandre José Barbosa Lima. L. 399 — Mss: 18 556
  - Telegrama ao secretário do Instituto desculpando-se de não assistir à sessão e agradecendo os favores que lhe dispensam os colegas, Petrópolis, 1902. L. 337 — Mss: 16 569
  - Carta ao cônego J. P. Gay acompanhada de um questionário sobre a guerra civil do Rio Grande do Sul — Liverpool, novembro, 1885. L. 337 — Mss: 16 527
  - Notas do Barão sobre governadores da Colônia do Sacramento e História Militar do Brasil, com dados biográficos dos principais figurantes, L. 354 — Mss: 17 304
  - Dr. José Maria da Silva Paranhos. Duas cartas a Saraiva, Pêsames pelo falecimento de sua esposa e agradecimento pelo nomeação de seu cunhado José Bernardino da Silva e a pensão concedida a sua mãe. Liverpool. L. 275 — Mss: 14 638
  - Carta do barão do Rio Branco, Liverpool, 1890. L. 181 — Mss: 4 415 e 4 414
  - Barão do Rio Branco — Biografia. Coleção Ourém. L. 150 — Mss: 3 604

- Cartas do barão do Rio Branco a Ourém — 1868 — 1872 — 1889 — 1892. L. 157 — Mss: 3 789 — L. 147 — Mss: 3 410. L. 153 — Mss: 3 719
- Carta do barão do Rio Branco ao 1.º secretário do Instituto oferecendo a obra de Luis Schneider "A Guerra da Tríplice Aliança". L. 141 — Mss: 2 968
- Na Biblioteca do Instituto Histórico*
- 7 — 5 — 12
- Le Brésil — par E. Levasseur avec la collaboration de Rio Branco, Eduardo Prado, d'Ourém, Henry Gorceix, Paul Maury, etc. Paris, 1889 .
- 158 — 1 — 21
- Efemérides Brasileiras pelo barão do Rio Branco
- 32 — 2 — 31
- Efemérides Brasileiras pelo barão do Rio Branco, 1892
- 87 — 4 — 41 — 42
- A Guerra da Tríplice Aliança
- 159 — 2 — 2
- História do Brasil pelo barão do Rio Branco
- 68 — 6 — 13
- Efemérides Brasileiras pelo barão do Rio Branco — Publicação integral com os complementos organizados pelos Srs. Vieira Fazenda e Basílio Magalhães sob a direção do Sr. Ramiz Galvão.

## Retrospecto geográfico

### e cartográfico

# Revista Marítima Brasileira

Relação, por autor, dos trabalhos de caráter geográfico, publicados na  
Revista Marítima Brasileira — (1881-1943)

## VI

(Letras V a X)

- VILAR, Frederico — Capitão de mar e guerra — *Respiga*: O almirante Antônio Luis von Hoonholtz, barão de Tefé (Conferência realizada no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil), Rio, 30/6/1941. Vol. 119 — 2.º semestre 1941.
- VINHAIS, Augusto — *Oceanografia* — Págs. 1063, 1324, 1629 — vol. 46 — 1.º semestre 1905.
- VINHAIS, Augusto — *Ilha Sakhaline*, pág. 1499 — vol. 46, 1.º semestre 1905.
- VINHAIS, Augusto — *Oceanografia*, — pág. 344 — vol. 47, 2.º semestre 1905.
- VINHAIS, Augusto — *Oceanografia*, — pág. 1302 — vol. 48, 1.º semestre 1906.
- VINHAIS, Augusto — *Zona costeira* — pág. 693 — vol. 53, 2.º semestre 1908.
- VINHAIS, Augusto — *Que é o mar??* — pág. 1551 — vol. 58, 1.º semestre 1911.
- VINHAIS, Augusto, Capitão-tenente. Aspecto litorâneo (Costas de conversão e de dispersão) pág. 591 — vol. 59, 2.º semestre 1911.
- VINHAIS, Augusto — *História da oceanografia* — pág. 641 — vol. 63, 2.º semestre 1913.
- VINHAIS, José Augusto, Capitão-tenente — *Principais portos do mundo* — pág. 367 — vol. 75, 2.º semestre 1919.
- VINHAIS, Augusto — *A Dragagem*, seus efeitos benéficos — pág. 423, vol. 73, 2.º semestre 1918.
- VINHAIS, José Augusto, Capitão-tenente — *Principais portos do mundo* — págs. 561 e 679 — vol. 76, 1.º semestre 1920.
- VINHAIS, Augusto — *Hidrografia e evolução marítima* — pág. 1549 — vol. 86, 1.º semestre 1925.
- VINHAIS, Augusto — *A missão do Meteor* — pág. 1621 — vol. 88, 1.º semestre 1926.
- VINHAIS, Augusto — *A Oceanografia (Secção de Pesca)* — pág. 1697 — vol. 88, 1.º semestre 1926.
- VINHAIS, Augusto — *Secção de Pesca* — págs. 133, 349 e 355 — vol. 89, 2.º semestre 1926.
- VINHAIS, J. Augusto, Comandante. Descoberta do Brasil (Conferência na Biblioteca da Marinha) — pág. 1219 — vol. 90, 1.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — *Ilhas desconhecidas* — pág. 991 — vol. 90, 1.º semestre 1927; Fauna litorânea e abissal — pág. 1011 — vol. 90, 1.º semestre 1927.

- VINHAIS, Augusto — *A Missão do Meteor* — pág. 983 — vol. 90, 1.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — *Secção de Pesca* — Os seres do mar, nutrição por excelência oceânica — Ictiologia amazônica — págs. 777, 923, 1161 — vol. 90, 1.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — *A Atlântida* — pág. 1131 — vol. 90, 1.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — *Secção de Pesca* — págs. 155, 333, 637 — vol. 91, 2.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — Penedos São Pedro e São Paulo (*O Periscópio da Atlântida*) — pág. 621 — vol. 91, 2.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — *Predomínio marítimo* — pág. 551 — vol. 91, 2.º semestre 1927.
- VINHAIS, Augusto — *O cosmógrafo Pedro Nunes* — págs. 5 e 169 — vol. 93 — 2.º semestre 1928.
- VINHAIS, Augusto — *Expedição ao Antártico* — págs. 549 e 889 — vol. 93 — 2.º semestre 1928.
- VINHAIS, Augusto, Comte. — *Ainda o atol das Rocas* — pág. 1593 — vol. 94 — 1.º semestre 1929.
- VINHAIS, Augusto — *Expedição ao Antártico* — pág. 1213 — vol. 94 — 1.º semestre 1929.
- VINHAIS, Augusto — *O atol das Rocas* — pág. 1417 — vol. 94 — 1.º semestre 1929.
- VINHAIS, Augusto — *O lago de Nemi* — pág. 179 — vol. 95 — 2.º semestre 1929.
- VINHAIS, Augusto — *Peixes misteriosos* — (*A Atlântida*) — pág. 757 — vol. 95 — 2.º semestre 1929.
- VINHAIS, Augusto — *Revista de Revistas*: A descoberta do mar de Sargãos — pág. 261; — Serviço Hidrográfico dos Estados Unidos — pág. 390; — Mapas em relêvo — pág. 402; — O canal de Panamá — pág. 569 — vol. 95 — 2.º semestre 1929.
- VINHAIS, Augusto — *Ensaio sobre a cartografia do século XVI* — pág. 1449 — vol. 96 — 1.º semestre 1930.
- VINHAIS, Augusto — *A causa das marés* — pág. 7, vol. 99 — 2.º semestre 1931.
- VINHAIS, Augusto — *A Atlântida* — pág. 703 — vol. 102 — 1.º semestre 1932.
- VINHAIS, Augusto — *Ligação Brasil-Paraguai* — pág. 755 — vol. 102 — 1.º semestre 1932.
- VINHAIS, Augusto — *Litígio Boliviano-Paraguai* — pág. 603 (Cartas) — vol. 102 — 1.º semestre 1933.
- VINHAIS, Augusto — *Respiga: A Oceanografia* — pág. 983 — vol. 106 — 1.º semestre 1935.
- VINHAIS, Augusto — *A Atlântida revelada* — pág. 1595 — vol. 106 — 1.º semestre 1935.
- VINHAIS, Augusto — *Conferência oceanográfica* — pág. 129 — no *Correio da Manhã* do Rio. 6/8/34 — vol. 109 — 2.º semestre 1936.
- XAVIER, César Feliciano — Comandante — *Respiga: Geografia Militar*, parte da Biogeografia — pág. 721, no *Jornal do Comércio* de 6/1/1937 — vol. 110 — 1.º semestre 1937.
- WANDENKOLK, Eduardo — Capitão de mar e guerra — Descrição da viagem do corveta *Vital de Oliveira* aos mares do Norte e Báltico, com escalas pelo cabo da Boa Esperança, Santa Helena e alguns portos da Mancha — págs. 474 e 544 — vol. 3 — 2.º semestre 1882 — 1.º semestre 83 — págs. 40-209-296-383 e 463 — 2.º semestre 83 — págs. 17 109-203-273-361 e 461 — 1.º semestre 84 — págs. 33-119 e 205.
- WANDERLEY, Francisco M. — 2.º tenente — Viagem da lancha *Marcílio Dias*, do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul — pág. 522 — vol. 4 — 1.º semestre 1883.

# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário dos decretos-les publicados no mês de março de 1945

\*Decreto-lei n.º 7 191, de 23 de dezembro de 1944.  
— Orçamento Geral da República para o exercício de 1945. (Publicado no suplemento ao n.º 303 — Secção I, do *Diário Oficial*, de 30 de dezembro de 1944).

"Diário Oficial" de 1-3-945.

\*Decreto-lei n.º 7 308, de 8 de fevereiro de 1945  
— Concede aumento geral de vencimentos aos funcionários civis e ao pessoal militar do Território do Acre e institui o regime de salário-família para os funcionários civis. (Publicado no *Diário Oficial* — Secção I — de 10-2-945).

"Diário Oficial" de 24-3-945.

\*Decreto-lei n.º 7 343, de 24 de fevereiro de 1945  
— Publicado no *Diário Oficial* — Secção I, de 28-2-945). — Rectificação.

"Diário Oficial" de 9-3-945.

\*Decreto-lei n.º 7 344, de 27 de fevereiro de 1945.  
— Dispõe sobre a atividade funcional dos despachantes da Prefeitura do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 1-3-945.

\*Decreto-lei n.º 7 345, de 27 de fevereiro de 1945.  
— Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

"Diário Oficial" de 1-3-945.

Decreto-lei n.º 7 346, de 1 de março de 1945.  
— Autoriza a doação da área de terreno que menciona.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 347, de 1 de março de 1945.  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 para aquisição de material flutuante, pelo Serviço de Navegação da Baía do Prata.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 348, de 1 de março de 1945.  
— Aprova o contrato celebrado com a Divisão Sanitária Internacional da Fundação Rockefeller.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 349, de 1 de março de 1945.  
— Dispõe sobre a distribuição das ações para cobrança da dívida ativa da Fazenda do Distrito Federal.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 350, de 1 de março de 1945.  
— Autoriza o Ministério da Fazenda a alienar, mediante concorrência pública imóveis de propriedade da União, situados nos municípios de Porto Alegre e Tupanciretá, no Estado do Rio Grande do Sul.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 351, de 1 de março de 1945.  
— Abre ao Ministério da Agricultura o crédito especial, de Cr\$ 40 392,00 para pagamento de aluguéis devidos à Administração do Porto do Rio de Janeiro.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 352, de 2 de março de 1945.  
— Extingue cargos de coletor e de escrivão de coletoria e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5-3-945.

Decreto-lei n.º 7 353, de 2 de março de 1945.  
— Autoriza a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito em favor da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

"Diário Oficial" de 3-3-945.

Decreto-lei n.º 7 354, de 2 de março de 1945.  
— Extingue cargos de coletor e de escrivão de coletoria e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5-3-945.

Decreto-lei n.º 7 355, de 3 de março de 1945.  
— Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a constituir o Banco da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 5-3-945.

\*N. R. — Os decreto-lei 7 191, datado de dezembro, 7 308, 7 343, 7 344 e 7 345, datados de fevereiro, foram publicados em D.O. de março, razão porque só agora os transcrevemos.

Decreto-lei n.º 7 356, de 5 de março de 1945  
— Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 7-3-945.

Decreto-lei n.º 7 357, de 5 de março de 1945.  
— Eleva o vencimento do Superintendente da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

"Diário Oficial" de 7-3-945.

Decreto-lei n.º 7 358, de 5 de março de 1945.  
— Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar o espólio do Dr. Cásper Líbero do pagamento dos impostos que menciona.

"Diário Oficial" de 7-3-945.

Decreto-lei n.º 7 359, de 6 de março de 1945.  
— Modifica o regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil.

"Diário Oficial" de 8-3-945.

Decreto-lei n.º 7 360, de 6 de março de 1945.  
— Cria, no Território do Acre, uma Guarda Territorial de caráter civil e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 8-3-945.

Decreto-lei n.º 7 361, de 7 de março de 1945.  
— Cria função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 9-3-945.

Decreto-lei n.º 7 362, de 8 de março de 1945.  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 10 000 000,00, para prosseguimento da construção da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu.

"Diário Oficial" de 10-3-945.

Decreto-lei n.º 7 363, de 8 de março de 1945.  
— Altera, sem aumento de despesa, dando nova redação ao artigo 2.º na aplicação do crédito especial aberto pelo Decreto-lei n.º 7 218, de 30 de dezembro de 1944.

"Diário Oficial" de 10-3-945.

Decreto-lei n.º 7 364, de 8 de março de 1945.  
— Autoriza a permuta de imóvel da União, por terrenos pertencentes a Primo Tedesco, situados no município de Caçador, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 10-3-945.

Decreto-lei n.º 7 365, de 8 de março de 1945.  
— Dá nova redação ao artigo do Decreto-lei n.º 20 923, de 8 de janeiro de 1932, que institui o Fundo Naval.

"Diário Oficial" de 13-3-945.

Decreto-lei n.º 7 366, de 8 de março de 1945.  
— Dispõe sobre a elevação de capital dos estabelecimentos bancários em funcionamento e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 10-3-945.

Decreto-lei n.º 7 367, de 8 de março de 1945.  
— Altera a classe 6.ª da Nova Tarifa das Alfândegas mandada executar pelo Decreto-lei n.º 2 818, de 12 de dezembro de 1940.

"Diário Oficial" de 13-3-945.

Decreto-lei n.º 7 368, de 9 de março de 1945.  
— Autoriza a aquisição, pela União, de um terreno em Santos.

"Diário Oficial" de 12-3-945.

Decreto-lei n.º 7 369, de 9 de março de 1945.  
— Autoriza a aquisição de terrenos em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

"Diário Oficial" de 12-3-945.

Decreto-lei n.º 7 370, de 9 de março de 1945.  
— Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar de impostos a instituição que menciona.

"Diário Oficial" de 12-3-945.

Decreto-lei n.º 7 371, de 12 de março de 1945.  
— Suspende, pelo prazo de seis meses a cobrança dos direitos e taxas aduaneiras, que incidem sobre o charque, milho e cebola e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14-3-945.

Decreto-lei n.º 7 372, de 12 de março de 1945.  
— Altera as carreiras de Marinheiro e Patrão, do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 14-3-945.

Decreto-lei n.º 7 373, de 13 de março de 1945.  
— Altera disposições do Decreto-lei n.º 3 070, de 20 de fevereiro de 1945.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

Decreto-lei n.º 7 374, de 13 de março de 1945.  
Regula a situação dos militares considerados prisioneiros, desaparecidos ou extraviados, concede pensão a seus herdeiros e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

Decreto-lei n.º 7 375, de 13 de março de 1945.  
— Dá nova redação ao artigo 105 do Decreto-lei n.º 2 627, de 26 de setembro de 1940.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

Decreto-lei n.º 7 376, de 13 de março de 1945.  
— Transfere a data da vigência do Decreto-lei n.º 7 105, de 30-11-944, abre crédito especial e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

Decreto-lei n.º 7 377, de 13 de março de 1945.  
— Dispõe sobre o artigo das sociedades mútuas de seguros.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

Decreto-lei n.º 7 378, de 13 de março de 1945.  
— Prorroga o início da vigência do Decreto-lei n.º 7 036, de 10-11-944.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

Decreto-lei n.º 7 379, de 13 de março de 1945.  
— Dispõe sobre a inalienabilidade dos imóveis financiados pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para seus segurados ou associados.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 380, de 13 de março de 1945.**  
— Estende aos aposentados e pensionistas das instituições de previdência social os benefícios de assistência médica, hospitalar e farmacêutica, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 381, de 13 de março de 1945.**  
— Autoriza a instituição da Fundação Rádio-Mauá e dispõe sobre o seu funcionamento.

"Diário Oficial" de 15-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 382, de 15 de março de 1945.**  
— Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 782 529,40, para pagamento de indenizações decorrentes de requisições.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 383, de 15 de março de 1945.**  
— Autoriza a emissão de papel moeda até Cr\$ 500 000 000,00.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 384, de 15 de março de 1945.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Espera Feliz, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 15-2-945.

**Decreto-lei n.º 7 385, de 15 de março de 1945.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Águas Formosas, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 386, de 15 de março de 1945.**  
— Cria uma coletoria federal no município de Joaquim Távora, no Estado de Paraná, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 387, de 15 de março de 1945.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a vender, em concorrência pública, o imóvel que menciona.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 388, de 15 de março de 1945.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a isentar do imposto que menciona o PEN. Clube do Brasil.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 389, de 15 de março de 1945.**  
— Autoriza o Montepio dos Empregados Municipais a executar imediatamente as operações de que trata a letra c do art. 2.º do Decreto legislativo municipal n.º 175, de 28 de janeiro de 1937.

"Diário Oficial" de 17-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 390, de 16 de março de 1945.**  
— Dispõe sobre emissão de obrigações ao portador.

"Diário Oficial" de 19-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 391, de 16 de março de 1945.**  
— Autoriza o prefeito do Distrito Federal a conceder isenção de imposto, em favor da instituição de beneficência que menciona, destinada a crianças desamparadas.

"Diário Oficial" de 19-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 392, de 16 de março de 1945.**  
— Abre ao Conselho de Segurança Nacional o crédito especial de Cr\$ 12 000 000,00, para despesas da Comissão de Planejamento Econômico e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 393, de 16 de março de 1945.**  
— Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 263 955 735,40 para pagamento a Instituto de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 19-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 394, de 19 de março de 1945.**  
— Acrescenta um parágrafo ao art. 3.º do Decreto-lei n.º 7 333, de 22 de fevereiro de 1945.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 395, de 19 de março de 1945.**  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 436 961 600,00 para pagamento de ações da Companhia Siderúrgica Nacional.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 396, de 19 de março de 1945.**  
— Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto-lei n.º 862, de 30 de setembro de 1943.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 397, de 19 de março de 1945.**  
— Altera o Decreto-lei n.º 6 067, de 3 de dezembro de 1943.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 398, de 19 de março de 1945.**  
— Cria cargos e funções gratificadas para o C.N.E.P.A., no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 399, de 19 de março de 1945.**  
— Prorroga por dois anos, a locação de imóvel ocupado por estabelecimento de ensino.

"Diário Oficial" de 23-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 400, de 19 de março de 1945.**  
— Cria a carreira de Arquivista no Quadro I — Parte Permanente — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 401, de 20 de março de 1945.**  
— Institui uma junta especial com atribuições referentes à aplicação dos Decretos-leis n.º 5 545 de 4 de julho de 1943, n.º 6 273, de 14 de fevereiro de 1944, e n.º 6 896, de 23 de setembro de 1944.

"Diário Oficial" de 22-3-945.

**Decreto-lei n.º 7 402, de 21 de março de 1945.**  
— Altera as carreiras de Bibliotecário e Bibliotecário auxiliar do Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde.

"Diário Oficial" de 23-3-945.

Decreto-lei n.º 7 403, de 21 de março de 1945.  
— Altera a carreira de Conferente do Quadro Permanente do Ministério da Fazenda, inclui na mesma carreira os cargos isolados de Conferente de Valores e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 22-3-945.

Decreto-lei n.º 7 404, de 22 de março de 1945.  
— Dispõe sobre o Imposto de Consumo.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Decreto-lei n.º 7 405, de 22 de março de 1945.  
— Prorroga o prazo para a isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras que incidem sobre a penicilina e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 24-3-945.

Decreto-lei n.º 7 406, de 22 de março de 1945.  
— Concede pensão especial à viúva do Prof. Juliano Moreira.

"Diário Oficial" de 24-3-945.

Decreto-lei n.º 7 407, de 22 de março de 1945.  
— Concede pensão especial à viúva de Lúcio Rêbello.

"Diário Oficial" de 24-3-945.

Decreto-lei n.º 7 408, de 22 de março de 1945.  
— Autoriza o Prefeito do Distrito Federal a isentar do pagamento de imposto que incide na, o orfanato "Casa de Lúcia".

"Diário Oficial" de 24-3-945.

Decreto-lei n.º 7 409, de 22 de março de 1945.  
— Prorroga os prazos para a habilitação de credores do Estado do Amazonas.

"Diário Oficial" de 24-3-945.

Decreto-lei n.º 7 410, de 23 de março de 1945.  
— Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo, transporte e diárias aos funcionários diplomáticos e consulares e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Decreto-lei n.º 7 411, de 23 de março de 1945.  
— Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de José Martins de Sá Benavides.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Decreto-lei n.º 7 412, de 23 de março de 1945.  
— Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Oscar da Silva.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Decreto-lei n.º 7 413, de 23 de março de 1945.  
— Concede pensão especial à viúva e aos filhos menores de Elpídio Tito Melo.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Decreto-lei n.º 7 414, de 24 de março de 1945.  
— Concede adiantamento à Navegação Aérea Brasileira S. A., e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Decreto-lei n.º 7 415, de 26 de março de 1945.  
— Cria funções gratificadas no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 416. — (Não foi publicado).

Decreto-lei n.º 7 417, de 26 de março de 1945.  
— Concede aos extranumerários, diaristas e tarefeiros da Prefeitura do Distrito Federal as vantagens relativas a férias e licenças.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 418, de 26 de março de 1945.  
— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 83 660 000,00, para pagamento de ações da Companhia Vale do Rio Doce S. A.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 419, de 26 de março de 1945.  
— Modifica o § 1.º do art. 4.º do Decreto-lei n.º 7 171, de 19 de dezembro de 1944.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 420, de 26 de março de 1945.  
— Dispõe sobre a carreira de Arquivista do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 421, de 26 de março de 1945.  
— Suprime função gratificada no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 422, de 26 de março de 1945.  
— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 2 767 254,30, para construção de um subramal na Estrada de Ferro D. Teresa Cristina.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

Decreto-lei n.º 7 423. — (Não foi publicado).

Decreto-lei n.º 7 424, de 27 de março de 1945.  
— Extingue a Comissão Reorganizadora do I.A.P.C. e dá outras providências.

"Diário Oficial" de 28-3-945.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

# Íntegra da legislação de interesse geográfico

## Lei Constitucional

Lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro  
de 1945

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que se criaram as condições necessárias para que entre em funcionamento o sistema dos órgãos representativos previstos na Constituição;

Considerando que o processo indireto para a eleição do Presidente da República e do Parlamento não somente retardaria a desejada complementação das instituições, mas também privaria aquêles órgãos de seu principal elemento de força e decisão, que é o mandato notório e inequívoco da vontade popular, obtido por uma forma acessível à compreensão geral e de acôrdo com a tradição política brasileira;

Considerando que um mandato outorgado nestas condições é indispensável para que os representantes do povo, tanto na esfera federal como na estadual, exerçam, em toda sua amplitude, a delegação que este lhes conferir, maxime em vista dos graves sucessos mundiais da hora presente e da participação que nêles vem tendo o Brasil;

Considerando que a eleição de um Parlamento dotado de poderes especiais para, no curso de uma legislatura, votar, se o entender conveniente a reforma da Constituição, supre com vantagem o plebiscito de que trata o art. 187 desta última, e que por outro lado, o voto plebiscitário implicitamente tolheria ao Parlamento a liberdade de dispor em matéria constitucional;

Considerando as tendências manifestas da opinião pública brasileira, atentamente consultadas pelo Governo,

Decreta:

Art. 1.º — Os arts. 7.º, 9.º e parágrafo, 14, 30, 32 e parágrafo, 33 39 e parágrafos, 46, 48, 50, 51, 53, 55 59 e parágrafos, 61, 62, 64 e parágrafos, 65 e parágrafo, 73, 74, 76, 77, 78 e parágrafos, 79, 80, 81, 82 e parágrafos, 83, 114 e parágrafo 117 e parágrafo, 121, 140, 174 e parágrafos, 175, 176, e 179 da Constituição redigidos pela forma seguinte, respectivamente:

“Art. 7.º — A administração do atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será organizada pela União.

“Art. 9.º — O Governo Federal intervirá nos Estados, mediante a nomeação, pelo Presidente da República, de um interventor que assumirá no Estado as funções que, pela sua Constituição, competirem ao Poder Executivo, ou as que, de acôrdo com as conveniências e necessidades de cada caso, lhe forem atribuídas pelo Presidente da República:

a) para impedir invasão iminente de um país estrangeiro no território nacional, ou de um Estado em outro, bem como para repellar uma ou outra invasão;

b) para restabelecer a ordem gravemente alterada, nos casos em que o Estado não queira ou não possa fazê-lo;

c) para administrar o Estado, quando, por qualquer motivo, um dos seus poderes estiver impedido de funcionar;

d) para assegurar a execução dos seguintes princípios constitucionais:

1 — forma republicana e representativa de governo;

2 — governo presidencial;

3 — direitos e garantias assegurados na Constituição;

e) para assegurar a execução das leis e sentenças federais.

“Parágrafo único — A competência para decretar a intervenção será do Presidente da República, nos casos das letras a, b, e c; da Câmara dos Deputados, no caso da letra d; do Presidente da República, mediante requisição do Supremo Tribunal Federal, no caso da letra e.

“Art. 14 — O Presidente da República, observadas as disposições constitucionais e nos limites das respectivas dotações orçamentárias, poderá expedir livremente decretos-leis sobre a organização na administração federal e o comando supremo e a organização das forças armadas.

“Art. 30 — O Distrito Federal será administrado por um prefeito de nomeação do Presidente da República, demissível *ad nutum*, e pelo órgão deliberativo criado pela respectiva lei orgânica. As fontes de receita do Distrito Federal são as mesmas dos Estados e Municípios, cabendo-lhe tôdas as despesas de caráter local.

“Art. 32 — É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

a) criar distinções entre brasileiros natos ou discriminações de desigualdade entre os Estados e Municípios;

b) estabelecer, subvencionar ou embaçar o exercício de cultos religiosos;

c) tributar bens, renda e serviços uns dos outros.

Parágrafo único — Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo a que lhes fôr outorgada, no interesse comum, por lei especial.

“Art. 33 — Nenhuma autoridade da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios recusará fé aos documentos emanados de qualquer delas.

"Art. 39 — O Parlamento reunir-se-á na Capital Federal, independentemente de convocação, a três de maio de cada ano, se a lei não designar outro dia, e funcionará durante quatro meses a partir da data da instalação, podendo somente ser prorrogado, adiado ou convocado extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da República".

"§ 1.º — Nas prorrogações, assim como nas sessões extraordinárias, o Parlamento só pode deliberar sobre as matérias indicadas pelo Presidente da República no ato de prorrogação ou de convocação.

"§ 2.º — Cada legislatura durará quatro anos.

"§ 3.º — As vagas que ocorrerem serão preenchidas por eleição suplementar.

"Art. 46 — A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos mediante sufrágio direto.

"Art. 48 — O número de deputados será proporcional à população e fixado em lei, não podendo ser superior a trinta e cinco nem inferior a cinco por Estado, ou pelo Distrito Federal. O Território do Acre elegerá dois deputados.

"Art. 50 — O Conselho Federal compõe-se de dois representantes de cada Estado e do Distrito Federal, eleitos por sufrágio direto. A duração do mandato é de seis anos.

"Art. 51 — Só podem ser eleitos para o Conselho Federal os brasileiros natos, maiores de trinta e cinco anos.

"Art. 53 — Ao Conselho Federal cabe legislar para os Territórios, no que se referir aos seus interesses peculiares.

"Art. 55 — Compete ainda ao Conselho Federal:

a) aprovar as nomeações de ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) aprovar os acordos concluídos entre os Estados.

"Art. 59 — Cabe ao Presidente da República designar, dentre pessoas qualificadas pela sua competência especial, até três membros para cada uma das secções do Conselho da Economia Nacional.

§ 1.º — Das reuniões das várias secções, órgãos, comissões ou Assembléa Geral do Conselho poderão participar, sem direito a voto, mediante autorização do Presidente da República, os ministros, diretores de Ministério e representantes de governos estaduais; igualmente, sem direito a voto, poderão participar das mesmas reuniões representantes de sindicatos ou associações de categoria compreendida em algum dos ramos da produção nacional, quando se trate do seu especial interesse.

"§ 2.º — A presidência do Conselho caberá a um conselheiro eleito por seus pares.

"Art. 61 — São atribuições do Conselho da Economia Nacional:

a) estabelecer normas relativas à assistência prestada pelas associações, sindicatos ou institutos;

b) editar normas reguladoras dos contratos coletivos de trabalho entre os sindicatos da mesma categoria da produção ou entre associações representativas de duas ou mais categorias;

c) emitir parecer sobre todos os projetos, de iniciativa do Governo ou de qualquer das Câmaras, que interessem diretamente à produção nacional;

d) organizar, por iniciativa própria ou proposta do Governo, inquéritos sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e o crédito, com o fim de incrementar, ordenar e aperfeiçoar a produção nacional;

e) preparar as bases para a fundação de institutos de pesquisas que, atendendo à verdade das condições econômicas, geográficas e sociais do país, tenham por objeto:

I — racionalizar a organização e administração da agricultura e da indústria;

II — estudar os problemas do crédito, da distribuição e da venda, e os relativos à organização do trabalho;

f) emitir parecer sobre todas as questões relativas à organização e ao reconhecimento de sindicatos ou associações profissionais.

§ 2.º — As normas a que se referem as letras a e b do artigo antecedente só se tornam obrigatórias mediante aprovação do Presidente da República.

"Art. 64 — A iniciativa dos projetos de lei cabe, em princípio, ao Governo. Em todo caso, não serão admitidos como objeto de deliberação projetos ou emendas de iniciativa de qualquer das Câmaras, desde que versem sobre matéria tributária ou que uns ou de outros resulte aumento de despesa.

"§ 3.º — A nenhum membro de qualquer das Câmaras caberá a iniciativa de projetos de lei. Iniciativa só poderá ser tomada por um tanto de deputados ou de membros do Conselho Federal.

§ 2.º — Qualquer projeto iniciado em uma das câmaras terá suspenso o seu andamento até que o Governo comunique o seu propósito de apresentar projeto que regule o mesmo assunto. Se dentro de trinta dias não chegar à Câmara, a que for feita essa comunicação, o projeto do Governo, voltará a instituir objeto de deliberação do iniciado Parlamento.

"Art. 65 — Todos os projetos de lei que interessem à economia nacional em qualquer dos seus ramos, antes de sujeitos à deliberação do Parlamento, serão remetidos à consulta do Conselho da Economia Nacional.

Parágrafo único — Os projetos de iniciativa do Governo, obtido parecer favorável do Conselho da Economia Nacional, serão submetidos à sua discussão em cada uma das Câmaras. Antes da deliberação da Câmara legislativa, o Governo poderá retirar os projetos, emendá-los, ouvido novamente o Conselho da Economia Nacional se as modificações importarem alteração substancial dos seus termos.

"Art. 73 — Presidente da República, autoridade suprema do Estado, dirige a política interna externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e supervisiona a administração do país.

"Art. 74 — Compete privativamente ao Presidente da República:

a) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para sua execução;

b) expedir decretos-leis, nos termos d' arts. 12, 13 e 14;

c) dissolver a Câmara dos Deputados o caso do parágrafo único do art. 167;

d) adiar, prorrogar e convocar o Parlamento;

e) manter relações com Estados estrangeiros;

f) celebrar convenções e tratados internacionais, *ad referendum* do Poder Legislativo;

g) exercer a chefia suprema das forças armadas, administrando-as por intermédio dos órgãos do alto comando;

h) decretar a mobilização;

i) declarar a guerra, depois de autorizado pelo Poder Legislativo, e, independentemente de autorização, em caso de invasão ou agressão estrangeira;

j) fazer a paz *ad referendum* do Poder Legislativo;

l) permitir, após autorização do Poder Legislativo, a passagem de forças estrangeiras pelo território nacional;

m) intervir nos Estados e nelas executar a intervenção, nos termos constitucionais;

a) decretar o estado de emergência e o estado de guerra;

o) exercer o direito de graça

p) nomear os ministros de Estado;

q) prover os cargos federais salvo as exceções previstas na Constituição e nas leis;

r) autorizar brasileiros a atuar pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro;

s) determinar que entrem provisoriamente em execução, antes de aprovados pelo Parlamento, os tratados ou convenções internacionais, se a isso o acordarem os interesses do país.

"Art. 76 — Os atos oficiais do Presidente da República serão referendados pelos ministros de Estado.

"Art. 77 — O Presidente da República será eleito por sufrágio direto em todo o território nacional.

"Art. 78 — São condições de elegibilidade à Presidência da República ser brasileiro nato e maior de trinta e cinco anos.

"Art. 79 — O período presidencial será de seis anos.

"Art. 80 — A eleição do Presidente da República realizar-se-á noventa dias antes de terminado o período presidencial.

"Art. 81 — Nos casos de impedimento temporário ou visitas oficiais a países estrangeiros, o Presidente da República designará, dentre os membros do Conselho Federal, o seu substituto.

"Art. 82 — Vagando qualquer motivo a Presidência da República, o Conselho Federal elegerá dentre seus membros, no mesmo dia ou no imediato, um Presidente provisório.

"§ 1.º Caso a eleição não se efetue no prazo acima o presidente do Conselho será o Presidente provisório até que o eleito pelo Conselho assumo o poder.

"§ 2.º — Noventa dias após a vacância do cargo realizar-se-á a eleição do novo Presidente da República, salvo no caso de já haver Presidente eleito nos termos do

art. 80 ou se a vaga ocorrer durante os noventa dias imediatamente anteriores ao termo do período presidencial.

"§ 3.º — O Presidente eleito começará novo período presidencial.

"Art. 83 — O Conselho Federal decretará vaga a Presidência da República se o Presidente eleito não assumir o poder até sessenta dias depois de proclamado o resultado da eleição, ou de iniciado o novo período presidencial.

"Art. 114 — Para acompanhar, diretamente, ou por delegações organizadas de acordo com a lei, a execução orçamentária, julgar das contas dos responsáveis por dinheiros ou bens públicos e da legibilidade dos contratos celebrados pela União, é instituído um Tribunal de Contas, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República. Aos ministros do Tribunal de Contas são asseguradas as mesmas garantias que aos ministros do Supremo Tribunal Federal.

"Parágrafo único — A organização do Tribunal de Contas será regulada em lei.

"Art. 117 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezesseis anos, que se alistarem na forma da lei e estiverem no gozo dos direitos políticos.

Parágrafo único — Os militares em serviço ativo, salvo os oficiais, não podem ser eleitores.

"Art. 121 — São ineleáveis os que não podem ser eleitores.

"Art. 140 — A economia da produção será organizada em entidades representativas das forças do trabalho e que, colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgão deste e exercem funções delegadas de poder público.

"Art. 174 — A Constituição pode ser emendada, modificada ou reformada por iniciativa do Presidente da República ou da Câmara dos Deputados.

"§ 1.º — O projeto de iniciativa do Presidente da República será votado em bloco, por maioria ordinária de votos da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal, sem modificações ou com as propostas pelo Presidente da República, ou que tiverem a sua aquiescência, se sugeridas por qualquer das Câmaras.

"§ 2.º — O projeto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, de iniciativa da Câmara dos Deputados, exige, para ser aprovado, o voto da maioria dos membros de uma e de outra Câmara.

"§ 3.º — O projeto de emenda, modificação ou reforma da Constituição, quando de iniciativa da Câmara dos Deputados, uma vez aprovado mediante o voto da maioria dos membros de uma e outra Câmara, será enviado ao Presidente da República. Este, dentro do prazo de trinta dias, poderá devolver à Câmara dos Deputados o projeto, pedindo que o mesmo seja submetido a nova tramitação por ambas as Câmaras. A nova tramitação só poderá efetuar-se no curso da legislatura seguinte, salvo quanto ao projeto elaborado na primeira legislatura, o qual tramitará durante esta e prevalecerá se obtiver o voto de dois terços dos membros de uma e outra Câmara.

"§ 4.º — No caso de ser rejeitado o projeto de iniciativa do Presidente da República, ou no caso em que o Parlamento aprove definitivamente, apesar da oposição daquele, o projeto de iniciativa da Câmara

dos Deputados, o Presidente da República poderá, dentro de trinta dias, resolver que o projeto seja submetido ao plebiscito nacional. O plebiscito realizar-se-á noventa dias depois de publicada a resolução presidencial. O projeto se transformará em lei constitucional se lhe fôr favorável o plebiscito.

"Art. 175 — O atual Presidente da República exercerá o mandato até a data da posse do seu sucessor para o segundo período.

"Art. 176 — O mandato dos governadores eleitos dos Estados, que tenha sido confirmado pelo Presidente da República, será exercido até o início do primeiro período de governo, a ser fixado nas Constituições estaduais.

"Art. 179. — O Conselho da Economia Nacional deverá ser constituído até a instalação do Parlamento Nacional".

Art. 2.º — Ficam suprimidos os arts. 47 e parágrafos, 52, 56, 63 e parágrafos, 75, 84 e parágrafo, a 2.ª parte do art. 178 e a segunda parte e a alínea do art. 187 da Constituição.

Art. 3.º — Nos Estados onde, por não ter sido confirmado o mandato dos governadores foi decretada a intervenção, esta durará até a posse dos novos governadores. Revoga-se o parágrafo único do art. 176 da Constituição.

Art. 4.º — Dentro de noventa dias contados desta data serão fixadas em lei, na forma do art. 180 da Constituição, as datas das eleições

para o segundo período presidencial e governadores dos Estados, assim como das primeiras eleições para o Parlamento e as Assembléias Legislativas. Considerar-se-ão eleitos e habilitados a exercer o mandato, independentemente de outro reconhecimento, os cidadãos diplomados pelos órgãos incumbidos de apurar a eleição. O Presidente eleito tomará posse, trinta dias depois de lhe ser comunicado o resultado da eleição, perante o órgão incumbido de proclamá-lo. O Parlamento instalar-se-á sessenta dias após a sua eleição.

Art. 5.º — A Lei Constitucional n.º 2 ficará revogada a partir do dia em que se realizar a eleição presidencial.

Art. 6.º — A Constituição será republicada no texto resultante das modificações feitas por esta e pelas leis constitucionais anteriores.

Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 1945; 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Alexandre Marcondes Filho.  
A. de Sousa Costa.  
Eurico G. Dutra.  
Henrique A. Guilhem.  
João de Mendonça Lima.  
José Roberto de Macedo Soares.  
Apolônio Sales.  
Gustavo Capanema.  
Joaquim Pedro Salgado Filho.

"Diário Oficial" de 1-3-945.

★

## Decretos-leis

Decreto-lei n.º 7 392, de 16 de março de 1945

*Abre ao Conselho de Segurança Nacional o crédito especial de Cr\$ 12 000 000,00, para despesas da Comissão de Planejamento Econômico, e dá outras providências.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Conselho de Segurança Nacional o crédito especial de doze milhões de cruzeiros (Cr\$ 12 000 000,00), para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos), a partir de 1 de janeiro de 1945, de instalação e manutenção da Comissão de Planejamento Econômico.

Art. 2.º — O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Parágrafo único — O Ministério da Fazenda providenciará no sentido de que, mensalmente, seja pôsto no Banco do Brasil S. A., à disposição do presidente da Comissão de Planejamento Econômico, um doze avos (1/12) do crédito.

Art. 3.º — Trinta (30) dias após a publicação do presente decreto-lei, submeterá o presidente da Comissão de Planejamento Econômico à aprovação do Presidente da República o orçamento administrativo, contendo a discriminação do crédito especial a que se refere o art. 1.º.

Parágrafo único — O orçamento poderá ser revisto a alterado durante a vigência deste decreto-lei, mediante proposta do presidente da Comissão, aprovada pelo Presidente da República.

Art. 4.º — O presidente da Comissão de Planejamento Econômico prestará contas, anualmente, perante o Tribunal de Contas, das despesas que efetuar até 31 de dezembro de cada ano, dispondo para isso do prazo de três (3) meses, a contar daquela data.

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" de 19-3-945.

★

Decreto-lei n.º 7 395, de 19 de março de 1945

*Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 436 961 600,00, para pagamento de ações da Companhia Siderúrgica Nacional.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aberto ao Ministério da Fazenda o crédito especial de quatrocentos e trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e um mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 436 961 600,00), que será distribuído ao Tesouro Nacional, para ocorrer ao pagamento (Serviços e Encargos) das ações da Companhia Siderúrgica Nacional, subscritas pelo Tesouro Nacional, na conformidade do art. 3.º do Decreto-lei n.º 6 601, de 19 de junho de 1944.

Art. 2.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

★

Decreto-lei n.º 7 396, de 19 de março de 1945

*Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto-lei n.º 5 862, de 30 de setembro de 1943.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Artigo único — O art. 1.º do Decreto-lei n.º 5 862, de 30 de setembro de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º — Dentro da zona que a seguir se limita, no território do Estado de Mato Grosso, somente se permitirá a fiscalização e garimpagem durante o primeiro trimestre de cada ano: ao norte, pelas divisas com os Estados do Amazonas e do Pará; a oeste, pelos rios Madeira, Mamoré, Guaporé e a linha divisória com a Bolívia até o marco de Boa Vista; ao sul, a partir desse marco e pelo espigão divisor das águas dos rios Guaporé e Jauru, até a nascente do rio Fiquil e desse ponto, pelo espigão divisor das águas das bacias do Amazonas e do Prata, até a cabeceira mais oriental do rio Paranatinga; a leste, pelo espigão divisor dos rios Teles Pires e Kingu, desde a cabeceira do rio Paranatinga à linha divisória com o Estado do Pará".

Rio de Janeiro, 19 de março de 1945, 124.º da Independência e 67.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" de 21-3-945.

★

## Decretos

Decreto n.º 18 143, de 23 de março de 1945

*Aprova o regimento do Serviço de Patrimônio da União do Ministério da Fazenda*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Fica aprovado o Regimento do Serviço do Patrimônio da União (S. P. U.) que, assinado pelo ministro da Fazenda, com este baixa.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
A. de Sousa Costa.

"Diário Oficial" de 26-3-945.

Nota: O Regimento a que se refere o decreto supra, foi publicado na mesma edição do "Diário Oficial".

★

Decreto n.º 18 158, de 26 de março de 1945

*Cria as Tabelas Numéricas Ordinária e Suplementar de Extranumerário-mensalista do Distrito do Centro, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura, e dá outras providências*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra a, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — Ficam criadas, de conformidade com a relação anexa, as Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar, de Extranumerário-mensalista, do Distrito do Centro, da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º — As funções transferidas continuarão preenchidas pelos seus atuais ocupantes, cujos nomes constam da relação anexa.

Art. 3.º — Ficam substituídas, pelas que acompanham o presente decreto, as Tabelas Numéricas, Ordinária e Suplementar de Extranumerário-mensalista da Divisão de Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 4.º — A despesa com a execução do disposto neste decreto, na importância de Cr\$ 46 800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos cruzeiros) anuais, correrá, no presente exercício, à conta da Verba 1 — Pessoal, Consignação II — Pessoal Extranumerário, Subconsignação 05 — Mensalista, do Anexo n.º 14 — Ministério da Agricultura, do Orçamento Geral da República, para 1945.

Art. 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de março de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República.

GETÚLIO VARGAS.  
Apôlônio Sales.

"Diário Oficial" de 29-3-945.

Nota: A relação anexa a que se refere o decreto supra foi estampada na mesma edição do "Diário Oficial".

★

## ATOS DIVERSOS

### CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Portaria n.º 15, de 28 de fevereiro de 1945

O Presidente do Conselho Nacional do Petróleo: devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República em despacho de 7, do mês em curso, exarado na Exposição de Motivos n.º 2 425, de 3 anterior,

Resolve:

a) designar o engenheiro de minas, classe "K", do Ministério da Agricultura, Décio Savério Oddone à disposição deste órgão, para exercer junto à superintendência geral dos trabalhos de pesquisas petrolíferas no Estado da Bahia, a função de auxiliar técnico de geofísica;

b) fixar a retribuição do referido servidor em Cr\$ 4 500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) mensais, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, compreendendo vencimento do seu cargo e gratificação pelo exercício da aludida função.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1945. — Coronel João Carlos Barreto, Presidente.

★

Portaria n.º 16, de 28 de fevereiro de 1945

O Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República em despacho de 7 do mês em curso, exarado na Exposição de Motivos n.º 2 425, de 3 anterior,

Resolve:

a) designar o engenheiro de minas, classe "L", do Ministério da Agricultura, Afonso Cesário de Faria Alvim, à disposição deste órgão, para exercer junto à superintendência geral dos trabalhos de pesquisas petrolíferas no Estado da Bahia, a função de auxiliar técnico de perfuração e produção;

b) fixar a retribuição do referido servidor em Cr\$ 4 900,00 (quatro mil e novecentos cruzeiros) mensais, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, compreendendo vencimento do seu cargo e gratificação pelo exercício da aludida função.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1945. — Coronel João Carlos Barreto, Presidente.

"Diário Oficial" de 2-3-945.

★

Exposição de Motivos n.º 1 542, de 20 de janeiro de 1945

A Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Senhor Presidente,

Em abril do ano passado, por incumbência deste Conselho, procedeu o geólogo americano Eweret L. DeGolyer a estudos sobre as pesquisas de jazidas de petróleo no Brasil. Percorreu os campos da Bahia, cujos mapas e dados compulsou, e, bem assim, examinou os estudos já efetuados sobre as demais regiões do território nacional, considerados como de provável acumulação de óleo. Tendo em mãos todos os elementos disponíveis, redigiu circunstanciado relatório, no qual traçou um plano de conduta para o desenvolvimento dos trabalhos.

Mais tarde, em junho, ainda por conta deste Conselho, o geólogo americano Lewis W MacNaughton, associado do senhor DeGolyer, fez o reconhecimento geológico geral da bacia do Paraná, emitindo a respeito o seu parecer.

No devido tempo, tive ocasião de comunicar a Vossa Excelência o ocorrido e mesmo enviar o relatório do Sr. DeGolyer. Ambos os geólogos pertencem à firma à DeGolyer and MacNaughton, conhecida como independente e uma das mais importantes no assunto, em que tem obtido grandes êxitos, dentro e fora dos Estados Unidos da América. Em particular, o senhor DeGolyer, além de ser um dos mais famosos geólogos do mundo foi assistente do coordenador de Petróleo do governo americano. Referindo-se ao mesmo, também o Sr. J. E. Brandtly, presidente da Drilling and Exploration Company, Inc. o recomendou ao Conselho sem hesitação "como pessoa proeminentemente adequada para orientar o Brasil nos seus problemas de petróleo e para estabelecer todos os importantes levantamentos e estudos de geologia necessários".

Parecendo indicado, pois, tivesse o Conselho a referida firma como sua consultora, foram mantidas conversações nesse sentido com os componentes da mesma durante os trabalhos que fizeram no Brasil e, após o seu regresso, por meio de correspondência, de que sempre teve conhecimento a nossa Embaixada em Washington. Mesmo antes da aceitação de qualquer acôrdo, empenham-se os Srs. DeGolyer e MacNaughton na difícil tarefa de conseguir técnicos para o Conselho, que tenham reconhecida experiência para conduzirem os trabalhos de geologia de petróleo. Com um desses técnicos está em vias de conclusão o contrato,

que terei a oportunidade de submeter à apreciação de Vossa Excelência. Dentro desse espírito de cooperação, os Srs. De Golyer e Mac Naughton estão providenciando, desde já, a transferência de um de seus representantes, que passará a residir no Brasil.

Na possibilidade da referida firma tornar-se consultora do Conselho, o Sr. MacNaughton, ao partir do Brasil, esboçou as bases do contrato no projeto que anexo à presente exposição de motivos. Consta dessas bases que ficariam permanentemente, para consultas. Pelo menos três viagens, equivalentes a 100 dias-homens, seriam feitas anualmente por um ou mais sócios da firma. Residiria no Brasil um representante da firma com a obrigação de supervisionar os trabalhos de geologia de campo que seriam feitos em íntima conexão com esta presidência e o geólogo-chefe do Conselho. Importaria o custo dos serviços numa base anual de US 60 000,00, que seriam pagos líquidos em Dallas, Texas, em doze prestações iguais, no primeiro dia de cada mês.

Correriam por conta do Conselho as despesas de transporte dentro do Brasil. Não deveria ser inferior a três anos o prazo do contrato.

Em face do exposto, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a necessária autorização para contratar os serviços da firma DeGolyer and MacNaughton, observando as bases acima mencionadas. Far-se-á a despesa à conta do Orçamento do Conselho, pela verba própria.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Coronel *João Carlos Barreto*, Presidente.

Autorizado. Em 22 de janeiro de 1945. — G. VARGAS.

Dia 20 de fevereiro de 1945

A Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Senhor Presidente:

Na Exposição de Motivos n.º 1 542, também desta data em que solicitei autorização para contratar como consultora do Conselho os serviços da firma DeGolyer and MacNaughton, aludi a que, antes da aceitação de qualquer acôrdo, já se dedicavam os titulares da firma à tarefa de conseguir, para o Conselho, técnicos que tivessem reconhecida experiência e fossem capazes de conduzir os trabalhos de geologia de petróleo no Brasil. Em carta de 18 de agosto do ano passado, aqui anexada, recomendou o Sr. MacNaughton que fossem contratados, para esses serviços, no mínimo, quatro geólogos americanos especialistas em petróleo, ao lado dos quais deveriam operar os técnicos brasileiros.

Na citada exposição de motivos, acrescentei já se achar em vias de conclusão com um desses geólogos o contrato que submeteria à apreciação de Vossa Excelência. Com efeito como se vê, no incluso bilhete verbal número 3-563 63, de 11 do corrente mês, que me enviou o Sr. secretário-geral interino do Ministério das Relações Exteriores, telegrafou o Sr. Walder de Lima Sarmanho, por intermédio de nossa Embaixada em Washington, que os Srs. De Golyer e Mac Naughton, lhe informaram estar pronto a partir para o Brasil, de 1 de fevereiro em diante, o geólogo Sr. P. Hastings, Keller, nas seguintes condições: "viagens pagas de ida e volta para si e esposa, salário mensal de US \$500,00, contrato de três anos, com o privilégio de acumulação de férias".

Tenho, pois, a honra de solicitar a Vossa Excelência a necessária autorização para levar a efeito o contrato em aprêço, adotando como base, as condições acima mencionadas. Correrá a despesa pela verba própria do orçamento deste Conselho.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Coronel *João Carlos Barreto*, Presidente.

Autorizado. Em 22 de janeiro de 1945. — G. VARGAS.

"Diário Oficial" de 5-3-945.

★

#### DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Exposição de Motivos n.º 546, de 6 de março de 1945

O Ministro da Educação e Saúde solicitou do Sr. Presidente da República autorização para aplicar, sob o regime de adiantamento, a dotação de Cr\$ 400 000,00, que lhe foi atribuída pela Verba 3 — Serviços e Encargos. Consignação I — Diversos, subconsignação 51 — Serviços Educativos e Culturais, item 47 — Instituto Nacional do Livro, alínea a — "Organização da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional", Anexo 15 do Orçamento Geral da República.

Diante da justificação contida no processo o D. A. S. P. opinou favoravelmente à providência solicitada, com apoio no Decreto-lei n.º 426, de 12 de maio de 1938, art. 33, n.º I.

Autorizado. Em 7 de março de 1945. — G. VARGAS.

"Diário Oficial" de 16-3-945.

★

#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Decreto de 9 de março de 1945

O Presidente da República

Resolve:

Exonerar de membro da Comissão Censitária Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o major José Luis Guedes.

"Diário Oficial" de 12-3-945.

★

de 16 de março de 1945

O Presidente da República

Resolve:

Dispensar João Lira Madeira das funções de membro da Comissão Censitária Nacional.

Designar:

De acôrdo com o inciso VI, art. 1.º, da Resolução aneja ao Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938:

Oscar Edivaldo de Pôrto Carreiro, Atuário, classe I do Quadro Único — Parte Permanente — do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para exercer as funções de membro da Comissão Censitária Nacional, como representante do Serviço Atuário do referido Ministério.

"Diário Oficial" de 19-3-945.

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

### Exposições de Motivos

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Remete o Serviço de Meteorologia, anualmente, às numerosas estações meteorológicas espalhadas pelo território nacional, centenas de volumes com o material necessário ao regular funcionamento do serviço e bem assim apreciável a quantidade de tubos (botijões) contendo hidrogênio indispensável à realização de sondagens aerológicas, que interessam, particularmente, à navegação aérea.

2) Por outro lado, os postos meteorológicos precisam devolver à sede da Repartição, nesta capital, os instrumentos que carecem de conserto, bem como os tubos já referidos para novo suprimento de hidrogênio, de vez que a falta desse gás importa na paralisação das atividades primordiais das estações especializadas em aerologia.

3) Atendendo a que as despesas em causa são sempre de natureza inadiável e devem, via de regra, ser realizadas no interior do país, em locais de difícil acesso, sem meios rápidos de comunicação, — tenho a honra de solicitar a V. Excia. se digne autorizar, à semelhança do que se verificou nos anos anteriores, sejam tais despesas atendidas, no Distrito Federal e nos Estados, sob o regime de adiantamentos, concedidos parceladamente, a funcionários do Serviço de Meteorologia, à conta da Verba 2 — Material — Consignação III — Diversas Despesas — Subconsignação 29 — Acondicionamento, etc., 27 — S.M., do vigente orçamento deste Ministério.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meus mais profundo respeito.

Em 20 de fevereiro de 1945. — *Apolônio Sales.*

Autorizado. Em 1 de março de 1945. — G. VARGAS.

(D.O. 9-3-945).

★

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

O plano de Obras e Equipamentos para o corrente exercício, aprovado pelo Decreto-lei n.º 7 213, de 30-12-944, atribuiu à Divisão do Fomento da Produção Mineral, do Departamento Nacional da Produção Mineral deste Ministério, a dotação de Cr\$ 5 000 000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para estudos de jazidas e projetos de mineração.

No processo anexo, a Divisão do Fomento da Produção Mineral apresenta o plano de utilização do referido crédito, na execução de di-

versos trabalhos de estudos, prospecção e sondagens de jazidas, alguns, deles para atender a pedidos da Diretoria do Material Bélico do Ministério da Guerra e outros para satisfazer os compromissos resultantes da política de pan-americанизmo.

Outrossim, atendendo ao número limitado de técnicos atualmente existente no Departamento Nacional da Produção Mineral, propõe a sua Diretoria Geral que parte dos trabalhos sejam distribuídos, por pequenas tarefas, a engenheiros de minas de notória capacidade estranhos aos quadros do serviço público e a firmas especializadas em mineração sob a orientação e fiscalização dos técnicos do Departamento.

Aos tarefeiros serão pagas além das despesas efetuadas com a realização dos trabalhos uma comissão que não excederá a 15% das mesmas despesas, devendo os mesmos firmar em cada caso, um contrato com a repartição interessada.

Estando de acôrdo com o programa elaborado pela Divisão do Fomento da Produção Mineral para a utilização do crédito de Cr\$ 5 000 000,00, assim, como com a modalidade de trabalho proposta, solicito para os mesmos a indispensável aprovação de Vossa Excelência.

Solicito, outrossim, que o crédito destinado a estudos de jazidas e projetos de mineração, depois de colocado no Banco do Brasil à disposição deste Ministério, seja movimentado pelo diretor geral do Departamento Nacional da Produção Mineral e pelo diretor da Divisão do Fomento da Produção Mineral, pelo regime de adiantamentos, requisitados de acôrdo com as necessidades do serviço.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Em 27 de fevereiro de 1944. — *Apolônio Sales.*

Aprovado — Em 8-2-45. — G. VARGAS.

(D.O. 14-3-945).

★

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Portaria Ministerial n.º 00 141, de 5 de março de 1945

*Dispõe sobre concessão de bolsas de estudos para o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional*

O Ministro de Estado de Educação e Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7.º e seu parágrafo único, do Decreto-lei n.º 6 689, de 13 de julho de 1944, e atendendo ao que propõe o diretor do Museu Histórico Nacional, resolve:

Art. 1.º — É fixado em seis (6) o número de bolsas de estudos para o Curso de Museus, sendo uma para cada um dos seguintes Estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Art. 2.º — O valor da bolsa será de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00), mensais, pagos por mês vencido, durante os dez meses da duração do Curso.

Art. 3.º — As passagens de ida e volta dos beneficiários correrão por conta do Governo Federal.

Art. 4.º — Os bolsistas ficarão submetidos ao mesmo regime escolar dos outros alunos, estabelecidos no Regulamento do Curso de Museus, aprovado pelo Decreto n.º 16 078, de 13 de julho de 1944.

Art. 5.º — Os bolsistas só receberão o benefício mensal vencido, quando houverem frequentado pelo menos setenta e cinco por cento (75%) de aulas, exercícios, visitas ou trabalhos obrigatórios.

Rio de Janeiro, em 5 de março de 1945. — *Gustavo Capanema.*

(D.O. 13-3-945).

★

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### Serviço do Patrimônio da União

Processo n.º 207 974-44 — Requerimento em que Rosauro Tavares Santos consulta se os terrenos marginais ao rio Pelotas, que serve de limite entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são da espécie de marinhas.

Despacho: "De acordo com o parecer da Divisão de Cadastro, informe-se o seguinte:"

a) os terrenos marginais ao rio Pelotas, que serve de limite entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, não são de espécie de marinhas, mas pertencem à União, na forma da legislação em vigor;

b) no caso de interessar à parte outro esclarecimento a respeito do assunto e que conste do processo, deverá solicitá-lo por certidão".

Em 26-2-945. — *Ulpiano de Barros.*

(D.O. 13-3-945).

★

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

### Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais

#### Processos:

N.º 188-45 — Projeto de decreto-lei da Interventoria Federal no Rio Grande do Sul, fixando a divisão administrativa do Estado para o quinquênio 1944-1948.

N.º 223-45 — Decreto-lei n.º 1 306, de 29 de dezembro de 1944, da Interventoria Federal no Estado do Rio de Janeiro, elevando à categoria de comarca os termos judiciários de Itaboraí, Itaverá e Trajano de Moraes e dando outras providências. — Aprovado a posteriori, em 5-2-45.

(D.O. 6-3-945).

★

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Portaria n.º 54, de 6 de outubro de 1944.

*Aprova instruções para o funcionamento do Centro de Estudos Econômicos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

O Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio, tendo em vista os estudos realizados pela Comissão designada pela Portaria n.º 46, de 3 de agosto de 1944, resolve

aprovar as instruções abaixo, que regerão o funcionamento do Centro de Estudos Econômicos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

### Instruções:

Art. 1.º — O Centro de Estudos Econômicos (C.E.E.) tem por objeto promover e estimular os estudos que interessem à economia nacional, desenvolvendo intenso programa de divulgação cultural através de cursos, conferências, publicações, intercâmbio, correspondência, excursões e quaisquer outros meios que tornem efetiva a sua finalidade.

Art. 2.º — O C.E.E. será administrado por um Conselho Diretor, composto do ministro de Estado, e sob a presidência deste, do presidente do Conselho Nacional do Trabalho, do diretor geral do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do diretor do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, do diretor geral do Departamento de Administração, do diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, do diretor do Departamento de Previdência Social, do diretor do Departamento de Justiça do Trabalho, do diretor do Serviço Atuarial, do diretor do Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do diretor do Instituto Nacional de Tecnologia, do diretor da Divisão de Expansão Econômica, do diretor da Divisão do Pessoal, do chefe da Biblioteca e do secretário do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

Art. 3.º — O diretor do Centro será designado pelo ministro dentre os membros componentes do C.E.E.

Art. 4.º — O C.E.E. terá um secretário-geral designado pelo ministro.

Art. 5.º — São atribuições do diretor:

a) representar o C.E.E. e, na ausência do ministro, presidir as suas reuniões públicas e as reuniões do Conselho Diretor;

b) recorrer para o ministro de qualquer deliberação do Conselho Diretor que se lhe afigure contrária aos interesses do C.E.E. ou do Ministério;

c) tomar tôdas as providências executivas e dar cumprimento às deliberações do Conselho Diretor.

Art. 6.º — Ao Conselho Diretor incumbe a aprovação dos programas de cursos, conferências e publicações do C.E.E.

Parágrafo único. — O Conselho Diretor se reunirá com qualquer número, mediante convocação do presidente ou do diretor, sendo que, nesta última hipótese, a convocação será feita com 48 horas de antecedência.

Art. 7.º — Ao secretário-geral cabe executar as deliberações do presidente, do diretor, além do despacho do expediente do C.E.E.

Art. 8.º — O C.E.E. funcionará no Departamento Nacional da Indústria e Comércio, podendo utilizar o auditório e as instalações do Ministério.

Art. 9.º — Tôdas as repartições do Ministério deverão oferecer facilidade ao C.E.E. e, bem assim, estimular a frequência dos seus funcionários às atividades do Centro.

Art. 10. — O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho promoverá a publicação no "Boletim" do M.T.I.C. em separata, dos trabalhos realizados no Centro que mereçam divulgação a juízo do ministro ou do diretor do C.E.E.

Art. 11. — Aos matriculados nos cursos serão conferidos certificados de frequência ou diploma de aproveitamento conforme o programa estabelecido.

Art. 12. — Das aulas e conferências serão distribuídas aos alunos resumos com bibliografia, colaborando a biblioteca do M.T.I.C. na realização desses trabalhos.

Art. 13. — O C.E.E. procurará a colaboração de serviços públicos estranhos ao Ministério para a consecução dos programas estabelecidos.

Art. 14. — O Conselho Diretor promoverá a inauguração imediata das seguintes atividades; além de outras que se apresentem oportunas e viáveis:

- a) curso de elementos de economia;
- b) curso de geografia econômica, particularmente do Brasil;
- c) curso de elementos de estatística;
- d) programa de conferências de extensão;
- e) reuniões regulares de debates;

Art. 15. — Um curso regular de economia e cursos especializados, em grau superior, serão dados assim que o Centro tenha reunido um número razoável de alunos capazes de bom aproveitamento.

Art. 16. — Os cursos serão abertos para os funcionários do Ministério, das instituições de previdência social e dos sindicatos. — *Alexandre Marcondes Filho.*

(D.O. 10-10-944).

★

## MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Departamento de Administração — Divisão do Pessoal

Portaria n.º 205, de 12 de março de 1945

O Ministro de Estado, tendo em vista o que consta do processo n.º 3 760, de 1945, do Departamento de Administração,

Resolve designar, para constituírem a comissão que deverá elaborar as proposições do Governo brasileiro a serem apresentadas à 3.ª Conferência Interamericana de Radiocomunicações — a realizar-se nesta capital, durante a segunda quinzena de maio próximo — e estudar as que forem formuladas pelos demais Governos americanos:

Edgar Rangel do Monte, primeiro secretário de Embaixada, como representante do Ministério das Relações Exteriores;

Fernando Tude de Sousa, diretor do Serviço de Rádio Difusão Educativa, como representante do Ministério da Educação e Saúde;

Francisco Xavier Rodrigues de Sousa, diretor do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, como representante do mesmo Serviço;

Francisco Gomes Maciel Pinheiro, chefe do Serviço de Divulgação, da Secretaria Geral de Educação e Cultura, como representante da Prefeitura do Distrito Federal;

Enéias Machado de Assis, diretor da Divisão de Rádio, como representante do Departamento de Imprensa e Propaganda;

Tenente-coronel Lauro Augusto de Medeiros, diretor de Telégrafos, padrão N, do Q. III — P. P. — e Horácio de Oliveira e Castro, telegrafista, classe K do mesmo Q. P. S. — como representantes do Departamento dos Correios e Telégrafos;

João Vitorino Pareto Neto, como representante da Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão;

Major-aviador Almir de Sousa Martins, como representante do Ministério da Aeronáutica; e os integrantes da Comissão Técnica de Rádio: Erico de Lamare São Paulo, chefe de Divisão, padrão P, do extinto Q. II, presidente; capitão de mar e guerra, Raúl Lobato Aires, representante do Ministério da Marinha na referida Comissão;

Tenente-coronel Tasso Barcelos de Moraes, representante do Ministério da Guerra na referida Comissão;

Hélio Marques Saraiva, telegrafista classe H, do Q. III — P. S., — representante do Departamento dos Correios e Telégrafos na referida Comissão;

Edmundo de Aquino Nogueira Brandão, telegrafista classe K, do Q. III — P. S., — representante do Departamento dos Correios e Telégrafos na referida Comissão.

Presidirá a comissão o tenente-coronel Lauro Augusto de Medeiros.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1945. — *João de Mendonça Lima.*

(D.O. 16-3-945).

★

Portaria n.º 241, de 27 de março de 1945

O Ministro de Estado atendendo ao que expôs e solicitou a Liga de Amadores Brasileiros de Rádio Emissão em ofício n.º 185, de 16 de março de 1945 resolve designar o capitão Otávio Salão Masson para representar a referida Instituição na III Conferência Interamericana de Radiocomunicações durante a ausência do Dr. João Vitorino Pareto Neto designado para esse fim pela Portaria n.º 205 de, 12 de março do corrente ano.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1945. — *João de Mendonça Lima.*

(D.O. 29-3-945).

★

Portaria n.º 242, de 27 de março de 1945

O Ministro de Estado resolve retificar a Portaria n.º 205, de 12 de março corrente, que designou a comissão incumbida de elaborar as proposições do Governo brasileiro a serem apresentadas à 3.ª Conferência Interamericana de Radiocomunicações e estudar as que forem formuladas pelos demais Governos americanos, declarando que a referida comissão será presidida pelo tenente-coronel Lauro Augusto de Medeiros na qualidade de diretor de Telégrafos,

Rio de Janeiro, em 27 de março de 1945. — *João de Mendonça Lima.*

(D.O. 29-3-945).

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

## ALAGOAS

Decreto-lei n.º 2 997, de 29 de janeiro de 1945.

*Autoriza o governo do Estado a despender até Cr\$ 20 000 000,00, com as obras de aproveitamento do potencial hidro-elétrico da cachoeira de Paulo Afonso.*

O Interventor Federal no Estado de Alagoas, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica o governo do Estado autorizado a despender até a importância de vinte milhões de cruzeiros (Cr\$ 20 000 000,00) com as obras de aproveitamento do potencial hidro-elétrico da cachoeira de Paulo Afonso, inclusive a construção de linha transmissora que servirá ao território alagoano.

Art. 2.º — Para fazer face às despesas com a execução do disposto no art. 1.º, será constituído um fundo especial com importâncias até trinta por cento das disponibilidades verificadas no encerramento de cada exercício dentro do limite máximo da importância referida no mesmo artigo.

Parágrafo único — Na apuração das disponibilidades não serão computadas as responsabilidades decorrentes do serviço da dívida externa e do passivo permanente.

Art. 3.º — O chefe do Executivo determinará, uma vez conhecido o resultado financeiro do exercício anterior, a percentagem da reserva, nos termos do disposto no art. 2.º, e designará o estabelecimento bancário em que deverá ser a mesma depositada.

Art. 4.º — Será instituída pela Contadoria Geral do Estado, conta especial para o registro das reservas previstas no art. 2.º.

Art. 5.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Maceió, 29 de janeiro de 1945, 57.º da República. — *Esperidião Lopes de Farias Júnior.* — *Arti Pitombo.* — *José Marinho Júnior.*

(D. O. Alagoas — 30-1-1945).

★

## BAHIA

Decreto-lei n.º 462, de 15 de fevereiro de 1945.

*Eleva para Cr\$ 5 000,00, a importância do prêmio destinado aos autores das monografias vencedoras do "Concurso de Biografias de Baianos Ilustres".*

O Interventor Federal, interino, no Estado da Bahia, na conformidade do disposto no art. 6.º, n.º IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica elevada para Cr\$ 5 000,00 (cinco mil cruzeiros) o prêmio destinado aos autores das monografias vencedoras do "Concurso de Biografias de Baianos Ilustres", de que trata o Decreto-lei estadual, n.º 9, de 1.º de setembro de 1943.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Cidade do Salvador, em 15 de fevereiro de 1945. — *Guilherme Marback*, Interventor Federal Interino. — *T. Vieira de Melo.*

(D. O. Bahia — 16-2-1945).

★

## MARANHAO

Decreto-lei n.º 972, de 12 de janeiro de 1945

*Prorroga o prazo para a apresentação dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios, cujos âmbitos territoriais sofreram alteração*

O Interventor Federal, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado para 31 de dezembro de 1945 o prazo estipulado no Decreto-lei estadual n.º 820, de 30 de dezembro de 1943, (alínea b do § 1.º do art. 2.º) para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração da nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938), serão entregues ao Diretório Regional do mesmo Conselho nesta capital, ao qual cabe tomar e promover as medidas adequadas para a observância, no que for

aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição dos referidos mapas, de acordo com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939, e bem assim, de acordo com outras instruções complementares que lhe encaminharam o Conselho Nacional de Geografia; revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luís, 12 de janeiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — *Paulo Martins de Sousa Ramos*. — *José de Albuquerque Alencar*.

(D. O. Maranhão — 15-1-945).

★

### MATO GROSSO

Decreto n.º 184, de 27 de fevereiro de 1945.

*Cria no município desta capital o distrito policial de Pedra Grande.*

O Interventor Federal substituto no Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Artigo único — Fica criado, no município desta capital, o distrito policial de "Pedra Grande", com sede nessa localidade e tendo os seguintes limites: o rio Manso acima, desde a barra do rio da Casca, até um ponto fronteiro à cabeceira do rio Roncador; uma linha daquele ponto à dita cabeceira; o rio Roncador abaixo, até sua barra no rio da Casca, este rio abaixo, até o ponto de partida.

Palácio Alencastro, em Culabá, 27 de fevereiro de 1944, 125.º da Independência e 57.º da República. — *J. Ponce de Arruda*. — *Crescêncio M. da Silva*.

(D. O. Mato Grosso — 1-3-945).

★

### MINAS GERAIS

Decreto-lei n.º 1 243, de 6 de março de 1945.

*Cria o distrito de Estêvão de Araújo no município de Ervália*

O Governador do Estado de Minas Gerais, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º IV, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e à vista do que dispõe o Decreto-lei federal n.º 7 300, de 6 de fevereiro do corrente ano,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado, no município de Ervália, o distrito de Estêvão de Araújo, com sede no povoado de São Bento, desmembrado do distrito de Araponga, do referido município.

Parágrafo único — É o seguinte a linha divisória dos distritos de Estêvão de Araújo e Araponga:

— Começa nos limites dos municípios de Ervália e Viçosa, no ponto de junção dos divisores do ribeirão Papagaio e dos córregos da Baraúna e de São Joaquim; segue pelo divisor destes dois últimos, contorna a cabeceira do córrego São Joaquim e alcança o ribeirão do Félix na foz do córrego Santo Antônio; sobe por este córrego até sua nascente e alcança a pedra Redonda, na serra do Araponga, pela qual continua até o entroncamento com a serra do Brigadeiro.

Art. 2.º — O distrito de Estêvão de Araújo será instalado, com a posse dos respectivos juiz de paz e substituto do juiz de paz, dentro de trinta dias a partir da publicação do presente decreto-lei.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, Belo Horizonte, 6 de março de 1945. — *Benedito Valadares Ribeiro*. — *Edison Alvares da Silva*. — *Dermeval José Pimenta*.

(D. O. Minas Gerais — 7-3-945).

★

### PARANÁ

Decreto-lei n.º 311

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República,

Decreta:

Art. 1.º — Fica transferido para o distrito de Congoinhas, pertencente ao município de Araiporanga, a sede do referido município, o qual passará a ter a denominação de "Congonhinhas".

Parágrafo único — O atual distrito da sede do município de Araiporanga, conservará esta denominação.

Art. 2.º — A atual comarca de Araiporanga passará a ter a sua sede no município de Açaí, abrangendo êsse município e o de Congonhinhas.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — *Mmanuel Ribas*. — *Fernando Flores*.

(D. O. Paraná — 27-10-945).

★

Decreto n.º 2 043

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica suprimido na Tabela I — "Cargos isolados de provimento efetivo, extintos quando vagar", da Parte Suplementar, do Quadro Geral, um cargo de Auxiliar Técnico Padrão J, do Museu Paranaense, vago em virtude de exoneração de Alfredo Munhoz de Sousa.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 9 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — *Mmanuel Ribas*. — *Fernando Flores*.

(D. O. Paraná — 10-2-945).

★

## Decreto n.º 2 053

*Cria a série funcional de Guarda Florestal*

O Interventor Federal no Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe confere o art. 7.º, n.º I, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada na Tabela baixada com o Decreto n.º 2 000, de 14 de agosto de 1944, com a amplitude de salário de X a XII, a série funcional de Guarda Florestal.

Parágrafo único. — A série funcional a que alude o presente artigo será privativa do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, da Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Curitiba, em 23 de fevereiro de 1945, 124.º da Independência e 57.º da República. — *Manuel Ribas.* — *Fernando Flores.*

(D.O. Paraná — 24-2-945).

★

## PERNAMBUCO

## Decreto-lei n.º 1 116, de 14 de fevereiro de 1945

O Interventor Federal no Estado, na conformidade do disposto no artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, assinou, em 14 de fevereiro último, o seguinte Decreto-lei, sob n.º 1 116:

Art. 1.º — Ficam criadas as seguintes comarcas de 2.ª entrância: Carpina, Ipojuca, Pau d'Alho, Ribeirão, Serinhaém, Jurema, São Caetano, Camaratuba e Moreno e a de 1.ª entrância Taquaritinga do Norte com sede nas cidades do mesmo nome e jurisdição nos respectivos municípios.

Art. 2.º — São criados 9 cargos de juiz de Direito padrão "S" e 1 de juiz de Direito padrão "P" e 10 cargos de Promotor Público, padrão "N".

Art. 3.º — Nas novas comarcas ficam criados todos os ofícios de justiça e os cargos de preparador de juiz de Direito e adjunto de Promotor Público.

Parágrafo único — Voltarão aos cartórios, ora restabelecidos, os arquivos que se acham encorporados aos cartórios existentes nas comarcas que foram anexos aos julgados anteriormente suprimidos. Os juizes providenciarão, imediatamente, para a entrega dos mesmos arquivos aos respectivos serventuários.

Art. 4.º — No município de Nazaré da Mata fica restaurado, anexo ao cartório do escrivão de órfãos, crime, provedoria e resíduos, o 3.º tabelionato.

Art. 5.º — Nos municípios de Camaratuba e Taquaritinga do Norte os ofícios de justiça ficam distribuídos em dois cartórios: sendo o 1.º privativo de órfãos, interditos, ausentes e menores abandonados; e o 2.º privativo do registro de imóveis e hipotecas e do registro de títulos e documentos particulares.

Art. 6.º — No município do Salgueiro fica criado o 2.º cartório de escrivão com a privatividade de órfãos, anexando-se ao mesmo o 2.º tabelionato com a privatividade do registro de imóveis e hipotecas.

Art. 7.º — Fica extinto o cartório do ofício de 2.º escrivão do civil e anexos da comarca de São Lourenço da Mata, passando o arquivado do mesmo para o tabelionato único, cujo serventário já acumula todos os ofícios de que tratam os arts. 78 e 81 do Decreto-lei n.º 627, de 16 de junho de 1941.

Art. 8.º — Para a execução deste decreto-lei que entrará em vigor na data da sua publicação, fica aberto o crédito especial de trezentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos cruzeiros (Cr\$ 355 800,00).

Art. 9.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(D.O. Pernambuco — 15-2-945).

★

## Decreto-lei n.º 1 117, de 14 de fevereiro de 1945

O Interventor Federal no Estado, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º I, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizado pelo Presidente da República,

Decreta:

Art. 1.º — Fica restituído ao município do Limoeiro, pelos seus antigos limites, o distrito de Urucuba (ex-Cedro), que havia sido anexado ao município do Bom Jardim.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

(D.O. Pernambuco — 15-2-945).

★

## Ato n.º 476, de 22 de fevereiro de 1945

O Interventor Federal, interino, no Estado, tendo em vista a proposta do secretário de Agricultura, Indústria e Comércio, resolve nomear o agrônomo Ioni de Sá Barreto Sampaio, para exercer, interinamente, o cargo de assistente, padrão "S", da 17.ª cadeia, da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, Topografia, Estradas, Hidráulica Agrícola, Construções Rurais, Desenho Topográfico, criado com o Decreto-lei n.º 1 056, art. 11, de 16 de outubro de 1944.

(D.O. Pernambuco — 23-2-945).

★

## RIO GRANDE DO NORTE

## Decreto-lei n.º 361, de 31 de janeiro de 1945

*Prorroga o prazo para a entrega dos novos mapas municipais*

O Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Norte, usando da atribuição que lhe confere o artigo 6.º, n.º V, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939, e considerando a deliberação tomada pelo Conselho Nacional de Geografia com a Resolução n.º 166, de 18 de outubro de 1944,

## Decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado para 31 de dezembro de 1945, o prazo estipulado no Decreto-lei estadual n.º 268, de 30 de dezembro de 1943 (alínea b do § 1.º do art. 2.º) para a entrega dos novos mapas municipais pelas Prefeituras dos municípios cujos âmbitos territoriais tenham sofrido alteração na nova divisão administrativa do Estado.

Art. 2.º — Os mapas municipais, que obedecerão aos requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Geografia (Resolução n.º 3, de 29 de março de 1938), serão entregues ao Diretório Regional do mesmo Conselho nesta capital, ao qual cabe tomar e promo-

ver as medidas adequadas para a observância, no que for aplicável, dos dispositivos referentes ao recebimento, aprovação e exibição dos referidos mapas, de acordo com a Resolução n.º 60, de 22 de julho de 1939, e bem assim, de acordo com outras instruções complementares que lhe encaminhar o Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Natal, 31 de janeiro de 1945, 57.º da República. — *Antônio Fernandes Dantas*. — *Jódo Dionísio Figueira*.

(D.O. Rio Grande do Norte — 1-2-945).

## Legislação municipal

# Íntegra dos decretos, decretos-leis e demais atos de interêsse geográfico

### AMARANTE — (Piauí)

#### Decreto-lei n.º 3, de 4 de abril de 1944

*Fixa os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município, para o quinquênio de 1944-1948*

O Prefeito Municipal de Amarante, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — São fixados, no presente decreto-lei, os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município, para o quinquênio de 1944-1948.

a) *Zona urbana* (Perímetro) — Tem por limite a poligonal que, partindo da margem direita do rio Parnaíba, se prolonga, em alinhamento reto, pelo eixo da rua 10 de novembro, na extensão de 240 metros, e deste ponto, ainda em reta, rumo sul, até a intersecção dos eixos das ruas Alvaro Mendes e Anísio de Abreu, seguindo, pela última, até seu cruzamento com a rua Coronel Borges; segue, por esta até encontrar-se com a rua 4 de Outubro, pelo eixo da qual continua, rumo sul, na extensão de 98 metros; dando uma deflexão de 105º30', à direita, avança, na extensão de 112 metros e, com outra deflexão, à esquerda, de 90º, encontrará o eixo da rua do Recreio, e, por esta, atinge a margem do rio Parnaíba, a qual serve de limite ocidental da zona, desde o ponto de partida.

b) *Zona suburbana* (Perímetro) — Limita-se com a zona rural por um alinhamento tirado da confluência dos rios Canindé e Parnaíba, a 140 metros, a montante do limite meridional da zona urbana, normalmente à linha telegráfica Amarante-Floriano; com o desenvolvimento de 413 metros, continua e, defletindo 90º, à esquerda, prolonga-se até encontrar o rio Mulato, pela margem esquerda do qual avança até o rio Parnaíba, cuja margem direita, nos trechos compreendidos entre as confluências dos rios Mulato e Canindé e os limites da zona urbana, ao norte e ao sul, respectivamente, fecha o perímetro.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O secretário da Prefeitura, assim o faça executar.

Prefeitura Municipal de Amarante, 4 de abril de 1944. — *Enoque Cicero e Silva*, Prefeito Municipal. — *Raimundo Borges de Santana*, Sec. Guarda-Livros.

(D. O. Piauí — 30-12-944).

★

### BELÉM — (Pará)

#### Portaria n.º 90

O Prefeito Municipal, usando de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1.º — A fiscalização da cobrança do selo de Estatística, nos termos do Decreto-lei municipal n.º 124, de 24 de novembro de 1942, deverá ser efetuada pela Fiscalização Municipal;

Parágrafo único — Os selos de Estatística serão vendidos previamente às casas de diversões pela Inspecção Regional de Estatística, na forma do Convênio Nacional de Estatística Municipal de 1942;

Art. 2.º — Os fiscais de diversões públicas lavarão o competente auto de infração nos casos de inobservância do que prescreve o Decreto-lei municipal n.º 124, de 24 de novembro de 1942 e nos termos da Resolução n.º 184, de 3 de agosto de 1944, da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, publicada no *Diário Oficial* do Estado, de 12 de janeiro de 1945.

Art. 3.º — Nos termos do § 11 do art. 2.º da Lei municipal n.º 124, de 24 de novembro de 1942, os infratores do Regulamento da cobrança da "Taxa de Estatística", ficam sujeitos à multa de Cr\$ 1 000,00 e demais penalidades previstas na Resolução n.º 186, do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 4.º — Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 12 de fevereiro de 1945. — *Alberto Engelhard*, Prefeito.

(D.O. Pará — 15-2-945).

★

## JAICÓS — (Piauí)

Decreto-lei n.º 38, de 28 de setembro de 1944

*Fixa os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município, para o quinquênio 1944-1948*

O Prefeito Municipal de Jaicós, usando da atribuição que lhe faculta o art. 12, n.º 1, do Decreto-lei n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — São fixados, no presente decreto-lei, os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município, para o quinquênio 1944-1948:

a) *Zona urbana* (Perímetro) — Parte da margem direita da serra Jaicós por um alinhamento paralelo ao eixo da rua Desembargador João Mota, e distante deste 66 metros; desenvolve-se, rumo sudoeste, na extensão de 540 metros, onde faz uma deflexão, à esquerda, de 90º avançando 352 metros; dando nova deflexão à esquerda, de 90º, desenvolve 570; deflete, ainda, à esquerda, 90º e prolonga-se até a margem direita da serra Jaicós, que serve de limite ao norte, entre este ponto e o inicial.

b) *Zona suburbana* (Perímetro) — Da margem direita da serra Jaicós, por um alinhamento paralelo à linha meridional de limite da zona urbana e distante desta 196 metros, segue, na direção sudoeste, atingindo o desenvolvimento de 866 metros; faz aí, uma deflexão de 90º, à esquerda, e avança com o comprimento de 1 264 metros; sofre nova deflexão para a esquerda de 90º e, depois de desenvolver 866 metros, dá, ainda, uma deflexão de 90º, à esquerda, chegando até o ponto de partida desta descrição.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O secretário da Prefeitura o faça executar.

Prefeitura Municipal de Jaicós, 28 de setembro de 1944. — *Frutuoso Jusselino da Silveira*, Prefeito Municipal. — *Joaquim Nelito da Silveira*, Secretário.

(D.O. Piauí — 6-1-1945).

★

## PAULISTANA — (Piauí)

Decreto-lei n.º 1, de 17 de fevereiro de 1944.

*Fixa os limites das zonas urbana e suburbana da sede do município para o quinquênio 1944-1948*

O Prefeito Municipal de Paulistana do Estado do Piauí, usando da atribuição que lhe confere o artigo 12, n.º 1, do Decreto-lei federal n.º 1 202, de 8 de abril de 1939,

Decreta:

Art. 1.º — São fixados, no presente decreto-lei, os limites das zonas urbana e suburbana, da sede do município, para o quinquênio 1944-1948:

a) *Zona urbana* (Perímetro) — Partindo de uma paralela ao eixo da rua Padre Joaquim Damasceno, distando desta 90 metros, desenvolve-se pelo eixo da rua da Correnteza, na extensão de 300 metros; dá uma deflexão de 90º, para a direita, e avança 400 metros; deflete, novamente, para a direita, em ângulo de 90º e prolonga-se por mais 300 metros; finalmente, com outra deflexão de 90º para a direita, segue até alcançar o ponto de início da descrição deste perímetro.

b) *Zona suburbana* (Perímetro) — Parte da margem direita do rio Canindé, por uma paralela, distando 150 metros da linha urbana, que fica ao sul, distendendo-se na extensão de 470 metros, onde faz uma deflexão de 90º para a direita, prolongando-se, até atingir a estrada de ferro, a qual serve de linha perimetral desta zona, na extensão de 300 metros; prosseguindo, com o mesmo alinhamento da estrada de ferro, desenvolve mais 350 metros; dá, então, uma deflexão de 92º para a direita, e prossegue até encontrar o rio Canindé, cuja margem direita serve de limite, até o ponto de partida.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O secretário da Prefeitura assim o faça executar.

Prefeitura Municipal de Paulistana, 17 de fevereiro de 1944. — *Raimundo Coelho Damasceno*, Prefeito Municipal. — *Valfredo Coelho Damasceno*, Secretário.

(D.O. Piauí — 4-1-1945).

**AOS EDITORES:** Este "Boletim" não faz publicidade remunerada, entretanto registrará ou comentará as contribuições sobre geografia ou de interesse geográfico que sejam enviadas ao Conselho Nacional de Geografia, concorrendo desse modo para mais ampla difusão da bibliografia referente à geografia brasileira.

## Resoluções do Instituto Brasileiro

### de Geografia e Estatística

# Conselho Nacional de Geografia Diretório Central

## Ementário das Resoluções aprovadas pelo Diretório Central em 1944

- Resolução n.º 150, de 31 de janeiro de 1944:  
Fixa o orçamento do Conselho para 1944.
- Resolução n.º 151, de 31 de janeiro de 1944:  
Reajusta o quadro da divisão regional do Brasil, em face da criação de novos Territórios Federais e dá outras providências.
- Resolução n.º 152, de 3 de fevereiro de 1944:  
Dispõe sobre o quadro do pessoal do Conselho.
- Resolução n.º 153, de 18 de fevereiro de 1944:  
Concede uma autorização.
- Resolução n.º 154, de 1 de abril de 1944:  
Dispõe sobre a organização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 155, de 18 de abril de 1944:  
Dispõe sobre uma Missão Cultural.
- Resolução n.º 156, de 18 de abril de 1944:  
Formula encarecido apêlo ao ministro da Educação e Saúde sobre o ensino superior da Geografia.
- Resolução n.º 157, de 3 de maio de 1944:  
Promove o adiamento da realização da Assembléa Geral do Conselho relativa ao corrente ano.
- Resolução n.º 158, de 18 de maio de 1944:  
Aprova a indicação do nome do Dr. Luis Palmier para integrar o Corpo de Consultores Técnicos do Estado do Rio de Janeiro.
- Resolução n.º 159, de 19 de junho de 1944:  
Modifica um artigo da Resolução n.º 164, de 18 de abril de 1944, referente à constituição da delegação brasileira à II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 160, de 19 de julho de 1944:  
Aprova a proposta do orçamento do Conselho para 1945.
- Resolução n.º 161, de 3 de outubro de 1944:  
Amplia a Comissão diretora da "Biblioteca Geográfica Brasileira" e elege o seu novo membro titular.
- Resolução n.º 162, de 3 de outubro de 1944:  
Estabelece a adesão do Conselho ao "Instituto Internacional de Estudos Afro-Americanos".
- Resolução n.º 163, de 3 de outubro de 1944:  
Estabelece o intercâmbio cultural com o "Instituto Nacional de Investigações Geográficas" da Universidade da República do Uruguai.
- Resolução n.º 164, de 3 de outubro de 1944:  
Faz transferência de verbas orçamentárias.
- Resolução n.º 165, de 3 de outubro de 1944:  
Dispõe sobre a liquidação das despesas com a realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 166, de 3 de outubro de 1944:  
Dispõe sobre o pessoal do Conselho.
- Resolução n.º 167, de 3 de outubro de 1944:  
Formula agradecimentos e aplausos pelo êxito da realização da II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia.
- Resolução n.º 168, de 18 de outubro de 1944:  
Promove a prorrogação do prazo para a entrega dos novos mapas municipais.
- Resolução n.º 169, de 18 de outubro de 1944:  
Autoriza a recatologação dos livros da Biblioteca Central do Conselho.
- Resolução n.º 170, de 18 de outubro de 1944:  
Aprova a participação do Conselho no "I Congresso Econômico do Oeste Brasileiro".
- Resolução n.º 171, de 3 de novembro de 1944:  
Designa o representante do C. N. G. no Conselho da "Sociedade Interamericana de Antropologia e Geografia".
- Resolução n.º 172, de 20 de novembro de 1944:  
Dispõe sobre a viagem ao estrangeiro do diretor técnico dos serviços geodésicos e astronômicos do Conselho.

Resolução n.º 173, de 4 de dezembro de 1944: Estabelece a participação do Conselho no curso de férias de 1945, organizado pela Associação Brasileira de Educação para os professores primários do país.

Resolução n.º 174, de 4 de dezembro de 1944: Coloca sob o patrocínio do Conselho o estágio no Brasil de 2 professores de Geografia do Uruguai.

Resolução n.º 175, de 4 de dezembro de 1944: Dispõe sobre a colaboração do Conselho nos trabalhos de levantamento da região limítrofe entre os Estados de Alagoas e Pernambuco.

Resolução n.º 176, de 18 de dezembro de 1944: Dispõe sobre o encerramento do orçamento em 1944.

★

## Íntegra das Resoluções n.ºs 171 a 176

### Resolução n.º 171, de 3 de novembro de 1944

*Designa o representante do C. N. G. no Conselho da Sociedade Inter-Americana de Antropologia e Geografia*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que o regulamento da Sociedade Inter-Americana de Antropologia e Geografia, da qual o Conselho faz parte, prevê que as instituições filiadas designam membros para o seu Conselho;

#### RESOLVE:

Artigo único — Fica designado o Prof. Jorge Zarur para representar a instituição no Con-

selho da Sociedade Inter-Americana de Antropologia e Geografia.

Rio de Janeiro, em 3 de novembro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

### Resolução n.º 172, de 20 de novembro de 1944

*Dispõe sobre a viagem ao estrangeiro do diretor técnico dos serviços geodésicos e astronômicos do Conselho*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições,

Considerando que o estágio do professor Alírio Huguency de Matos, no U.S. Geodetic Survey, a convite, decorreu dos estendimentos que o Conselho teve com as autoridades e técnicos norte-americanos a propósito do desenvolvimento das atividades geográficas no Brasil;

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizado o estágio nos Estados Unidos do Prof. Alírio Huguency de Matos, diretor técnico dos serviços de Geodésia e de Astronomia de Campo, pelo prazo de seis meses, salvo prorrogação se assim se evidenciar necessário.

Art. 2.º — Caberá ao referido professor estabelecer nos Estados Unidos entendimentos com autoridades e técnicos, em nome do Conselho e de acordo com as instituições da sua direção, relativos aos programas de trabalho do Conselho, objetivando medidas que facilitem a execução desses programas não só quanto ao pessoal como também quanto ao material.

Art. 3.º — Ficam asseguradas ao mesmo professor as vantagens que auferir no Conselho por dirigir tecnicamente os serviços geodésicos e astronômicos, e bem assim a ajuda de custo de seis mil cruzeiros.

Art. 4.º — O Conselho custeará as despesas a que o professor Alírio de Matos for obrigado a fazer no desempenho dos encargos que ora lhe são cometidos, as quais deverão ser devidamente comprovadas e não ultrapassar a importância de dez mil cruzeiros (Cr\$ 10 000,00).

Art. 5.º — A Secretaria fica autorizada a efetuar os pagamentos previstos no art. 3.º antecipadamente, dando-lhe a forma adequada.

Art. 6.º — Do desempenho da missão que o Conselho ora lhe confere, o professor Alírio Huguency de Matos deverá apresentar circunstanciado relatório.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Oriando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 173, de 4 de dezembro de 1944**

*Estabelece a participação do Conselho no Curso de Férias de 1945, organizado pela Associação Brasileira de Educação para os professores primários do país*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, Considerando a solicitação que lhe fez a Associação Brasileira de Educação; Tendo em vista a importância da difusão dos conhecimentos geográficos no meio professoral do país;

**RESOLVE:**

Art. 1.º — O Conselho expressa à Associação Brasileira de Educação caloroso aplauso à iniciativa, tão expressiva e fecunda, da realização do Curso de Férias para os professores primários do país.

Art. 2.º — A repartição central do Conselho efetivará a participação do Conselho Nacional de Geografia no Curso de 1945, organizando quinze palestras radiofônicas, obedientes ao tema geral "Fontes de vida do Brasil", em as quais serão abordadas questões fundamentais da Geografia Econômica do Brasil.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Lette de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 174, de 4 de dezembro de 1944**

*Coloca sob o patrimônio do Conselho o estágio no Brasil de dois professores de Geografia do Uruguai*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, Considerando o alto significado do intercâmbio cultural entre os geógrafos dos países vizinhos;

Tomando no melhor aprêço a solicitação do Instituto Nacional de Investigações Geográficas da Universidade de Montevidéu;

**RESOLVE:**

Art. 1.º — O Conselho Nacional de Geografia manifesta todo o seu aplauso e simpatia ao Instituto Nacional de Investigações Geográficas da Universidade de Montevidéu pela interessante e oportuna iniciativa de enviar ao Brasil professores de Geografia do Uruguai, da qual se podem esperar certamente os mais fecundos resultados de ordem cultural, em uma feliz ambiência de confraternização.

Art. 2.º — O Conselho coloca sob os seus auspícios o estágio no Brasil dos dois professores de Geografia do Uruguai, cuja vinda o referido Instituto promoveu, com o objetivo de lhes

proporcionar o contacto com geógrafos brasileiros, a visita a repartições e serviços especializados, o conhecimento minucioso da organização da Geografia brasileira e do seu ensino, a excursão a regiões do país de interesse, o fornecimento de documentação geográfica adequada.

Art. 3.º — Além da bibliografia prevista no artigo anterior, a Secretaria do Conselho fornecerá publicações do Conselho para distribuição a geógrafos, técnicos especializados e professores de Geografia do Uruguai, de acordo com os entendimentos que sobre o assunto terá com os professores estagiários, objetivando a difusão da Geografia brasileira no meio cultural especializado da importante República irmã.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Lette de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 175, de 4 de dezembro de 1944**

*Dispõe sobre a colaboração do Conselho nos trabalhos de levantamento da região limítrofe entre os Estados de Alagoas e Pernambuco*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso das suas atribuições, Considerando as solicitações dos Governos dos Estados de Pernambuco e Alagoas e as suas louváveis disposições para a fixação da linha limítrofe;

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica confirmada a designação do técnico do Conselho, Alcísio Ferreira Lira, para servir na Comissão Mista de Limites entre os Estados de Pernambuco e Alagoas.

Art. 2.º — Para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Mista, o técnico do Conselho pode efetuar ou autorizar despesas até três mil cruzeiros mensais, cujo pagamento se processará na forma usual, por conta da verba orçamentária relativa à "Assistência técnica aos órgãos regionais".

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Lette de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

★

**Resolução n.º 176, de 18 de dezembro de 1944***Dispõe sobre o encerramento do orçamento de 1944*

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, no uso de suas atribuições, Considerando as necessidades dos serviços;

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica autorizada a utilização dos saldos finais existentes em verbas do orçamento vigente do Conselho, no pagamento das despesas compromissadas referentes às verbas que forem deficientes.

Art. 2.º — A Secretaria Geral do Conselho encaminhará ao Instituto, para a conveniente

escrituração, as despesas referidas no artigo anterior, a serem pagas por conta do orçamento do atual exercício, devidamente processadas e classificadas por verbas orçamentárias rigorosamente de acordo com a natureza da despesa.

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1944, ano IX do Instituto. — Conferido e numerado. *Orlando Valverde*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Christovam Leite de Castro*, Secretário Geral do Conselho. — Publique-se. *José Carlos de Macedo Soares*, Presidente do Instituto.

 Concorra para que o Brasil seja geograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional da Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

# Diretórios Regionais

## RIO DE JANEIRO

### Íntegra das Resoluções n.ºs 14 a 20

#### Resolução n.º 14, de 29 de fevereiro de 1940

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Bom Jardim;

#### RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Bom Jardim, para que os senhores Altino Reis, Pedro Hugo Folly e senhoras Maria Arce dos Santos e Maria Áurea Rodrigues Erthal constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói 29 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

#### Resolução n.º 15, de 29 de fevereiro de 1940

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Santo Antônio de Pádua;

#### RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Santo Antônio de Pádua, para que os Srs. José Lavaquial Blosca, Gambeta Perissé, José Batista, Antônio Ferreira Toscano, Martins de Faria Blank, Vicente de Castro, Manuel Pereira de Barros, Lauro de Abreu Sodré, José Balrral, Ataíde Balrral, Alceu Boechat, Geraldino Atlântico Ludloff, Júlio César Marques, Pedro Pinto, Rubem Cunha, Lafaiete de Abreu Campanário, Hastinfilo Barbosa Neto e senhoras Francisca Pena do Amaral, Jaci Condé, Corinta Melo Simão e Palmira Marques constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói 29 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

#### Resolução n.º 16, de 29 de fevereiro de 1940

Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Angra dos Reis;

#### RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Angra dos Reis, para que os Srs. Lincoln Correia da Silva Júnior, Hildebrando de Sousa Tenório, Francisco Eleutério de Araújo, Alberto Coelho dos Santos, Sotero de Sousa Lima, Casimiro Braulino Barra, Salomão Pedro Reseck, Arnauld Gomes Brugger, Armando Carvalho Jordão, Antônio Carvalho Miranda, Eduardo Steel, Antônio Macedo Costa e Gumercindo Bouchardait constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói 29 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

#### Resolução n.º 17, de 29 de fevereiro de 1940

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente a que lhe é conferida pelo art. 2.º da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Majé;

#### RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Majé, para que os Srs. Agenor Pinto da Silva Coelho, Domingos Correia Laje, João Bruno, Valdemar Colombo Garcia, José Ferreira Campos, Alvaro Teixeira Pinto, Joaquim José Ferreira, Paulino Rosa Vivas, José Antônio Ribeiro, Bernardino Martins Néri, Paulo Barenco, Alfredo França Vieira, Mário Brito, Pasqual de Luca e Durval de Menezes constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói 29 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

## Resolução n.º 18, de 27 de fevereiro de 1940

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º, da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Cantagalo;

## RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Cantagalo, para que os Srs. Januário Pinto de Freitas Júnior, Sebastião Serafim Huggin, João Beline Salgado, Jair de Andrade, João Gomes de Almeida, Manuel Marcelino de Paula e Ipres Faria constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 27 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

## Resolução n.º 19, de 27 de fevereiro de 1940

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º, da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Miracema;

## RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Miracema, para que os Srs. Henrique Soares Alvim,

Sebastião Meireles e a Sra. Clarinda Damasceno constituam o Corpo de Informantes Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 27 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.

★

## Resolução n.º 20, de 27 de fevereiro de 1940

O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no Estado do Rio de Janeiro, usando das suas atribuições, especialmente da que lhe é conferida pelo art. 2.º, da Resolução n.º 8, de 15 de julho de 1937, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando os termos da proposta enviada pelo Diretório Municipal de Itacara;

## RESOLVE:

Artigo único — Fica aprovada a proposta formulada pelo Diretório Municipal de Itacara, para que os Srs. Aristauziro Ferreira, Humberto F. Dias, Capt. Pedro J. da Cunha, Ataliba de S. Marinho, Antônio Domingos Nicolau, Elias Saly, Antônio Correia da Rocha, Almerindo Jacinto de Melo, Antenor Nogueira Maia, Antônio Francisco Pereira, Durval Otílio S. Pinto, Elias Carvalho S. Gama, Antônio Vieira S. Lima, Sinval Odorico de Toledo, Abisreu Ferreira de Oliveira, Pergentino Rocha, Manuel Lugão e Manuel Simão Sobrinho constituam o Corpo de Informações Municipais, junto ao referido Diretório Municipal.

Niterói, 27 de fevereiro de 1940, ano V do Instituto. — Conferido e numerado. *Murilo Guedes*, Secretário Assistente. — Visto e rubricado. *Luis de Sousa*, Secretário do Diretório. — Publique-se. Capt. *Hélio de Macedo Soares e Silva*, Presidente do Diretório Regional.